

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**

GABRIELA GARCIA PLAZA TEIXEIRA

**ADOLESCÊNCIA E SEU NÃO LUGAR NOS SAICAS:
Compreensão das narrativas de profissionais de serviços de Acolhimento Inicial
(ou Porta de Entrada) através de uma perspectiva arendtiana**

**SÃO PAULO
2020**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

GABRIELA GARCIA PLAZA TEIXEIRA

ADOLESCÊNCIA E SEU NÃO LUGAR NOS SAICAS:
Compreensão das narrativas de profissionais de serviços de Acolhimento Inicial (ou
Porta de Entrada) através de uma perspectiva arendtiana

Trabalho de conclusão de curso como exigência
parcial para a graduação no curso de Psicologia sob
orientação da Profª. Drª. Luis Eduardo França Jardim

SÃO PAULO
2020

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu pai e minha mãe, que desde sempre me ensinaram a desafiar e questionar o mundo e, em simultâneo, abraçá-lo com carinho.

À Natália Plaza e ao Ariel Garcia, meus irmãos que, mesmo frente às obrigações e estresses da vida, fazem-me gargalhar como criança e lembrar como as coisas podem ser lindas, leves e divertidas.

Ao meu orientador de pesquisa professor Luís Eduardo França Jardim que, com sua presença cuidadosa e competente e seu eterno bom humor, foi essencial na concretização dessa pesquisa, sempre me proporcionando muita confiança, propósito e apoio.

À professora Isabel Kahn, parecerista desta pesquisa e querida supervisora de estágio da faculdade, que, com seu suporte, inteligência e carinho, me ensinou que escutar com abertura e paciência e apostar na potência são divisores de águas em nossa atuação profissional.

Às minhas queridas professoras do quinto ano de Psicologia da PUC-SP, dos núcleos de “Crise” e “Educação”, que tanto me inspiraram e ensinaram, mostrando-me com clareza a psicóloga que eu almejo ser.

À Heloísa Hidalgo e à Camila Rodrigues, técnicas do CAPS II Infantojuvenil de Santo Amaro que, em meu estágio, acompanharam-me com paciência e me ensinaram diariamente um cuidado profissional competente e apaixonado para com a infância e juventude e que são em boa parte responsáveis pelo meu encantamento por essa área.

Ao Thiago Badaró que, cotidianamente, esteve ao meu lado, incentivando meus sonhos, ouvindo minhas dificuldades e vontades e apoiando incondicionalmente meu trabalho.

E a todos os companheiros virtuais que me acompanharam durante essa pandemia e que possibilitaram que, em uma situação trágica e sem precedentes, houvesse também sentido, resistência, risadas e cuidado.

TEIXEIRA, Gabriela Garcia Plaza. Adolescência e seu não lugar nos SAICAs: Compreensão das narrativas de profissionais de serviços de Acolhimento Inicial (ou Porta de Entrada) através de uma perspectiva arendtiana. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, São Paulo, 2020.

RESUMO

A presente pesquisa busca investigar o cotidiano Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) na modalidade específica Acolhimento Inicial (também conhecido como Porta de Entrada), da cidade de São Paulo, através de entrevistas individuais semi-dirigidas com dois profissionais (um psicólogo e um coordenador) que trabalhem ou tenham trabalhado em instituições com esse modelo, e que terão seus nomes preservados sob anonimidade se assim preferirem, assim como as instituições nas quais trabalhavam. Tendo como pano de fundo noções da pensadora Hannah Arendt, o esforço da presente pesquisa é de primeiramente, um resgate histórico, documental, legal e conceitual do Acolhimento Institucional no Brasil (de forma geral e também especificamente do Acolhimento Inicial) e, em um segundo momento, a escuta das narrativas dos profissionais com o propósito de aproximação e compreensão da realidade do SAICA de Acolhimento Inicial. A partir da leitura das transcrições das narrativas, a pesquisadora buscou formar núcleos/categorias de sentido: temáticas que significativamente apareceram em todas as narrativas e que se relacionam com as principais perguntas que o presente trabalho investiga. Ao final da pesquisa, muito mais do que uma análise da dinâmica da rotina da instituição, pude constatar que a adolescência dos SAICAs de Acolhimento Inicial e dos serviços de acolhimento no geral é desprotegida e não tem seus direitos colocados pelo ECA garantidos na prática.

Palavras-chaves: Fenomenologia, Hannah Arendt, SAICA Acolhimento inicial, SAICA Porta de entrada, Adolescência

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. PESQUISA NA PSICOLOGIA ATRAVÉS DE UM OLHAR ARENDTIANO: APORTE TEÓRICO E METODOLOGIA	21
2.1 Hannah Arendt: uma breve biografia	21
2.2 Pensamento arendtiano, a Fenomenologia e a Psicologia	23
2.3 A Psicologia do deserto	27
2.4 Compreensão e ação, pluralidade e natalidade	31
2.5 Fundamentos para a metodologia de pesquisa: escuta de narrativas para compreensão da realidade	42
2.6 Metodologia da presente pesquisa	53
2.6.1 Resgate histórico e documental	53
2.6.2 Entrevistas com profissionais	54
3. PRIMÓRDIOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL	58
4. A CRIAÇÃO DO ECA E MARCOS LEGAIS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	69
4.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	69
4.2 O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)	79
4.3 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)	82
4.4 “O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária” e “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”	84
5. A ATUALIDADE BRASILEIRA E OS SAICAS: RACISMO ESTRUTURAL E DESIGUALDADE SOCIAL	89
6. SAICA DE ACOLHIMENTO INICIAL (OU PORTA DE ENTRADA): O QUE É?	107
6.1 Tipificação e parâmetros técnicos	107
6.2 Minha experiência em um SAICA de Acolhimento Inicial	116

7. COMPREENSÃO DAS ENTREVISTAS/ NÚCLEOS DE SENTIDO: ADOLESCÊNCIA DESPROTEGIDA	120
7.1 NÚCLEO 1 - Tempo-limite de 90 dias?	126
7.2 NÚCLEO 2 - O público/ “perfil” do SAICA Regular X Inicial	130
7.3 NÚCLEO 3 - Diferentes formas de trabalho e de compreensão da adolescência entre os serviços de Acolhimento Inicial	143
7.3.1 Um E.T. entre os terráqueos	145
7.3.2 Os “fixos” do serviço e as diferentes formas de se lidar com o fenômeno da evasão	148
7.3.3 Pronto socorro X cuidado a longo prazo	154
7.3.4 Metodologia do SAICA de Acolhimento Inicial Modelo: um cuidado especializado na adolescência	157
7.4 NÚCLEO 4 - Política macroestrutural e seu impacto direto na cristalização/intensificação de preconceitos e violências para com a juventude	182
8. APONTAMENTOS PARA UMA POSSIBILIDADE DE AÇÃO	195
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUMAS RESPOSTAS E INFINITAS INDAGAÇÕES	207
APÊNDICE A	221
APÊNDICE B	224
APÊNDICE C	245

1. INTRODUÇÃO

“Enquanto a Terra não for livre, eu também não sou.”

**- *Emicida, Fabiana Cozza, Pastor Henrique Vieira
e Pastoras do Rosário (Principia)***

A presente pesquisa busca compreender as especificidades, vulnerabilidades, crises e potencialidades da experiência em instituições de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) na modalidade específica Acolhimento Inicial (ou Porta de Entrada), da cidade de São Paulo, através de entrevistas individuais semi-dirigidas com dois profissionais que trabalhem ou já tenham trabalhado neste modelo de instituição. Tendo como pano de fundo noções da pensadora Hannah Arendt, o esforço da presente pesquisa é de escuta destas narrativas com o propósito de aproximação e compreensão da realidade em questão. A partir da leitura exaustiva das transcrições das narrativas, buscarei identificar núcleos/categorias de sentido: temáticas que significativamente apareçam em todas as narrativas e que se relacionam com as principais perguntas que o presente trabalho investiga.

Sobre o Acolhimento Institucional na atualidade brasileira, Carvalho et al. (2015) o contextualizam e conceituam breve e claramente da seguinte maneira:

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) prevê em seu art. 98, esse acolhimento ocorre como medida de proteção aplicável sempre que crianças e adolescentes tiverem seus direitos ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou Estado, ou, ainda, por falta, ameaça, abuso dos pais/responsáveis, ou devido à conduta destes. No Art. 101, de acordo com a nova Lei de adoção, se observa que “o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais,

utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (s/p)". (...)

O acolhimento deve ser um espaço que propicie o cuidado, tornando-se um espaço alternativo nas situações de abandono ou quando a família se encontra temporariamente impossibilitada de cumprir as funções de cuidado e proteção, oferecendo um atendimento especializado e com dignidade (Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, 2008).

(...) Os principais motivos para o acolhimento são negligência, abandono e falta temporária de condições – geralmente associada às dificuldades financeiras (Serrano, 2011). Neste sentido, é indispensável prover às crianças e adolescentes um ambiente acolhedor, que não reproduza as situações de violência vividas em casa, o que é imprescindível para que o processo de reinserção social destas crianças e adolescentes se dê da forma mais saudável. O Art. 2º da lei 8.080 do SUS diz que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Considerando isso, as instituições são responsáveis por suprir as necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, educação, afeto e organização da rotina diária das crianças e adolescentes. Por serem serviços que geralmente retratam situações de sofrimento e abandono, há uma tendência a marginalizá-las, o que faz com que o interesse social pouco se volte a olhá-las ou que pouco se discuta, fora do âmbito específico, sobre seu funcionamento (Prada & Weber, 2006). (CARVALHO, et al., 2015, p.51-2)

Em estágio prático realizado em um CAPS Infanto-Juvenil II (Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil II) não vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com duração de julho de 2019 a dezembro de 2020, tive a oportunidade de realizar

uma atividade de intervenção em um SAICA - Acolhimento Inicial do território, juntamente às técnicas do CAPS e do Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPVV). Essa intervenção, ainda em andamento por período indeterminado, tem a intenção de ser mais um dispositivo que efetive o trabalho em rede no território ao articular serviços da Política de Assistência Social e Saúde, com possibilidade de durante o processo integrar outras políticas e parceiros da rede. O objetivo geral é construir junto aos adolescentes um espaço de autopercepção, cuidado de si, do outro e de reflexão sobre a maneira como nos relacionamos com o outro e com nossas perspectivas de vida. São realizadas oficinas terapêuticas e de orientação psicossocial, utilizando diversas linguagens, como música, teatro, dança, poesia etc., a depender dos interesses e habilidades dos integrantes do grupo.

Através desse trabalho da saúde mental em conjunto à Assistência Social, pude me aproximar do serviço de SAICA de Acolhimento Inicial. Acompanhando semanalmente a equipe profissional e os adolescentes acolhidos (além de todas as reuniões de rede), especificidades desse modelo de SAICA foram ficando evidentes, assim como a intensidade, vulnerabilidade e sofrimento presentes em tal vivência. Questões como alta rotatividade, taxa altíssima de evasão, abuso de substâncias psicoativas, furtos, violência, precariedades etc., entre várias outras dificuldades que serão posteriormente exploradas com profundidade, trazem impasses e desafios diários para a equipe da instituição, perspectiva a qual se pretende explorar neste trabalho.

Inicialmente, farei uma breve conceituação do que consiste este modelo de Acolhimento Institucional, diferenciando brevemente o SAICA de Acolhimento Inicial do SAICA Regular. À frente, haverá um aprofundamento na dimensão histórica e atual do Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes de forma geral no Brasil, o que ajudará a compreender de forma mais clara as semelhanças e diferenças entre esses dois modelos de serviço.

Sobre o Acolhimento Institucional Regular, de acordo com o documento *Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes em Abrigos* do NECA – Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente, resumidamente, este consiste em um:

Serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento e socioeducação para grupos de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos sob medida protetiva de abrigo. Entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional, oferecendo atendimento especializado e funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta.

O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos, indicando-se como adequado um número máximo de 20 usuários de ambos os sexos e respeitando o não desmembramento de grupos de irmãos ou outros vínculos de parentesco para favorecer o convívio familiar e comunitário. Deve estar inserido e utilizar-se dos equipamentos e serviços da comunidade local, em áreas residenciais, o mais próximas possível do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e dos adolescentes atendidos.

O ambiente oferecido deve ser acolhedor e ter aspecto semelhante ao de uma residência; deve ser mantido um corpo de profissionais capacitados para o exercício das atividades de acompanhamento das crianças, dos adolescentes e de suas famílias (ASSOCIAÇÃO DOS PESQUISADORES E FORMADORES DA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, p.3).

Ainda de acordo com o mesmo documento do NECA, no qual o “Acolhimento Inicial” aparece com a nomenclatura “Casa de Passagem/Casa Transitória”, este consiste, resumidamente, em um:

Serviço que tem como objetivo oferecer acolhimento de caráter emergencial, com espaço adequado e profissionais preparados para receber a criança/o adolescente em

qualquer horário do dia ou da noite diante de uma necessidade de acolhimento imediato e emergencial, tais como crianças perdidas, internação hospitalar do único responsável pela criança etc. Nesses casos, a entidade acolhe crianças e adolescentes por curta duração, tempo suficiente para avaliar a situação (diagnóstico situacional) e encaminhá-los para seus familiares ou para outros serviços de acolhimento (ASSOCIAÇÃO DOS PESQUISADORES E FORMADORES DA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, p.4).

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo, a Portaria Nº 62 de 21 de Dezembro de 2018 altera as Portarias SMADS nº 46/2010, 47/2010 e 24/2018, para incluir entre os serviços socioassistenciais tipificados do Município de São Paulo o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA Acolhimento Inicial (modelo que nesta pesquisa será abordado) e respectivos custos referenciais. Um ponto extremamente relevante desta Portaria consta na “Descrição do Serviço” no item 8: “Permanência: Até 90 dias”. O período de permanência de até 90 dias é o que marca essencialmente a diferença do Acolhimento Inicial em relação ao Regular. Além da questão do tempo-limite, outro ponto que determina a tipificação dos SAICAs de Acolhimento Inicial é o acolhimento somente de adolescentes.

2 - Usuários: Preferencialmente Adolescentes de 12 a 17 anos, em situação de rua, risco social, pessoal e abandono. Crianças até 11 anos serão acolhidas em caráter excepcional, considerando inclusive, os casos de grupos de irmãos conforme previsto no ECA (Portaria Nº 62 de 21 de Dezembro de 2018, Prefeitura de São Paulo).

Assim, o Acolhimento Inicial tem como característica central a permanência do adolescente por no máximo 90 dias, para o então encaminhamento para um Acolhimento

Regular ou retorno familiar. Considerando tal especificidade, pode-se supor que o funcionamento e rotina deste modelo de SAICA é diferente daquele de SAICA Regular, já que a limitação fixa do tempo em 90 dias é o que configura e rege esse modelo: o caráter emergencial e provisório em absoluto, visando uma permanência mais momentânea o possível (diferentemente do Regular), para o então encaminhamento para um lugar no qual há maior constância e permanência mais concreta.

Conceituado resumida e brevemente Acolhimento Inicial (detalhes desse modelo de serviço serão apresentados no Capítulo 6) e sua diferença em relação ao Regular, cabe agora pensar no porquê da importância de se conhecer a perspectiva da equipe profissional do SAICA. No manual *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, de 2009, consta como Equipe Profissional Mínima os seguintes cargos: Coordenador, Equipe Técnica, Educador/Cuidador e Auxiliar de Educador/Cuidador. À frente, cada um destes cargos será explorado com maior cuidado, mas já é possível refletir sobre o papel essencial e central destes profissionais no cotidiano do Acolhimento Institucional. Na Apresentação do documento *Formação de profissionais em serviços de acolhimento*, feita por Maria de Lourdes Trassi Teixeira, a professora fala do caráter decisivo da presença da equipe e de como essa área profissional é cotidianamente desafiante e exigente, o que demanda uma formação consistente e crítica para que haja uma efetiva garantia de direitos da criança e do adolescente:

Ou seja, aquilo que está preconizado na lei como direito e dever se concretiza no cotidiano pela ação de pessoas que cumprem as mais diferentes funções para assegurar a qualidade de vida das crianças e dos adolescentes. Desde os aspectos mais prosaicos e exaustivos do cotidiano, como a higiene, a alimentação, até os mais exigentes, que é lidar com comportamentos difíceis e o sofrimento que nossas crianças e adolescentes carregam em suas histórias de abandono, negligência, maus-tratos e violência, ou marcados pelo afastamento circunstancial de seu grupo de convivência de

origem; ou seja, tudo aquilo que constitui a pequena biografia dessas crianças e adolescentes.

O trabalho junto às crianças e aos adolescentes que viveram e vivem situações de violação de seus direitos, situações que podem comprometer o seu desenvolvimento pessoal e social, coloca inúmeros desafios quanto à formação técnica, condições afetivo-emocionais e clareza política dos agentes institucionais. É um trabalho exigente, cheio de imprevistos e para o qual não é possível estabelecer uma padronização de conduta porque cada serviço de acolhimento se situa em um contexto específico da realidade deste nosso imenso país, com suas variações regionais, culturais. E mesmo em uma só instituição é possível observar que cada agrupamento de crianças e adolescentes se caracteriza por uma dinâmica muito peculiar, e cada um deles traz, também, uma história peculiar e única que levará a um destino pessoal e social singular, como todos nós! (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2011, p.6-7).

A experiência destes profissionais precisa ser vista, ouvida, pensada. Em pesquisa de Ferreira (2008) sobre um SAICA Regular, a autora realizou um trabalho com a equipe de um Acolhimento Institucional visando levantar, junto a eles, os problemas de seu cotidiano de cuidado às crianças. Os depoimentos evidenciaram o sofrimento, intensidade e por vezes precariedade do trabalho em um SAICA, e a urgência de que esses trabalhadores sejam ouvidos para compreender o cotidiano de seu trabalho e, cada vez mais, proporcionar uma atuação de qualidade e a garantia de direitos prevista no ECA.

Durante os encontros foi possível verificar que o grupo se envolve emocionalmente com os abrigados e não tem suporte para lidar com seus sentimentos. Os resultados são marcas tanto nos trabalhadores quanto nas crianças abrigadas. Eles relatam que se apegam às crianças durante o abrigo e levam um “choque” no momento da saída da instituição. Esse

“choque” também é comum nas crianças em função da grande rotatividade dos funcionários. (...)

Percebemos que os temas geradores levantados pelos trabalhadores denunciam as dificuldades encontradas, seus sentimentos pelas crianças e a vontade de aprender para modificar o ambiente de trabalho e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos abrigados, familiares e também a situação social do município no que diz respeito à violência infantil. (PEREIRA, 2008, p.112-3)

Em outra pesquisa também sobre um SAICA Regular, de Carvalho et al. (2015), buscou-se investigar, através da percepção de três educadores sociais de instituições de acolhimento, a forma como o cuidado subjetivo se apresenta em seu cotidiano de trabalho, entendendo cuidado subjetivo como referente à promoção e ênfase aos aspectos subjetivos da relação profissional *versus* pessoa que recebe o cuidado, ambas envolvidas em um processo, que vai envolver experiências pessoais, sentimentos, valores, significados e diferentes formas de vivenciar e enfrentar situações cotidianas. Os autores, ao final do estudo, sugerem o desenvolvimento de futuros estudos que aprofundem as vivências pessoais dos educadores sociais, uma vez que os dados revelaram a grande importância das decisões e da disponibilidade pessoal do monitor no cuidado das crianças e dos adolescentes (CARVALHO et al., 2015, p.61).

Os participantes comentam que tal contexto leva a exaustão emocional, corroborando dados de estudos prévios. Pesquisa de Hahn Mary e Carlotto (2008) identificou que quanto maior o tempo de trabalho em instituições de acolhimento, mais sentimentos de exaustão emocional e distanciamento acometem os educadores sociais. Nesse aspecto, remete-se a importância de cuidar dos cuidadores, destacando-se a essencialidade do trabalho multidisciplinar (Marques & Czermak, 2008) e, especialmente, do psicólogo (CARVALHO et al., 2015, p.60).

Pensando na essencialidade do papel da equipe de profissionais no âmbito do Acolhimento Institucional, na enorme e diária demanda e possível exaustão e sofrimento destes, é de suma importância ouvir esses profissionais; e tal escuta é necessária para a própria qualidade do serviço e garantia de direitos dos jovens. E, sobre os profissionais do modelo de SAICA Acolhimento Inicial, após busca exaustiva da pesquisadora, não foi encontrada nenhuma pesquisa sobre, nenhuma tentativa de compreensão das especificidades dessa vivência nesse modelo de serviço.

A escolha de se ouvir especificamente a equipe e não os adolescentes vem, em primeiro lugar, de motivos de força maior: a necessidade de se delimitar a abrangência da pesquisa e as perspectivas que serão ouvidas, para que a pesquisa se torne viável. Em segundo lugar, o objetivo central é se compreender a rotina do Acolhimento Inicial, como se configuram as relações e qual a possibilidade e a prática de atuação profissional frente às demandas do dia a dia e destes jovens: considerando isso, é necessário ressaltar que a taxa de evasão dos jovens de um Acolhimento Inicial é extremamente alta, como à frente será abordado. Essa instabilidade da permanência dos usuários poderia representar algumas problemáticas para a pesquisa caso os jovens fossem o público entrevistado, já que os usuários podem mudar de forma radical semanalmente devido às evasões. Além disso, como o objetivo aqui é compreender a rotina e funcionamento desse modelo de Acolhimento de forma mais ampla, assim como a atuação profissional e como é a lida com esses jovens (inclusive, a comparação entre o Regular e o Inicial, já que muitos dos profissionais têm as duas experiências), supõe-se que a consistência da presença dos profissionais pode possibilitar isso de forma mais concreta e clara devido à maior constância que eles têm na rotina. Além de, obviamente, o fato de ser potencialmente muito rica e pertinente a compreensão do olhar dos profissionais para essa vivência e estes jovens e como seu fazer profissional se configura na prática para além das orientações técnicas e oficiais, para assim se compreender a efetiva realidade brasileira no tocante ao assunto; assim como a importância de legitimar e ouvir as dificuldades e sofrimentos destes profissionais, que muitas vezes se encontram desassistidos e sobrecarregados, como as pesquisas citadas acima feitas com as equipes de SAICA evidenciaram. Como dito acima, o papel da equipe é essencial para esses jovens: a

equipe deve ser cuidada e ouvida para que, cada vez mais, seja possível um trabalho cada vez melhor. De qualquer modo, acredito ser de suma importância, para futuras pesquisas, ouvir a vivência diretamente destes jovens, para compreender como, para eles, é viver em um Acolhimento Inicial.

Agora, falar sobre Acolhimento Institucional no Brasil sem pensar no contexto profundamente marcado pela desigualdade social e pelo racismo estrutural é, mais do que insuficiente e desonesto, uma forma de perpetuação e manutenção de tais violências através do apagamento e silenciamento por parte de instituições acadêmicas.

No livro *Acolhimento Institucional na perspectiva da criança* (Ferreira et al., 2015), em capítulo referente à contextualização do campo do Acolhimento Institucional, evidencia-se como a história brasileira é marcada pela institucionalização da infância “pobre” desde seus primórdios, o que deixou uma herança histórica e cultural que ainda exerce influência na atualidade: a herança de culpabilizar as famílias empobrecidas através da concepção da incapacidade dessas famílias para educar e cuidar dos filhos, ignorando as mazelas sociais às quais são submetidas.

Assim, verifica-se que o Brasil é um país com tradição de atendimento institucional a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, tradição essa historicamente forjada pela desqualificação da parcela da população a que pertencem, em sua grande maioria pobre e procedente de etnias não brancas. Instituições religiosas e filantrópicas e, mais tarde, a própria ação estatal esforçaram-se para promover a adaptação dessa população aos padrões considerados "aceitáveis". Porém, essa estratégia não conferiu a essas pessoas condições de igualdade e inclusão; pelo contrário, reforçou a ideia de sua preconcebida incapacidade para a plena inserção na sociedade, o que, de certa forma, tornava natural a sua condição de subalternidade (FERREIRA et al., 2015, p.41-2).

Segundo o documento *“Reordenamento das vagas nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes”*, de Dezembro de 2015, do município de São Paulo, em SAICAs Regulares, a distribuição por raça/cor é a seguinte: 22% preto, 37% pardo, 10% sem informação e 31% branco; nos SAICAS de Acolhimento Inicial, 17% preto, 35% pardo, 29% sem informação e 19% branco. Os números são gritantes, tanto nos Regulares quanto nos serviços de Acolhimento Inicial: a porcentagem de brancos é extremamente baixa se comparada com a soma de pretos e pardos (considerando também a problemática da alta porcentagem de “sem informação”). Pensando sobre essas terminologias, segundo Eurico (2018), preta e parda, entendidas como cores, correspondem às construções sociais, assim como as outras categorias, e o IBGE as adota para classificar a população negra no Brasil. A uniformização das cores é relevante, pois permite que as desigualdades étnico-raciais possam ser comparadas em diversas pesquisas de instituições diferentes.

Em doutorado de Eurico (2018) sobre o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as), a pesquisa que buscou analisar como se materializa o racismo institucional no cotidiano dessas crianças e adolescentes negros(as) e o quanto esta prática guarda profunda relação com as formas legitimadas de controle de corpos negros no período da escravidão no Brasil. A autora afirma que:

Se o cotidiano é lugar de reprodução de práticas refletidas e carregadas de ideologia, os serviços de acolhimento institucional também incorporam estas práticas que reproduzem o racismo institucional, sem constrangimentos, porque representam o Estado que se colocou no eminente papel de guardião da infância e da adolescência "pobres". O público-alvo dos serviços de acolhimento institucional tem história, tem classe social e tem raça/cor e a tarefa prioritária é fazer emergir essa história para que se possa conhecer a essência do fenômeno de acolhimento como mais uma manobra do capitalismo de controle sobre a classe trabalhadora. O silêncio ou as lacunas deixadas por práticas indiferenciadas favorecem a criação de fantasias acerca do

porquê eles estão ali, bem como a revolta e a transferência de culpa para as famílias, concebidas como incapazes de proteger, amar e cuidar. Em um país marcado pela alta concentração de renda nas mãos de uma parcela minoritária da sociedade e cuja redistribuição de renda, via serviços e políticas públicas, é vexatória, é fácil entender por que os serviços de acolhimento tem esse perfil (EURICO, 2018, p.189-90).

O reconhecimento de tal realidade é essencial para a não culpabilização desses jovens e de suas famílias e para não se individualizar e internalizar um problema coletivo, que diz respeito a toda a história de um país. É necessário um esforço constante, que pretendo ter nesta pesquisa, para não cair em preconceitos de classe e raça, pré-concepções superficiais e violentas, para que assim possa se haver uma investigação e escuta atentas e críticas. Tal ponto referente à história brasileira do Acolhimento Institucional tão profundamente marcada pelas desigualdades sociais e pelo racismo, que se reflete fortemente na atualidade, será retomado nos próximos capítulos. Cabe, agora, por fim, explicitar através de qual fundamentação teórica esta pesquisa será realizada.

A autora central que servirá de embasamento para a presente pesquisa será Hannah Arendt (1906-1975). Tanto as entrevistas individuais semi-dirigidas que serão feitas quanto a análise dos dados coletados nestas entrevistas (núcleos/categorias de sentido), além dos capítulos iniciais teóricos, terão como pano de fundo as noções centrais da pensadora.

Arendt pensa a filosofia enquanto ação, enquanto vida, enquanto política, colocando a centralidade do compreender na experiência, nas narrativas humanas, sempre considerando contexto e mundo. Esse posicionamento frente ao existir humano guarda uma profunda proximidade com a Psicologia, tal como Critelli (2015) aborda em *“História Pessoal e Sentido da Vida - Historiobiografia”*, e Walckoff (2016) em *“As Possibilidades do Pensamento de Hannah Arendt na Prática Psicológica”*, livros que serão evocados futuramente. Assim, esta pesquisa se propõe partir da compreensão da filósofa sobre a existência humana, utilizando-se disso não só enquanto metodologia de análise

de narrativas, mas também como inspiração e ponto de partida ético, político e teórico do que se compreende, aqui, enquanto ser humano.

Camasmie (2007) abre seu mestrado com a seguinte frase de Arendt:

Podemos designar o dom de um coração compreensivo como a faculdade da imaginação. Distinta da fantasia que sonha algo, a imaginação se interessa pela escuridão específica do coração humano e pela peculiar densidade que cerca tudo o que é real. (...) A verdadeira compreensão não se cansa jamais do diálogo interminável, pois, acredita que vai acabar conseguindo ter ao menos um vislumbre da sempre assustadora luz da verdade - Hannah Arendt

Este será o esforço dessa pesquisa. Pensando no caminho que Arendt sugere, de compreensão dos acontecimento históricos através da narrativa (CAMASMIE, 2007), podemos começar a pensar na importância da narrativa da equipe para a compreensão da dinâmica de um Acolhimento Inicial, que é o que este trabalho se propõe a fazer. Segundo Camasmie (2007), Arendt entende a importância da narrativa de biografias por esta ser dotada de uma condição pré-política, portanto, uma preparação, um exercício de liberdade: toda vida individual narrada enquanto história é a condição pré-política e pré-histórica da História, a grande história sem começo nem fim.

Se as histórias individuais estão assim estreitamente ligadas à História, então o movimento filosófico que Arendt empreendeu utilizando-se da narrativa para compreender o presente, recuperando o sentido e o significado dos acontecimentos históricos, também acontece ao mesmo tempo na dimensão das histórias da vida de cada homem, pois estas que a constituem. A História é o pano de fundo das vidas dos homens, portanto, recontar histórias de vidas só é possível porque estas emergem daquela: “A principal característica da vida especificamente humana, cujo aparecimento e desaparecimento constituem eventos

mundanos, é que ela, em si, é plena de eventos que posteriormente podem ser narrados como história e estabelecer uma biografia”.

Para Arendt, o entrelaçamento das biografias dos homens particulares é o que constitui os eventos mundanos, de modo que contar os acontecimentos históricos de um determinado momento da história humana significa contar a história dos indivíduos. E o inverso também é verdadeiro, pois não há como narrar a história de alguém sem que esta seja parte inseparável de uma grande teia de acontecimentos mundanos das quais participa. A história pessoal de cada um constitui e é constituída pela história do mundo. (CAMASMIE, 2007, p.3-4)

É necessário conceituar de maneira mais clara a ideia de narrativa, já que está implicada com a concepção de ser humano que aqui será defendida e pensada. Segundo Camasmie (2007), através do discurso narrativo os homens se contam permanentemente sobre si e sobre os demais, entrelaçando suas histórias e manifestando-se narrativamente uns aos outros.

A ação e o discurso são dimensões impermanentes, fluidas, fazendo com que ser homem não se circunscreva nem se limite a um lugar físico. Ser homem, portanto, não é ser uma entidade estável nem permanente, mas uma biografia constantemente escrita e reescrita através das narrações, que oferecem significados às histórias vividas. Essa biografia tem então, como característica principal, o inacabamento, o não fechamento. E assim se mostra porque o homem é, em essência, livre. Guarda em si a eterna possibilidade de realizar o infinitamente improvável. Desse modo, nem ele nem ninguém tem como prever seu destino, o desenrolar de sua biografia, pois esta estará sempre em jogo nas relações com os outros homens e qualquer afirmação sobre seus passos

futuros serão apenas sugestões de finalizações de um enredo. Para Arendt, então, quem o homem é, poder-se-ia dizer: uma história. (CAMASMIE, 2007, p.33-4)

Justamente essa concepção de ser humano enquanto essencialmente livre e a noção de “realizar o infinitamente improvável” que abrem espaço para o pensamento, para o não fatalismo e para a ação, que é o objetivo primordial da presente investigação. Apoiando-se na noção de pluralidade, podemos pensar na inelutável e ontológica condição de existirmos em conjunto, inextricavelmente em conjunto, e isso nos impõe uma responsabilidade por nosso mundo e pelos outros, já que nossas narrativas e ações são indissociavelmente ligadas aos outros.

Para Arendt, ser homem e ser narrador são uma e a mesma coisa, e a vida uma grande narrativa construída entre homens. Para dar embasamento esse ponto de vista, a autora inicia seu V capítulo da *Condição Humana (Ação)* afirmando que a condição básica da ação e do discurso é a pluralidade, e esta possui um duplo aspecto: igualdade e diferença. Os homens são iguais porque são capazes de se compreenderem e são diferentes porque necessitam de algo que intermedeie suas relações para que possam ter suas necessidades atendidas. Se não fossem diferentes, suas necessidades seriam as mesmas, portanto, não haveria utilidade de haver comunicação entre si. Justamente por serem iguais e diferentes ao mesmo tempo, os homens são plurais e singulares. Partilham quem são com os outros homens, jamais havendo a possibilidade de se separar o que é seu do que é do outro, embora possam delinear sua história única e singular entre as histórias dos outros homens. Mesmo que se possa dizer "essa é minha história", não se pode perder de vista que esta é uma história construída com os outros, portanto jamais solipsista (CAMASMIE, 2007, p.35).

Esse dupla característica da pluralidade, de sermos ao mesmo todos seres humanos e inegavelmente singulares, reforça o valor das narrativas para a compreensão da experiência humana e do mundo, já que o homem revela seu mundo na mesma medida em que o mundo constitui tal homem. Reforçando esse ponto, segundo Critelli (2015), a teia de relações humanas revela o mundo que a articula e revela quem um indivíduo é, assim como o indivíduo revela a teia de relações humanas e seu mundo. A forma mais fidedigna e concreta de acesso à realidade é através da própria experiência humana, que é o que aqui se visa fazer. De acordo com Lafer (2007), no seu percurso, Hannah Arendt atribuiu grande importância à narrativa e à experiência como meios de alcançar a compreensão das coisas:

O valor epistemológico e existencial da experiência, numa época em que os universais do pensamento se tornaram fugidios, é outro tema forte em Hannah Arendt e está ligado à narrativa. Para ela a experiência é tanto o ensaiar, o pôr à prova, o testar, quanto a provação que permitem uma melhor compreensão das coisas (LAFER, 2007, p.289).

Outro conceito arendtiano que será aqui resgatado é a *natalidade*. Refletir sobre a importância de se cuidar da juventude brasileira pode ser pensado, num primeiro momento, através de tal concepção, já que uma nova geração sempre representa a possibilidade do novo, e isso é essencial para a preservação da humanidade e para a potencial transformação dela. De acordo com Arendt (2005), a criança é nova num mundo que lhe é estranho, e ela está em devir. Ela é um novo ser humano e está a caminho de devir um ser humano, e cabe aos adultos a responsabilidade apresentá-las a um mundo que já existia antes delas, o que implica assumir responsabilidade pelo próprio mundo (ARENDR, 2005). No tocante à Educação dos jovens, os recém-chegados, Arendt afirma sobre a tarefa dos adultos:

A educação é assim o ponto em que se decide se se ama suficientemente o mundo para assumir responsabilidade por ele e, mais ainda, para o salvar da ruína que seria inevitável

sem a renovação, sem a chegada dos novos e dos jovens. A educação é também o lugar em que se decide se se ama suficientemente as nossas crianças para não as expulsar do nosso mundo deixando-as entregues a si próprias (ARENDDT, 2005, p.14).

Podemos pensar na própria equipe profissional do SAICA como adultos que têm a possibilidade privilegiada de cuidado e de apresentação do mundo a esses jovens, e isso precisa ser cuidado para garantir a própria continuidade do mundo, já que o futuro deste está nas mãos destes jovens.

Segundo Gangá e Sousa (2017), somente os seres humanos podem romper o determinismo da natureza, e é aqui que a natalidade aparece como potência inovadora por meio da qual a vida é lançada no mundo na forma de uma existência capaz de conferir significado ao ambiente em que vive. Mas Arendt vai além, pensando na dimensão da natalidade no tocante à ação e ao discurso:

Deste modo, a noção de natalidade abrange no pensamento de Hannah Arendt não somente o surgimento da dimensão corpórea dos seres humanos, por meio deste conceito Arendt vai um pouco mais além, (...), ela vê na ação e no discurso os modos integradores mais significativos para a vida entre os homens, e é por meio desta capacidade de integração que os homens realizam sua condição de existência. Natalidade é sinônimo de novo, marca a possibilidade de a cada novo nascimento de um ser humano termos renovada a expectativa do surgimento de algo novo, assim, deve-se ater a este sentido de iniciativa que a natalidade adquire no pensamento de Arendt. Cada novo indivíduo potencialmente carrega em si a possibilidade de abrir novos caminhos, criar novos modos de interação, realizar novas ações e elaborar novas falas, em suma, cada novo indivíduo é dotado de iniciativa para criar o mundo de suas relações e assim

confirmar o caráter comum e social da existência humana.
(GANGÁ E SOUSA, 2017, p.11)

Cabe a nós pensarmos em nossa responsabilidade frente à juventude de nosso país e às mazelas inegáveis e à possibilidade de mudança e transformação, que só é possível assumindo-se a responsabilidade pelo nosso mundo, nosso mundo Brasil, e pela juventude brasileira. Além do dever que temos de garantir o direito destes jovens, já que nestes há a dignidade intrínseca de todo ser humano: isso significa que qualquer indivíduo, em qualquer lugar, deve ser pensado como portador de direitos (o que a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, defende, e da qual o Brasil é signatário), o que Arendt chama de “direito a ter direitos” (BENEVIDES, 2004), e cabe a todos nós a garantia desses direitos. É uma responsabilidade coletiva.

Arendt, por pensar sempre no singular e na pluralidade, na existência do mundo e na novidade que cada ser humano representa, possibilita uma forma de compreensão rigorosa da realidade, já que considera como essencial o contexto histórico e social na mesma medida em que considera essencial a narrativa dos indivíduos que compõem esse contexto. Segundo Gangá e Sousa (2017), Arendt considera que somente pertencendo a uma coletividade e assumindo a responsabilidade e a inegável pertença à pluralidade, que a vida humana adquire sentido: Arendt concebe a relação entre ação e natalidade como demonstração da essência política presente na condição humana, sendo na verdade o modo essencial pelo qual a vida do ser humano se manifesta.

O ser humano para se realizar completamente como homem deverá encontrar-se totalmente envolvido por outros seres humanos, individualmente ele nunca alcançaria sua humanidade. (...) Viver é estar entre os homens fazendo parte da pluralidade humana, pois somente se relacionando e convivendo com os outros indivíduos a vida humana adquire sentido. Morrer é deixar de estar entre os homens, é sair da cena comum que unifica o mundo humano, é deixar de pertencer a uma coletividade que abriga e revela a própria

essência de quem somos nós (GANGÁ E SOUSA, 2017, p.11-2).

Todas as informações, pesquisas e conceitos técnicos e teóricos serão retomados e aprofundados nos capítulos desta pesquisa. Agora, para finalizar a Introdução, cabe pensar no conceito de política para a filósofa: segundo Gangá e Sousa (2017), Arendt se refere à política como sendo a capacidade de começar, de iniciar uma perspectiva de existência na qual a pluralidade humana torna-se a única realidade possível a partir da qual todos os seres humanos se encontrariam igualmente integrados. Arendt estabelece a necessidade de um cuidado comum pelos negócios humanos, referindo-se a um espaço de vida pública no qual se desenvolve as ações que organizam e ajustam os aspectos comuns da experiência humana, dessa forma, pode-se dizer que a ação acontece na existência política, onde os seres humanos só podem ser livres quando agem.

A presente pesquisa, por fim, propõe-se a um esforço de compreensão dessa experiência humana particular do Acolhimento Inicial através da singularidade das narrativas dos profissionais que aqui serão ouvidos. Cabe a nós, pesquisadores, a coragem da compreensão para trazer ao mundo o novo e poder, assim, agir, talvez transformando a realidade:

Sem a compreensão, a liberdade de agir não é possível, pois é a partir do resgate do sentido dos acontecimentos que o homem se dispõe a iniciar movimentos novos, disposição que Hannah Arendt denomina de coragem: “a conotação de coragem (...) já está, de fato, presente na disposição de agir e falar, de inserir-se no mundo e começar uma história própria.” (CAMASMIE, 2007, p.3-4).

2. PESQUISA NA PSICOLOGIA ATRAVÉS DE UM OLHAR ARENDTIANO: APORTE TEÓRICO E METODOLOGIA

*“Segunda lição do dia:
um bicho só, é só um bicho.*

Agora, todos juntos...

Somos fortes!”

- *Salimbancos (Todos juntos)*

*“Enquanto os leões não contarem suas histórias,
os contos de caça glorificarão sempre os caçadores”*

- *Provérbio 'africano'*

Este capítulo visa uma introdução à pensadora Hannah Arendt e a algumas de suas noções que serão de suma importância para a compreensão da metodologia que será empreendida nesta pesquisa. De antemão, é importante ressaltar que dada a complexidade das ideias arendtianas, qualquer exposição breve, como a que aqui será feita, será certamente insuficiente. O presente título não tem a pretensão de um aprofundamento ou absoluto rigor, e sim de uma introdução a ideias arendtianas que servirão de fundamento para se pensar a metodologia e os pressupostos da presente pesquisa.

2.1 Hannah Arendt: uma breve biografia

Não há aqui a intenção de uma extensa biografia, e sim de uma breve explicitação do ponto do qual iremos partir, já que a história de Arendt é importante para a compreensão da teoria da pensadora (além de que muitos da Psicologia não conhecem sua extraordinária biografia, a qual certamente vale a pena conhecer). Hannah Arendt (1906-1975) foi uma estudiosa alemã de origem judaica, uma das mais influentes do

século XX. A privação de direitos e perseguição de pessoas de origem judaica ocorrida na Alemanha a partir de 1933 (inclusive, por ser judia, foi proibida de defender uma segunda tese, que lhe daria o acesso à docência nas universidades alemãs), assim como o seu breve encarceramento nesse mesmo ano pela Gestapo, fizeram-na emigrar. Deixou a Alemanha, passando por Praga e Genebra antes de chegar a Paris, onde trabalhou nos seis anos seguintes com crianças judias expatriadas e tornou-se amiga do crítico literário e filósofo marxista Walter Benjamin. Quando a França foi ocupada pelos alemães, Arendt foi presa juntamente com seu segundo marido, o filósofo "marxista crítico" Heinrich Blücher e ficou internada no campo de concentração de Gurs. Em 1941 conseguiu escapar e fugir para os Estados Unidos, através de Espanha e Portugal, com a ajuda do jornalista americano Varian Fry.

Ainda em 1933, Arendt defendia a postura de que se devia lutar ativamente contra o nacional-socialismo. Essa posição era contrária a de muitos intelectuais alemães, inclusive alguns de origem judaica, que pretendiam se aproximar do nacional-socialismo, subestimando a ditadura e inclusive elogiando os novos donos do poder. Ela expressava abertamente seu desprezo pela "adaptação" ao novo regime da maioria dos intelectuais. Inclusive, o ingresso de Martin Heidegger no Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães causou o rompimento de sua relação com ele, a qual não foi retomada até 1950. A postura de Heidegger inclusive impulsionou questionamentos e investigações de Arendt:

Desejosa de compreender como até mesmo intelectuais brilhantes como Martin Heidegger podiam compreender mal o horror político do regime nazista, sugeriu projetos de livros muitos dos quais examinam a relação entre a teoria intelectual e a política. Não era o comportamento do inimigo que surpreendia Arendt, mas as traições de seus amigos na comunidade intelectual; isto inspirou-lhe tal estado de ânimo antiacadêmico que a faz querer rejeitar academia por completo (FRY, 2010, p.15).

O regime nazista retirou-lhe a nacionalidade em 1937, o que a tornou apátrida até conseguir a nacionalidade norte-americana em 1951. Trabalhou, entre outras atividades, como jornalista e professora universitária e publicou obras importantes sobre teoria política. Em sua juventude, ainda na Alemanha, foi aluna de Heidegger, estudou sob a orientação de Edmund Husserl e, sob a tutoria de Karl Jaspers, fez a tese “O conceito de amor em Santo Agostinho”. Em 1963, Arendt foi contratada como professora da Universidade de Chicago, onde ensinou até 1967, ano em que se muda para Nova York e passa a lecionar na New School for Social Research, instituição na qual permanece até à sua morte em 1975.

2.2 Pensamento arendtiano, a Fenomenologia e a Psicologia

Para apresentá-la enquanto profissional e pensadora, nada melhor do que usar as palavras da própria Arendt. Em entrevista com Günter Gaus (1964), em tradução livre do inglês, Arendt diz, corrigindo seu entrevistador:

“Eu não pertencço ao círculo de filósofos. Minha profissão, se é que eu posso falar de alguma, é de teórica política. Eu não me sinto no círculo dos filósofos, e nem acredito que fui aceita no círculo dos filósofos. (...) Eu disse adeus para a Filosofia de uma vez por todas. (...) Quando eu falo sobre essas coisas, academicamente ou não, eu sempre menciono que há uma tensão entre filosofia e política. Entre o homem enquanto um ser pensante e o homem enquanto um ser atuante. (...) Eu quero olhar para a política com um olhar não obscurecido pela filosofia”.

Agora, intento fazer uma breve ressalva e protesto: no curso de Psicologia da PUC-SP, estudamos muito a Fenomenologia (em três disciplinas obrigatórias e outras optativas), e nos debruçamos sobre autores como Martin Heidegger (1889-1976),

Edmund Husserl (1859-1938), Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), Medard Boss (1903-1990), Ludwig Binswanger (1881-1966), entre alguns poucos outros (inclusive Gestalt-terapia enquanto Fenomenologia). Arendt, no entanto, não aparece nestas disciplinas; somente muito brevemente em disciplinas eletivas sobre Educação, mas nunca referente à Fenomenologia (enquanto pensadora da existência). Faço aqui questão de reafirmá-la no escopo fenomenológico quase que enquanto tentativa de defesa e militância de que Arendt deve ser estudada nas disciplinas básicas (não só optativas) de Fenomenologia da Psicologia da PUC-SP. Uma estudiosa tão renomada e respeitada internacionalmente, que fala tão radicalmente sobre o mundo e a vida, de contribuições potencialmente tão ricas para a Psicologia e para a Fenomenologia, precisa estar presente. Ainda mais em uma área tão dominada por nomes masculinos, que não ignoremos um nome feminino tão potente, ainda que, em respeito a ela, não a chamemos de filósofa, mas pensadora.

Enquanto justificativa para colocar a autora no escopo da Fenomenologia, recorro ao Doutorado de Castanheira (2015), que diz que, inscrita na escola de pensamento fenomenológico fundada por Edmund Husserl e apropriada por Martin Heidegger e Karl Jaspers, Hannah Arendt retoma o debate em torno da questão do sentido e da verdade iniciado por Husserl e Heidegger para, a partir dele, construir os alicerces de um novo e refundado sentido para a existência ou ser do humano.

É nosso intuito pensar as teses e conceitos arendtianos à luz de uma fenomenologia do sentido, procurando clarificar a sua estrutura interna e compreender o seu carácter de experiências ou vivências constitutivas do ser do humano e cuja articulação resulta numa reflexão acerca da relação entre a filosofia – o pensar – e a política – o agir – como expressão de uma vida humana. Influenciado pela preocupação fenomenológica com a redução de toda a realidade a processos naturais ou históricos, o pensamento arendtiano procura arrancar o humano a uma progressiva naturalização desumanizadora que tem lugar por intermédio da sua redução a uma funcionalidade biológica (zoe), a qual se expressa por

uma desvalorização do político e da liberdade, culminando na transformação da existência do humano numa superfluidade apta a tornar-se num objeto passivo de manipulação e administração, sujeita à necessidade de processos históricos ou naturais (CASTANHEIRA, 2015, p.29-30).

Ainda segundo Castanheira (2015), George Kateb afirma que Arendt queria “fazer aquilo que nunca havia sido feito: prover uma descrição do sentido da ação política”, afirmação que suscita o seguinte comentário de Dana Villa: “a formulação de Kateb tem o mérito de focar a nossa atenção na dimensão essencial da teoria da ação política de Arendt, a dimensão do sentido”. Essa teorização da ação redundava numa fenomenologia do sentido, uma fenomenologia das suas fontes, das suas condições, dos seus modos de vinda à presença, bem como das possibilidades da sua permanência.

Para Villa, a motivação por detrás da teoria da ação de Arendt é, parcialmente, ontológica. A sua apropriação da praxis [...] é guiada pelo desejo de recuperar não conceitos, mas um certo modo de ser-no-mundo. Tal como Villa, consideramos que o horizonte desta semântica das atividades humanas – que toma a forma de análise fenomenológica – é ontológico, e não o de uma antropologia filosófica ou de uma sociologia, como poderia parecer a um primeiro olhar. (CASTANHEIRA, 2015, p.31)

Segundo Dias (2008), Arendt, a partir de um posicionamento crítico, realiza um tipo próprio de fenomenologia, não tendo como ponto de partida nem o ego transcendental, nem uma analítica do *Dasein*, mas, sim, uma compreensão da relação entre pluralidade e mundo. Evidencia-se, a partir desta interpretação, que a fenomenologia influencia tanto os métodos de análise de Arendt quanto os conceitos e temas pensados por ela.

Colocada a relação da autora com a Fenomenologia, discorreremos agora sobre as possibilidades de aproximação de Arendt com a Psicologia. Para tanto, basearei-me

especialmente no livro “*As possibilidades do pensamento de Hannah Arendt na prática psicológica*”, de Simone Dalla Barba Walckoff (2016), que explora justamente essa fértil aproximação. Por enquanto, é essencial ressaltar que o pensamento de Arendt não será aqui, em momento algum, utilizado enquanto técnica, e sim enquanto inspiração e esforço ético e constante de aproximação do fenômeno e da vida vivida. Assim como Critelli (2015), alerta para a palavra inspiração, porque a tentativa de endereçar a compreensão do humano que Arendt desenvolve para atividades tão concretas nem de longe passou pela pretensão dela.

Embora a Psicologia tenha buscado se distanciar da vida, se afugentando na reflexão e suas teorias explicativas, é para ela que somos convocados quando ouvimos a demanda das pessoas que buscam a psicologia de algum modo e é para ela, portanto que temos que nos dirigir (WALCKOFF, 2016, p.63).

Considerando o excerto acima, segundo Walckoff (2016), precisamos nos utilizar da reflexão, sem dúvida, mas como compreensão, como ato contínuo de degelar concepções para dar conta das questões que a vida nos coloca constantemente. Isso é o que faz o pensamento de Hannah Arendt tão fértil para a psicologia. A autora não se ocupou com os fenômenos psicológicos, essa nunca foi uma questão para ela, mas sua obra está próxima de nós por ser atravessada por uma preocupação permanente em compreender a vida vivida.

Nos próximos subtítulos, serão apresentados noções e ideias de Arendt que servirão de fundamentação para a presente pesquisa e que elucidarão essa potente relação da autora com a Psicologia.

2.3 A Psicologia do deserto

No epílogo do livro *A promessa da política* (ARENDR, 2010) - texto de conclusão de um curso intitulado “A história da teoria política” que Arendt ministrou na Universidade de Berkeley em 1955 -, a pensadora faz uma crítica ao que chama de Psicologia do Deserto, a qual vale citar aqui visando não apenas a Psicologia que não desejo perpetuar, mas também a outra, a qual desejo lutar por. Vale enfatizar que: as ideias arendtianas que irei expor neste capítulo não visam aplicação de qualquer técnica na presente pesquisa ou, muito menos, entuchar a temática em conceitos teóricos filosóficos ou psicologizantes que precedam a experiência. Como já exposto, a teoria de Arendt servirá aqui de inspiração para guiar o olhar de forma ética, apropriada e atenta. Segundo Walckoff (2016), parte-se dessa inspiração não como técnica, mas como exercício contínuo de aproximação da *viva vivida*, na qual a política está presente e o aparecimento do novo é sempre uma possibilidade.

Arendt, neste epílogo, faz uma crítica ao que chama de Psicologia do Deserto, psicologia esta que, segundo ela, visa a adaptação do ser às condições desérticas de nosso mundo histórico. Arendt chama de Deserto o mundo da ausência-de-mundo. Mundo, para ela, não é a mera somatória de coisas existentes, e sim um espaço de pluralidade: a vida política, a coexistência, que é condição da singularidade do ser, também originária. Nossa condição é política pois existimos no plural, e, sem o plural, não há condição humana. Assim, para ela, o nosso mundo histórico torna a experiência de mundo ausente: nosso mundo histórico nega o que é propriamente mundo, o espaço de coexistência, nega o *entre-nós* (que é anterior ao *eu* e ao *tu*). Na pluralidade é que a inteireza de minha existência é afirmada: o *entre* que forma o *eu*. Justamente este *entre* destitui o *eu* sua causalidade e supremacia, já que não há *eu* prévio ou ensimesmado - só sou quem sou no plural, e é o plural que me permite aparecer e que garante minha unicidade e singularidade (é no plural que o caráter de único pode se revelar; é no plural que meu modo de aparecer é possível).

Assim, o mundo desértico do qual Arendt fala é um mundo sem o *entre*, no qual as pessoas não se pertencem (motivo pelo qual ela julga que o totalitarismo foi possível), já que, se perco a condição do plural, não me relaciono comigo: não é só o outro que se torna opaco, também me torno opaco para mim mesmo. No texto em questão, Arendt

inicia falando sobre Nietzsche, que dizia que o deserto estava dentro de nós. Sobre isso, Arendt escreve:

O moderno crescimento da ausência-de-mundo, a destruição de tudo que há *entre nós*, pode ser também descrito com uma expressão do deserto. O fato de vivermos e nos movermos num mundo-deserto foi primeiramente percebido por Nietzsche, também o primeiro a se esquivar em seu diagnóstico. Como quase todos que vieram depois dele, Nietzsche acreditava que o deserto está em nós, assim se revelando não apenas um dos primeiros habitantes conscientes do deserto, mas também, por essa mesma razão, uma vítima de sua mais terrível ilusão (ARENDR, 2010, p.266).

Arendt faz uma releitura do deserto que Nietzsche falou sobre (chamando-o inclusive de vítima deste mundo): para ela, o deserto não está dentro de nós, nós é que estamos dentro do deserto, neste mundo da ausência-de-mundo, mundo-deserto. Nisto, Arendt inicia sua crítica à Psicologia do Deserto:

A moderna psicologia é a psicologia do deserto: quando perdemos a faculdade de julgar - sofrer e condenar - começamos achar que algo errado conosco por não conseguirmos viver sob as condições da vida no deserto. Na pretensão de nos “ajudar”, a psicologia nos ajuda a nos “adaptarmos” a essas condições, tirando a nossa única esperança, a saber: que nós, que não somos do deserto, embora vivamos nele, podemos transformá-lo num mundo humano. A psicologia vira tudo de cabeça para baixo: precisamente porque sofremos nas condições do deserto é que ainda somos humanos e ainda estamos intactos: o perigo está em nos tornarmos verdadeiros habitantes do deserto e

nele passarmos a nos sentir em casa (ARENDR, 2010, p.266-7).

Arendt aponta para uma interiorização/subjetivação desse deserto do nosso mundo, como se ele nos fosse natural, nos fosse dado e estivesse dentro de nós. Essa psicologização e individualização do deserto vem também desse mundo da ausência-de-mundo, no qual nem vejo mundo além do meu suposto *eu*: “se o deserto está dentro de mim, o problema sou *eu*”; “se *eu* estou sofrendo, *eu* tenho que mudar”. E é precisamente aí que a Psicologia do Deserto entra: com soluções individualizantes e internalizantes para o sofrimento que é compreendido como individual, solitário e sem-mundo, e que não coloca em questão o mundo ou o *entre-nós*: uma espécie de fechamento da política como aquilo que surge do entre-nós, um movimento de adaptação e uniformização condenatória do existir. E que não vislumbra a possibilidade de se transformar o mundo, e sim o exercício de adaptação da vida humana ao deserto, o sofrer menos dentro do deserto sem ousar ou cogitar alterá-lo.

É verdade que nas mãos (...) das adaptações da psicologia moderna nós sofremos menos: perdemos a faculdade de sofrer e com ela a virtude da resistência. Só quem é capaz de parecer a paixão de viver sob as condições do deserto pode reunir em si mesmo a coragem está na base da ação, a coragem de se tornar um ser ativo (ARENDR, 2010, p.267)

A postura de tal psicologia frente ao sofrimento é de esforço de adaptação do sujeito que sofre às condições desérticas, de abafamento e silenciamento do sofrimento. Ou seja, sedar o sofredor, que não consegue mudar as condições do sofrimento, perpetuando o mundo desértico e perdendo a possibilidade transformadora por meio da dor: quando a psicologia do deserto nos adapta a uma condição dilacerante, nos tira a possibilidade de enfrentamento dessa situação. Arendt, no entanto, pensa em uma possibilidade de reação criadora/transformadora frente ao sofrimento proveniente do mundo-deserto, e não meramente adaptativa a este mundo. Arendt, então, introduz a ideia de Oasis e da importância deste para a resistência:

(...) a psicologia apenas procura nos tornar tão habituados à vida no deserto, que já não mais sentimos necessidade de oásis [sem os quais nenhum de nós poderia resistir]. Os oásis são as esferas da vida que existem independentemente, ao menos em larga medida, das condições políticas. O que deu errado foi a política, a nossa existência plural, não o que podemos fazer e criar em nossa existência no singular: no isolamento do artista, na solidão do filósofo, na relação intrinsecamente sem-mundo entre seres humanos tal como existe no amor e às vezes na amizade (...). Sem a incolumidade desses oásis não conseguiríamos respirar (...). Em outras palavras, os oásis não são lugares de “relaxamento”, mas são fontes vitais que nos permitem viver no deserto sem nos reconciliarmos com ele. (...) (ARENDR, 2010, p.268-9).

O Oasis, conforme explicitado acima por Arendt, é uma forma de se distanciar do espaço plural para ser possível “respirar” na solidão sem-mundo para, então, ganhar força para voltar ao plural e reelaborar criativamente o mundo, transformar paulatinamente o deserto; retornar ao mundo sabendo julgar, sofrer e lidar com a dinâmica do deserto, produzindo possibilidades de reelaboração transformadora do deserto. O Oasis, assim, difere do conceito de Ação arendtiano: o Oasis alimenta as possibilidades de Ação e de retorno ao mundo com vitalidade e força, para, então, agir. E é o conceito de Ação que nos interessa aqui.

Contextualizando-se Arendt no presente e na temática desta pesquisa, o presente subtítulo visou demonstrar que essa mesma Psicologia do deserto é aquela com práticas (sejam na atuação ou na pesquisa) que contribuem para a manutenção de desigualdades e do *status quo*. Uma Psicologia sem mundo, que não se deixa tocar pelo mundo e é indiferente ou inerte frente às desigualdades brasileiras. Fazer uma Psicologia com compromisso social é fazer uma Psicologia do *entre*, da pluralidade, da responsabilidade e da potencial transformação do mundo. Afinal, “a vocação da Psicologia é estar ali onde a

palavra está ameaçada” (Hilton Japiassu). Alguns conceitos arendtianos podem ajudar nesta compreensão e postura dentro da Psicologia.

Enfim, pontuada a Psicologia a qual não desejo ser conivente com e nem atuar para sua manutenção (a Psicologia do Deserto), é necessário agora mostrar a Psicologia a qual parte-se e defende-se na presente pesquisa: a Psicologia enquanto atuação e pesquisa que parte da compreensão e é comprometida com a ação.

2.4 Compreensão e ação, pluralidade e natalidade

Antes de nos debruçarmos sobre a Ação para Arendt, cabe falarmos sobre a noção de *compreensão*. Arendt entende que o *pensar* (Vida do Espírito ou Vida Contemplativa, que se diferencia da Vida Ativa, que será citada mais à frente) não é atividade única, mas se desdobra em diferentes modalidades, dependendo do fim que o convoca. Para ela, o *pensar* pode desenrolar-se como conhecimento (cognitivo), como pensamento propriamente dito (contemplativo/filosófico) e como compreensão.

Primeiramente, o *conhecimento* (cognitivo) diz respeito ao pensar que se desenvolve nas ciências, quando busca-se estabelecer verdades sobre a realidade que durem entre nós e sejam úteis, tais como a resistência dos materiais, a composição química da água, o que é gravidade etc (CRITELLI, 2015). Em segundo lugar, o *pensamento* propriamente dito (contemplativo/filosófico) é o pensar quando sua finalidade é o descobrimento das essências ou verdades primeiras e últimas de todas as coisas, a exemplo da filosofia. É uma atividade que exige uma espécie de retirada do mundo corriqueiro e da ação, portanto, sem compromisso com qualquer questão prática ou imediata. Responder às suas questões (por exemplo, o que é a verdade, o que é liberdade etc) não é tarefa que atende a nenhuma urgência da vida cotidiana (CRITELLI, 2015). E, por fim, para a presente pesquisa, a noção de pensamento enquanto compreensão é a que mais interessa. Segundo Critelli (2015):

O pensar é compreensão quando sua finalidade é o entendimento do sentido de algo ou de uma situação para que possamos lidar com eles. É próximo do pensamento propriamente dito (e que a filosofia realiza), enquanto sua estrutura é reflexiva, mas distingue-se dele à medida que o resultado da compreensão interessa imediatamente à ação, portanto à vida cotidiana e em conjunto. É uma atividade que não é de competência apenas do filósofo, nem só do cientista, mas uma exigência do próprio existir como homens, à medida que incapazes de agir sem compreender (CRITELLI, 2015, p.24).

Segundo Monti (2017), buscar fundamentar a compreensão como uma atividade que deriva das experiências mundanas quer dizer que primeiro devemos entender o que Arendt entende por mundo; mundo deve ser entendido enquanto pluralidade. Essa perspectiva parte do pressuposto de que o mundo deve ser pensado a partir das experiências dadas, concretude dos acontecimentos políticos, e não através de um recuo contemplativo. Para Arendt, um elemento muito importante é a experiência da pluralidade: pluralidade é o âmbito da coexistência, ou seja, o mundo (como brevemente explorado no subtítulo acima). Mundo, para ela, de maneira mais radical, significa o espaço de coexistência/pluralidade. Para Arendt, a ideia de indivíduo (enquanto *indiviso* do latim, *átomo* do grego) não existe: um ser ensimesmado, apartado do mundo e dos outros, não poderia ser real já que a condição humana é antes de tudo plural. Assim sendo, o que funda essa perspectiva política de Arendt é sempre a preservação da pluralidade como *locus* da vida dos indivíduos, mundo é sempre essa multiplicidade de perspectivas possíveis. O que se busca evidenciar é que nesta perspectiva de mundo seria inconcebível pensar o homem sem pensá-lo entre os demais homens, o que desdobra na própria noção de política para Arendt. A verdadeira humanidade pressupõe este estar junto (MONTI, 2017).

Os três modos de pensamento descritos acima são despertados pela realidade, mas somente a compreensão tem pressa, urgência de cessar e voltar para ela para atuar nela. A compreensão configura o ato contínuo de degelar concepções para dar conta das

questões que a vida nos coloca constantemente, uma tentativa de compreender a vida vivida (WALCKOFF, 2016). Compreender é entrar no significado de algo, não conhecê-lo na dicotomia e distanciamento de Sujeito-Objeto; é reconciliar o ser humano com seu mundo, e possibilitar que o ser humano sofra as dores do seu mundo e atue nesse mundo que é o seu. Assim, a compreensão me insere no fenômeno e me faz perguntar pelo seu sentido e significados: é pensar sobre o fenômeno, não fora dele - visualizar no mundo as especificidades e verdades do fenômeno que está ali.

A compreensão busca pensar o mundo com vistas a voltar a ele, para poder habitá-lo novamente. Isso porque o convite à compreensão ocorre sempre que o mundo, antes familiar, rompe com a ordem anterior. A preocupação tem aqui o sentido de reconciliação com o mundo (...) Dessa forma, podemos verificar uma estreita relação entre ação e compreensão. O convite à compreensão é feito aos homens de ação em sua lida com o mundo. (...) A abertura de possibilidades dadas pela reflexão é frequente. Portanto, a reflexão cumpre seu papel de abertura, mas esta se encaminha para a reconciliação com o mundo com vistas a lidar com ele (WALCKOFF, 2016, p.25-6).

Segundo Monti (2017), a forma como Arendt articula o que ela chama de compreensão não tem como fim a explicação dos fenômenos por meio de reduzi-los a regras, tampouco cria mecanismos para adequá-los à realidade. A compreensão irá se caracterizar por ser uma atividade que, a partir de seus próprios caminhos, abre um leque de novos aspectos que podem ser repensados a partir de novas articulações. Esta atividade busca criar uma ligação entre o indivíduo e a realidade, e não entre a realidade e o conceito. Há um estreito vínculo entre o fenômeno da ação e a reflexão enquanto compreensão. Esta acompanha todo o processo de ação, é sua “outra face” (ARENDR, 2001, p.251), permite o retorno ao mundo, traduzindo a desordem e reordenando o mundo de outro modo a partir dos acontecimentos. E, segundo Camasmie (2007), sem a compreensão, a liberdade de agir não é possível, pois é a partir do resgate do sentido dos

acontecimentos que o homem se dispõe a iniciar movimentos novos, disposição que Hannah Arendt denomina de coragem: “a conotação de coragem (...) já está, de fato, presente na disposição de agir e falar, de inserir-se no mundo e começar uma história própria” (ARENDR, 1999, p.199).

A compreensão segue uma linha argumentativa que não obedece a uma relação causal, pois este tipo de pensamento não busca reconstruir o fenômeno a partir de uma linha ascendente em que cada evento é causa fundante do seu próximo. A ideia não é seguir uma reconstituição dos fatos, mas o que se manifesta nessa forma de pensamento é uma narrativa própria. A compreensão não organiza os fatos em ordem, mas vai em direção dos elementos que caracterizam a singularidade daquele fenômeno, encontrando significação nas contingências. A compreensão é uma atividade que se manifesta a partir da apreensão da realidade e de sua decomposição. Ela não é uma atividade mental descolada da realidade, pois se efetiva através de um processo que se forma a partir de um mundo dado, de uma interação sujeito-mundo. Esta interação, da qual surge a compreensão, é uma maneira de ser e estar no mundo, e tem como significado o que produzimos em nosso processo de vida, diante de nossas experiências, com o que fazemos ou sofremos, “o próprio pensamento emerge de incidentes da experiência viva e a eles tem de permanecer ligado, já que são os únicos marcos dos quais pode obter orientação”. (...) O significado é o resultado da compreensão, originado no próprio processo de viver, na medida em que o indivíduo busca se reconciliar com o mundo e consigo. O significado gerado garante a possibilidade do pertencimento, de não sermos mais estranhos no mundo. A compreensão é uma forma de ser e de estar no mundo, e serve como bússola que orienta nossa existência (MONTI, 2017, p.32-3).

Arendt, em sua obra, faz uma grande crítica à Filosofia que, em toda sua tradição, tende a priorizar a vida contemplativa/do espírito (especialmente a modalidade do pensar que é o pensamento propriamente dito, o contemplativo/filosófico), como estilo de vida favorito, em detrimento à vida ativa (FRY, 2010). Segundo Camasmie (2007), compreensão significa encarar a realidade, espontânea e atentamente e resistir a ela - qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido. Assim, para Arendt, faz parte da condição humana o ser humano produzir significados em todo seu processo de vida a fim de se reconciliar com tudo aquilo o que faz e sofre e, a esse processo Arendt denomina de compreensão. É uma atividade interminável, que se inicia no nascimento e finda com a morte, apresentando constante mudança, e possibilita ao homem aprender a lidar com sua realidade.

Arendt constrói sua análise não tanto em uma Filosofia, mas em uma forma de filosofar que se funda em uma forma de compreender que dialogue com suas experiências políticas e tenha como origem as experiências vividas. Este tipo de atividade, esta forma de pensar e filosofar se caracteriza como uma atividade de compreensão da realidade que reflete uma forma do homem buscar pertencimento ao mundo, o que também é chamado por Arendt de “fazer do mundo um lar” (MONTI, 2017, p.25).

Nossa tradição inteira pensou a condição humana por meio da noção de contemplação como superior à dimensão da ação, da atividade: desde Platão até a Modernidade, dicotomizamos a contemplação e a atividade, e submetemos a segunda à primeira, a prática à teoria, e colocamos a verdade no âmbito da teoria e a prática como falsa verdade ou dependente da verdade vinda da teoria. A obra de Arendt tenta pensar a dimensão da vida ativa sem submetê-la à contemplativa. Arendt pensa em três modos de atuarmos, três modalidades daquilo que chama de vida ativa: labor, fabricação (trabalho) e ação. A que mais nos interessa aqui é a modalidade da ação, que Arendt entende como a atividade mais propriamente humana. A ação, para Arendt, só se dá na pluralidade, só se

dá em meio ao discurso relacional (não na quietude, como a própria compreensão). A verdade da ação não está na eternidade de uma essência: por só se dar no plural, é relacional e finita. O espaço da ação, do plural e do discurso é o espaço da Aparência, que significa aparecer, visibilizar.

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo [...] A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir (ARENDDT, 1989, p.16).

Quando a unicidade aparece em meio a pluralidade, o ser humano pode introduzir no mundo o que o mundo ainda não carrega consigo, e isso é a ação: a produção de um novo começo, criação de novas formas de relação, de estar-junto, de transformação. Assim, o espaço da ação é o espaço do político. A ação é aquilo que inaugura, abre a possibilidade do novo, a criação, a renovação - é a produção criativa do entre, entre outros. Uma ação não se dá isoladamente, mas sempre na pluralidade, a ação é necessariamente política. Pensar na ação é pensar que nunca se atua no singular, e sim que só se é singular no plural: a unicidade de alguém (seu caráter de único, de incomparabilidade) só se apresenta no plural; somente no plural apareço como incomparável e posso trazer algo de novo ao mundo. Portanto, uma ação carrega consigo, necessariamente, um caráter político. Segundo Gangá e Sousa (2017), ao realizar sua existência política, a ação possibilita ao indivíduo estabelecer a sua singularidade, ser único e comum ao mesmo tempo, único porque cada ser ao nascer é uma novidade, nunca existiu outro igual, comum por fazer parte de uma mesma e única espécie humana. “Nascemos iguais na absoluta diferença e distinção em relação aos outros” (ARENDDT, 2009, p. 114). Através dessa singularidade o ser humano insere algo novo no mundo, algo inesperado e imprevisível. Essa ação só é concretizada se for seguida pelos outros,

mediante interação com o próximo e de forma coletiva. É na pluralidade que o homem se manifesta.

Assim é, primeiramente, no sentido de que nenhum ser humano jamais existe no singular, o que dá a ação e ao discurso sua importância especificamente política como as únicas atividades que são não apenas afetadas pelo fato da pluralidade, como todas as atividades humanas, mas completamente inimagináveis fora dela (ARENDR, 2009, p.109).

Este espaço do plural, do convívio, é o espaço da aparência e a aparência não oculta a essência. A aparência faz aparecer a unicidade, e o *nós* é condição dessa unicidade: somente em meio aos outros posso fazer aparecer quem eu sou. Esta forma de inserção no mundo, através da ação, é caracterizada como se fosse um tipo de segundo nascimento, no qual se confirma e assume o aparecimento físico original do homem. O sentido da política é a liberdade, e é a liberdade e a espontaneidade que possibilitam ao homem agir politicamente e instaurar algo novo no mundo. Este aparecer, no qual existimos politicamente, não nos é imposto, mas é condição de nossa existência, à qual respondemos constantemente começando algo novo. Por este viés, a compreensão não se distingue de certa forma da ação, pois é ao mesmo tempo a existência imediata e o fundamento de um conhecimento indireto da existência, que pressupõe o mundo (MONTI, 2017).

Quando se compreende é como se fosse trançado um “fio” entre o pensamento e a realidade. Esta forma de se reconciliar é uma forma de incorporar a realidade ao sistema de valores do homem, é apropriar-se daquela realidade através de um ato mental. O significado é gerado a partir dessa relação entre a compreensão e a política, ou seja, entre a capacidade de ser e de aparecer. Esta forma de pertencimento que se busca, que pode ser manifesta em uma

forma de ser do mundo, se efetiva na pluralidade, a partir da capacidade de revelar a sua singularidade como agente político na esfera pública. Arendt destaca a capacidade de começar de novo como algo que possibilita refundar o mundo significativamente e assim podermos através do reconhecimento de nossa própria História fazer parte da História do mundo. A compreensão, assim, consegue manter o que a teoria quer dissolver, pois a compreensão não busca razões ou soluções, mas reunir, aproximar estes abismos. Somente quando se revela a História pessoal o homem pode se colocar em perspectiva ao mundo e se diferenciar, e este movimento de diferenciação que caracteriza a formação da singularidade e conseqüentemente aproxima indivíduo e mundo (MONTI, 2017, p.33).

Em *A condição humana*, Arendt (1997) descreve os diversos componentes da Vida Ativa em contraste com a Vida do Espírito, a fim de contrabalançar a superestimação da contemplação e do pensar na filosofia. Arendt não afirma que o pensar seja menos importante do que a política, mas seu livro pretende compensar a falta de atenção dos teóricos no que se refere a ação política (FRY, 2010). Segundo Fry (2010), a indignação de Arendt frente à supremacia da vida contemplativa na tradição filosófica e intelectual vem, em grande parte, da experiência pessoal da guerra e no ver os “pensadores profissionais” perderem-se na *torre de marfim* do pensamento, enquanto o mundo estava politicamente desmoronando, como citado em sua breve biografia.

(...) Taminiaux demonstra que a totalidade do pensamento de Arendt pode ser explicitada através da metáfora que ela usa em sua última importante obra, *A Vida do Espírito*. Arendt descreve uma história narrada por Platão em Teeteto, a respeito de uma jovem trácia que zomba do filósofo Tales. Tales estava tão preocupado com olhar as estrelas nos céus acima, que deu um passo em falso e caiu em um poço. Semelhantemente, em sua própria avaliação da guerra,

Arendt viu intelectuais brilhantes, como Martin Heidegger, que estavam tão ocupados com profundas teorias de ontologia e metafísica, consideradas por eles mais fundamentais do que a prática política, a ponto de não conseguirem perceber quando as injustiças políticas estavam dominando a sociedade (FRY, 2010, p. 58).

Considerando os conceitos de ação e compreensão, Arendt pensa em uma nova possibilidade de se compreender a verdade, que não a costumeira da Filosofia que se aparta do mundo (numa lógica de quanto mais afastada do mundo, mais verdadeira). Sobre a concepção de verdade, ainda remontando à crítica à tradição filosófica, Arendt fala da verdade enquanto *doxa* (opinião), entendida como inverdade pela tradição (verdade como universal *versus* a *doxa* passa a ser mero subjetivismo): (...) o método de se trazer uma verdade que se revele pela *doxa* é substituído por uma concepção que preza por padrões absolutos; um tipo de verdade que não deriva diretamente das experiências (MONTI, 2017).

O Julgamento de Sócrates sintetiza essa cisão, este foi um dos eventos catalizadores que influenciaram a perspectiva de Platão e o fez priorizar a vida contemplativa à *vita activa*. É esta mesma perspectiva socrática que Arendt tem em seu método, uma perspectiva que está ligada à vivência. Um conhecimento que conecta o mundo dos pensamentos e o mundo vivido, tendo como base a pluralidade (MONTI, 2017, p.29).

Para Arendt, a palavra *doxa*, além de significar opinião, também quer dizer glória e fama. É a face política das opiniões, pois é na esfera pública que os homens podem fazer valer sua própria opinião, e isso quer dizer “ser capaz de mostrar-se, ser visto e ouvido pelos outros”. Na vida privada se está escondido e não se pode aparecer nem brilhar, não sendo permitida ali, portanto, qualquer *doxa*.” Essa afirmativa mostra então que opiniões que não tenham tido a chance de vir a público, podem se reduzir a meras opiniões, sem

jamais alcançarem o estatuto de verdade. No isolamento, o homem tende então a ficar imerso em várias opiniões sem a possibilidade de tornar suas doxai verdadeiras. Um discurso que carece de um “para quem” tem sua existência comprometida, pois pelo fato do homem precisar de um outro homem para confirmar sua existência, sua fala só se revela para si nesse contato com os outros homens (CAMASMIE, 2007).

De acordo com Monti (2017), os significados, derivados da compreensão, não são um sistema de verdades únicas; a cada nova realidade a qual o indivíduo é exposto, abre-se uma nova possibilidade de reconciliação, revela-se mais uma vez um novo sentido ao mundo. Pela compreensão ter em si esta possibilidade da constante ressignificação, ela é a própria condição que possibilita o homem “começar de novo”, de criar novas formas de se relacionar com o mundo. Esta forma de nos expressarmos no mundo, pela ação, corresponde à condição humana da natalidade. A natalidade como ato de ressignificar, é manifesta no aparecimento do homem no mundo, o “começar de novo” é esta possibilidade do homem interpretar o mundo a partir de sua própria perspectiva. A compreensão está diretamente relacionada a esta possibilidade de agir no mundo e a cada nova ação estabelecer novos começos.

Segundo Gangá e Sousa (2017), a noção de natalidade diz respeito a uma dupla inserção do homem, que se dá então em dois momentos: primeiramente com o nascimento, que automaticamente nos coloca no mundo por meio de um acontecimento meramente natural e desprovido de qualquer manifestação da vontade dos próprios indivíduos. E, em seguida, vislumbra-se um segundo nascimento que diz respeito à outra inserção, certamente não menos significativa que a primeira, pois se refere à existência e ao convívio com outros seres humanos.

Deste modo, a noção de natalidade abrange no pensamento de Hannah Arendt não somente o surgimento da dimensão corpórea dos seres humanos, por meio deste conceito Arendt vai um pouco mais além, pois entende a natalidade também como dinâmica de realização do homem enquanto ser humano e não meramente como objetos físicos. Não por acaso, ela vê na ação e no discurso os modos integradores mais significativos para a vida entre os homens, e é por meio

desta capacidade de integração que os homens realizam sua condição de existência. Natalidade é sinônimo de novo, marca a possibilidade de a cada novo nascimento de um ser humano termos renovada a expectativa do surgimento de algo novo, assim, deve-se ater a este sentido de iniciativa que a natalidade adquire no pensamento de Arendt. Cada novo indivíduo potencialmente carrega em si a possibilidade de abrir novos caminhos, criar novos modos de interação, realizar novas ações e elaborar novas falas, em suma, cada novo indivíduo é dotado de iniciativa para criar o mundo de suas relações e assim confirmar o caráter comum e social da existência humana (GANGÁ & SOUSA, 2017, p.11).

O ser humano para se realizar completamente enquanto ser humano deverá encontrar-se totalmente envolvido por outros seres humanos, individualmente nunca alcançaria sua humanidade. “Estar só significa não ter iguais: ‘Um é um e mais ninguém e sempre será ninguém’.” (ARENDR, 2009, p.115). Viver é estar entre os humanos fazendo parte da pluralidade humana, pois somente se relacionando e convivendo com os outros indivíduos a vida humana adquire sentido. Morrer é deixar de estar entre os homens, é sair da cena comum que unifica o mundo humano, é deixar de pertencer a uma coletividade que abriga e revele a própria essência de quem somos nós (GANGÁ & SOUSA, 2017). Não estar entre os outros é, em suma, estar no *deserto*.

O que Hannah Arendt assume é justamente que o mundo só se torna um lugar habitável e a convivência suportável e desejável se assumirmos por amor ou gratidão a responsabilidade por ele e se por amizade e respeito interagirmos com nossos pares. Sem isto, o mundo converte-se em um deserto. Em suma, é em uma alegre disposição para com o ser/estar no mundo e para com o ser/estar com os outros que se pode vislumbrar possibilidades menos sombrias para os nossos tempos (CORREIA, 2006, p.229).

Deste modo, ação está ligada intrinsecamente com a natalidade. Arendt concebe a relação entre ação e natalidade como demonstração da essência política presente na condição humana, sendo na verdade o modo essencial pelo qual a vida do ser humano se manifesta. Sem essa dimensão política a vida humana será impossível, no isolamento o homem perde sua humanidade pois a solidão é para o homem uma espécie de morte anunciada (GANGÁ & SOUSA, 2017).

2.5 Fundamentos para a metodologia de pesquisa: escuta de narrativas para compreensão da realidade

Tendo como pano de fundo os conceitos arendtianos apresentados nos subtítulos acima (psicologia do deserto, compreensão, ação, pluralidade e natalidade), explicitarei os fundamentos da metodologia da presente pesquisa. Através da escuta das narrativas de profissionais que atuem ou já tenham atuado em instituições de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) na modalidade específica Acolhimento Inicial (ou Porta de Entrada), buscou-se uma compreensão da realidade de tais profissionais, de tais instituições e de como isso se dá e o que isso diz sobre a realidade brasileira. O esforço que aqui se empreendeu de escuta de narrativas visa uma aproximação da realidade através do discurso daqueles que têm uma sabedoria cotidiana: sabedoria essa, nas palavras de Walckoff (2016, p.86), dos homens da ação, do pensamento compreensivo e vinculado com a vida.

De acordo Lafer (2007), Hannah Arendt atribuiu grande importância à narrativa e à experiência como meios de alcançar a compreensão das coisas – compreensão que era para ela uma exigência vital:

O significado da narrativa em Hannah Arendt foi objeto de um ensaio pioneiro de Melvyn Hill (1979, p.275-300), de um importante texto de Seyla Benhabib (1994, p.111-37) e de relevantes considerações de Lisa Jane Disch (1996). É também o tema de livro de Julia Kristeva. Nele explora a

importância da narração na articulação do pensamento político de Hannah Arendt, discutindo os modos como, na vida humana, segundo a leitura arendtiana, a ação política é revelada na linguagem da narratividade, seja pela estória seja pela História (Kristeva, 2001, p.13). Em síntese, como observa Leora Y. Bilsky (2001, p.272), narratividade em conjunto com a pluralidade e a natalidade configura as três facetas da ação humana (LAFER, 2007, p.289).

É importante ressaltar que através da escuta de histórias de pessoas singulares, pode-se ter uma compreensão não apenas da dimensão discursiva pessoal e “individual”: considerando nossa inextricável e fundamentante relação com nosso mundo e sendo nossa condição de existência a pluralidade, quando alguém conta de si, conta também de seu mundo e da dimensão histórica desse mundo. De acordo com Camasmie (2007, p.2-3), Arendt entende a importância da narrativa de biografias por esta ser dotada de uma condição pré-política e pré-histórica da História. Conhecendo narrativas individuais, podemos também compreender nossa História (com H maiúsculo, a grande história do mundo).

Se as histórias individuais estão assim estreitamente ligadas à História, então o movimento filosófico que Arendt empreendeu utilizando-se da narrativa para compreender o presente, recuperando o sentido e o significado dos acontecimentos históricos, também acontece ao mesmo tempo na dimensão das histórias da vida de cada homem, pois estas que a constituem. A História é o pano de fundo das vidas dos homens, portanto, recontar histórias de vidas só é possível porque estas emergem daquela: “A principal característica da vida especificamente humana, cujo aparecimento e desaparecimento constituem eventos mundanos, é que ela, em si, é plena de eventos que posteriormente podem ser narrados como história e estabelecer uma biografia” (CAMASMIE, 2007, p.3-4).

Camasmie (2007) diz que, segundo Arendt, o entrelaçamento das biografias dos homens particulares é o que constitui os eventos mundanos, de modo que contar os acontecimentos históricos de um determinado momento da história humana significa contar a história dos indivíduos. E o inverso também é verdadeiro, pois não há como narrar a história de alguém sem que esta seja parte inseparável de uma grande teia de acontecimentos mundanos das quais participa. A história pessoal de cada um constitui e é constituída pela história do mundo. Essa indissociabilidade se dá pelo fato da história pessoal e da história da humanidade serem ambas produzidas pela ação, como Arendt elucida: “O motivo pelo qual toda vida humana constitui uma história e pelo qual a História vem a ser, posteriormente o livro de histórias da humanidade, com muitos atores e narradores, mas sem autores tangíveis, é que ambas resultam da ação” (ARENDR, 1999, p.197).

Uma narrativa não diz de um sujeito ensimesmado e encapsulado: diz de todo um mundo. Da narrativa de um homem, participam todos os outros que, mesmo virtualmente, fazem parte do seu existir: conhecidos ou desconhecidos, vivos ou mortos. A vida é o resultado de um agir em conjunto, quer desejemos ou não (WALCKOFF, 2016, p.79). Além disso, aquele que narra é também alguém que atua, que forma o mundo e carrega consigo a possibilidade de iniciar algo (natalidade), de transformar a História. As narrativas de uma história permitem “uma amplitude que não existe na informação” (BENJAMIN, 1994, p.203), segundo Walckoff (2016): portanto, a escuta das narrativas daqueles que vivenciam sua realidade é um meio de se conhecer em profundidade tal realidade

A narrativa busca compartilhar uma história abrindo a especificidade do existir para quem a ouve e para quem desenvolve a narrativa. Para tanto, procura a distinção dos feitos do passado podendo, assim, compreender como eles tornaram o presente da forma como ele é. Porém, a narrativa não trata apenas do passado e, de algum modo, do que existe no presente. Ela se dirige, acima de tudo, ao futuro. O olhar atento para a narrativa permite o entendimento da sua força propulsora. A história não está assentada em um passado; ela invade presente e futuro. A narrativa “[...] nos põe de pé na trama dessa história, abrindo-nos a possibilidade de renovar nossa destinação” (WALCKOFF, 2016,

p.77-8): a narrativa possibilita a compreensão do presente revisitando o passado e abrindo possibilidades de renovação para o futuro.

A narrativa é um esforço na direção de “[...] comunicar aos outros e a nós mesmos as diferenças percebidas e precisamos comunicar-lhes a diferença do nosso ponto de vista, fazê-los ver a diferença que nós mesmos fazemos no meio deles” (WALCKOFF, 20160, p.77). Retomando os conceitos, a unicidade só é possível em meio à pluralidade, à manifestação em meio aos outros: as narrativas não só dizem sobre o mundo, mas também dizem daqueles que as narram enquanto sujeitos únicos, com uma perspectiva única e que agregará ao mundo de forma única, e é só é possível aparecendo em meio aos outros.

Sobre a noção arendtiana de esfera pública e sua relação com a aparência, a primeira é um palco onde os homens podem ser vistos e ouvidos por todos. É nesse espaço que toda ação humana ganha realidade, pois a percepção desta necessita da aparência para se estabelecer, pois o que é oculto, o que não se revela, não é acessível, e por isso a importância do narrar. Assim, para que algo ganhe o estatuto de realidade, precisa vir a público, precisa ser visto e ouvido não só pelo agente, mas pelos outros que compartilham com ele, o mundo comum. Aquilo que é vivido no âmbito privado, por ter sua existência instável, gera dúvidas quanto à sua dimensão e realidade. É necessário que essas experiências íntimas percam sua privacidade e apareçam na esfera pública para adquirirem realidade. Santo Agostinho identificou que suas experiências íntimas não possuíam aparência, concluindo que só através da narração escrita em forma de livro é que os outros poderiam conhecê-lo, daí a necessidade de confessar-se, ou seja, tornar público o que pertencia ao mundo privado (CAMASMIE, 2007, p.39).

Para Arendt, ser homem e ser narrador são uma e a mesma coisa, e a vida uma grande narrativa construída entre homens. Para dar embasamento esse ponto de vista, a autora inicia seu V capítulo da *Condição Humana (Ação)* afirmando que a condição básica da ação e do discurso é a pluralidade, e esta possui um duplo aspecto: igualdade e diferença. Os homens são iguais porque são capazes de se compreenderem e são diferentes porque necessitam de algo

que intermedeie suas relações para que possam ter suas necessidades atendidas (...). Justamente por serem iguais e diferentes ao mesmo tempo, os homens são plurais e singulares. Partilham quem são com os outros homens, jamais havendo a possibilidade de se separar o que é seu do que é do outro, embora possam delinear sua história única e singular entre as histórias dos outros homens. Mesmo que se possa dizer "essa é minha história", não se pode perder de vista que esta é uma história construída com os outros, portanto jamais solipsista (CAMASMIE, 2007, p.35).

Esse dupla característica da pluralidade, de sermos ao mesmo todos seres humanos e inegavelmente singulares, reforça o valor das narrativas para a compreensão da experiência humana e do mundo, já que o homem revela seu mundo na mesma medida em que o mundo constitui tal homem. Reforçando tal ponto, segundo Critelli (2015), a teia de relações humanas revela o mundo que a articula e revela quem um indivíduo é, assim como o indivíduo revela a teia de relações humanas e seu mundo. E a forma mais fidedigna e concreta de acesso à realidade é através da própria experiência humana, que é o que a presente pesquisa visa fazer.

Camasmie (2007) afirma que a ação e o discurso são dimensões impermanentes, fluidas, fazendo com que ser homem não se circunscreva nem se limite a um lugar físico. Ser homem, portanto, não é ser uma entidade estável nem permanente, mas uma biografia constantemente escrita e reescrita através das narrações, que oferecem significados às histórias vividas. Essa biografia tem então, como característica principal, o inacabamento, o não fechamento. E assim se mostra porque o homem é, em essência, livre. Guarda em si a eterna possibilidade de realizar o infinitamente improvável (ARENDR, 1997, p.189). Desse modo, nem ele nem ninguém tem como prever seu destino, o desenrolar de sua biografia, pois esta estará sempre em jogo nas relações com os outros homens e qualquer afirmação sobre seus passos futuros serão apenas sugestões de finalizações de um enredo. Para Arendt, então, quem o homem é, poder-se-ia dizer: uma história.

Sobre a relação entre narrativa e compreensão, essas ligam-se em primeiro lugar por serem dois movimentos sem fim e que não buscam resultados com o pensar. Em segundo porque narrando-se, o homem pode compreender-se; compreendendo-se, pode assim agir no mundo de modo não alienado, assumindo de modo mais legítimo seu lugar político, que é entre os homens. O homem é herdeiro de uma história que, apesar de não ser o autor, necessita de seu posicionamento como ator para que não seja engolido por ela.

O seguinte trecho sintetiza claramente a relação das noções arendtianas (ação e compreensão, pluralidade e natalidade) com a narrativa:

É como se agir e falar fossem uma resposta ao nascimento físico, fossem o começar algo novo por sua própria conta, a que os homens são impelidos, mas não condicionados. Arendt especifica essa correspondência de modo mais detalhado ainda: “se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais”. Neste trecho a autora corresponde ação com a condição humana da natalidade, pois o homem se inicia para o mundo pela ação; e corresponde discurso à pluralidade, não só porque a comunicação de experiências individuais ganha realidade na relação com os outros, mas também porque, ao homem falar consigo mesmo, vive junto consigo.

Mas isso não quer dizer que a ação possa se desvincular do discurso, pois sem este a ação perderia sua capacidade de revelação, como também inviabilizaria o surgimento do agente da ação. Ação sem fala gera automatismo. Fala sem ação gera dispersão. Sendo assim, através da ação e da fala confirmam-se natalidade e pluralidade, legitima-se o fato de que todo homem nasce entre homens, e é essa sua condição fundamental para que seja humano. Partindo-se dessa

compreensão, de que ambas as atividades do falar e do agir são indispensáveis entre si, tem-se na narração sua expressão mais comum, através da figura do narrador. Para Benjamin, esta ligação é tão forte, que considera essa união artesanal da fala com a ação, algo que está presente “sempre onde quer que a arte de narrar seja praticada. (...)” (CAMASMIE, 2007, p.36-7).

Walckoff, no posfácio de seu já citado livro *“As possibilidades do pensamento de Hannah Arendt na prática psicológica”* (2016), faz uma aproximação entre a prática clínica e uma possibilidade metodológica de pesquisa em consonância com as noções arendtianas ao pensar na escuta de narrativas, o que será muito importante aqui para se explicitar o que, na presente pesquisa, compreende-se enquanto o papel do pesquisador. Assim, não se busca aqui grandes reflexões sobre a clínica, e sim um esclarecimento sobre o que se entende por um movimento da pesquisa.

Pensando neste paralelo entre o papel do clínico e do pesquisador, Walckoff (2016) fala que a clínica diz respeito a uma inclinação, disposição e implicação onde o clínico se coloca atento a ouvir a narrativa do outro na tentativa de compreender os feitos e eventos que interromperam/interrumpem a circularidade da vida a partir da história que se conta e como se conta. Nesse movimento de inclinação, não há anseios para enquadrar a pessoa em aparatos teóricos, mas há uma disposição para que no encontro os significados possam ser construídos (WALCKOFF, 2016). Assim, pode-se delinear a clínica como uma atenção que não está enrijecida em teorias, mas é, antes de tudo, uma atitude de implicação, abertura para o encontro e disponibilidade: significa acolher as singularidades no espaço plural, estando disponível para ouvir as demandas/histórias do outro, sem concepções rígidas, teóricas e/ou apriorísticas. Contudo, não é porque essa atenção se volta para a demanda do outro, sem predeterminações, que podemos negligenciar a importância dos diversos saberes e conhecimentos adquiridos ao longo da nossa vida profissional e pessoal - na experiência com e na presença do outro que estes conhecimentos são acessados e ganham sentido.

Walckoff (2016) considera que a atenção clínica, que é essa atitude de disponibilidade para acolher a narratividade do outro possibilitando a compreensão da

história presente na narrativa, guarda uma enorme proximidade com a pesquisa e o papel do pesquisador.

Conquanto, nessa perspectiva de prática, a disponibilidade para acompanhar a narrativa, de modo que se possa compreender a história que se conta, está presente tanto na dimensão de acolhimento clínico como no movimento da pesquisa. É por esse motivo que nos questionamos se é possível uma indissociabilidade entre clínica e pesquisa. Bem sabemos que a clínica psicológica comporta outros aspectos, como por exemplo, a dimensão terapêutica, e que não necessariamente essa dimensão terapêutica perpassa a pesquisa. Todavia, quando sinalizamos essa indissociabilidade é para demarcar que, ao partirmos de uma epistemologia que está em consonância com o pensamento arendtiano, tanto na clínica como na pesquisa há uma disponibilidade, por parte do clínico e/ou pesquisador para se acompanhar as histórias via narratividade (WALCKOFF, 2016, p.82).

Em consonância com o pensamento arendtiano, compreende-se aqui a postura de pesquisador enquanto uma inclinação, disposição e implicação onde este se coloca atento a ouvir a narrativa do outro na tentativa de compreender a história presente nessa narratividade, sem concepções rígidas e apriorísticas. Pesquisa aqui é entendida como um movimento de compreensão, que difere do pensamento filosófico ou científico (ideias já explicitada no subtítulo anterior). A compreensão é o pensamento que tem urgência de voltar à vida, já que diz respeito a esta, e que "perfaz a tessitura da vida diária de todos os homens" (CRITELLI, 2016, p. 20), e "seu propósito é encontrar os meios de lidar com a vida humana", desgelando as compreensões, já que, na prática, "pensar significa que temos que tomar novas decisões cada vez que somos confrontados com alguma dificuldade" (ARENDR, 2008, p.199). Entende-se por pesquisa não um esforço

contemplativo, e sim uma compreensão do mundo da vida comprometida com o retorno a ele.

(...) ao olharmos para as construções epistemológicas temos visto uma ciência que ao invés de estar comprometida com o novo, enquanto novidade na sua radicalidade vinculada a ação que é inesperada e incontrolável, está comprometida em isolar tanto os homens da ação quanto os pensadores da dimensão pública e, portanto, política da ciência, legando-os a um pensamento contemplativo distante da experiência da vida. Vemos que os fundamentos da epistemologia moderna têm sido galgados de um modo em que "a ciência tira do campo da política a descoberta de algo novo e a coloca como fruto de introspecção, da distância da vida vivida, da atividade política" (WALCKOFF & FARIAS, 2016, p. 185).

Walckoff (2016) interroga: qual a verdade que a ciência moderna tem construído, já que ao imbuir no pensador-pesquisador uma dimensão contemplativa, retira-o do contato com o fenômeno em si, ou seja com a vida vivida? E esta provocação leva a uma pergunta também muito relevante para o que se entende enquanto pesquisa e metodologia: o que, aqui, entendemos como verdade? Que tipo de verdade a escuta de narrativas possibilita? Assim como os modos de pensar são distintos, a concepção de Verdade também é distinta, já que cada pensador está preocupado em oferecer respostas para determinadas questões.

(...) o pensar enquanto compreensão (...) tem pressa em voltar para a vida e iniciar algo novo já que a verdade aqui é desocultamento em constante movimento de mostrar e aparecer, conforme compreendiam os gregos antigos (CRITELLI, 2016). A verdade filosófica está preocupada com a essência, a imutabilidade e acontece no campo das ideias. Contudo, "no campo das ideias a experiência cessa o seu movimento" (ARENDDT, 2008, p.176). A verdade do

pensamento compreensivo, que está vinculado à vida, ocorre no campo das aparências e precisa da ação para aparecer para outros e esse aparecer é o que assegura o caráter de realidade já que "nada e ninguém existe nesse mundo cujo próprio ser não pressuponha um expectador" (ARENDR, 2008, p.35). Nesse sentido, a "função mais básica do discurso é oferecer aos gestos humanos a visibilidade do seu sentido e significado" (CRITELLI, 2016, p.26), e esse sentido e significado são expressos a partir da opinião (*doxa*) (WALCKOFF, 2016, p.86).

Segundo Arendt (2002), a frase socrática "só sei que nada sei" não significa mais do que: sei que não tenho a verdade para todos, não posso saber a verdade do outro, a não ser perguntando-lhe e, assim, conhecendo a sua *doxa*, que se lhe revela distintamente de como revela aos outros. E é isso que entende-se como o movimento de pesquisar: uma escuta investigativa de narrativas, não no sentido de descobrir essências, mas de ouvir e compartilhar a *doxa* do pesquisador e, principalmente, daquele que está participando da pesquisa. Segundo Camasmie (2007), Arendt mostra que esse método socrático da fala filosófica apoia-se em dois entendimentos sobre as opiniões (*doxai*). O primeiro, de que toda *doxa* é a formulação em fala "daquilo que me parece" (*dokei moi*). E o segundo, de que o mundo se abre de modo diferente para cada homem, e essa abertura varia de acordo com a posição que cada um ocupa nele. Em "A Vida do Espírito" ela ratifica essa assertiva: "Nada do que aparece manifesta-se para um único observador capaz de percebê-lo sob todos os seus aspectos intrínsecos. O mundo aparece no modo do parece-me, dependendo de perspectivas particulares determinadas tanto pela posição no mundo quanto pelos órgãos específicos da percepção" (ARENDR, 2009, p.31). E mesmo estando num mundo comum, nenhum homem, nem mesmo um filósofo, pode saber antecipadamente a verdade de cada um, pois esta depende do "parece-me que" (*dokei moi*) que é singular. Não é à toa que Sócrates começava seus diálogos com perguntas. Ele precisava se aproximar da abertura de cada um, do modo como cada cidadão percebia o mundo, que dependia de sua posição, e assim escutava suas respectivas opiniões. Perguntando sistematicamente, usando a *dialegesthai*, aparecia a

verdade até então encoberta para ambos. Significa dizer que se o filósofo não perguntasse, jamais conheceria essa verdade, como também o cidadão que não participasse desse diálogo. Portanto:

(...) a pesquisa e a clínica que estão compromissadas com a vida apresentam-se como possibilidade de "degelar compreensões" o tempo todo e esse degelar está eminentemente vinculado com as demandas existenciais que, surgindo na vida, solicitam compreensões para voltar a viver. Ao compreendermos a Verdade enquanto Alétheia, a teremos no sentido de desvelamento que comporta mutabilidade, diferente da Verdade em seu sentido Veritas que por buscar a comprovação dos fenômenos está vinculada a imutabilidade (WALCKOFF, 2016, p.87).

Sobre o termo grego *aletheia*, este quer dizer desvelar, ou seja, trazer do encobrimento ao desencobrimento. Esse termo traz a idéia de movimento: verdade é descoberta, é desvelamento (*aletheia*), é o movimento que o homem está continuamente realizando no mundo. Desse modo, a verdade está numa abertura de mundo (CAMASMIE, 2007). Arendt insiste na idéia de que a verdade não se pode apartar da experiência.

O narrador (*storyteller*) de Arendt se aproxima muito da figura do *flâneur* de Walter Benjamin, quando se utilizam da narrativa para unir pensamento e experiência. Ambos, ao operarem essa reconciliação, não se propõem a descobrir pela lógica a identidade entre o que se pensa e o que se vive, pois não se utilizam do conceito tradicional de verdade, como sendo adequação do conceito à coisa. Muito pelo contrário. Tanto o *storyteller* quanto o *flâneur*, são figuras adotadas pelos autores na tentativa de entrelaçar vida contemplativa e vida ativa.

(...) verdade (*aletheia*) surge desse desvelamento que acontece quando essas opiniões se organizam numa determinada narrativa. Novos significados surgem nessa

descoberta. Ele, o narrador, agora já se sabe um descobridor de verdades. E quando volta a agir no mundo, encarnando o ator, já volta enriquecido, com uma nova compreensão sobre si mesmo (CAMASMIE, 2007, p.58).

2.6 Metodologia da presente pesquisa

2.6.1 Resgate histórico e documental

Os capítulos iniciais (3 ao 6) têm como proposta uma contextualização histórica e atual da realidade brasileira da infância e juventude institucionalizadas através de documentos, livros e pesquisas.

Parte-se de um resgate histórico desde os primórdios da institucionalização da infância e juventude no Brasil até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a atualidade dessa questão, para então se entrar na dimensão crítica da formação estruturalmente racista e socialmente desigual da realidade brasileira e como isso inevitavelmente afeta a atualidade do Acolhimento Institucional.

Essa contextualização dos primeiros capítulos se fundamenta na compreensão arendtiana explicitada acima, de que o ser humano tem uma relação inextricável e fundante com seu mundo, com a história de seu mundo, com a pluralidade. Ninguém encontra-se em um vácuo histórico, em um mundo a-histórico. Segundo Camasmie (2007), a História é o pano de fundo das vidas dos homens, portanto, recontar histórias de vidas só é possível porque estas emergem daquela: não há como narrar a história de alguém sem que esta seja parte inseparável de uma grande teia de acontecimentos mundanos das quais participa. A história pessoal de cada um constitui e é constituída pela história do mundo, de forma indissociável.

2.6.2 Entrevistas com profissionais

Além do resgate histórico e documental, a metodologia do presente trabalho consiste, em um segundo momento, na realização de entrevistas individuais e semi-dirigidas, no formato virtual ou presencial (de acordo com a preferência do entrevistado) com dois profissionais (no caso, um psicólogo e um gerente) que trabalhem ou já tenham trabalhado em um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) na modalidade específica Acolhimento Inicial (também chamado de Porta de Entrada)¹, através de um olhar fundamentado nas noções da pensadora Hannah Arendt explicitadas neste capítulo. A partir da leitura das transcrições das narrativas, buscarei formar núcleos/categorias de sentido: temáticas que significativamente apareceram nas narrativas e que se relacionam com as principais perguntas que o presente trabalho investiga: quais as especificidades da vivência e dinâmica da rotina de um SAICA na modalidade específica de Acolhimento Inicial (Porta de Entrada)?

Retomo Camasmie (2007) citada no último subtítulo: a história do mundo é tão importante para compreender a narrativa de pessoas quanto a narrativa de pessoas é importante para se compreender a história do mundo. Por isso a escolha metodológica da presente pesquisa: primeiramente, um estudo documental e histórico do mundo sobre o qual falo e, secundamente, a escuta de narrativas de pessoas que vivenciam o cotidiano deste mundo. As narrativas se encontram em um mundo anterior a elas, e o mundo é sempre formado por narrativas: uma compreensão rigorosa da realidade só é possível se considerando que narrativas não se dão no vácuo e que são justamente as narrativas que formam a história e possibilitam alguma transformação desta. Por mais contraditório que pareça, não é possível compreender a relação entre ambas (narrativas de pessoas e a história do mundo) de forma causal, e sim complementar e indissociável.

(...) passados uns 60 anos desses acontecimentos a que Arendt se refere, ainda o mundo se apresenta desordenado. Talvez o homem jamais o possa ordenar, mas tem como sua

¹ Trabalho aprovado pelo Comitê de Ética sob o número 37168920.8.0000.5482.

possibilidade mais própria, por ser originariamente um iniciador, compreender sem categorias prévias. Significa dizer que o homem pode “aprender a lidar com o que irrevogavelmente passou e reconciliar-se com o que inevitavelmente existe”, colocando-se aberto ao diálogo interminável da busca por significados de tudo o que lhe ocorre no mundo. Essa tarefa é do homem enquanto narrador, que através da narrativa faz com que os acontecimentos do passado, por mais terríveis que sejam, possam fazer parte de uma história que pode ser contada, pois compreender permite ao presente lançar luz ao passado, que se desoculta não como causador, mas como gerador de sentidos (CAMASMIE, 2007, p.42-3).

Tendo como pano de fundo ético, político e teórico as noções arendtianas, ouvir a narrativa destes profissionais significa a oportunidade de ter um vislumbre compreensivo da realidade brasileira que estamos criando - através destas narrativas, podemos ver onde a História do Brasil da infância institucionalizada do Capítulo 3 se encontra atualmente; podemos ver como tem sido a realidade, aplicação e concretude do Estatuto da Criança do Capítulo 4; podemos tentar entender como a nossa realidade estruturalmente racista e economicamente desigual (Capítulo 5) se manifesta nestas instituições. Além disso, podemos compreender como a tipificação do SAICA Acolhimento Inicial de 2018 (Capítulo 6) se dá no real, na vida de pessoas concretas.

Ou seja, ao admitir nossa condição humana enquanto plural e trilhar um caminho de conhecimento nessa dimensão não solitária e ensimesmada (que é um pressuposto básico da presente pesquisa), entendo que, através da narrativa daqueles que têm uma sabedoria cotidiana, das pessoas de ação, irá se abrir a possibilidade de compreensão da realidade do SAICA Acolhimento Inicial. Essa compreensão não visa um conhecimento abstrato e sem mundo, e sim a possibilidade de compreender esse mundo com a urgência de voltar a ele munido de um conhecimento que possibilita transformá-lo de alguma forma: outra condição nossa é a natalidade, somos iniciadores e portanto carregamos em nós a possibilidade de realizar o infinitamente improvável, de transformar a realidade, que é

sempre passível de mudanças, já que nunca fatalisticamente determinada. A presente pesquisa, portanto, visa um esforço de compreensão que possibilita a ação, a transformação.

Além de possibilitar alguma transformação, uma inovação da realidade: a narrativa traz consigo não apenas o que é irreversível, mas expressa o fato de que, apesar disso, o futuro está absolutamente em aberto (WALCKOFF, 2006, p.78).

Portanto, entendo que a Psicologia, carregando em si uma potencialidade inevitavelmente iniciadora (já que é esta nossa condição), tem um compromisso social de pensar a realidade e suas mazelas e fazer um esforço compreensivo e de ação para fazer do mundo um lugar mais coerente e justo. Menos desértico. Como já foi explicitado, a Psicologia do Deserto é uma Psicologia sem mundo, que não se deixa tocar pelo seu mundo e é indiferente ou inerte frente às desigualdades brasileiras. Fazer uma Psicologia com compromisso social é fazer uma Psicologia do entre, da pluralidade, da responsabilidade e da potencial transformação do mundo. Trinta anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente não vão magicamente mudar séculos de opressão e desigualdades estruturais. É preciso que, nessa luta, nós, psicólogas, sejamos ativas na práxis e na academia e estejamos sempre *atentas e fortes*, como já dizia Caetano.

3. PRIMÓRDIOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL

*“Não há sangue dos outros.
Em cada um que sangra todos nós esvaímos”
- Mia Couto*

O presente capítulo visa uma retomada da história brasileira do Acolhimento Institucional no Brasil, para, através dessa retomada, haver uma compreensão da situação atual deste.

A história do Acolhimento Institucional no Brasil, desde seus primórdios, é profundamente marcada pelos abismos da desigualdade social e pelos preconceito de classe e raça, que permanecem fortemente vivos na atualidade. De acordo com Rosetti-Ferreira et al. (2011), no decorrer da história, a infância foi tratada de diversas maneiras. As relações sociais com a família, Igreja, Estado e outras instituições perpetuaram valores morais, religiosos e culturais, reproduzindo dominadores e subjugados em seus respectivos papéis. Prevaleceu no Brasil “a necessidade” do controle social, mantendo-se o abismo entre as infâncias privilegiadas e “menores marginalizados” (PILOTTI & RIZZINI, 1995). A ideia de “menor” se diferenciava do conceito de criança e adolescente, pois carregava consigo os rótulos da pobreza e do desvio social (ABREU, 2016).

As primeiras formas de assistência à criança e ao adolescente no Brasil têm suas origens na colonização portuguesa e foram determinadas por Portugal, bem como as práticas de expor, abandonar e violentar os filhos foram trazidas pelos “colonizadores” (ROSETTI-FERREIRA et al., 2011).

Segundo Baptista (2006), há relatos que nos contam como os portugueses formularam um projeto de exploração das novas terras e de aculturação de seus moradores, quando chegaram ao Brasil, no século XVI, e depararam com as nações indígenas que ocupavam o território. A estratégia incluía a vinda dos Jesuítas para catequizar os nativos e facilitar a colonização. Diante da resistência dos índios à cultura europeia e à formação cristã, os padres resolveram investir na educação e na catequese

das crianças indígenas, consideradas “almas menos duras”. Muitas dessas crianças eram deliberadamente afastadas de suas tribos. Entre 1550 e 1553, foram criadas as Casas de Muchachos, “protoforma dos abrigos e internatos educacionais que perduram até hoje” (SPOSATI, 2004) -, custeadas pela coroa portuguesa.

Essas casas abrigavam os curumins ou “meninos de terra” e se constituíam, em consonância com o projeto colonial português, em “um posto avançado de transmissão e inculcação dos valores do invasor aos invadidos no processo de colonização portuguesa” (Janice Theodora da Silva, apud Sposati, 1988, p.62). Esses pequenos indígenas formaram um verdadeiro “exército de Jesus” e colaboravam na pregação cristã pelas matas e pelos sertões, servindo de intérpretes para os Jesuítas (BAPTISTA, 2006, p.21).

Segundo Fonseca e Kelly (2016), os padres educavam as crianças, separando-as das suas famílias e incorporando-as nestes abrigos, para meninos indígenas, filhos de mestiços e órfãos de Portugal. Marcílio (1998) relata ainda que a prática de abandono dos filhos foi introduzida na América pelos europeus, no período da colonização. A situação de miséria, exploração e marginalização, aliada às dificuldades de apropriação do modelo europeu de família monogâmica e indissolúvel, levou os moradores da terra “a seguirem o exemplo dos descendentes de espanhóis e portugueses, de abandonar seus filhos”. Nos séculos XVI e XVII, já podiam ser encontradas crianças brancas e mestiças perambulando, esmolando, vivendo entocadas nos matos ao redor das vilas (Baptista, 2006).

Para além deste início (a “protoforma” dos abrigos: a Casa dos Muchachos), o acolhimento de jovens permaneceu com caráter caritativo do período colonial todo até meados do século XIX, marcado pela ideia de os mais ricos buscando “diminuir” o sofrimento dos mais pobres. Existiram três formas básicas, duas formais e uma informal:

Dentre as formais, as Câmaras Municipais que, por meio de convênios, repassavam às Santas-Casas de Misericórdia a

“criação das crianças”; e a Casa dos Expostos e o sistema de Roda (modelo vindo da Europa), onde, até os três anos de idade, as crianças viviam com as amas de leite pagas e depois eram devolvidos à Casa, que buscavam formas de colocá-las em famílias ou enviá-las para outras instituições que iriam assumi-las (para as meninas, deveria haver preparação para o trabalho doméstico (...) e para os meninos, casas de aprendizes ou Arsenalis da Marinha, marcados pela disciplina rígida, onde deveriam aprender algum tipo de trabalho). E a maneira informal - que se estendeu por toda a história do Brasil - seria quando as crianças eram colocadas em famílias e “criadas” por elas, ainda que muitas vezes pudessem ser usadas como mão de obra, desde muito pequenas, quando mostravam-se capazes de exercer algum trabalho (ROSETTI-FERREIRA et al., 2011, p.34).

Segundo Baptista (2006), é importante assinalar que não era comum, nessa época, as crianças africanas ou descendentes de africanos ficarem nestes modelos de abrigo: elas tinham um valor de mercado, eram propriedade daqueles que as haviam adquirido ou adquirido a seus pais, para serem seus escravos.

As denúncias sobre o sistema da Roda foram se intensificando (muitos bebês faleciam antes mesmo de completarem um ano em função de maus-tratos ocorridos dentro das próprias instituições responsáveis pelos cuidados), o que contribuiu para uma “nova fase” do acolhimento de crianças e jovens: havia um movimento de racionalização da assistência pela filantropia com a participação de médicos higienistas (PILOTTI & RIZZINI, 1995). Após a Independência do Brasil em 1822, ocorreram mudanças significativas na assistência às crianças pobres (como a ampliação e diversificação de instituições de atendimento, como asilos de orfãos, escolas industriais e agrícolas etc). Segundo Baptista (2006), nesse período, o atendimento asilar era organizado mediante a divisão por sexo e, em muitos casos, mediante a situação legal - havia asilos somente para proteção de órfãs pobres, filhas de casamento ilegítimo, e outros para indigentes,

filhas naturais de mães pobres ou órfãs desvalidas. Havia ainda divisões determinadas pelo critério racial, ou seja, espaços para “órfãs brancas” e outros para “meninas de cor”.

A defesa de uma assistência calcada na racionalidade científica toma corpo no início do século XIX, buscando instituir um modelo de atendimento aos menores abandonados, desvalidos e delinquentes, com metas, métodos e resultados, como a formação de trabalhadores conscientes de seus deveres para com a pátria. A internação permaneceu como o principal dispositivo de assistência à infância, uma vez que cuidar da criança e vigiar sua formação moral era “salvar a nação”. O movimento que se constituiu com o objetivo de salvar a criança baseava-se na crença de que a herança e meios deletérios transformavam em monstros crianças já marcadas por inclinações inatas, acarretando consequências ruins para a sociedade. Salvar essa criança era uma dimensão política de controle (Rizzini, 1997). As propostas aos problemas da infância material e moralmente abandonada eram compatíveis tendo em vista o projeto civilizatório brasileiro (ROSETTI-FERREIRA et al., 2011, p.35).

Segundo Baptista (2006), entre 1871 e 1888, com as Leis do Ventre Livre e Áurea, um grande número de crianças negras e mestiças juntaram-se àquelas provenientes de famílias pobres e aos filhos de prostitutas. A pobreza e a miséria expandiram-se e, conseqüentemente, o abandono acentuou-se (MARICONDI, 1997). De acordo com Rosetti-Ferreira et al. (2011), nesse período, houve um grande crescimento demográfico no país e um aumento da pobreza, que se tornou mais visível nos centros urbanos. Couto e Melo (1998) apontam que as famílias pobres eram responsabilizadas pelo aumento da criminalidade e do abandono infantil. Segundo Rizzini (1997), pelo estabelecimento de uma concepção higienista e saneadora da sociedade, buscava-se atuar sobre os focos da doença e da desordem, portanto, sobre o universo da pobreza, moralizando-o. Assim, a

proteção já não é mais caritativa/religiosa com o fim de amparar, mas sim, ambivalente e judicializada - defender, preservar do mal a criança e a sociedade. Do referencial jurídico associado ao problema, constrói-se a categoria específica do menor, a qual divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa.

Segundo Fonseca e Kelly (2016), em 1923 foi criado o primeiro Juízo de Menores do Brasil, inaugurando uma nova era na assistência social. Depois, em 1924, regulamentou-se o Conselho de Assistência e Proteção dos Menores, consolidado em 1927, através do Decreto nº 17.943-A. Ainda no ano de 1927 se constituiu o Código de Menores, também chamado Código Mello Matos, o qual vem destacar o tratamento à criança e ao adolescente pela criminalização do infante pobre, caracterizando-os como abandonados e delinquentes. Este código, por sua vez, inaugurou o atendimento à criança e ao adolescente numa política específica, de punição e correção (BENTO, 2014).

Em 1941, é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) pelo governo Vargas, com o objetivo de ministrar o tratamento “aos menores”, antes tarefa exclusiva dos Juízos. De acordo com Rosetti-Ferreira et al. (2011), há denúncias das condições precárias de várias instituições da época, tais como corrupção, clientelismo, maus-tratos às crianças e adolescentes, precariedade. No imaginário popular, o SAM transformou-se em uma instituição para prisão e “escola do crime”.

A passagem pelo local tornava o rapaz temido e marcado. A imprensa teve papel relevante na construção dessa imagem, pois, ao mesmo tempo que denunciava os abusos, ressaltava o grau de periculosidade dos que passavam pelos chamados reformatórios. O SAM se tornou um escândalo público; autoridades públicas, políticos e até seus diretores o condenavam e propunham a criação de um novo instituto (ROSETTI-FERREIRA et al., 2011, p.37).

No livro *Quarto de Despejo*, publicado em 1960, que reproduz o diário da autora Carolina de Jesus (1960) em que ela narra o seu dia a dia nas comunidades empobrecidas da cidade de São Paulo, rotina permeada pela intensa desigualdade e racismo brasileiros, há menção ao “Juizado”, ou seja, para onde eram mandados os

“menores” na época. O trecho expõe as condições precárias da instituição através do relato real de dois meninos que a autora conheceu, Antônio e Nelson, que haviam acabado de fugir do “Juizado”. Além do relato dos meninos, as impressões da autora sobre o que vivenciava no tocante ao assunto são muito relevantes para uma compreensão viva e concreta da precariedade da instituição na época.

Contaram-me os horrores do Juizado. Que passam fome, frio e apanham ininterruptamente. (...) Falaram que residem na Vila Maria e que tem mãe. Aconselharam meus filhos para ser bons para mim. Que os filhos estão melhor com as mães. Que a coisa melhor do mundo é a mãe. (...) Quando eles saíram olharam o número do meu barraco e pediu-me para não internar o João que a comida é deficiente. Que eles era obrigado a lavar a louça. Que se uma criança jogar fora o resto da comida do lixo, que eles obriga a criança catar e comer.

Os meus filhos ficaram horrorizados com narração dos fugitivos. Decidi não internar o João porque ele tem apetite. (...) Penso: porque será que os meninos que fogem do Juizado vem difamando a organização? Percebi que no Juizado as crianças degrada a moral. Os juízes não têm capacidade para formar o caráter das crianças. O que é que lhes falta? Interesse pelos infelizes ou verba do Estado?

...Em 1952 eu procurava ingressar na Vera Cruz e fui no Juizado falar com o Dr. Nascimento se havia possibilidade de internar os meus filhos. Ele disse-me que se os meus filhos fossem para o Abrigo que ia sair ladrões. Fiquei horrorizada ouvindo um juiz dizer isso.

(...) quando eu ia lá [na zona do meretrício] e via as mulheres mais nojentas e perguntava:

- Onde vocês foram criadas?
- No Abrigo de Menores.
- Vocês sabem ler?

- Não! Porque? Você é padre?

Eu parava interrogação. Elas não sabiam ler, nem cuidar de uma casa. A única coisa que elas conhecem minuciosamente e pode lecionar e dar de diplomas é pornografia. Pobres órfãos do Juiz! (DE JESUS, p.78-9, 1960).

Em 1964, durante a ditadura civil-militar, é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que se propunha a ser o anti-SAM, porém ao herdar as locações, os profissionais e os internos do SAM, em quase nada se modificou. A FUNABEM tornou-se um organismo nacional e o problema “do menor” passou a ser percebido como questão de Segurança Nacional. Na prática favoreceu ações cada vez mais amplas de internamento, sobretudo por meio das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Com base em levantamentos estatísticos da FUNABEM, sabe-se que as famílias também exerciam uma pressão para o internamento dos filhos por enfrentarem dificuldades em suprir suas necessidades de educação, alimentação e vestuário (ROSETTI-FERREIRA et al., 2011). Segundo Baptista (2006), em pouco tempo ficou claro que as diretrizes teóricas da FUNABEM não se concretizariam, principalmente em razão da estrutura altamente centralizadora da FUNABEM e da permanência da priorização da internação como medida de segregação dos “menores” marginalizados.

Em 1979, foi aprovado um novo Código de Menores, que, da mesma maneira que o Código Mello Mattos (já citado anteriormente), não era universal no trato das crianças e adolescentes brasileiros; era voltado apenas àqueles que se encontravam em “situação irregular”, ou seja, àqueles que estivessem “privados de condições essenciais à sua subsistência, saúde, instrução obrigatória; em perigo moral; privados de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; respondendo por prática de ato infracional” (BAPTISTA, 2006). Assim, tanto os “carentes” quanto os “autores de infração” eram enviados para as mesmas instituições, geralmente denominadas de internatos e que tinham conotação de isolamento e fechamento. Outro aspecto a ser destacado neste Código é sua ênfase como sendo juridicamente possíveis as intervenções do Estado nas famílias:

A tutelarização das famílias pelo Estado, por vias jurídicas, assumiu uma dimensão monopolizadora de autoridade e controle (Rizzini, 1997). A intervenção sobre as famílias pobres, promovidas pelo Estado, desautorizava os pais em seu papel parental. Acusando-os de incapazes, o sistema justificava a colocação dos filhos em instituições, mantendo a cultura de internação de crianças como prática recorrente (ROSETTI-FERREIRA et al., 2011, p.38).

Segundo Baptista (2006), a partir daí, as unidades da Fundação Estadual do bem-estar do menor (FEBEM) ficaram sob a responsabilidade dos governos estaduais, sujeitas à supervisão das políticas gerais estabelecidas pela FUNABEM. Muitas das instituições que operavam essas políticas já existiam e funcionavam há muito tempo. Elas foram repassados para os governos estaduais que assumiram a incumbência do abrigo dos menores.

No livro autobiográfico de Esmeralda do Carmo Ortiz (2000), a autora conta sobre sua experiência na FEBEM.

(...) era um lugar horrível, tipo uma cadeia, tinha um quartinho mínimo onde dormiam 9 pessoas. Me jogaram naquele quartinho. Tinha um colchão bem fininho no chão. Eles davam uma coberta bem fininha para cada um dormir. Alguns funcionários ficavam vigiando a gente. Depois nós íamos para o pátio. Era um monte de crianças, tinha até moças de mais de 20 anos lá. Era muita gente dormindo em cada quarto. Na Febem tinha mais ou menos 500 pessoas, um lugar pequeno para tanta gente.

Lá na unidade feminina ficavam todos juntos: uma criança de 2 anos, por exemplo, que a mãe tinha espancado, deixado em casa durante vários dias sem comer, ficava com uma criança de 7 anos que tinha sofrido maus tratos. Se alguém era preso por vadiagem, ia pra essa FEBEM também. Se era

por furto, ia pra essa FEBEM. Crianças abandonadas pela mãe por causa de doença mental iam para lá. Latrocínio, iam pra lá. Assalto à mão armada, tráfico, iam pro mesmo lugar (ORTIZ, 2000, p.59).

A partir dos anos 1970, começam a surgir os movimentos de redirecionamento da política de atenção à criança e ao adolescente. Embora forças conservadoras se esforçassem para manter as estruturas que sustentavam o modelo de instituição fechada do tipo assistencial/repressivo, movimentos de mudança passaram a exigir modificações neste sistema de atendimento. Acompanhando o movimento de abertura política que ocorre nos anos 1980 e culmina com a nova constituição de 1988, surgem movimentos sociais pelos direitos da criança, e entidades não-governamentais prestadoras de atendimento se articulam e se somam ao movimento constituinte.

O momento histórico de transição política rumo ao processo de redemocratização do país trouxe, em relação à institucionalização, contribuições para a conscientização da necessidade de mudanças, impulsionadas por fatores como: presença de movimentos sociais organizados, com manifestação e participação popular no período pós-ditadura; estudos e debates que ressaltavam as consequências da institucionalização sobre desenvolvimento das crianças e adolescentes; elevados custos para manutenção dos internatos, dentre outros (ROSETTI-FERREIRA et al., 2011, p.39).

De acordo com Baptista (2006), a movimentação de diferentes grupos possibilitou a criação do Fórum Permanente de defesa da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), em que eram discutidas questões relativas à inexistência de políticas públicas de atendimento, à democratização precária das instituições e à necessidade de reverter o quadro de abandono deste segmento da população. Esse fórum, então, organizou-se em torno da necessidade de inclusão, na nova Constituição, de cláusulas que garantissem uma nova

legislação para essas crianças e esses adolescentes. As pressões possibilitaram a inclusão de artigos específicos na Constituição Federal de 1988 (artigos 226 a 230).

Gestava-se assim o movimento pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que será aprofundado (suas especificidades, implicações e atualidade) no próximo capítulo.

Cabe, por fim, ressaltar, sobre a totalidade da história brasileira do Acolhimento Institucional exposta neste capítulo, que:

Verifica-se que o Brasil é um país com tradição de atendimento institucional a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, tradição essa historicamente forjada pela desqualificação da parcela da população a que pertencem, em sua grande maioria pobre e procedente de etnias não brancas. Instituições religiosas e filantrópicas e, mais tarde, a própria ação estatal esforçaram-se para promover a adaptação dessa população aos padrões considerados "aceitáveis". Porém, essa estratégia não conferiu a essas pessoas condições de igualdade e inclusão; pelo contrário, reforçou a ideia de sua preconcebida incapacidade para a plena inserção na sociedade, o que, de certa forma, tornava natural a sua condição de subalternidade (FERREIRA et al., 2015, p.41-2).

4. A CRIAÇÃO DO ECA E MARCOS LEGAIS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

*“Ninguém liberta ninguém.
As pessoas se libertam em comunhão.”*
- Paulo Freire

4.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Após a retomada desde os primórdios da história brasileira do Acolhimento Institucional, cabe agora refletir sobre sua atualidade. Podemos pensar que essa atualidade tem origem na história recente de redemocratização do país: com a nova Constituição aprovada em 1988, o artigo 227 estabelece prioritariamente os direitos da criança e do adolescente.

ART. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1990)

Neste contexto, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é promulgado (Lei 8.069), trazendo a doutrina de “proteção integral”. Segundo Rosetti-Ferreira et al. (2011), isso representa uma importante mudança de paradigma nas questões da criança e do adolescente, que passam a ser considerados como sujeitos de direitos e seres em condição peculiar de desenvolvimento. Ainda existe, no entanto, uma distância profunda entre a lei e as práticas sociais vigentes. A situação de exclusão e

exploração de parte considerável da juventude brasileira, especialmente a parte antes referida como os “menores” (a parcela mais vulnerável dessa juventude), precisa ser modificada para que haja uma real concretização do ECA.

O Estatuto é processo e resultado porque é uma construção histórica de lutas sociais dos movimentos pela infância, dos setores progressistas da sociedade política e civil brasileira, da ‘falência mundial’ do direito e da justiça menorista, mas também é expressão das relações globais internacionais que se reconfiguram frente ao novo padrão de gestão de acumulação flexível do capital. É nos marcos do neoliberalismo que o direito infanto-juvenil deixa de ser considerado um direito ‘menor’, ‘pequeno’, de criança para se tornar um direito ‘maior’, equiparado ao do adulto (SILVA, 2005, p. 36).

Agora será abordada a mudança de paradigma ocorrida desde a promulgação do ECA em relação à garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. Segundo o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento (2013), esta mudança representa um esforço para redirecionar uma cultura secular de institucionalização de crianças e adolescente pobres no Brasil. Retomando e sintetizando um pouco do que foi visto no Capítulo 3:

Desde o final do século XIX e durante grande parte do século XX, a institucionalização configurou-se, em maior ou menor grau, como uma das principais políticas postas em prática pelo Estado para lidar com o dito “menor” ou “menor em situação irregular”, como ficou designado a partir de 1979. Todo um aparato institucional foi sendo edificado durante a história brasileira cuja tônica focalizava a institucionalização, como é o caso do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e da Fundação do Bem-Estar do Menor (Funabem), apenas

para citar os dois mais conhecidos. É a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que o país busca romper esta visão. Instaura-se a Doutrina de Proteção Especial, estabelecendo que todas as crianças e adolescentes, sem distinção, são agora sujeitos de direitos, devendo ser encarados como prioridade absoluta. Ao contrário da lógica anterior, a ênfase recai na preservação dos vínculos familiares e comunitários, como previsto no artigo 19 (SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2013, p.23).

De acordo com as “*Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*” (2009), com a promulgação do ECA que crianças e adolescentes passaram a ser concebidos como sujeitos de direito, em peculiar condição de desenvolvimento e que o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (Art.101):

ART. 101. (...)

§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) (BRASIL, 2019).

Conforme visto no Capítulo 3, a antiga FEBEM abrigava os “menores carentes e abandonados” e os “menores delinquentes”. Atualmente, os primeiros (não mais entendidos como “carentes e abandonados”, e sim em situação de risco) são atendidos pelo acolhimento institucional e os segundos (não mais “delinquentes”, e sim em conflito com a lei), pelas medidas socioeducativas. O art. 112, do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2019), estabelece como medidas socioeducativas aplicáveis para jovens de 12 a 18 anos que cometerem ato infracional: a advertência; a obrigação de reparar o dano; a prestação de serviços à comunidade; a liberdade assistida; a inserção

em regime de semiliberdade e a internação em estabelecimento educacional (nos Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente: a famosa Fundação CASA no Estado de São Paulo). Por não ser o enfoque do presente trabalho, não aprofundarei em muitos detalhes dessas medidas, porém, em alguns momentos (especialmente no Capítulo 7) são feitas menções à *Fundação Casa*, sendo importante, portanto, essa mínima conceituação.

Segundo o "Plano Nacional de promoção, proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária" (2006), no tocante ao direito à convivência familiar e comunitária, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu no Artigo 19 que toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária. Assim, o ECA assegurou, no Art. 19, o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (outros detalhes muito relevantes do Art. 19 serão citados a seguir):

ART. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016).

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

§ 3º A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção, nos termos do § 1º do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016).

§ 4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. (Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014) (BRASIL, 2019).

De acordo com Oliveira (2006), durante muito tempo, a vivência em instituições foi considerada resultante de determinadas situações individuais e familiares que mereciam poucos estudos e ações que garantissem os direitos dessas pessoas. Hoje sabemos que milhares das crianças e adolescentes estão em abrigos não apenas por motivos relacionados ao seu histórico familiar, mas também por questões de ordem macroestrutural. Em conformidade com as disposições do ECA, deve-se recorrer ao encaminhamento da criança e do adolescente a serviços de acolhimento apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou

comunidade. A história brasileira revela, todavia, que, frente à situação de pobreza, vulnerabilidade ou risco, a primeira resposta à qual durante muitos anos se recorreu foi o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar. A promulgação do ECA veio romper com essa cultura, ao garantir a excepcionalidade da medida, estabelecendo, ainda, que a situação de pobreza da família não constitui motivo suficiente para o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar (Art. 23):

ART. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009).

§ 1º Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) (BRASIL, 2019).

O ECA, em seu Art. 101, determina a aplicação das medidas de proteção, quando alguma criança ou adolescente sofrer violação de seus direitos, tanto por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, como pela falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável (como consta no Art. 98):

ART. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III – em razão de sua conduta (BRASIL, 2019).

O ECA estabelece medidas protetivas que incluem não somente a criança, mas a sua família (orientação, apoio e acompanhamento temporários, inclusão em programas

comunitários de auxílio à família, tratamentos, entre outros). E como medida excepcional e provisória, estabelece o acolhimento. O Art.101 do ECA estabelece que diante das hipóteses previstas no Art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

ART. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV – inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016).

V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII – acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

IX – colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) (BRASIL, 2019).

De forma geral, o percurso de uma criança nesses casos é complexo. Diante de alguma ameaça ou violação de seus direitos, que pode ser uma violência grave (nas diversas modalidades - física, sexual, psicológica, negligência) o Conselho Tutelar, verificando prejuízos significativos para a criança e o adolescente, poderá aplicar medidas de proteção que possam favorecer mudanças na situação familiar. Entretanto, caso a

violação de direitos persista, ou se avalie que a criança ou adolescente esteja numa situação que implique algum risco para sua vida e saúde, se for necessário, o Conselho Tutelar deve encaminhar o caso para o Ministério Público e o Poder Judiciário para que se efetue o acolhimento. Para solicitar o acolhimento da criança ou do adolescente, que deve ser sempre uma medida excepcional, o Conselho Tutelar deve fazê-lo mediante comunicação e solicitação ao Ministério Público, e demonstrar de forma fundamentada que esgotou anteriormente todas as opções de alternativas protetivas

De forma a promover a qualidade dos serviços de acolhimento, o ECA prevê, ainda, ações de fiscalização e controle social, ao exigir a inscrição das entidades que ofertam “programas de abrigo” no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Art. 90) e estabelecer princípios para sua organização (Art. 92). Esses princípios do Art. 92 representam um enorme avanço em relação ao passado brasileiro de institucionalização em massa de crianças e adolescentes e de indiferença frente a história particular destes.

ART. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

I – preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo (BRASIL, 2019).

Segundo Martin (2010), é importante dizer que os abrigos que são responsáveis pelo acolhimento têm sido conveniados com instituições sociais particulares, ONGs (Organização Não Governamental), OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), Fundações que se tornam responsáveis pela gestão e atendimento às crianças e aos jovens. É condição para conveniamento que as instituições sigam os princípios estabelecidos pelo ECA, particularmente o Art. 92 citado acima e, nesse sentido, temos grandes progressos, pois é exigido que as Casas de Acolhida tenham no máximo 20 crianças de ambos os sexos e idades de 0 a 17 anos e 11 meses, sem desmembrar grupos de irmãos nem romper com vínculos familiares (isso nos SAICAs Regulares, o Acolhimento Inicial abordarei em maiores detalhes no Capítulo 6), garantindo um atendimento personalizado e em pequenos grupos; vínculos com a comunidade, ou seja, a participação na escola, nos equipamentos da rede social de saúde, lazer e cultura, constituindo-se numa medida de caráter temporário, visando, portanto, o preparo gradativo dos jovens para o seu desligamento. Antes do ECA, havia institucionalização em massa (contemplando centenas de criança no mesmo espaço), sem atendimento personalizado, grupos de irmãos eram desmembrados (pois havia divisão por gênero e idade) e havia muita transferência (justamente devido a divisão por faixas etárias), além de que não havia participação na comunidade (pois todos os serviços essenciais estavam dentro do espaço do abrigo, como escola, hospital etc); e, já que não havia atendimento personalizado, havia um total descaso sobre a preservação do vínculo familiar e o abrigo não era trabalhado enquanto medida provisória e excepcional.

Assim, segundo Araújo (2017), o reordenamento dos serviços de acolhimento familiar não significa uma simples redução no número de crianças e adolescentes previstos em um serviço, mas a importância de trazer o acolhimento para uma nova ordem - a de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos. Eles não estão privados de liberdade como nos antigos orfanatos e possuem direitos sexuais e reprodutivos, moram em uma casa e devem estabelecer relações com os amigos da escola e comunidade. O abrigo deve fomentar esse processo e não se posicionar como um espaço de correção moral.

Conforme consta no Art. 92, o atendimento personalizado é de suma importância na prática do acolhimento institucional. Assim, sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA), Paiva, Moreira e Lima (2019) dizem:

Tais mudanças na aplicação da medida protetiva de acolhimento almejam impedir que a criança ou o adolescente sejam acolhidos indiscriminadamente, ou que, quando acolhidos, sejam vítimas de ações de destituição do poder familiar sem que ações efetivas de superação da situação de violência familiar estejam presentes. Para tanto, ainda é solicitada a elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA), visando à reintegração familiar pela equipe técnica do serviço que deve incluir: os resultados da avaliação interdisciplinar; os compromissos assumidos pelos pais ou responsável; e a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsável, com vistas à reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, é necessário que tomem as providências para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária (artigo 101 §5 e §6). O PIA deve ser reavaliado a cada seis meses com o objetivo de que a situação que levou à aplicação da medida protetiva seja superada e não se estenda por mais de 18 meses (PAIVA; MOREIRA & LIMA, 2019, p.1408).

Imediatamente após o acolhimento, deve ser elaborado, pela equipe técnica do programa de acolhimento institucional, o PIA, tendo em vista o processo de reintegração familiar - exceto, como dito, se houver ordem fundamentada da autoridade judiciária competente, em contrário, caso em que também deve contemplar sua colocação em família substituta.

Para elaboração deste plano, as crianças e os adolescentes devem ser ouvidos, bem como seus pais ou responsáveis, garantindo a participação deles no processo. No PIA constarão os resultados da avaliação interdisciplinar, os compromissos assumidos pelos pais ou responsáveis, e a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança e o adolescente acolhidos. Tal instrumento é de fundamental importância para agilizar o processo de reintegração familiar, tendo em vista a garantia do direito à convivência familiar e à comunitária (CHRISPI, 2012, p.35).

4.2 O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)

Outro ponto extremamente relevante oriundo do ECA é o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), que surgiu em 2006, justamente para assegurar e fortalecer a implementação do ECA. O SGDCA é formado pela integração e a articulação entre o Estado, as famílias e a sociedade civil como um todo, para garantir que a lei seja cumprida, que as conquistas do ECA e da Constituição de 1988 (no seu Art. 227) não sejam letra morta.

As mudanças de gestão previstas no ECA propõem a estruturação desse sistema estratégico (SGDCA):

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (ECA, Art. 86). (BRASIL, 2019)

O SGDCA é a articulação e a integração de instituições e instâncias do poder público para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal,

estadual, distrital e municipal. Para que o sistema funcione como um mecanismo fluído e permanente, é preciso que estes componentes (sociedade civil e governos) estejam articulados e integrados. O ECA dá efetividade à Constituição ao estabelecer as seguintes diretrizes na política de atendimento:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

(I) municipalização do atendimento;

(II) criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurados a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

(III) criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

(IV) manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente (...) (BRASIL, 2019)

Regulamentado a partir da Resolução nº 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o SGDCA estrutura-se a partir da definição de três eixos estratégicos: Promoção, Defesa e Controle da Efetivação. Cada eixo propõe uma lógica de articulação, atores e recursos e a serem mobilizados para que seja possível uma gestão integradas dos direitos. Segundo Carvalho (2012):

É dentro deste cenário que o município ganha destaque na atenção à infância e adolescência por meio da descentralização do atendimento. Diferentemente do Código de Menores de 1979, que centralizava suas ações, a política de atendimento coloca o município como local privilegiado de intervenção. Porém, como afirmam Digiácomo &

Digiácomo (2010), “municipalização” não é sinônimo de “prefeiturização”. A noção de que é o município que deve arcar, sozinho, com o ônus da implementação de toda estrutura para o atendimento de sua população infanto-juvenil, não é cabível. É fundamental a articulação e integração de ações e programas estaduais e federais, com vistas à adaptação, se necessário, às especificidades locais (CARVALHO, 2012, p.23).

O SGDCA e seus órgãos integrantes devem exercer suas funções em rede para assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, a partir de três eixos preconizados na resolução 113/2006 do CONANDA: (a) defesa dos direitos humanos; (b) promoção dos direitos humanos; e (c) controle da efetivação dos direitos humanos. O que especialmente nos interessa aqui é o eixo (c), de promoção dos direitos humanos, que é responsável pelo Acolhimento Institucional, ainda que os três eixos sejam complementares e de absoluta essencialidade um para o outro.

4.3 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal. Segundo o documento “*Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*”, em 2004, foi aprovada, pelo CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com o objetivo de concretizar direitos assegurados na Constituição Federal (1988) e na Lei Orgânica de Assistência Social (1993). A PNAS organiza a matriz de

funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), inaugurando no país um novo paradigma de defesa dos direitos socioassistenciais. Na sequência, a aprovação da NOB/SUAS (A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social) estabeleceu parâmetros para a operacionalização do Sistema Único em todo o território nacional. Sobre o SUAS e os serviços de acolhimento:

Em 2006, foi aprovada a NOB-RH do SUAS (A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social) que, dentre outros aspectos, estabeleceu parâmetros nacionais para a composição das equipes que devem atuar nos serviços de acolhimento. A organização do SUAS como um sistema pressupõe a articulação da rede socioassistencial com as demais políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e elege a família como foco central de atenção. A previsão de serviços de caráter preventivo e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, de atendimento especializado a indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos e de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes tem importância basilar no que diz respeito à concretização do direito à convivência familiar e comunitária. Um grande desafio que é colocado para a implementação do SUAS no país é o de reordenar os serviços de acolhimento e romper com práticas incompatíveis com os marcos regulatórios vigentes (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009, p.21-2).

Ainda segundo o mesmo documento, os Serviços de Acolhimento integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo interface com outros serviços da rede socioassistencial, quanto com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Sua atuação deve basear-se no princípio da incompletude institucional, não devendo ofertar em seu interior atividades que sejam da competência de outros serviços. A proteção integral a que têm direito as crianças e os adolescentes acolhidos deve ser viabilizada por

meio da utilização de equipamentos comunitários e da rede de serviços local. Assim, os serviços socioassistenciais compõem, em rede, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS de âmbito nacional, sendo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social o órgão responsável pelo seu comando único na cidade de São Paulo, conforme determina a lei. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo (SMADS) tem como missão cuidar das políticas voltadas para a assistência social do município de São Paulo. Desta forma, a secretaria formula, executa, monitora e avalia a Política Municipal de Assistência Social como parte integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O município de São Paulo encontra-se habilitado em nível de gestão plena, ou seja, tem a responsabilidade total das ações da assistência social. Sobre o Acolhimento Institucional, este é gerido pela SMADS mas tem sua tipificação com base na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, uma normativa que possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais.

4.4 “O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária” e “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”

Ambos estes documentos foram citados nos subitens acima e ambos são de absoluta relevância para a concretização do acolhimento institucional de acordo com os pressupostos do ECA.

O *“Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária”* (2006), aprovado em dezembro de 2006, foi elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Secretaria Especial dos

Direitos Humanos (SEDH) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Esse plano:

(...) tem estratégias, objetivos e diretrizes fundamentadas primordialmente na prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, na qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento (reordenamento dos programas de Acolhimento Institucional e na implementação dos Programas de Famílias Acolhedoras), com ênfase na excepcionalidade e provisoriedade dessas medidas, no investimento para o retorno ao convívio com a família de origem, no papel das políticas públicas de apoio sociofamiliar, e no encaminhamento para família substituta, depois de esgotadas todas as possibilidades de permanência na família biológica. Nesse sentido, este documento tem importância significativa, uma vez que a fundamentação para sua elaboração se justificou pela necessidade de uma política de Estado. O conjunto de ações propostas no plano propõe sua aplicação (...) com ações de curto, médio e longo prazo, além das ações permanentes, envolvendo os governos municipais, estaduais e federal (ROSSETI-FERREIRA; SERRANO & ALMEIDA, 2011, p.49).

Segundo Rosseti-Ferreira, Serrano e Almeida (2011), a ideia central no Plano é a de mudança do olhar e do fazer, não apenas das políticas públicas focalizadas na infância, na adolescência e na juventude, mas extensivos aos demais atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos, implicando a capacidade de ver essas crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e inseridos em seu contexto sociofamiliar e comunitário. O Plano resgata a noção de que crianças e adolescentes têm direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado. Nas situações de risco e enfraquecimento desses vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão esgotar as possibilidades de sua preservação, aliando o apoio socioeconômico à elaboração de novas formas de interação e referências afetivas no grupo familiar.

Já em 2009, há a criação das “Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (CONANDA & CNAS, 2009). Este documento contém os princípios, as orientações metodológicas e os parâmetros de funcionamento para as diversas modalidades de serviço de acolhimento que deverão nortear o funcionamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. Na Introdução do documento, constam as seguintes pontuações (que são de suma importância para entendê-lo e entender sua relevância; e, inclusive, entender como ele dialoga com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária):

O presente documento tem como finalidade regulamentar, no território nacional, a organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social. Sua formulação levou em consideração diversas discussões sobre essa temática, realizadas em diferentes fóruns - regionais, nacionais e internacionais - cabendo destacar as Conferências Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente realizadas em 2007, e, em especial, os encontros do Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária – GT Nacional. Além disso, constituíram importantes subsídios para a elaboração deste documento o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e o Projeto de Diretrizes das Nações Unidas Sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças.

(...) A regulamentação ora proposta é uma ação prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e representa um compromisso partilhado entre o MDS, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), o CONANDA e o CNAS, para a afirmação, no Estado brasileiro,

do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

(...) Adaptado à realidade e cultura local, o presente documento deverá nortear a organização, no país, dos diversos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e das Repúblicas para jovens. Em nenhuma hipótese, todavia, esses parâmetros deverão representar perda da qualidade dos serviços de acolhimento atualmente prestados nas diversas localidades, sendo permitidos arranjos distintos quando estes representarem maior qualidade no atendimento ofertado.

(...) As orientações e parâmetros aqui apresentados têm justamente como objetivo estabelecer orientações metodológicas e diretrizes nacionais que possam contribuir para que o atendimento excepcional no serviço de acolhimento seja transitório, porém reparador (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009, p.17-9).

Marin (2010) destaca a importância desse documento a nível nacional, pois houve nele um comprometimento na direção de construir uma política voltada para as crianças e adolescentes que se encontram nessa situação tão adversa. E as políticas públicas passaram a buscar estabelecer parâmetros rigorosos para orientar o serviço de acolhimento, com ações que permitam o reconhecimento desses jovens como sujeitos de direitos.

De acordo com Rosseti-Ferreira, Serrano e Almeida (2011), consta neste documento que, para garantir a oferta de atendimento adequado às crianças e adolescentes acolhidos, os serviços de acolhimento institucional deverão elaborar um projeto político-pedagógico que contemple os seguintes aspectos: infraestrutura física que garanta espaços privados e adequados ao desenvolvimento da criança e do adolescente; ambiente e cuidados facilitadores do desenvolvimento; atitude receptiva e acolhedora no momento da chegada da criança/adolescente, durante o processo de adaptação e durante a sua permanência; não desmembramento do grupo de crianças/adolescentes com

vínculo de parentesco; relação afetiva e individualizada com cuidadores; condições de trabalho e capacitação dos educadores; organização de registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança/adolescente; preservação e fortalecimento da convivência comunitária; desligamento gradativo; atividades lúdicas; recursos humanos adequados e capacitados; trabalho com a família de origem visando a reintegração familiar; e a integração e articulação da rede de atendimento.

Como dito anteriormente, 30 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente não vão magicamente mudar uma realidade estruturada em séculos de desigualdades e opressões (os quais foram apresentados no Capítulo 3). A concretização do ECA depende de um esforço constante e atento dos profissionais que constituem sua realidade, não apenas de leis sem vida. Depende diretamente das ações daqueles que estão atuando no mundo.

5. A ATUALIDADE BRASILEIRA E OS SAICAS: RACISMO ESTRUTURAL E DESIGUALDADE SOCIAL

***“O matador mata sempre duas vezes -
a segunda pelo silêncio.”***

- Elie Wiesel

Início este capítulo com uma frase de Marielle Franco em entrevista (2018): “Para que a discussão se amplie é fundamental compreender que estamos em um lugar de tratamento diferente. É preciso reconhecer o racismo”.

Um dos conceitos arendtianos trabalhados na presente pesquisa é o de “História”. Segundo Camasmie (2007), o movimento filosófico que Arendt empreendeu utilizando-se da narrativa para compreender o presente foi o de recuperar o sentido e o significado dos acontecimentos históricos: a História é o pano de fundo das vidas dos seres humanos, portanto, recontar histórias de vidas só é possível porque estas emergem daquela.

Conforme explicitado no Capítulo 3 da presente pesquisa, a História (com H maiúsculo, como em Arendt) brasileira das instituições da infância e juventude é profundamente marcada pela desigualdade socioeconômica e por um racismo de ordem estrutural. Os não privilegiados sofreram historicamente violências irreparáveis que, como visto, atingiram diretamente a infância e juventude vulneráveis. Segundo Djamila Ribeiro (2019):

O primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e a distribuição de riquezas (RIBEIRO, 2019, p.9).

Pensando nesta dimensão histórica, a autora cita como exemplos, primeiramente, o fato de apesar de a Constituição do Império de 1824 determinar que a educação é um direito de todos os cidadãos, a escola estava vetada para pessoas negras escravizadas: a cidadania se estendia a portugueses e aos nascidos em solo brasileiro, inclusive a negros libertos. Mas esses direitos estavam condicionados a posses e rendimentos, justamente para dificultar aos libertos o acesso à educação. Outro exemplo é a Lei de Terras de 1850, ano em que o tráfico negreiro passou a ser proibido no Brasil - embora a escravidão tenha persistido até 1888. Essa lei extinguiu a apropriação de terras com base na ocupação e dava ao Estado direito de distribuí-las somente mediante a compra. Dessa maneira, ex-escravizados tinham enormes restrições, pois só quem dispunha de grandes quantias poderia se tornar proprietário. A lei transformou a terra em mercadoria ao mesmo tempo que facilitou o acesso a antigos latifundiários - embora imigrantes europeus tenham recebido concessões, como a criação de colônias.

Assim, segundo, Djamila Ribeiro (2019), quando estudamos a História do Brasil, vemos como esses e outros dispositivos legais estabelecidos durante e após a escravidão, contribuem para a manutenção da mentalidade “casa-grande e senzala” no país em que, nas senzalas e nos quartos de empregada, a cor foi e é negra.

A atualidade brasileira foi forjada justamente nessas condições históricas e as marcas disso permanecem vivas. Assim, o objetivo deste capítulo é pensar na realidade atual brasileira, em suas mazelas socioeconômicas e no racismo estrutural que a compõe, e qual relação isso resguarda com a atualidade do Acolhimento Institucional (mesmo após o ECA).

No documento “Novos rumos do Acolhimento Institucional”, da Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (2010), coloca-se o acolhimento institucional como como espaço de reconstrução da história, pontuando alguns fatos históricos (já trazidos no Capítulo 3 da presente pesquisa de forma mais detalhada):

A história do acolhimento institucional reflete a história do Brasil. Os europeus navegadores e colonizadores trouxeram consigo a marca das desigualdades sociais. Havia relações

de subalternidade, pessoas que lideravam e eram consideradas superiores, “gente de primeira”, e pessoas que eram conduzidas para servir, consideradas inferiores, “gente de segunda”. Começa assim uma relação superior-inferior que vai compor a história social e cultural brasileira; aí se misturam fatores de classe, de raça e econômicos. O branco era visto como superior ao negro, ao índio ou ao mestiço (...) Os colonizadores portugueses e espanhóis, apesar de trazerem fortes valores religiosos monogâmicos, muitas vezes engravidavam as índias e escravas e abandonavam as crianças, que acabavam esmolando pelas ruas. Com a Lei do Ventre Livre, as crianças negras engrossaram o caldo do abandono. (...) Crianças abandonadas eram criadas por caridade em famílias abastadas e, na maioria das vezes, se tornavam mão de obra gratuita. Este costume se manteve em algumas cidades até os anos recentes (ASSOCIAÇÃO DE PESQUISADORES E FORMADORES DA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2010, p.17-8).

Podemos, assim, pensar no Brasil como um país estruturalmente racista e como isso afeta a atualidade do Acolhimento Institucional. Primeiramente, pretendo explicar porque chamo aqui o racismo de estrutural, baseando-me no livro *“Racismo Estrutural”* do autor Silvio Almeida (2019).

A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. (...) Em suma, procuramos demonstrar neste

livro que as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolvem nas entranhas políticas e econômicas da sociedade (ALMEIDA, 2019, p.21-2).

Tal conceituação de Almeida é de suma importância para uma compreensão estrutural do racismo, a qual ele diferencia da concepção individualista e da concepção institucional, e que possibilita que entendamos o porquê o acolhimento institucional brasileiro é inevitavelmente racista. Segundo Almeida (2019), o racismo, segundo a concepção individualista, é concebido como uma espécie de “patologia” ou “anormalidade”. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio de aplicação de sanções civis.

Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política. Sob este ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo (ALMEIDA, 2019, p.36).

Já segundo a concepção institucional, racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça.

Assim, no caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas - o legislativo, o

judiciário e o ministério público, reitorias de Universidades etc. - e instituições privadas - por exemplo, diretoria de empresas - depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos.

A crítica que o autor faz à concepção institucional para então abordar a concepção estrutural é a seguinte:

O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. Entretanto, algumas questões ainda persistem. Vimos que as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente - com todos os conflitos que lhe são inerentes -, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. Se há instituições cujos padrões de funcionamento redundam em regras que privilegiem determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da

ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido. (ALMEIDA, 2019, p.46-7).

Assim, segundo Almeida (2019), o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” como que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica.

Com essas diferenciações e constatações, entendemos que o racismo vai além de ações deliberadas de indivíduos que, por exemplo, trabalham no Acolhimento Institucional (ainda que esses possam ter ações racistas) ou da instituição Acolhimento Institucional como produtora originária do racismo. O problema vai além e é mais profundo: é estrutural.

Emprestando as palavras de Almeida (2019) para justificar a essencialidade de se tomar o racismo como aspecto estrutural da temática da presente pesquisa:

Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo (ALMEIDA, 2019, p.57).

Como disseram os Racionais MC's em “Capítulo 4, Versículo 3”, do álbum “Sobrevivendo no Inferno”:

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial

A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras

Nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros

A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo

Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente (RACIONAIS MC'S, 1997).

Agora, para se entender ainda mais concreta e didaticamente a questão no Acolhimento Institucional, alguns dados serão expostos. Início ressaltando que o ECA determina em seu artigo 5º: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de (...) discriminação(...)”.

Segundo o documento “Reordenamento das vagas nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes”, de dezembro de 2015, do Município de São Paulo, em SAICAS Regulares, a distribuição por raça/cor é a seguinte: 22% preto, 37% pardo, 10% sem informação e 31% branco; nos SAICAS de Acolhimento Inicial, 17% preto, 35% pardo, 29% sem informação e 19% branco. Os números são gritantes, tanto nos Regulares quanto nos de Acolhimento Inicial: a porcentagem de brancos é extremamente baixa se comparada com a soma de pretos e pardos (considerando também a problemática da alta porcentagem de “sem informação”).

Pensando sobre essas terminologias, segundo Eurico (2018), preta e parda, entendidas como cores, correspondem às construções sociais, assim como as outras categorias, e o IBGE as adota para classificar a população negra no Brasil. A uniformização das cores é relevante, pois permite que as desigualdades étnico-raciais possam ser comparadas em diversas pesquisas de instituições diferentes (p.87). Assim, ao analisar os dados, iremos aqui considerar como população negra a soma de pretos e pardos.

Agora, pensando na dimensão nacional e não só municipal de São Paulo, o quinto capítulo (“Crianças, adolescentes e famílias em SAI”) do Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento no Brasil (concluído em 2011 após visitas dos pesquisadores a 2.624 serviços de acolhimento localizados em todo o país) apresenta uma visão geral sobre o perfil das crianças e os adolescentes acolhidos nesses serviços. Em relação à cor da pele, 55,5% são pretos ou pardos e 43,2% brancos (na região Sudeste, 74,8% das crianças e adolescentes tem cor de pele preta ou parda).

Outro aspecto ressaltado no perfil é que 19,2% das crianças e adolescentes vêm de uma trajetória de vida na rua e, dessas, 65,3% das crianças e adolescentes com trajetória de rua são negras e pardas. Um total de 380 adolescentes pesquisados neste Levantamento cumprem Medida Socioeducativa (MSE) concomitantemente à medida protetiva de acolhimento. O predomínio em tal situação é de meninos (77,4% e da cor preta e parda, 56,8%).

O acolhimento por abandono dos pais e responsáveis foi mais relatado para crianças/adolescentes de cor de pele amarela. Já a orfandade como motivo de entrada no SAICA é mais comum entre indígenas e pretos; e, por ameaça de morte, entre pretos e pardos. As crianças/adolescentes brancos são menos mencionados pelos profissionais dos SAICA nas situações de maior vulnerabilidade. Além disso, o tempo médio de acolhimento institucional é maior entre crianças e adolescentes de cor preta (27 meses).

Sobre a possibilidade de adoção, o Conselho Nacional de Justiça por intermédio da Agência Brasil, portal de notícias do Governo Federal, noticiou em maio de 2011 que das 26.938 famílias que estão no Cadastro de Nacional de Adoção, 76% procuram crianças com até três anos de idade. Nesta pesquisa constatou-se que apenas 8,6% das crianças atendem a esse critério, confirmando a diferença entre a realidade e o que é desejado pelas famílias adotantes. Considerando a cor e a etnia, esse percentual é mais restrito, como se constata em pesquisas da Vara da Infância de São Paulo em cooperação com a ONG Ai.Bi (2007) em que 72% das famílias que pretendem adotar têm preferência por crianças brancas. A maior parte das crianças e adolescentes prontos para adoção tem entre 6 a 11 anos de idade (39,2%) e entre 12 e 15 anos de idade (33,1%) e tem a cor de pele parda e preta (34% e 23% respectivamente).

No documento “Cadastros Infância e juventude” da CNJ (Cadastro Nacional de Justiça) de 2012, são trazidos dados do Cadastro de Adoção / Dados estatísticos de pretendentes no Brasil (dados retirados do Cadastro Nacional de Adoção no dia 07/08/2012). Dentre os dados da tabela “Dados estatísticos de pretendentes” (p.8), alguns chamam especialmente a atenção - Total de Pretendentes cadastrados: 28.114 (100,00%); Total de Pretendentes que somente aceitam crianças da raça Branca: 9.595 (34,13%); Total de Pretendentes que somente aceitam crianças da raça Negra: 600 (2,13%); Total de Pretendentes que somente aceitam crianças da raça Parda: 1.623 (5,77%); Total de

Pretendentes que aceitam crianças da raça Branca: 25.560 (90,92%); Total de Pretendentes que aceitam crianças da raça Negra: 10.036 (35,70%); Total de Pretendentes que aceitam crianças da raça Parda: 17.680 (62,89%); Total de Pretendentes que são indiferentes em relação a raça da criança: 10.224 (36,37%).

O documento “*O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*”, da coordenadora Enid Rocha Andrade da Silva, de 2004 (pesquisa mais antiga que as citadas acima, porém com dados mais completos), aponta que o cruzamento entre raça e faixa etária evidencia uma tendência progressiva de aumento da população negra conforme avança a faixa etária dos abrigados (ou seja, conforme eles se tornam adolescentes). Apenas na faixa etária de zero a 1 ano incompleto é que se verifica uma quantidade de crianças negras menor do que a de crianças brancas. Acima desta faixa, a diferença entre o número de crianças e adolescentes afro-descendentes e os de cor branca aumenta expressivamente. Nota-se que na faixa etária de zero a 1 ano incompleto a população negra é da ordem de 183 crianças, enquanto que a população branca é de 215. Na faixa etária seguinte, de 2 anos, o número de crianças negras nos abrigos já ultrapassa o número de crianças da cor branca: 230 e 202, respectivamente. Na idade de 13 anos, por exemplo, há 806 adolescentes negros para 392 adolescentes brancos.

Nesta pesquisa, Silva (2004) faz os seguintes questionamentos:

O que querem dizer esses números? Qual a relação entre a população negra e a medida de abrigamento? Sobre esse fenômeno, pode-se argumentar a partir de duas hipóteses. A primeira, obviamente, está relacionada à preferência explícita das famílias brasileiras pela adoção de crianças de cor branca, o que reflete o preconceito que tem raízes históricas na nossa sociedade, sobre o qual muito já se tem escrito. Na segunda hipótese, supõe-se que as instituições de abrigo representam um locus de concentração de crianças e adolescentes pobres e que crianças de famílias de renda mais elevada estão menos sujeitas a medidas de abrigamento. Em outras palavras, as condições

socioeconômicas de uma determinada criança e/ou adolescente exercem importante influência na aplicação da medida de abrigo (SILVA, 2004, p.53).

Em outro gráfico (p. 54) presente na pesquisa de Silva (2004), mostra-se a relação inversa entre raça/cor e renda para o total das crianças e dos adolescentes brasileiros. É possível observar que quanto menor a renda familiar per capita, maior é a proporção de crianças da raça negra. Contrariamente, nas faixas mais altas de renda familiar, diminui a proporção de crianças negras e aumenta a de crianças brancas. Segundo o informativo *“Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”* do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 55,8% da população em 2018 se declarou preta ou parda (a soma das duas raças resulta nos negros). Entretanto, no estrato dos 10% com maior rendimento per capita, os brancos representavam 70,6%, enquanto os negros eram 27,7%. Entre os 10% de menor rendimento, isso se inverte: 75,2% são negros e 23,7%, brancos. Silva (2004) pontua:

Assim, se aceitarmos que a condição socioeconômica contribui para a precarização e a deterioração das relações familiares, conforme já discutido anteriormente, concluímos que as chances de uma criança negra ser institucionalizada são muito maiores do que de uma criança branca, já que a primeira provavelmente é mais pobre. As carências materiais sofridas pelas famílias de baixa renda impõe dificuldades adicionais para a sobrevivência do grupo, ampliando as chances de crianças e adolescentes pobres passarem por períodos de institucionalização. Desta forma, pode-se dizer que as condições sociais em que vive a população negra no Brasil são a principal causa da maior incidência delas nas instituições de abrigo pesquisadas (SILVA, 2004, p.54).

Ainda segundo Silva (2004), o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe, em seu artigo 23, que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo de

suspensão do pátrio poder” (como vimos no Capítulo 4) e recomenda, no parágrafo único deste mesmo artigo, que “não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá, obrigatoriamente, ser incluída em programas oficiais de auxílio”. Apesar disso, se forem considerados todos os motivos que podem ser relacionados à pobreza familiar, conclui-se que esta é responsável pelo ingresso de mais da metade (52%) das crianças e adolescentes nos abrigos, já que a carência de recursos materiais foi citada como um dos principais motivos de abrigamento de 24,1% dos pesquisados; o abandono pelos pais ou responsáveis, de 18,8%; a vivência de rua, de 7,0% e a exploração no trabalho e/ou mendicância, de 1,8%. De acordo com Silva (2004):

Apesar de não se dispor de informações sobre a renda familiar dos abrigados, pelos motivos de abrigamento citados é possível supor que grande parte das crianças e dos adolescentes que vivem nos abrigos pesquisados é oriunda de famílias pobres, onde sabe-se que faltam os meios indispensáveis para a sobrevivência com dignidade, sendo enormes as dificuldades para a garantia dos direitos fundamentais, pois encontra-se todo tipo de precariedade: na moradia, no saneamento, no provimento da alimentação de qualidade e no acesso à saúde e à escola. Embora os motivos que determinaram o ingresso no abrigo não possam ser analisados de forma isolada, o fato de os pais se sentirem destituídos da função de provedores da manutenção das próprias famílias pode dar margem a uma série de violações de direitos, como, por exemplo, a exploração do trabalho infantil e a mendicância, que acabam por resultar no ingresso de crianças e adolescentes nos abrigos. Da mesma forma, a incapacidade de prover os bens necessários para a sobrevivência de seu núcleo familiar faz com que o pai ou responsável veja a institucionalização como uma opção real de garantia dos direitos básicos de seus filhos. Assim é que grande parte das crianças e adolescentes que ingressam nos

abrigos provêm de pais despossuídos e destituídos e, ao mesmo tempo, reproduzem as condições de miserabilidade enfrentadas por suas famílias (SILVA, 2004, p.57-8).

Segundo essa pesquisa, ao contrário do que supõe o senso comum, a maior parte das crianças e dos adolescentes que vive nos abrigos não são órfãos: 87% dos pesquisados têm família, sendo que 58,2% mantêm vínculo com seus familiares, isto é, embora afastados da convivência, as famílias os visitam periodicamente. Outros 22,7% não mantêm vínculo familiar constante, ou seja, embora conhecida e localizada, a família raramente aparece para visitar o abrigado. Cerca de 5,8% dos pesquisados, embora tenham família, não podem contatá-la em função de impedimento judicial. As crianças e os adolescentes “sem família” ou com “família desaparecida” que vivem nos abrigos pesquisados representam apenas 11,3% do total. No livro *“Abrigo - comunidade de acolhida e socioeducação”*, de 2010 (dados mais atuais) consta que, segundo o Levantamento Nacional, os motivos do abrigamento são: 18,9% abandono, 24,2% pobreza, 11,7% violência doméstica, 11,4% dependência química dos responsáveis. Já segundo dados de pesquisa do NCA/AASPTJ (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo), 22,3% dos abrigamentos são por abandono e/ou negligência, 18,8% por problemas relacionados à saúde, à situação financeira precária, à falta de trabalho e de moradia da população, 10,3% por violência doméstica e 9,8% por uso de drogas por parte dos familiares. Segundo Oliveira (2010), os dados revelam que os motivos mais citados para o abrigamento estão ligados, direta ou indiretamente, à pobreza: abandono e/ou negligência, problemas relacionados à saúde e às condições sociais, violência física intrafamiliar e dependência química dos pais. De acordo com o documento *“Reordenamento das vagas nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes”* de dezembro de 2015, do Município de São Paulo, 56,3% dos motivos de acolhimento são “situação de rua”.

Assim, reconhecimento de que as crianças e os adolescentes que vivem nas instituições de abrigo são vítimas da violência estrutural que atinge, sobretudo, as famílias das classes mais

baixas de renda leva a questionamentos sobre os limites das instituições em seu papel de incentivar o retorno da criança à convivência com sua família e em fazer cumprir o princípio da brevidade da medida de abrigo. Isto porque, segundo Silva (2004), se o empobrecimento das famílias está na raiz da medida de abrigo, é difícil supor que intervenções pontuais junto à família ou ao violador de direitos possam estancar os problemas que levaram a criança ou o adolescente ao abrigo (SILVA, 2004, p.58).

O relato de Mattos (2012), a seguir, ilustra bem como o racismo atravessa as crianças, adolescentes e também suas famílias no contexto de acolhimento institucional, o que acaba sendo muitas vezes determinante no destino judicial desse público.

No Projeto Defendendo o Direito à Convivência Familiar (PDDCF) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo ouvimos o relato de uma mãe que indignada com a sugestão de encontrar um segundo emprego para aumentar a renda, já que seu filho fora acolhido por permanecer na rua, enquanto ela trabalhava, desabafou, dizendo: “se eu fosse branca, seria mais fácil?”. Infelizmente a resposta que lhe fora dada pela equipe que a entrevistou foi a de que ela sofria de síndrome de perseguição e que se vitimizava. Mais uma vez a questão racial fora simplesmente negada e o indivíduo unicamente responsabilizado, afastando-se assim a possibilidade de se pensar sobre o racismo institucional. O interessante é a que a sugestão da obtenção de um segundo emprego fora dada para que a mãe conseguisse pagar alguém para cuidar do filho ou alguma instituição de ensino de período integral. Importante salientar que se somavam 4 anos de institucionalização do filho e que aquela mãe havia conseguido anteriormente um outro emprego de remuneração melhor, seguindo orientações da mesma equipe. Em

momento algum, o Estado fora acionado para resolver a questão, uma vez que era evidente que esta instituição também feria o direito daquela criança e daquela mãe. A pergunta ecoa: “se eu fosse branca, seria mais fácil?”. Em quantos casos nos deparamos e, se analisarmos com atenção, perceberemos a presença de recortes raciais que são usados como dificultadores para reinserção familiar? Assisti recentemente audiências concentradas e me deparei, na mesma data, com dois casos extremamente parecidos: crianças da mesma idade que foram acolhidas porque as mães haviam apresentado distúrbios mentais, mas que eram acompanhadas pelas avós. As mães estavam sendo assistidas pela família e ambas afirmavam que a situação estava superada, além de que dariam total apoio à reinserção. Apenas a família branca alcançou este objetivo. O preconceito racial no Brasil é tão arraigado, silencioso (embora violentíssimo para quem o sente), que não causaria admiração que nenhum dos atuantes nestes casos tenha percebido o recorte étnico racial que, de um jeito ou de outro, construíram. Por outro lado, caso a avó negra percebesse, acreditasse, ousasse e desabafasse a pergunta: “se eu fosse branca, seria mais fácil?”, quais respostas poderíamos imaginar que surgissem? (MATTOS, 2012, p.2).

Eurico (2018) fez seu doutorado justamente sobre a temática do presente capítulo: *“Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negros(as) acolhidos(as)”*. Alguns pontos de seu trabalho serão aqui expostos.

Eurico (2018) toma o conceito de “racismo institucional” (diferente do conceito de “racismo estrutural” explicitado no início do capítulo) para analisar como se materializa o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negros(as) e o quanto esta prática guarda profunda relação com as formas legitimadas de controle dos corpos negros no período da escravidão no Brasil. De acordo com Eurico (2018), o projeto de sua pesquisa teve como enfoque crianças e adolescentes negros(as) em situação de

acolhimento institucional, medida que, em tese, visa oferecer-lhes um ambiente seguro, acolhedor e livre de violações dos seus direitos: buscou identificar o racismo institucional nas práticas de acolhimento de crianças e adolescentes negros(as) e sua vinculação direta com a inserção precária das famílias negras no mundo do trabalho e na educação, bem como o acesso a outras políticas públicas, que fragilizam os vínculos familiares e, por vezes, impedem a permanência dos filhos junto ao grupo familiar.

Partiu-se do princípio de que o modo como as famílias negras acessam o mundo do trabalho na contemporaneidade tem relação direta com o desenvolvimento da sociedade escravagista no Brasil. Assim, a desigualdade social associada à desigualdade étnico-racial apresenta como um desdobramento pernicioso o número elevado de crianças/adolescentes em situação de acolhimento institucional, preteridas no processo de adoção. (EURICO, 2018, p.102)

A autora aponta que a pesquisa no SAICA revelou que as condições de moradia precárias atuam como um elemento importante que favorece a institucionalização. O acesso precário à moradia, longe de ser uma escolha consciente da família, expressa a dinâmica do capital, em que o acesso à terra, enquanto um direito humano, é transmutado em um direito que se efetiva no mercado. A posse da terra é um bem inalienável que o Estado protege de maneira sistemática e as barreiras impostas à população negra, durante e pós-escravidão, se expressam na permanência maciça de famílias negras vivendo de maneira precária nas favelas brasileiras. Assim, a institucionalização da juventude incide de maneira contundente sobre as famílias em situação de pauperismo, uma vez que as determinações sócio-históricas que impactam no grupo familiar ficam prejudicadas dentro de uma análise reducionista, que não considera a família como parte e expressão desta sociedade desigual. Segundo Eurico (2018):

O racismo, na perspectiva que abordamos, vai além de atitudes individuais e/ou ações pontuais de preconceito e

discriminação, pois marca a vida destas famílias abandonadas, ao longo da formação do Brasil e, particularmente, no momento histórico atual. Entre lá e cá, sistematicamente, o Estado retira das famílias pobres o poder familiar e, sob o manto da proteção social, se perpassa uma compreensão de inteira incapacidade de cuidado consigo e com seus membros. Por trás da negligência familiar, com frequência, se esconde a criminalização dos pobres como justificativa para o rompimento dos vínculos familiares, por meio de ações oficiais (EURICO, 2018, p.106).

Em oficina do Instituto Fazendo História (2014), “*Racismo e suas implicações no acolhimento*”, o psicólogo Emiliano de Camargo David fala que falta um letramento que auxilie os profissionais a fazer um trabalho para o fortalecimento da identidade positiva das crianças e adolescentes negros. Para que este trabalho possa existir, é fundamental apostar e dar espaço para programas de conscientização e formação sobre os efeitos psicossociais do racismo. A questão é que, como a temática acaba sendo diretamente atingida pelo racismo institucional e pelo mito da democracia racial brasileira, a discussão sobre o tema e a formação para que os profissionais possam lidar ou desenvolver um repertório para lidar com os efeitos do racismo é constantemente desconsiderada. O foco geralmente acaba estando em temas como a psicopatologização da infância, que tem sua importância, mas que muitas vezes encobre outros fatores de sofrimento das crianças e adolescentes, como o racismo. Se não temos ideia dos efeitos/sofrimento que o racismo pode gerar, podemos correr o risco de colocar todos os casos de sofrimento em uma categoria diagnóstica do CID e encaminhar as crianças para o CAPS.

Ainda segundo Emiliano, uma instituição de acolhimento tem a obrigação jurídica e ética de respeitar a identidade cultural e étnica das crianças, porém muitas vezes estes fatores não são considerados - pelo tipo de roupas valorizadas, as músicas que são permitidas (ex. muitas vezes não se pode ouvir funk), não há rodas de capoeira e não pode haver grafite. Para o psicólogo, os SAICAs também sofrem a influência do ambiente social que circunda a criança negra – marcadamente eurocêntrico e estigmatizante, sendo comum naturalizarem a compreensão de que as crianças e adolescentes negros que

estão na periferia têm um tratamento diferente das demais crianças e adolescentes de outras regiões da cidade. O significado, por exemplo, da polícia é diferente para cada grupo (brancos e negros). Portanto, é necessário se ter sempre clareza de que a saúde mental das crianças negras é diretamente afetada pelo efeito do racismo em suas vidas, e isso deve ser considerado no contexto de acolhimento institucional.

Segundo o juiz Eduardo Rezende de Melo, em outra oficina do Instituto Fazendo História (2017), *“Trabalho em Rede: pela garantia do direito à convivência familiar e comunitária”*, ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha trazido diversas medidas de proteção, tais medidas só passaram a existir a partir do momento em que houve a estruturação de serviços. Ainda que Política Nacional de Assistência Social (PNAS) seja de 2004, a tipificação dos serviços socioassistenciais, ou seja, a descrição de como os serviços têm que ser estruturados aconteceu apenas em 2009.

Assim, a mudança na legislação não leva a uma mudança imediata na realidade, pois depende de uma reestruturação de dinâmicas já estabelecidas e mudança de olhar das pessoas envolvidas. O ECA incontestavelmente garantiu enormes avanços, mas, sendo o Brasil estruturalmente racista e desigual (como exposto neste capítulo e no Capítulo 3), é necessário sempre se analisar este aspecto e colocá-lo em questão, já que ele é fundamental para a compreensão da realidade brasileira, para a transformação desta e para que a juventude seja efetivamente tratada como portadora de direitos. Ou seja, para que avancemos sempre em direção a uma concretização do ECA. Finalizo com as palavras de Mattos (2012) sobre nossa responsabilidade frente a tudo que foi aqui exposto:

Como disse anteriormente o tema é árduo e pouco discutido com a maturidade que merece, portanto, não se trata aqui de criticar o trabalho realizado por um ou outro ator da rede, pois recebemos a herança do racismo sem qualquer discussão, como poderíamos do dia para a noite saber reconhecê-lo, oferecer possibilidades de resposta, observar diferenças e as valorar positivamente quando nos acostumamos com um padrão que as utiliza para inferiorizar? Por outro lado, somos agentes de transformação e não podemos usar o fardo de

receber uma herança tão cruel como justificativa para a estagnação. E está aí justamente o momento crucial de escolha: manter a construção de privilégios ou atuar no sentido de transformação para um mundo mais igualitário no qual as diferenças sejam valorizadas? (MATTOS, 2012, p.3).

6. SAICA DE ACOLHIMENTO INICIAL (OU PORTA DE ENTRADA): O QUE É?

“Acreditar que sonhar sempre é preciso

É o que mantém os irmãos vivos”

- Racionais MC's (A vida é desafio)

6.1 Tipificação e parâmetros técnicos

Considerando que esta pesquisa busca compreender as especificidades, vulnerabilidades, crises e potencialidades da vivência em uma instituição de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA Acolhimento Inicial (e suas semelhanças e diferenças com o modelo de SAICA Regular), cabe agora conceituar o que é a modalidade de Acolhimento Institucional denominada Acolhimento Inicial.

Início com uma conceituação breve do que consiste tal modelo de Acolhimento Institucional, diferenciando brevemente o SAICA Acolhimento Inicial do SAICA Regular. Faz-se necessário ressaltar que a denominação “Acolhimento Inicial”, ainda que atualmente oficial na Portaria Nº 62 de 21 de dezembro de 2018 da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo (SMADS), pode aparecer de outros modos em pesquisas e documentos anteriores e de fora do Município de São Paulo, como: Casa de Passagem, Casa Transitória, Porta de Entrada, de Apoio ou Auxiliar, Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes para Apoio à Central de Vagas da SMADS. Assim como a terminologia “Regular” pode também variar e aparecer enquanto Comum ou simplesmente Acolhimento Institucional (sem complementos), ou também Casa de Passagem (por isso, é necessário se evidenciar o contexto, já que o mesmo nome pode ser usado para modelos diferentes).

O serviço de Acolhimento Inicial é um serviço tipificado, ou seja, um serviço conveniado caracterizado com base na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (normativa que possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados

para a garantia dos direitos socioassistenciais). Essa tipificação é gerida pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo (SMADS), mas sua tipificação é normativa no âmbito nacional.

A equipe que compõe o serviço, de acordo com sua tipificação, é a seguinte (irei expor de forma detalhada para esclarecer as funções de cada cargo): gerente (de nível superior, preferencialmente assistente social, psicólogo, pedagogo, sociólogo: responsável pela coordenação geral do núcleo; coordenação de equipe; gestão de pessoas; planejamento dos trabalhos; monitoramento e avaliação sistemática do trabalho; articulação de parcerias; referência técnica para a gestão de parcerias); dois assistentes sociais e um psicólogo (de nível superior – com registro no CRESS e CRP: é responsável pelo atendimento individual, familiar e em grupo; articulação com a rede socioassistencial, intersetorial e do Sistema de Garantia de Direitos; relatórios sociais; preenchimento e manutenção de prontuários; articulação multidisciplinar); quatorze orientadores socioeducativos (nível médio: responsável pela aproximação progressiva e cuidadosa dos usuários do núcleo; formação de vínculo gradativo; conhecimento das instituições do sistema de garantia de direitos; respeitar a individualidade e estar despido de preconceitos; manter uma atitude de conciliação e equilíbrio entre os usuários; realizar atividades que considerem os estágios de desenvolvimento, como oficinas lúdicas, culturais, jogos pedagógicos, entre outros; registro de atividades; discussão de casos com a equipe técnica e com serviços da rede quando necessário), um administrativo (nível médio: faz o atendimento telefônico; suporte administrativo ao gerente; recebimento e despacho de documentos/correspondências; rotinas administrativas); quatro operacionais (ensino fundamental: responsável por garantir a higiene do serviço, auxiliar na elaboração do cardápio; manutenção da dispensa e do armazenamento dos alimentos), dois cozinheiros (elaborar cardápio; preparo dos alimentos; manutenção da dispensa e do armazenamento dos alimentos) e oficinheiros sem número estipulado (20 horas oficinas que atendam as especificidades do atendimento a adolescentes em situação de risco pessoal e social). Vale dizer que as equipes dos SAICAs Regulares têm essa mesma composição e o número de profissionais de cada cargo pode variar.

Retomo aqui alguns aspectos do Acolhimento Institucional Regular ou Comum, de acordo com o documento “Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes em

Abrigos” do NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, para poder pontuar as diferenças entre este e o Inicial:

Serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento e socioeducação para grupos de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos sob medida protetiva de abrigo. Entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional, oferecendo atendimento especializado e funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta.

O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos, indicando-se como adequado um número máximo de 20 usuários de ambos os sexos e respeitando o não desmembramento de grupos de irmãos ou outros vínculos de parentesco para favorecer o convívio familiar e comunitário. Deve estar inserido e utilizar-se dos equipamentos e serviços da comunidade local, em áreas residenciais, o mais próximas possível do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e dos adolescentes atendidos.

O ambiente oferecido deve ser acolhedor e ter aspecto semelhante ao de uma residência; deve ser mantido um corpo de profissionais capacitados para o exercício das atividades de acompanhamento das crianças, dos adolescentes e de suas famílias (ASSOCIAÇÃO DOS PESQUISADORES DE NÚCLEOS DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, p.3).

Ainda de acordo com o mesmo documento do NECA, no qual o “Acolhimento Inicial” aparece com a nomenclatura “Casa de Passagem/Casa Transitória”, este consiste, resumidamente, em:

Serviço que tem como objetivo oferecer acolhimento de caráter emergencial, com espaço adequado e profissionais preparados para receber a criança/o adolescente em qualquer horário do dia ou da noite diante de uma necessidade de acolhimento imediato e emergencial, tais como crianças perdidas, internação hospitalar do único responsável pela criança etc. Nesses casos, a entidade acolhe crianças e adolescentes por curta duração, tempo suficiente para avaliar a situação (diagnóstico situacional) e encaminhá-los para seus familiares ou para outros serviços de acolhimento. (ASSOCIAÇÃO DOS PESQUISADORES DE NÚCLEOS DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, p.4)

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo, a Portaria Nº 62 de 21 de dezembro de 2018 altera as Portarias SMADS nº 46/2010, 47/2010 e 24/2018, para incluir entre os serviços socioassistenciais tipificados do Município de São Paulo o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA Acolhimento Inicial (modelo que nesta pesquisa será abordado) e respectivos custos referenciais. Um ponto extremamente relevante de tal Portaria consta na “Descrição do Serviço” no item 8: “Permanência: Até 90 dias” (outros itens serão retomados posteriormente). O período de permanência de até 90 dias é o que marca essencialmente a diferença do Acolhimento Inicial em relação ao Regular: como descrito acima em documento do NECA, o Acolhimento Institucional Regular oferece “atendimento especializado e funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta” (ASSOCIAÇÃO DOS PESQUISADORES DE NÚCLEOS DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, p.3), e atualmente o limite previsto é de 2 anos (ainda que, na prática, esse limite geralmente se estenda indefinidamente e os jovens possam passar toda sua juventude no Acolhimento), com obrigatoriedade de justificativa quando esse prazo for ultrapassado.

Na Resolução COMAS-SP Nº 1400/2018 de 11 de Dezembro de 2018 consta que o Acolhimento Inicial tem carácter provisório e a prerrogativa de até 90 dias para promover o retorno familiar ou o reordenamento a um Serviço de Acolhimento Institucional – SAICA Regular (p.4). Assim, o Acolhimento Inicial tem como característica central a permanência do jovem por no máximo 90 dias, para o então encaminhamento para um Acolhimento Regular ou retorno familiar.

Considerando tal especificidade, pode-se supor que o funcionamento e rotina deste modelo de SAICA é diferente daquele de um SAICA Regular, já que a limitação fixa do tempo em 90 dias é o que configura e rege tal modelo: o carácter emergencial e provisório, visando uma permanência mais momentânea o possível (diferentemente do Regular), para o então encaminhamento para um lugar no qual há maior constância e permanência. No entanto, não foi possível encontrar nenhuma pesquisa especificamente sobre o assunto. A pesquisa que mais se aproxima à presente proposta é de Kahn (2010), sobre a antiga FEBEM. Tal pesquisa, presente no livro *“Febem, família e identidade - o lugar do outro”* (a primeira edição data de 1988), fala sobre a Unidade de Triagem 1 da FEBEM, a "Sampaio Viana", na qual a permanência prevista era de teoricamente 3 meses (90 dias), para o então encaminhamento para outro serviço ou retorno à família. Ainda que esse aspecto se assemelhe aos SAICAs de Acolhimento Inicial e a questão da temporalidade limitada coloque dilemas e sofrimentos para os profissionais de certa forma muito semelhantes, o contexto da FEBEM da época era totalmente diferente do contexto atual de SAICAs (como pudemos ver no Capítulo 3 e 4), além do fato de que a Unidade da FEBEM em questão recebia apenas crianças de 0 a 7 anos (diferente do serviço abordado na presente pesquisa, que recebe somente adolescentes). O trecho a seguir explicita bem as semelhanças e diferenças entre uma Unidade de Triagem 1 da FEBEM e um SAICA de Acolhimento Inicial, se comparado com o restante deste capítulo:

Caracteriza a instituição: crianças massificadas pela rotina de atendimento, sem nome, sem objetos próprios, sem cama, sem roupa, sem sexo, sem história. Seu passado, muitas vezes incógnito; companheiros de toda hora: o abandono e a rejeição. O presente, ditado pela organização rígida de

horários e tarefas a cumprir, de acordo com a função das pessoas que delas se ocupam. Seu futuro, o de provável delinquente, o de marginal sem dúvida. Eis uma velha e repetida história brasileira. Nessa casa existe um fator agravante, ou seja, a transição assumida - "somos uma TRIAGEM" - nas pessoas que trabalham, nos projetos que se amarelam nos papéis, e nas crianças que passam. Sem dúvida, cria-se a frustração do que não é, já que não pode ser, pois está para ser um dia, talvez. A referida casa trata-se da Unidade de Triagem 1 da FEBEM, a "Sampaio Viana", que é composta por crianças ambos os sexos, com idade de zero a sete anos, abandonadas ou entregues à FEBEM pela própria família que se encontra sem condições de manter a criança. Uma unidade de triagem, na FEBEM, reúne as crianças em caráter provisório para que seja feito um estudo de suas condições físicas, sociais e emocionais, e a partir daí poder encaminhá-las de volta à família, se houver condições sociais e emocionais para tal, ou conduzi-las às Unidades Educacionais, onde permanecerão o tempo necessário, dependendo das condições da família, ou mesmo para a adoção, se o caso se caracterizar por abandono definitivo. Em função disso, o número total de crianças na Casa não é fixo, já que não se pode recusá-las e nem sempre sendo fácil o seu reencaminhamento, por falta de vagas, por indefinição da família etc. Esse número oscilava em torno de quinhentas crianças, chegando a seiscentas muitas vezes. O tempo de permanência da criança nessa Unidade também é variável pelos mesmos motivos supracitados. Teoricamente, ela ficaria três meses; entretanto, isso raramente ocorre. O tempo médio é de oito meses a um ano, sendo que algumas crianças lá permanecem por vários anos (KAHN, 2010, p.66-7).

Além dessa pesquisa de Kahn (2010), não foi possível encontrar nenhum estudo referente à vivência no Acolhimento Institucional Inicial, seja pela perspectiva dos jovens,

seja pela perspectiva da equipe - mesmo com intensa busca e pesquisa, não encontrei nada além das informações técnicas citadas acima, ainda que haja muitos trabalhos sobre o Acolhimento Institucional Regular. Pode-se pensar que isso se dá devido ao fato de a Portaria Nº 62 da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo (que inclui entre os serviços socioassistenciais tipificados do Município de São Paulo o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA Acolhimento Inicial) ser do dia 21 de dezembro de 2018, ou seja, ainda bastante recente. Isso não o justifica inteiramente, no entanto, já que esse modelo de SAICA já existia antes desta Portaria, ainda que com outros nomes, menor clareza dos parâmetros técnicos e sem a tipificação específica deste modelo.

Essa não tipificação anterior à Portaria 62 fica clara no documento “Reordenamento das vagas nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes” de dezembro de 2015, no qual consta que a Portaria 46/SMADS/2010 contava, até então, com apenas uma tipificação para SAICA, mas na operacionalização havia uma divisão em três modalidades: Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças de 0 a 6 anos e Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes para apoio à central de vagas da SMADS (que é o Acolhimento Inicial/ de Apoio ou Auxiliar). Ou seja, até esse documento, não havia diferenciação entre as modalidades de SAICA, como há agora na Portaria 62 descrita acima. Neste documento de 2015, descreve-se o SAICA Acolhimento Inicial da seguinte maneira:

Em geral, esses SAICA (de Apoio ou Auxiliar) são os primeiros equipamentos acessados pelos acolhidos, para então, serem encaminhados a outros serviços da rede. Não há uma tipificação que os diferencie, mas estes (...) equipamentos servem para o acolhimento imediato e acompanhamento prévio ao reordenamento dos atendidos (...) (SÃO PAULO, 2015, p.1).

Outra hipótese para a não existência de pesquisas sobre o assunto específico é o número significativamente maior de SAICAs Regulares em relação aos Iniciais: de acordo

com o mesmo documento de dezembro de 2015, o número de SAICAs Regulares no Município de São Paulo era, na época, de 124 serviços (2.480 vagas), e, de SAICAs de Acolhimento Inicial, 6 serviços (120 vagas). Isso se dá pelo próprio objetivo de cada modelo: o Inicial visa apenas acolher em um primeiro momento, ou seja, ser de passagem, para o então encaminhamento, diferentemente do Regular.

Além da questão da permanência de no máximo 90 dias, outro ponto que determina a tipificação dos SAICAs de Acolhimento Inicial é o acolhimento somente de adolescentes, com ressalvas apenas em casos excepcionais.

2 - Usuários: Preferencialmente Adolescentes de 12 a 17 anos, em situação de rua, risco social, pessoal e abandono. Crianças até 11 anos serão acolhidas em caráter excepcional, considerando inclusive, os casos de grupos de irmãos conforme previsto no ECA (SÃO PAULO, 2018).

Ao longo da Portaria Nº 62, algo que se repete é a questão do acolhimento dos jovens “em situação de rua”, o que configuraria uma especificidade do serviço: “Serviço ofertado às crianças e adolescente em situação de rua, risco social, pessoal e abandono. Garante o atendimento personalizado, individualizado e acolhimento provisório e excepcional de crianças e adolescentes de ambos os sexos”.

O atendimento prestado deve ser personalizado, em pequenos grupos e será assegurada em articulação com a rede socioassistencial, com outras políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos de modo a proporcionar respostas mais efetivas às demandas das crianças e adolescentes em situação de rua (SÃO PAULO, 2018).

No entanto, o atendimento não recebe apenas jovens em situação de rua, e sim jovens dentro da faixa etária prevista. Estando esses adolescentes (de 12 a 17 anos acolhidos), consta que esse acolhimento:

(...) tem caráter provisório e a prerrogativa de até 90 dias para promover o retorno familiar ou o reordenamento a um Serviço de Acolhimento Institucional – SAICA Regular (SÃO PAULO, 2018).

Ou seja, o Acolhimento Inicial seria um espaço provisório, apenas de entrada no serviço, a partir do qual seria feito um encaminhamento desses jovens para um SAICA Regular ou retorno familiar. Por fim, a última diferença entre o Regular e o Inicial é o órgão que disponibiliza e ordena as vagas. No caso do Inicial, é a Coordenadoria de Pronto Atendimento Social (CPAS) e do Regular é o próprio Centro de Referência de Assistência Social (CREAS).

7 - Forma de Acesso: As vagas serão disponibilizadas pela CPAS – Coordenadoria de Pronto Atendimento Social, considerando prioritariamente o território da criança/adolescente, salvaguardado as situações de risco e ameaça a vida (SÃO PAULO, 2018).

6.2 Minha experiência em um SAICA de Acolhimento Inicial

Ainda que sem uma sistematização da escuta ou pesquisa propriamente dita (como a presente se propõe), eu pude acompanhar um pouco da vivência em um SAICA de Acolhimento Inicial (conforme contei na Introdução deste trabalho) e observar/ouvir várias situações de extrema vulnerabilidade referentes não somente ao contexto de Acolhimento Institucional, mas às especificidades deste modelo de Acolhimento Inicial (vale ressaltar que a grande maioria dos jovens que lá habitam tem a partir de 12 anos, **já que**, como consta na Portaria 62). Uma fala extremamente frequente era referente ao “perfil” de SAICA Regular *versus* Inicial: o “perfil” dos adolescentes do Inicial era descrito rotineiramente (pelos profissionais e pelos próprios jovens) como os “adolescentes-problema”: os instáveis, que evadem o tempo todo do acolhimento (evasão

significa sair do serviço sem autorização ou não voltar no horário previsto da saída autorizada, o que acarreta em perda da vaga; a altíssima taxa de evasão é uma questão central no Acolhimento Inicial), que abusam de substâncias psicoativas, barulhentos, que não respeitam regras, que são promíscuos, que vão em festas e só retornam na manhã seguinte, que são recém saídos da Fundação Casa, que estão envolvidos com tráfico e furtos, e vários outros marcadores de vulnerabilidade e estigmas. Ou seja, jovens que, quando olhados pelos outros e por si próprios, são entendidos como “sem perspectiva”. Quando havia algum adolescente que “fugia desse perfil”, era explicitamente falado e acordado entre todos: esse jovem é “perfil” SAICA Regular; em outras palavras, mais estável, comportado, com menos expectativa de evasão e de se envolver em quaisquer conflitos. Os jovens “perfil” SAICA Regular geralmente eram vistos como os casos com alguma perspectiva e o SAICA Regular era colocado como a saída, a salvação deste jovem, enquanto o Inicial era colocado como fatalmente “perdição” e “desvio”. Ainda que os profissionais (refiro-me especialmente aos educadores e técnicos) estivessem lá presentes, próximos a estes jovens e investindo neles, buscando melhorias na condição de vida destes, acolhendo e ouvindo, pensando em perspectivas e dando seu melhor, havia sempre um certo fatalismo e pessimismo (certamente não gratuito ou por acaso) presente em todos, jovens e profissionais. Vários adolescentes me falavam da vontade de ir para um Regular, também colocando-o como “salvação”, mas diziam-se incapazes de mudar suas condutas para se adequar ao perfil esperado, ou seja, incapazes de se tornarem o “perfil” SAICA Regular, de se tornarem “comportados e adequados”. Por outro lado, ainda que em um ambiente tão intenso e vulnerável, muitos tem também um grande carinho pelo lugar e inclusive preferem este em relação ao Regular, por se sentirem mais compreendidos e acolhidos no Inicial por este ser menos “certinho”, inflexível e preconceituoso, e por “os aceitarem como são”. O carinho que os jovens têm pela equipe é também muito evidente e muito intenso. Muitos evadem e voltam/pedem para voltar depois de semanas ou meses para esse mesmo SAICA, e pode-se pensar que parte disso se dá por terem afeto pelo local e pela equipe (além de, obviamente, haver vagas).

Assim, uma frequente realidade eram jovens que evadiam frequentemente e sempre voltavam para o Inicial, permanecendo nessa dinâmica por muito mais de 90 dias (em teoria, tempo-limite de permanência). Justamente devido a alta taxa de evasão, o

público sempre mudava muito, o que tornava muito difícil construir uma certa estabilidade na dinâmica da casa (estabilidade esta que pode ser encontrada nos SAICAs Regulares). Como dito, alguns jovens “sumiam” durante semanas e depois retornavam. Tudo isso dava a sensação de que aquele espaço não era propriamente uma “casa”, o que influenciava inclusive no cuidado para com o espaço (como a falta de cuidado ou intencionalmente destruir coisas) e no trato que os jovens tinham uns com os outros, que frequentemente assumia um caráter de indiferença ou violência.

Sobre a alta rotatividade deste modelo de SAICA citada acima, o documento “Reordenamento das vagas nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes” de São Paulo, de dezembro de 2015, constatou, sobre a quantidade de registros e vagas de SAICAS Acolhimento Inicial (de Apoio), o seguinte:

A tabela referente aos SAICA de Apoio mostra descompasso na relação vaga x acolhimento, mas com perspectiva diferente, uma vez que a quantidade de nomes registrados é bastante superior (68%) à quantidade de vagas, isso pode sugerir ao leitor que os serviços têm atendido acima de sua capacidade, contudo, seu atendimento se mantém em 20 usuários/ dia. Essa sensação de excesso ocorre pela alta rotatividade de usuários nesses equipamentos por conta, principalmente, de saída não autorizada, retorno a família ou encaminhamento a outros SAICA. Além de que, na maioria dos casos, o acolhimento inicial ocorre em serviços desta natureza, sendo assim, a rotatividade de atendidos é muito maior do que nos SAICA regulares (SÃO PAULO, 2015).

Os trabalhadores que tiveram experiências nos dois modelos de SAICA e com os quais tive a oportunidade de conversar sempre alegavam o mesmo: o SAICA Inicial é totalmente diferente do Regular - o Inicial é muito mais intenso, vulnerável, instável, violento e exaustivo para a equipe. Por que? O que caracteriza esse modelo de Acolhimento? Quais os fatores constituem essa realidade dos profissionais e destes jovens?

A vontade de realizar a presente pesquisa surgiu justamente dos discursos e situações que vivenciei neste SAICA Inicial, experiência que me comoveu, indignou e instigou a analisar e compreender mais profundamente as especificidades desta experiência e desta instituição. Conforme expus nos Capítulos 3 e 5, a população dos serviços de Acolhimento Institucional são, de forma geral, de contextos vulneráveis e empobrecidos: o fato de o SAICA de Acolhimento Inicial ser entendido como a vulnerabilidade dentro da vulnerabilidade (ou seja, a vulnerabilidade extremada) é algo que denota a urgência do assunto. E o fato de eu não ter conseguido achar absolutamente nenhuma pesquisa sobre o assunto me mobilizou ainda mais: como um assunto tão sério e urgente pode ser tão invisível na Academia? Por que o Acolhimento Inicial não está sendo pensado, discutido, trabalhado?

Assim, busco, nesta pesquisa, ir além da experiência fragmentada, relativamente superficial, não sistematizada e não oficial que tive de tentativa de compreensão deste modelo de Acolhimento em minha experiência que descrevi acima. Afinal, as observações que relatei acima de minha experiência podem, através de uma investigação mais aprofundada, mostrar-se errôneas ou não, confirmar-se ou não, e várias outras facetas e fatores podem aparecer com um olhar mais atento de pesquisadora. Pretendo, através de entrevistas e da análise destas (tendo como pano de fundo os capítulos teóricos anteriores), investigar com profundidade e rigor a vivência especificamente da equipe, para, então, poder compreender melhor as especificidades do funcionamento e da rotina destes profissionais e dos adolescentes que lá habitam.

7. COMPREENSÃO DAS ENTREVISTAS/ NÚCLEOS DE SENTIDO: ADOLESCÊNCIA DESPROTEGIDA

*“Prioridade nossa é assegurar que cresçam e floresçam
Alimentar a potência delas
A liberdade delas não tem preço
Merecem o mundo como um jardim e não como uma cela”
- Drik Barbosa e Emicida (Sementes)*

Neste capítulo, a proposta é de um esforço de compreensão das narrativas que surgiram nas entrevistas. Foram realizadas duas entrevistas: com Bruno e Joroedson, ambos com experiência profissional recente em SAICA de Acolhimento Inicial na cidade de São Paulo (SP). Bruno, nome fictício para preservação da identidade do entrevistado, é psicólogo em um SAICA de Acolhimento Inicial, o qual terá também sua identidade preservada sob sigilo. Já Joroedson era coordenador/gerente de um antigo SAICA de Acolhimento Inicial que aqui denominarei “Modelo”² (para preservar o nome da instituição), que encerrou suas atividades enquanto tal recentemente. Joroedson quis ser identificado e me pediu para manter seu nome real na pesquisa, já que, segundo ele, sempre defendeu abertamente o que relatou aqui na entrevista e o seguirá fazendo, assinando embaixo e “bancando” essa defesa.

Ambas as entrevistas duraram cerca de duas horas. Nos encontros, em primeiro lugar foram retomados os objetivos da pesquisa, foi lido e explicitado o TCLE com consequente concordância das participantes. Com Bruno, a entrevista foi realizada no dia 17/09/2020 virtualmente através de uma videochamada, por conta do contexto pandêmico atual e perigo de contágio. A entrevista com Joroedson foi realizada no dia 01/10/2020 e foi presencial; fui até o espaço do antigo SAICA de Acolhimento Inicial Modelo fazê-la, no qual Joroedson segue trabalhando, agora com nova proposta (atualmente, é uma Casa de Cultura e Convivência, com proposta relativamente semelhante a dos SAICAs) e sem convênio com a prefeitura (isso se deu devido a recentes problemas econômicos no repasse da verba da prefeitura, que, devido a questões burocráticas, chegou a atrasar 6

² Esse SAICA de Acolhimento Inicial de Joroedson, especificamente, será muito importante ao longo deste Capítulo, por isso a opção de dar um nome para ele.

meses, o que tornou inviável a manutenção do convênio; agora, eles funcionam com doações e parcerias), porém onde ele segue como coordenador. Na entrevista, ele contou especificamente sobre a experiência no antigo SAICA de Acolhimento Inicial.

De início, contrastes entre a forma como as entrevistas foram realizadas saltam aos olhos: Bruno precisou fazê-la em segredo, sem que sua gerente/coordenadora do SAICA soubesse, por medo da desaprovação da gerente que, por sua vez, segundo ele, tinha medo da desaprovação da Organização da Sociedade Civil (OSC) responsável pelo convênio do SAICA em questão. Assim, Bruno realizou a entrevista dentro de seu carro, após sua jornada de trabalho se encerrar no SAICA. Já Joroedson fez questão de realizar a entrevista presencialmente dentro da instituição, em sua sala de trabalho que fica no meio da casa e de portas abertas. Durante a entrevistas, jovens que residem na casa e educadores passavam pela porta, chamavam Joroedson, entravam na sala, mexiam nas coisas, cumprimentavam-me e saíam. Certamente, há uma diferença óbvia e concreta entre as duas instituições: no caso, a de Bruno segue sendo um SAICA de Acolhimento Inicial e a de Joroedson não está mais vinculado à prefeitura. No entanto, o ponto mais determinante para essa diferença gritante me parece outro: considerando o conteúdo de ambas as entrevistas que a seguir será exposto, a postura de Joroedson, com sua sala no meio da casa e de portas abertas, sem segredos ou reticências, condiz com a proposta de cuidado e ética para com a juventude que o antigo SAICA Modelo tinha e a atual Casa de Cultura e Convivência segue tendo.

A seguir, serão expostos núcleos/categorias de sentido: temáticas que significativamente apareceram nas narrativas de Bruno e Joroedson e que se relacionam com a temática que o presente trabalho investiga: quais as especificidades, vulnerabilidades, crises e potencialidades da vivência em um SAICA de Acolhimento Inicial? Retomo que, para a compreensão das narrativas que se desvelaram nas entrevistas (considerando a noção de *compreensão* conforme exposta no Capítulo 2, subtítulo 2.4), o pensamento de Arendt não será aqui, em momento algum, utilizado enquanto técnica, e sim enquanto inspiração e esforço ético-político e constante de aproximação do fenômeno e da vida vivida. Portanto, considerando o embasamento teórico da presente pesquisa, o esforço não será de entuchar e enquadrar o que surgiu nas narrativas em conceitos abstratos: o pensamento de Arendt possibilita um aporte

filosófico para uma abertura à escuta e à compreensão, mas não um reducionismo do que surge na vida vivida à pressupostos teóricos. Retomo, brevemente, a noção de *compreensão* para Arendt apresentada no Capítulo 2: compreensão é o pensamento que tem urgência de voltar à vida, já que diz respeito a esta, e que "perfaz a tessitura da vida diária de todos os homens" (CRITELLI, 2016, p.20), e "seu propósito é encontrar os meios de lidar com a vida humana", desgelando as compreensões, já que, na prática, "pensar significa que temos que tomar novas decisões cada vez que somos confrontados com alguma dificuldade" (ARENDR, 2008, p. 199). Entende-se por pesquisa não um esforço contemplativo, e sim uma compreensão do mundo da vida comprometida com o retorno a ele.

(...) o pensar enquanto compreensão (...) tem pressa em voltar para a vida e iniciar algo novo já que a verdade aqui é desocultamento em constante movimento de mostrar e aparecer, conforme compreendiam os gregos antigos (CRITELLI, 2016). A verdade filosófica está preocupada com a essência, a imutabilidade e acontece no campo das ideias. Contudo, "no campo das ideias a experiência cessa o seu movimento" (ARENDR, 2008, p. 176). A verdade do pensamento compreensivo, que está vinculado à vida, ocorre no campo das aparências e precisa da ação para aparecer para outros e esse aparecer é o que assegura o caráter de realidade já que "nada e ninguém existe nesse mundo cujo próprio ser não pressuponha um expectador" (ARENDR, 2008, p. 35). (WALCKOFF, 2016, p.86).

Portanto, a verdade (*aletheia*) surge do desvelamento que acontece quando essas opiniões se organizam numa determinada narrativa. Novos significados surgem nessa descoberta. Assim, quando se volta a agir no mundo, partindo das narrativas, já se volta enriquecido, com uma nova compreensão das coisas (CAMASMIE, 2007).

Os núcleos de sentido, partindo das narrativas que surgiram, serão aqui expostos e analisados considerando toda a realidade brasileira, sua atualidade e história da juventude

em situação de vulnerabilidade e institucionalização (que tentei pincelar nos capítulos anteriores), e sempre dando espaço ao novo e à possibilidade do inédito (a noção de *natalidade* foi também exposta no Capítulo 2, subtítulo 2.4): eu própria fui surpreendida e tive de rever, desconstruir e desenrijecer as pré-concepções com as quais cheguei para a presente investigação. Tudo isso através de uma escuta atenta das narrativas que me surgiram para, por fim, uma tentativa de aproximação e compreensão da realidade dos SAICAs de Acolhimento Inicial.

De início, já cabe pontuar que algo de inesperado foi se desvelando em minha pesquisa conforme fui escutando as narrativas de Bruno e Joroedson. Iniciei meu trabalho e minha hipótese investigativa visando falar sobre as especificidades da dinâmica do Serviço de Acolhimento Inicial e suas diferenças em relação ao Serviço de Acolhimento Regular, mas, ao ouvir os dois depoimentos, entendi que a questão central era outra (e o problema mais fundo): fui entendendo que o funcionamento do Acolhimento Inicial é decorrente do fato de os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes de forma geral não saberem como lidar com a dinâmica da adolescência, nem o Regular, nem o Inicial. Portanto, a problemática central que se colocou foi a seguinte: o que têm feito os Serviços de Acolhimento (Iniciais e Regulares) para acolher (ou excluir) o público adolescente? Cabe, de início, pontuar brevemente o que será compreendido como “adolescência” aqui:

Em comum entre as diferentes definições de juventude está a dimensão da fase do ciclo da vida entre a infância e a maturidade. Esse ciclo deve "desaguar" numa inserção no mundo adulto. Nesse sentido, podemos analiticamente apontar três atributos que caracterizam o conceito de juventude, de um ponto de vista mais genérico: faixa etária intermediária que abrange extensa etapa da vida; anos de transição ou passagem da vida infantil para a idade adulta; e período em que se consolidam preferências, gostos, formação profissional, ou seja, uma série de predicados sociais que remetem à ideia de etapa de formação.

Abordar o tema da juventude implica, necessariamente, tratar também do conceito de adolescência. A Psicologia tem como praxe caracterizar o início dessa fase da vida (a juventude) - com suas singularidades do ponto de vista do desenvolvimento intelectual, social, emocional e físico - como adolescência. É também um conceito polêmico considerando seu relativismo; ou seja, é bastante demonstrado que sua existência como lugar e função social varia em diferentes momentos da história da humanidade, e contextos sociais, inexistindo em algumas culturas.

No Brasil, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8.069, de 1990) – o termo adolescência tem se propagado e se fixado no debate público como uma fase peculiar do desenvolvimento humano e estabelece direitos singulares para a adolescência. Segundo o ECA, a adolescência compreende a faixa etária dos 12 aos 18 anos (TRASSI & MALVASI, 2010, p.22-3).

Tal categoria tem um espaço muito específico no imaginário social: espaço este que acaba determinando o trato da sociedade para com a juventude, como se visa explicitar ao longo deste capítulo. Segundo Vicentin (2018), tal como a infância, mas sujeita a mecanismos singulares de produção e de controle, a figura da juventude foi por sua vez sistematicamente associada à rebeldia. O jovem tem ocupado, para o nosso tempo, um lugar certamente problemático:

Na maior parte das vezes o que emerge do mundo adolescente ecoa no mundo adulto como impertinência, como apatia, como doença, como delinquência. São muitas as produções científicas sobre a juventude que desconhecem ou negam suas potencialidades: a juventude vista como subcultura marginal e delinqüente; como população em risco; como etapa transitória, na qual se está, mas todavia, não se é. São extensas também as atribuições moralistas em torno

da juventude: "juventude sem valores"; "juventude desviada"; "juventude violenta" (VICENTIN, 2018, p.32).

Antes de esmiuçar a questão específica da adolescência nos contextos de SAICA, penso ser necessário explicitar o caminho percorrido nas narrativas para que a problemática em questão possa ser devidamente compreendida. Bruno e Joroedson, ainda que trabalhadores de um mesmo serviço (SAICA de Acolhimento Inicial), expõem em seus discursos a função e a prática do serviço de Acolhimento Inicial de formas muito diferentes. Justamente aí a questão da *pluralidade* se mostrou tão significativa para a compreensão da realidade: seus depoimentos, extremamente diferentes um do outro, desvelaram as várias facetas, divergências, semelhanças e conflitos presentes no próprio serviço de Acolhimento Inicial e possibilitaram, assim, uma compreensão mais clara e rigorosa da realidade do serviço.

Portanto, quatro núcleos serão expostos para a compreensão do caminho traçado: “Tempo-limite de 90 dias?”; “O público/ “perfil” do SAICA Regular X Inicial”; “Diferentes formas de trabalho e de compreensão da adolescência entre os serviços de Acolhimento Inicial” e “Política macroestrutural e suas contribuições para a cristalização/intensificação dos preconceitos e violências”. Estes núcleos foram assim divididos para fins didáticos; na prática, irão se atravessar, complementar e entrecruzar. Ao longo dos núcleos, fui trazendo bibliografias e referências que ampliem e agreguem ao tema com o intuito de fundamentar e enriquecer as narrativas escutadas; ressalto também que meu intuito é que este capítulo seja compreendido como um seguimento dos Capítulos anteriores (3 ao 6), os quais espero que tenham possibilitado uma contextualização e base aprofundadas e que tenham explicitado com clareza o *mundo* no qual as narrativas das entrevistas se localizam, mundo este que as constitui e é constituído por elas.

7.1 NÚCLEO 1 - Tempo-limite de 90 dias?

Para abrir este subtítulo, retomarei brevemente o que há de específico no serviço de Acolhimento Inicial, conforme exposto no Capítulo 6: o que o configura na tipificação

oficial (Portaria Nº 62) é o limite de permanência de 90 dias e o acolhimento somente de adolescentes.

2 - Usuários: Preferencialmente Adolescentes de 12 a 17 anos, em situação de rua, risco social, pessoal e abandono. Crianças até 11 anos serão acolhidas em caráter excepcional, considerando inclusive, os casos de grupos de irmãos conforme previsto no ECA.

(...) 8 - Permanência: Até 90 dias (SÃO PAULO, 2018).

Além disso, algo que também caracteriza o serviço é a teórica preparação da equipe para acolher jovens em situação de rua (ainda que receba jovens no geral). Inclusive, no quadro de recursos humanos, há a explicitação de uma preferência por profissionais que tenham experiência no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. No entanto, o que aparece de forma categórica na tipificação do serviço e define a especificidade oficial dele é:

(...) o caráter provisório e a prerrogativa de até 90 dias para promover o retorno familiar ou o reordenamento a um Serviço de Acolhimento Institucional – SAICA Regular (SÃO PAULO, 2018).

A proposta oficial, presente na tipificação dos Iniciais, é de um serviço absolutamente transitório, para o acolhimento inicial (como diz a nomenclatura) de adolescentes prevendo uma permanência de no máximo 90 dias para o então reordenamento (encaminhamento) a um SAICA Regular ou retorno familiar. Mas o que se configura na prática é bem diferente. Em ambas as entrevistas, surgiu algo de suma importância para se pensar esse serviço: o destino da imensa maioria dos jovens que chegam no Acolhimento Inicial é a evasão (sair do serviço sem autorização ou não voltar das saídas autorizadas e perder a vaga), não o encaminhamento.

Bruno coloca, insistentemente, que todo o trabalho desenvolvido pela equipe é centrado no limite do tempo e, portanto, é sempre um trabalho de encaminhamento,

sempre tendo em vista um trabalho de curto (curtíssimo) prazo. Ele caracteriza o trabalho desenvolvido por eles da seguinte forma:

Bruno: A gente já explica em uma conversa inicial para o adolescente que isso aqui é provisório, é um serviço de Acolhimento Inicial, você está aqui de passagem, e nossa intenção é encaminhar você para outro lugar. Então a gente já explica. Tem adolescente que fala que quer ir para um Regular, para uma República, para a casa da mãe etc. A gente sempre deixa claro ali qual a intenção e a função do nosso serviço.

No entanto, uma contradição que já se coloca é o fato de que a práxis do serviço, segundo Bruno, é pensada tendo como centralidade os 90 dias e o encaminhamento para um SAICA Regular ou retorno familiar, mas a gritante maioria dos jovens evade do serviço antes de sequer chegar perto de 90 dias de permanência. Nas palavras de Bruno:

Entrevistadora: Tem casos em que eles ficam mais de 90 dias sem evadir? Ou é raro?

Bruno: É raro. Geralmente eles evadem. É muito difícil. Um caso ou outro, mas a maioria evade. Nunca fica mais de 90 dias, diria que quase 100% deles.

A já citada pesquisa de Kahn (2010) sobre sobre a Unidade de Triagem 1 da FEBEM explicita também conflitos e problemáticas que o pressuposto oficial de tempo-limite estabelecido de permanência máxima de 90 dias trazia para o trabalho prático das equipes (ainda que em um contexto bem diferente), chamando inclusive tal questão de “fator agravante” de uma situação de vulnerabilidade:

Nessa casa existe um fator agravante, ou seja, a transição assumida - "somos uma TRIAGEM" - nas pessoas que trabalham, nos projetos que se amarelam nos papéis, e nas crianças que passam. Sem dúvida, cria-se a frustração do que não é, já que não pode ser, pois está para ser um dia, talvez. (KAHN, 2010, p.67).

O contraste do depoimento de Bruno com o do outro entrevistado, Joroedson, se iniciou já em sua primeira frase em nossa conversa, quando Joroedson não coloca o tempo-limite e o encaminhamento como centralidade do trabalho:

Joroedson: A ideia nossa é fazer com que o menino ficasse na casa. Então a gente não trabalhava muito com a ideia de 90 dias. A gente trabalhava com a ideia de fazer um bom acolhimento, uma boa escuta, pra fazer o menino querer ficar. Aí o menino vai ficando.

Segundo Joroedson, os jovens que chegavam no serviço de Acolhimento Inicial do SAICA de Acolhimento Inicial Modelo, em sua grande maioria, não evadiam, o que destoava da realidade dos outros serviços de Acolhimento Inicial (o que fica evidente pelo contraste entre os depoimentos de Bruno e Joroedson).

Joroedson: A gente discutia muito isso nas reuniões dos SAICAs de Acolhimento Inicial. A gente conseguia ficar com os meninos. Eu fiz até um levantamento com a equipe técnica: normalmente a gente atendia 20 e desses 20, 17 ficavam e três circulavam. Isso era bem interessante. Tinha essa circulação de 2 ou 3 (5 no máximo) e o restante era o que a gente fazia esses acompanhamentos. (...) Teve um período que a gente ficou um tempão com 1 ou 2 vagas no máximo porque nossa ideia era que o menino ficasse. (...) Enquanto na maioria do serviço eles acolhiam 60 por mês, a gente acolhia uns 25. Porque não circulava.

Coloca-se, assim, a primeira contradição e problemática da própria forma como a tipificação oficial da Portaria Nº 62 (SÃO PAULO, 2018) é estruturada: preza-se por um acolhimento de qualidade para adolescentes (especialmente aqueles em situação de rua), no entanto, tem-se como pressuposto central o limite de 90 dias, o que acaba por determinar o tipo de trabalho que é desenvolvido pela equipe muito mais do que o acolhimento de qualidade: como disse Bruno, o trabalho desenvolvido é de encaminhamento (que na prática não ocorre, pois eles evadem antes). Joroedson contou-me sobre uma determinada situação que ilustra muito bem essa questão: uma reunião de SAICAs de Acolhimento Inicial, em que ele estava contando sobre as várias atividades desenvolvidas com os jovens por ele e sua equipe no SAICA de Acolhimento Inicial Modelo:

Joroedson: Uma vez eu falei disso (atividades que desenvolvem) em uma reunião de SAICAs Acolhimento Inicial e uma das coordenadoras falou assim: como vocês fazem tudo isso se amanhã eles não vão estar lá? É que a gente parte do pressuposto que eles estarão.

Esse aparentemente simples pressuposto muda absolutamente tudo, já que supor que o jovem não evadirá ou irá compulsoriamente embora depois de 90 dias muda a forma como a equipe trabalha e lida com este jovem (o que será melhor abordado no núcleo “Diferentes formas de trabalho e de compreensão da adolescência entre os serviços de Acolhimento Inicial”). Segundo Joroedson, ele e sua equipe tinham uma interpretação diferente da normativa de 90 dias da Portaria:

Joroedson: É o seguinte: quem tem que conseguir vaga no serviço regular para esse menino não somos nós, do serviço. É o CREAS³, essa é a função do CREAS. A CPAS⁴ consegue a vaga no serviço inicial, que é o nosso. O menino entrou aqui, aí não é mais pela CPAS, é com o CREAS esse reordenamento: o menino ir pra sua região, pra SAICA Regular ou voltar para a família. (...) Então, a gente nunca lidou com essa coisa dos 90 dias. Ele é um limitador pra prefeitura, pro CREAS, que contam esse tempo pra conseguir uma vaga, mas pra nós não. A gente é muito tranquilo. A gente ia tocando a casa a partir do menino. (...) Eu sempre acho que você precisa olhar da seguinte forma: 90 dias é pro CREAS conseguir vaga pra esse menino. Não quer dizer que o menino não pode ficar mais de 90 dias no serviço. Isso já muda tudo. E se não conseguir vaga, continua no serviço. Tudo depende da leitura que você faz: muita gente pensa “que droga, vou precisar aguentar esse menino 90 dias”. Eu penso “em 90 dias vou organizar esse menino, e se ele precisar de 6 meses ou 1 ano, não tem problema”.

Partindo dessa problematização da Portaria e do suposto tempo-limite de 90 dias, além da constatação inicial de que os encaminhamentos (para SAICAs Regulares ou retorno familiar) que na teoria da tipificação deveriam acontecer, na prática não acontecem pois os meninos evadem antes, podemos adentrar agora outras questões.

³ Centro de Referência de Assistência Social

⁴ Coordenação de Pronto Atendimento Social

7.2 NÚCLEO 2 - O público/ “perfil” do SAICA Regular X Inicial

Como pôde-se constatar brevemente no item anterior, a maioria do público dos SAICAs de Acolhimento Inicial evade (com exceção do antigo SAICA de Acolhimento Inicial Modelo, como vai se evidenciando no relato de Joroedson). Tal fato, na prática dos serviços de acolhimento (regulares e iniciais), metamorfoseia-se na seguinte estigmatização/culpabilização: o “perfil” dos jovens do Acolhimento Inicial como problemático, instável, impulsivo, indesejável, como “os que só evadem”. Conforme veremos a seguir, Bruno fala desse “perfil” do qual o Inicial cuida (e, segundo ele, devido a esse “perfil” os meninos evadem) e contra o qual os Regulares têm fortes preconceitos, e Joroedson tenta desconstruir a ideia de que no Inicial há um “perfil” culpado pela precariedade do trabalho. Iniciarei com a caracterização deste “perfil”, segundo Bruno.

Bruno: A gente acaba pegando adolescentes de diversos contextos. Pegamos muitos adolescentes de Fundação Casa, em situação de rua, a maioria dos adolescentes que estamos atendendo atualmente é de situação de rua. Adolescentes com conflito familiar... Bom, na maioria das vezes conflito familiar, situação de rua e de Fundação Casa. Acaba vindo tudo junto, por exemplo, o adolescente sai da Fundação Casa, a família não aceita de volta e eles vem pro Acolhimento Inicial.

Sobre o preconceito por parte dos SAICAs Regulares para com estes meninos que vem do Inicial, Bruno diz o seguinte:

Bruno: A gente muitas vezes sofre preconceito de SAICAs Regulares, porque eles não aceitam adolescentes que vem de SAICA Inicial. Porque eles já sabem a dinâmica, que a maioria dos adolescentes que passam por um SAICA de Acolhimento Inicial tem esse perfil: vivência de rua, uso abusivo de substâncias, roubam celular para se sustentar, se prostituem, já tiveram sei lá quantas passagens pela Fundação Casa. Esse é o perfil da maioria deles, então a gente sofre algum preconceito.

Assim, questionei Bruno sobre quais as diferenças que ele enxerga entre as dinâmicas do Regular e do Inicial e porque os Regulares rejeitam esse perfil:

Bruno: Por exemplo, se o adolescente vai para um SAICA e ele fuma, ele não pode mais fumar. Não tem horário de sair para fumar. E lá tem criança, não é só adolescente. SAICA Regular tem bem menos adolescente, a maioria é criança. Então é um ambiente mais calmo, mais tranquilo. Eles são adolescentes, eles estão nessa vivência super acelerada, de adrenalina. Então o ambiente do Regular é bem menos agitado. Eles acabam não se adaptando. Tem alguns que se adaptam, mas a maioria não. E tem as regras, horário de sair, horário de deitar, de levantar, do café. Aqui tem horário de café, almoço e janta, mas horário de levantar é livre, de deitar é mais livre também. Lá eles têm essas regras. A gente tenta preparar eles para um SAICA Regular e tenta mudar um pouco da rotina, quando vemos que é viável. Mas pela vivência deles é muito difícil a gente colocar os limites que os Regulares colocam. Até porque o Regular tem criança, é outro público.

Partindo desta fala, uma questão se coloca: se o público dos Regulares é majoritariamente de crianças, onde estão os adolescentes? Será que o “perfil” dos SAICAs de Acolhimento Inicial realmente é composto por estes “adolescentes terríveis, impossíveis e drogados”, ou apenas por adolescentes de contextos de vulnerabilidade social e econômica, que são estigmatizados pelas instituições e pela sociedade? Sobre a estigmatização da “juventude pobre”, Trassi e Malvasi (2010) afirmam o seguinte:

Nós nada somos e valem nada se não contarmos com o olhar alheio acolhedor, se não formos vistos, se o olhar do outro não nos recolher e salvar da invisibilidade - invisibilidade que nos anula e que é sinônimo de solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor (Soares, 2006). O estranhamento, por exemplo, que muitas pessoas sentem em relação a adolescentes/jovens infratores, com frequência assim nomeados e estigmatizados pela indumentária e aparência física, leva a reconhecer que existe um processo de anulação do outro. Castel apresenta com clareza essa visão, comum em diferentes locais do "mundo globalizado": se existe em nossa sociedade um grupo colocado em situação de alteridade total e sobre a qual se cristalizam os

medos e as rejeições, é exatamente junto a estes jovens da periferia que se deve procurar tal grupo (Castel, 2008, p. 10). No Brasil, não é diferente. (...) Em muitas cidades brasileiras, jovens que se “assemelham” ao estereótipo do “criminoso” sofrem o preconceito e as diversas expressões da violência - a repressão, o encarceramento e o extermínio - revelando o estigma que o “jovem da periferia” carrega (TRASSI & MALVASI, 2010, p.60).

Bruno fala também da forma como a própria Vara da Infância e Juventude enxerga essa adolescência e sobre o fato de que não adianta o esforço de pedir vaga em Regular para esses meninos, pois todos já sabem de antemão que estes meninos “não valem a pena”, que eles são os meninos do Acolhimento Inicial que “só evadem”.

Bruno: (...) o juiz acaba entendendo assim: por que eu vou mandar esse adolescente e encaminhar, autorizar, pedir vaga em SAICA Regular, se ele só evade? Se ele tem essa dinâmica de evadir? Então não é nem uma coisa nossa. É que a gente precisa informar a Vara e a Vara entende “esse menino só evade”, não tem o que fazer. Vou mandar para um Regular para ele evadir de lá também? Então é mais ou menos isso.

Já Joroedson também compreende que os SAICAs Regulares têm este preconceito, porém compreende que os SAICAs Iniciais só reforçam esse preconceito ao culpabilizarem o “perfil” dos meninos por suas evasões, no lugar de tentarem entender o que os serviços de Acolhimento Inicial têm feito (ou não feito) para que esses meninos não evadam, para que eles queiram e consigam ficar (o que será melhor abordado no núcleo “Diferentes formas de trabalho e de compreensão da adolescência entre os serviços de Acolhimento Inicial”).

Antes de entrar propriamente na fala de Joroedson, o próximo trecho de Bruno exemplifica essa compreensão de que a altíssima taxa de evasão (e o preconceito dos Regulares que é decorrente disso) é culpa do “perfil” desses jovens. Algo vai se desvelando: na Portaria, consta que a equipe e o serviço deveriam estar preparados e ter uma metodologia para lidar com os adolescentes em situação de rua que chegam no

serviço do Acolhimento Inicial, mas que tipo de trabalho nesse sentido é feito na prática do serviço? A equipe é conscientizada e formada para fazer um trabalho de qualidade com essa adolescência? O fato de eles serem “jovens em situação de rua” (e os outros adjetivos decorrentes disso, como impossíveis, instáveis, “drogados” etc) é o argumento que, por parte dos Iniciais e dos Regulares, justifica a evasão quase compulsiva desses meninos, e a conseqüente estigmatização deles. Mas não são os serviços que deveriam ser formados para achar meios de lidar com esse público, ao invés de culpar o próprio público pela precariedade do serviço? Retomo abaixo trechos da Portaria nº 62 (SÃO PAULO, 2018), que dizem sobre a necessidade de rompimento desse estigma e da redução do risco (de seu agravamento ou sua reincidência) da situação de rua deste jovem (o que a taxa altíssima de evasão do serviço demonstra que não está acontecendo).

12 - Configuração do serviço:

(...)

Desenvolvimento de práticas e intervenções profissionais alinhadas com processos de construção e reafirmação da identidade, pertencimento, integração e de rompimento com preconceitos e estigmas das crianças e adolescentes em situação de rua e risco pessoal e social e de abandono.

4 - Objetivos Específicos:

(...)

Reduzir a ocorrência de risco, seu agravamento ou sua reincidência, que demandaram esta modalidade de atendimento (SÃO PAULO, 2018).

Retomo, nesse trecho de Bruno, a explicitação de uma culpabilização do “perfil”:

Bruno: A taxa de evasão é muito mais alta no Inicial mesmo. É mais alta porque os adolescentes que vêm para o nosso serviço, a maioria deles, têm vivência ou vive em situação de rua. 90% faz uso de algum tipo de substância psicoativa. Então o Acolhimento Inicial tem esse número grande

de evasões justamente porque eles saem muito para fazer uso e às vezes, como aqui é um serviço de portas abertas, quando eles evadem eles podem voltar quando quiserem, é só pedir vaga. Então tem essa abertura maior. Em um SAICA Regular não. Lá você evade, passam às 24h e dá como evasão, pode ser que você não volte para esse SAICA e perca sua vaga. As vagas em um SAICA Regular são muito mais concorridas, o SAICA Regular nunca está vazio, geralmente sempre está com as vagas cheias. A gente não, como é muito rotativo, sempre tem vagas. Então o número de evasões é grande. Até pelo perfil de adolescente que a gente recebe. A maioria é de situação de rua e tem esses problemas com uso abusivo de substâncias. Então eles ficam um ou dois dias na rua fazendo uso e voltam depois, em um estado muito crítico, mas voltam. Eu enxergo dessa forma. Acredito que a equipe também. (...) É uma dinâmica do Regular que é totalmente diferente. No SAICA Regular, o perfil é diferente, não tem esse problema de drogadição igual os adolescentes que a gente trabalha tem. Eles tem mais limites. Como é porta de entrada, é muito difícil a gente estabelecer alguns limites que os SAICAs regulares têm. (...) Tem adolescente que a gente encaminha para SAICA Regular e eles evadem e querem voltar para cá. Acontece muito de eles não se adaptarem. Porque a rotina, a dinâmica em um SAICA Regular é totalmente diferente, os limites maiores, tem muito mais regras. Aqui a gente tem as regras, mas pela dinâmica do serviço a gente não pode impor muita coisa.

A perspectiva de Joroedson já se mostra diferente, conforme será explicitado no trecho a seguir. Joroedson, assim como Bruno, entende que os Regulares têm preconceito e de fato não aceitam adolescentes do Inicial (mais além, em suas palavras: “normalmente esses educadores de SAICA Regular acham que eles têm que atender só criança, porque tem o 'perfil' pro Regular”, ou seja, entendem que os adolescentes, de forma geral, não pertencem ao Regular). No entanto, Joroedson já começa a colocar que, para eles (do serviço Modelo), a questão central não é tanto de apontar o dedo para os Regulares, já que, se for feito um encaminhamento vazio para um Regular, o menino evadirá de qualquer forma. A questão é não fazer um encaminhamento vazio, e sim focar no trabalho de qualidade à longo prazo para com este menino que o Inicial pode fazer.

Joroedson: É muito difícil você conseguir vaga para adolescente de 16 anos em um SAICA Regular de qualquer região. Porque tem um preconceito de que o menino do SAICA Inicial é um menino que veio da Fundação Casa, é um menino complicado etc. Isso é um preconceito dos educadores inclusive. Porque normalmente esses educadores de SAICA Regular acham que eles

têm que atender só criança, porque tem o “perfil” pro Regular. E os adolescentes não conseguem vaga. Enfim. E a gente sempre teve muita experiência com adolescente. Porque o nosso projeto sempre foi voltado para o adolescente, para autonomia dele. Então a gente percebia que não ia conseguir vaga, que o CREAS não ia conseguir esses encaminhamentos. Quando conseguia, era porque o menino já estava há bastante tempo aqui com a gente, já estava estudando, já estava com as questões de saúde resolvidas, então o menino já estava pronto para ir para um outro serviço ou voltar para casa. Porque toda a questão de violência, todas as questões que o menino traz quando chega, a gente já tinha lidado com elas. Porque aqui a gente tem um jeito de trabalhar que faz com que o menino vá se desenvolvendo. E a gente sempre falava “olha, logo logo você vai para outro serviço”. E a gente ia fazendo isso, de ir preparando ele. Aí depois de 6, 7, 8 meses a gente conseguia fazer um encaminhamento.

Joroedson caracteriza o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (regulares e iniciais) como serviços feitos para o adolescente não caber e evadir. Diz que os mesmos dilemas do Regular, o Inicial enfrenta também: os meninos não ficam. A problemática da adolescência nos SAICAs vai se tornando mais clara: os Regulares são serviços erroneamente especializados em crianças e os Iniciais, que seriam para os adolescentes, são erroneamente compreendidos como serviços de mero encaminhamento (como vimos no núcleo “Tempo-limite de 90 dias?”). Coloca-se novamente a gritante e urgente questão: onde estão os adolescentes dos SAICAs? Quem verdadeiramente cuida desses adolescentes? As expressões “evasão” e “não aderência ao serviço” mascaram uma problemática realidade: a expulsão velada destes jovens e os serviços feitos de forma a fazer com que eles não caibam, de forma a não haver espaço para os adolescentes.

Joroedson: E eu diria que os mesmos dilemas que o Inicial tem, o regular também tem. Em relação à adolescência. É impressionante como, assim que completou 13 ou 14 anos no Regular, os meninos fogem e não voltam mais. Eu sempre falo: não é coincidência. Eles cuidam de crianças. É um serviço especializado em criança. Aí os adolescentes começam a criar questões de adolescente e aí não cabe no serviço. Foi uma coisa que aconteceu em 2018: aconteceu algo que eu não chamaria de coincidência, eu chamaria de fenômeno. Os meninos de 14 anos começaram a evadir dos serviços regulares e vieram para o serviço Modelo. Tem uns 8 regulares aqui da região, mais a gente de inicial. Só de um específico, vieram 6 meninas. Elas falavam que os tios

de lá reclamavam das roupas delas, reclamavam porque elas queriam sair com os meninos... Eles começavam a não lidar com as questões e iam expulsando os adolescentes. Eles não usam a palavra “expulsar”, eles falam “ah, o menino não aderiu”. Não é o menino que precisa aderir, é o serviço que precisa deixar o menino caber. No fórum, os adolescentes falam sempre muito bem da gente e muito mal dos regulares. O pessoal do fórum perguntava o que a gente fazia lá que os adolescentes adoravam, e a gente respondia “a gente só cuida deles, ué”. Teve uma menina aqui que foi contando pra gente das questões de lá. Sabe, é até antiquado você achar que meninos de 15 anos não vão se relacionar. Vão, porque faz parte. E não é motivo pra você excluir, pelo contrário, você precisa incluir e você precisa falar disso. Você pode falar de preservativo, de anticoncepcional, de gravidez na adolescência, você tem um campo aberto a se discutir. Mas sem preconceito. Só que não falam, preferem que eles vão pra rua, onde eles estarão sujeitos a qualquer coisa.

Bruno: Os nossos adolescentes do Inicial já foram crianças de SAICAs regulares. Eles não estão nessa dinâmica só há 1 ou 2 anos. Tem adolescente que está institucionalizado desde os 2 anos de idade.

Então, o fenômeno “ex-criança institucionalizada e atual adolescente de rua” acontece e um perverso ciclo se forma: quando adolecem, não cabem mais nos Regulares, então vão para a rua. Joroedson contou um caso extremamente rico e significativo para exemplificar o fenômeno:

Joroedson: O serviço não é preparado pra lidar com as questões da adolescência. Você percebe, os caras não estão olhando pro adolescente. O adolescente não está cabendo no serviço, mas o serviço não é feito pro adolescente caber. É feito pra excluir. Eu ouço muitas histórias, participo de muita discussão, vou pra muita reunião: eu fico ouvindo as críticas à adolescência, e penso “os caras não têm noção”. Vou dar um exemplo. Eu dou supervisão pra outros SAICAs Regulares com uma colega: teve uma história de um menino de 18 anos. O menino que eles desenharam pra gente era um menino super interessante, na nossa concepção, mas pra eles o menino não estava servindo pro serviço. Tinha acabado de completar 18 anos e fugiu. Esse menino tinha sido acolhido aos seis anos de idade. Eles conheciam a trajetória do menino. Aí a gente foi mostrando

pra eles “olha a história desse menino”, tinha mãe e pai, teve tal situação e foi morar com a avó, avó não deu conta, e depois foi pro serviço de acolhimento. Aí nisso foi de um serviço de acolhimento pra outro e pra outro. Aí foi indo de lugar pra lugar, e eles contavam que o menino era muito bonzinho na casa, mas acabava que quando ele saía ele fazia coisas, fumava maconha, cheirava cocaína e roubava, mas na casa era sempre tranquilo. Até um dia que chegou alcoolizado e explodiu na casa, foi agressivo e grosseiro com os educadores. Aí eles chamaram a polícia. Polícia foi e deu uns tapas no menino. Hoje o menino tá num morro aí morando num barraco do tráfico. A partir do que eles contaram, a gente foi falando: olha esse menino, sempre foi tirado dos lugares, sempre teve que se virar sozinho. E os lugares sempre iam tirando ele. Como um menino desses vai criar vínculo? Vai se relacionar? E ele sempre era o bonzinho, aí na primeira vez que ele é mais agressivo, vocês chamam a polícia. Aí a polícia vai e bate nele, com a conivência de vocês. Como o menino vai confiar? O menino se livrou de vocês, que bom pra ele. Mas se vocês fizessem diferente, poderia ser uma história totalmente diferente. Aí a gente foi mostrando outras opções, outros caminhos. Aí no final eles entenderam que dava pra continuar trabalhando com o menino. Sabe, ninguém olha pra o que o menino tem de interessante, só pra o que não cabe. Pô, são 12 anos morando no serviço, as pessoas decidindo sua vida, e um dia que você tenta se impor, chamam da polícia? A polícia te dá uns tapas, e os educadores veem e não falam nada? (...) Fiquei pensando em quantos desses meninos a gente já recebeu aqui. Quantos a gente já cuidou. E quantos eles devem receber também. E a gente pensou: meu, se esse é o pior e ele é assim, normal... A gente cuida de uns meninos mais difíceis e a gente consegue ir lidando, porque a gente discute as questões. Só que eles tamponavam tudo, eles não discutiam nada. A gente sempre discute que se o menino é muito quietinho dentro de casa, tem alguma errada. Eles está aprontando na rua. É bom que ele estoure aqui, porque a gente lida com as questões, a gente acolhe. Aqui a gente falava sempre isso: não existe adolescente bonzinho, se ele está muito quietinho tem algo acontecendo. Então vamos cutucar, pra ele contar quem é ele de verdade. Sempre deu certo. Assim vai construindo a relação. Você precisa olhar pro adolescente, senão esse menino vai ser encarcerado daqui uns 2 anos, vai ser institucionalizado de novo, e não é essa ideia. E os serviços de acolhimento acabam contribuindo muito pra isso. Que o menino vai criar situações, vai. Mas o que você vai fazer com isso é que faz a diferença. Eu acho que é isso que a gente tem que olhar.

Os SAICAs, conforme podemos ir entendendo através dos depoimentos de Joroedson e Bruno, dispõe-se a acolher somente adolescentes que, concretamente, não existem. Adolescentes que não trazem questões, não incomodam, ficam quietos e

comportados, que não vão atrás de provar experiências que sabemos tão características dessa fase: festas, relacionamentos, sexo, drogas. E, os que o fazem (basicamente todos, digamos), são estigmatizados como impossíveis, insuportáveis, drogaditos, “casos perdidos”. Podemos pensar também no preconceito de classe e no racismo que se evidencia nisso. Sabemos quem são os “meninos de SAICA”: de contextos socioeconômicos e familiares extremamente vulneráveis, jovens pretos e pobres (vide Capítulo 5). Será que um adolescente de classe média alta, quando escapa de casa para ir em uma festa provar alguma droga ou quando questiona “de forma rebelde” seus pais, é estigmatizado da mesma forma que os adolescentes “de SAICA” são? Será que esses adolescentes estigmatizados não são “apenas” adolescentes (e não traficantes ou “drogados”), em condição de constante exclusão (inclusive por parte dos SAICAs)? Sobre os contrastes no estigma concedido à adolescência a depender se esta é de classe média ou pobre, Trassi e Malvasi (2010) falam o seguinte:

Em síntese, as caracterizações sobre a juventude desde a primeira metade do século XX tenderam a destacar o contraste do comportamento juvenil com os padrões vigentes, mas há uma distinção entre as expressões de jovens de diferentes classes sociais: os mais ricos são “excêntricos”, “rebeldes”, “contestadores”; os mais pobres são “delinquentes”. Os primeiros, pelas oportunidades garantidas pela origem social - acesso a uma educação de qualidade e usufruto de bens culturais - canalizam suas insatisfações e expectativas por meio de produções e participações culturais, artísticas e políticas. Quando se envolvem com a prática de atos de transgressão ou atos infracionais, há uma tolerância social maior na compreensão de sua conduta - tentativa de psicologização - e nas práticas sociais de repressão e controle de suas ações. Quanto ao adolescente e ao jovem pobres, há claramente uma tendência social de subestimação de sua produção e forma de participação social, criminalização de sua conduta, mecanismos de repressão e punição rigorosos - o controle de circulação pelas cidades,

sua representação como perigoso ou potencialmente perigoso e, finalmente, o encarceramento da pobreza ou seu extermínio (TRASSI & MALVASI, 2010, p.39).

Além disso, sobre colocar o “problema das drogas” unicamente na adolescência empobrecida:

Embora o tráfico de drogas seja comum aos jovens de todas as classes sociais e bairros das cidades brasileiras, a ênfase do “problema social” centra-se nas populações de baixa renda, sobretudo os jovens moradores de bairros periféricos das cidades brasileiras, pois são as maiores vítimas/autores de violência. (...) é equivocado relacionar o tráfico de drogas com a pobreza, pois jovens de todas as classes sociais adotam o consumo e o tráfico de drogas como parte de um estilo de vida que proporciona trânsito em direção à rua, formas de encontro com a diversidade e circuitos de sociabilidade (TRASSI & MALVASI, 2010, p.74).

E, em uma lógica de profecia auto realizadora, acabam virando, de fato, pessoas em situação de rua ou pessoas que entram para o tráfico como meio de subsistência: porque, ao serem constantemente excluídos de todos os espaços (inclusive pela lógica da “evasão”), esses são os caminhos que se abrem socioeconomicamente como os únicos possíveis. Como *profecia auto realizadora* compreende-se o seguinte:

"Alguém profetiza um evento, e a expectativa do evento muda o comportamento de quem fez a profecia de tal modo que torna a profecia mais provável" (Rosenthal, 1966, pág. 196). O conceito de profecia auto-realizadora não é novo em psicologia. Allport (1950, *apud* Rosenthal, 1966) já salientava que expectativa de uma pessoa a respeito do comportamento de outra pode contribuir para que essa última se comporte de

acordo com o que se espera dela. Tal conceito tem provocado muitas e interessantes discussões entre psicólogos educacionais e educadores preocupados com a possibilidade de que a expectativa dos professores possa ajudar ou prejudicar o desenvolvimento intelectual e acadêmico de seus alunos. Em 1963, Clark (*apud* Rosenthal e Rubin, 1978). já salientava que crianças de guetos americanos eram frequentemente vítimas da profecia auto realizadora de seus professores, uma vez que esses acreditavam que as crianças não podiam aprender. Uma questão crítica, entretanto, passou a ser objeto de discussão: os professores esperavam pouco de seus alunos porque estes apresentavam uma realização acadêmica pobre, ou esses alunos desempenhavam pobremente na escola porque era isso que os professores esperavam deles? Em outras palavras, seria a expectativa do professor causa da realização pobre do aluno ou, ao contrário, seria a expectativa do professor um prognóstico acurado da realização da criança? (BRITTO & LOMONACO, 1983, p.60).

Afinal, quem são os meninos do SAICA Acolhimento Inicial? Quem é essa juventude empobrecida e estigmatizada? Bruno respondeu da seguinte maneira:

Bruno: A maioria é raça negra. A grande maioria, 90% são negros. A maioria homens; por isso, de 20 vagas, 12 são para o gênero masculino na portaria atual. (...) A maioria são homens, muito difícil a gente preencher as 8 vagas femininas. Então, eu diria que o nosso público é de meninos negros adolescentes.

Pensando-se em todos os dados apresentados no Capítulo 5 e colocando-se essa constatação de Bruno ao lado do *Atlas da Violência* (realizado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública) de 2020, vemos que são justamente estes meninos (negros, jovens e pobres) que são majoritariamente assassinados no Brasil atual. O que têm feito os SAICAs para mudar

essa realidade? Ou melhor (e mais grave): será que os SAICAs têm agido no sentido de manutenção e intensificação dessa realidade? Será que os SAICAs têm contribuído para a produção de trágicas profecias auto realizadoras? Já dizia Bia Ferreira, em sua música “Cota não é esmola” (2018): “experimenta nascer preto na favela, pra você ver/ o que rola com preto e pobre não aparece na TV/ opressão, humilhação, preconceito/ a gente sabe como termina quando começa desse jeito”. Sobre os homicídios no Brasil, foi constatado o seguinte:

Esta edição revelou que houve aumento no número de homicídios de pessoas negras de 11,5%. Enquanto isso, número de homicídios caiu 12,9% entre não negros. (...) Em relação à desigualdade racial, 75,7% das vítimas de homicídio eram negras. (...) Em relação ao perfil das pessoas assassinadas, 91,8% são homens e 8% são mulheres. A taxa de escolaridade de sete anos é de 74,3% entre os homens e 66,2% entre as mulheres. Homens negros tem um risco de ser vítima 74% maior. Mulheres negras têm um risco de ser vítima 64,4% maior. (...) Entre os anos de 2008 e 2018, os homicídios de mulheres negras aumentaram 12,4% e de não negras reduziram 11,7%. (...) Entre os jovens, 30.873 morreram vítimas de homicídios no ano de 2018, 53,3% do total de vítimas. O homicídio foi a principal causa de morte entre homens jovens: 55,6% das mortes ocorreu entre 15 e 19 anos, 52,2%, entre 20 e 24 anos e 43,7% entre 25 e 29 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA & FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

No próximo núcleo, através da narrativa de Joroedson, mostraremos o trabalho feito no SAICA de Acolhimento Inicial Modelo: que, com muitas críticas a como é comumente feito o trabalho nos SAICAs de Acolhimento Inicial, aponta para uma compreensão diferente sobre a adolescência e para um caminho possível de um trabalho coerente,

efetivo e respeitoso para com as adolescências dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

7.3 NÚCLEO 3 - Diferentes formas de trabalho e de compreensão da adolescência entre os serviços de Acolhimento Inicial

Em uma tentativa de revisão bibliográfica sobre, especificamente, a adolescência no contexto de acolhimento institucional (não especificamente o Inicial), os resultados foram poucos e extremamente reveladores. Primeiramente, ao realizar a busca em diversas plataformas, na gritante maioria dos resultados, não há uma diferenciação entre a adolescência e a infância neste contexto: o termo “adolescência” sempre aparece logo depois da palavra “infância”, como se, entre ambas, não houvessem enormes diferenças no que diz respeito à dinâmica vivenciada na realidade dos SAICAs (as quais pudemos ter um claro vislumbre nos últimos núcleos expostos). Ou seja, pouquíssimas falam da realidade propriamente dita dos adolescentes nesse contexto e das especificidades e vulnerabilidades características dessa fase nos SAICAs. Há muitas pesquisas que falam especificamente sobre a infância dos serviços de acolhimento, a qual, frequentemente, mobiliza compaixão e carrega o estigma de vítima, de “abandonada”. À adolescência é reservado um lugar diferente no imaginário social: quando não culpabilização, criminalização e raiva, ela está fadada à invisibilidade e exclusão, em uma associação errônea e problemática entre o binômio juventude-violência. Essa associação “juventude-violência” percorre o mundo, está presente em sociedades ricas e pobres e atravessa as classes sociais. E é mais intensa quando se trata de adolescentes/jovens pobres (TRASSI & MALVASI, 2010).

A juventude, particularmente quando associada ao fenômeno da violência, torna mais urgente uma contribuição-compreensão que coloque as coisas no devido lugar. Ou seja, focar-estudar-problematizar essa associação - que constitui a representação social de muitos cidadãos do mundo, bastante difundida pela mídia e que orienta intervenções junto à juventude - permite a compreensão de

ambos os fenômenos que "mal aprendemos a olhar" e contribui para ousar outras práticas sociais. (TRASSI & MALVASI, 2010, p.15)

As poucas pesquisas encontradas especificamente sobre a adolescência nos SAICAs evidenciam e corroboram com tudo que foi exposto até aqui. Primeiramente, há relativamente bastantes pesquisas sobre a angústia da maioria e como os jovens de SAICA sofrem e lidam com esse momento tão difícil, no qual precisam deixar a casa. No entanto, tais pesquisas focam em uma fase da adolescência muito específica (a entrada nos dezoito anos e na vida adulta) e não em como foram os anos anteriores (dos 12 aos 18), anos formativos e constitutivos de como se dá a entrada na maioria.

Por fim, as duas únicas pesquisas especificamente sobre a adolescência (e não dela indiferenciada da infância) no contexto dos serviços de acolhimento institucional foram as seguintes: "Disjunções na aplicação da medida de proteção por acolhimento institucional para adolescentes em conflito com a lei: diálogos multidisciplinares" (ANUNCIAÇÃO & DA SILVA, 2019) e "Evasão nas unidades de acolhimento: discutindo seus significados" (LEMOS et al., 2014). Os títulos já são reveladores: as únicas pesquisas sobre a adolescência dizem respeito a jovens em conflito com a lei e às evasões das unidades por parte dos jovens, o que diz muito da realidade destes meninos. Não adentrarei com profundidade na pesquisa referente aos jovens em conflito com a lei no contexto dos serviços de acolhimento, mas creio que sua leitura é de extrema importância àqueles que visam se aprofundar na questão das especificidades da adolescência no serviço de acolhimento e sobre como jovens egressos das medidas socioeducativas de privação de liberdade vão sendo excluídos e ficam errantes nos serviços de SAICA, acabando por terem seus direitos violados e uma ausência de proteção por parte do Estado. Já a segunda pesquisa, referente às evasões, foi citada anteriormente e seguirá surgindo ao longo dos núcleos para complementar e enriquecer os dados aqui encontrados: há uma grande semelhança, ainda que com marcadas diferenças, entre esta e a presente pesquisa, no tocante à proposta de investigação e aos dados encontrados. Sobre as diferenças, nela fala-se em Unidades de Acolhimento (e não em SAICA de Acolhimento Inicial especificamente) e não há menção ao tempo-limite de

90 dias de permanência, além de ter sido feita em outro estado (Rio de Janeiro) e datar de 2014, ou seja, anterior à Portaria referente à tipificação nacional dos SAICAS de Acolhimento Inicial. Nas duas pesquisas citadas acima, a conclusão é a mesma: há uma autorização à desproteção desses jovens e os princípios definidos pelo ECA não são plenamente cumpridos.

Neste núcleo, críticas serão feitas à forma como o trabalho das equipes é, em sua maioria, feito nos serviços de Acolhimento Inicial. No entanto, sempre em contraste, apresentarei outra possibilidade, um outro caminho possível: um trabalho de maior cuidado, coerência e garantia de direitos desses adolescentes, trabalho este do antigo SAICA de Acolhimento Inicial Modelo. Ou seja, basearei-me não em ideais e proposições abstratas e intangíveis, e sim em um trabalho concreto, que já foi e segue sendo realizado (agora, no formato de Casa de Cultura e Convivência Modelo).

Devido à extensão e pluralidade do conteúdo que constituirá este Núcleo, optei por dividi-lo em subitens, para, repito, fins didáticos, já que, na prática, eles irão se atravessar, complementar e entrecruzar.

7.3.1 Um E.T. entre os terráqueos

Joroedson conta, assim como Bruno, que há uma rede entre os serviços de Acolhimento Inicial de São Paulo. Todos se mantêm em contato e têm reuniões periódicas. Sobre tais reuniões, as perspectivas de Joroedson e de Bruno diferem muito, novamente. Bruno coloca tal rede como muito bem integrada e parceira.

Entrevistadora: E a relação com essa rede de SAICAs Acolhimento Inicial funciona como? Vocês dialogam bastante entre vocês?

Bruno: Bastante, praticamente quase todos os dias. (...) A gente tem contato diário, todos os dias a gente se fala, segunda a sexta. (...) Os porta de entrada a gente já se conhece, somos parceiros.

Já Joroedson conta que seu ponto de vista e o que trazia nessas reuniões destoava muito da postura dos demais SAICAs de Acolhimento Inicial, ao ponto de ele se tornar

uma presença que incomodava e desagradava o restante. Joroedson definiu a si próprio como um “ET” nas reuniões.

Entrevistadora: Como eram essas reuniões dos serviços de Acolhimento Inicial?

Joroedson: Chegou um momento que eu parei de abrir a boca nas reuniões dos serviços de acolhimento inicial, porque eu era o E.T. do rolê. O pessoal só vinha reclamando dos meninos, e a gente não. Aí eu abria e boca e já viravam o olho. Eu fiquei mal visto, porque dificilmente eu ia reclamar nos lugares, porque a minha ideia é achar alternativas. Sabe, ficar lá em duas horas de reunião reclamando dos meninos? “Ah, porque os meninos aprontaram... Ah, porque os meninos quebraram sei lá o que... Os meninos ficam fumando droga... Os meninos não respeitam educador... “. Aí eu falava que eu achava que tinha outros jeitos de fazer.

Afinal, por que Joroedson ficou mal visto, sendo que propunha uma alternativa possível para o trabalho com esses meninos? Não somente os serviços regulares, mas também os de Acolhimento Inicial, estão tão aprisionados nos estigmas, reclamações, preconceitos e culpabilização (o que certamente se dá devido a uma falta de formação continuada e investimento financeiro, institucionalização desses funcionários e preconceitos arraigados na sociedade como um todo) destes meninos, que alguém mostrar outra possibilidade e caminho possível de lida chega a causar incômodo e desagrado. Nas palavras de Joroedson, o serviço foi feito para o menino não caber, e talvez não haja uma verdadeira clareza e disposição atualmente para mudar essa realidade, o que é, sem sombras de dúvidas, grave. O trecho seguinte da fala de Joroedson sintetiza muito bem a questão.

Joroedson: A gente destoa muito do que é o serviço de acolhimento inicial hoje. Se você for nos outros 5 serviços de acolhimento inicial, eles vão falar outras coisas pra você, tenho certeza absoluta. Eles vão reclamar, falar que os meninos são o problema, que é um depósito de adolescente, que eles não têm jeito porque usam droga e vivem evadindo, que os funcionários são sabem mais o que fazer, que eles tentam trabalhar e não conseguem porque os meninos ficam tentando invadir a sala. É isso: que os meninos usam droga, não respeitam e quebram o serviço, que eles quebram o “patrimônio público”. É isso que eles vão dizer. Aí se você perguntar: mas e o que vocês fazem? O que vocês oferecem pra esses 20 meninos dentro de uma casa? Eles até vão fazer alguns discursos, mas é muito artificial, e os meninos sacam isso, sacam que os caras não

querem eles. E muitos lugares onde tem alto índice de evasão, é justamente onde o serviço não está dando conta da demanda dos meninos. Porque o serviço foi feito para o menino não caber. Eles não fazem nada pra redução de danos (...). Se tem uma briga aqui dentro, eu não vou lá no fórum falar “ai, esses meninos são violentos”. Não, eu vou lidar com a violência deles. A gente precisa lidar.

O presente sub-item evidencia que a metodologia de lida com a adolescência desenvolvida no ex-SAICA de Acolhimento Inicial Modelo destoava do trabalho desenvolvido pelos outros serviços de acolhimento inicial, que, segundo Bruno, estão alinhados entre si. Isso indica que há um preocupante consenso entre a maioria dos serviços quanto à culpabilização dos meninos pela alta taxa de evasão e uma naturalização da forma como o trabalho é feito: Joroedson, que trazia outra possibilidade de se pensar esse trabalho, era excluído. Era um E.T. A proposta que ele trazia era baseada em dados concretos, não em utopias ou idealizações. Era fato: os meninos permaneciam lá, a taxa de evasão era infinitamente menor, como já vimos anteriormente. No entanto, os serviços não estavam dispostos a repensar a si próprios e a problematizar a própria atuação: o que demonstra como estigmas quanto à adolescência e culpabilização desta por sua própria exclusão são profundamente enraizados e naturalizados. E o quanto essa postura cristalizada e enrijecida ameaça a proteção e garantia de direitos desses adolescentes. Na pesquisa sobre acolhimento institucional, adolescência e evasões (LEMOS et al., 2014) citada acima, os autores constataram algo muito semelhante:

Percebe-se que há desmotivação e falta de habilitação para os profissionais lidarem com as situações que se apresentam, como a evasão, fechando-se à sua visão e seguindo um método de disciplinamento que não se torna efetivo aos adolescentes. Assim, as UAs acabam não proporcionando a eles um ambiente adequado para o seu desenvolvimento (Lei Federal 8.069, 1990) (LEMOS et al., 2014, p.598).

Joroedson falou frequentemente, durante nossa conversa, sobre algo que ele chamou de uma Metodologia que sua equipe desenvolveu no SAICA Acolhimento Inicial Modelo. Nos próximos subitens, irei adentrar nos detalhes dessa metodologia que era desenvolvida cotidianamente no SAICA Acolhimento Inicial Modelo e de que formas esta difere do trabalho majoritariamente realizado nos outros serviços de Acolhimento Inicial, e porque ela representa uma possibilidade concreta de um trabalho muito mais coerente em prol da garantia de direito desses jovens.

7.3.2 Os “fixos” do serviço e as diferentes formas de se lidar com o fenômeno da evasão

Uma das grandes problemáticas do acolhimento inicial é justamente a alta taxa de evasão. Segundo Lemos et al. (2014), a evasão de adolescentes é um tema constante no cotidiano nas unidades de acolhimento, geralmente sendo considerado pelos profissionais como um dos maiores empecilhos à realização do trabalho de acolhimento. No entanto, suas causas, impactos e significados raramente são debatidos. Os pesquisadores chamam à atenção para o sofrimento que o fenômeno da evasão causa nos profissionais, sendo muito importante ter clareza disso, para não se cair em uma culpabilização vazia das equipes: os profissionais não são “pessoas ruins” ou qualquer atribuição adjetiva pejorativa que implique que eles agem de forma racional, maquiavelicamente estigmatizante ou que vise prejudicar os jovens. Como o trecho a seguir evidencia, a equipe não é preparada, formada ou supervisionada (a própria portaria da tipificação é contraditória e não clara, como vimos mais acima) para se lidar com esse fenômeno: ele assume a ordem do insuportável, do sofrimento não compreensível, não dialogado ou pensado.

Pelo que foi constatado nas entrevistas, os profissionais entrevistados nas duas UAs lutam para manter seu equilíbrio emocional no cotidiano do trabalho. As experiências a que são submetidos são suficientes para desencadear situações

emocionais com as quais eles, muitas vezes, não sabem lidar. Uma delas ocorre quando há evasão, que por vezes desperta neles o sentimento de trabalho perdido, quando não conseguem impedi-la. Frustrados, têm a sensação de que o seu trabalho não foi suficientemente útil. Além da noção de perda, alguns cuidadores a associam a outros aspectos, como, por exemplo, falta de inteligência dos adolescentes para serem “ajudados”: *Eles saem por burrice! Porque aqui eles têm comida, roupa lavada, cama para dormir, tudo arrumadinho! Têm pessoas para orientar, têm os educadores da noite, têm os educadores do dia. Todo mundo trabalha direitinho, dentro do respeito. Lógico que têm horas que tem que apertar um pouquinho, porque se deixar... Eles não são fáceis!* (Paulo, equipe de apoio, UA1). (...) A permanência na UA equivale para eles ao êxito profissional; já a evasão prediz fracasso e um futuro desolador para os adolescentes que não aceitam o trabalho da forma como é dado por esses profissionais. O sentido de “dar” é justamente aquele que o jovem não quer aceitar, pois o coloca numa posição passiva de receptor e não em uma ativa e de sujeito (LEMOS et al., 2014, p.598).

A evasão acarreta em perda da vaga, seja no Regular, seja no Inicial. Frente a isso, um estranho fenômeno se coloca: existem os adolescentes “fixos”/“regulares” do Acolhimento Inicial. Já vimos que eles não são encaminhados para serviços Regulares e nem há um trabalho de retorno familiar. Então, se esses jovens não estão nos serviços de acolhimento regular, não tiveram um trabalho de retorno familiar e sempre evadem dos serviços de acolhimento inicial, onde estão eles? Eles estão na rede de Acolhimento Inicial (não em um SAICA de acolhimento inicial específico que se responsabiliza por esse jovem) e na rua. Esses adolescentes circulam entre os serviços de acolhimento inicial da cidade de São Paulo e têm como rotina a seguinte dinâmica: Acolhimento Inicial x - rua - Acolhimento Inicial y - rua etc. Os adolescentes que têm como lugar um não-lugar: pertencem a essa rede de serviços e à rua, mas, concretamente, a lugar nenhum. Não há

propriamente uma referência de lugar de pertencimento. O que configura um grande problema:

(...) ao se referirem [os adolescentes] a quantas UAs passaram, pôde-se constatar que havia uma grande circularidade pela rede de acolhimento, demonstrando que o acolhimento podia se configurar como uma nova institucionalização nos moldes dos internatos do passado (LEMOS et al., 2014, p.598).

Como vimos anteriormente, esses adolescentes são culpabilizados pela própria exclusão na lógica da evasão e não aderência ao serviço: como se a evasão fosse unicamente produto do “perfil” desses jovens. Essa culpabilização acarreta em uma naturalização do fenômeno por parte das equipes de trabalho: afinal, se os “culpados” são os meninos, o que pode a equipe fazer? A pesquisa de Lemos et al. (2014) entrevistou profissionais e adolescentes sobre o significado do fenômeno da evasão. O seguinte depoimento surgiu entre um dos profissionais entrevistados, que explicita bem a culpabilização dos jovens e isenção de culpa de todo o restante: *“O problema da evasão está dentro de cada um deles. Eles tão sempre evadindo, buscando o caminho das drogas. Eles têm tudo: uma palavra legal, aqui dentro, uma palavra de conforto e caminhos bons. Mas, às vezes, eles começam a ficar ‘fissurados’. É por causa de droga! Aí, querem evadir, evadem e se juntam com outros lá fora. (Pedro, equipe de apoio, UA2)”* (2014).

Partamos da constatação de Bruno sobre o fato de que existem os “fixos” do Acolhimento Inicial:

Bruno: A maioria desses adolescentes evade, é isso... Só um ou outro que a gente consegue um encaminhamento. A maioria desses adolescentes que passa pelo nosso serviço já passou por todos o serviços de acolhimento inicial. Eles já são fixos, praticamente. (...) a maioria deles já são conhecidos e passam por todos os serviços de acolhimento inicial. É isso, eles rodam mesmo, eles se conhecem, é meio que um grupinho ali que roda até fazer 18 anos. (...) A maioria deles já é conhecida, são os que evadem sempre, os que vão para o SAICA Inicial, quando não vão para

uma Fundação Casa. Como eles vivem muito em situações de rua e para fazer uso de substâncias eles fazem alguns furtos, roubam celular, acabam se prostituindo às vezes... A maioria dos adolescentes que passam por aqui são esses. É um ou outro que a gente consegue um encaminhamento. Porque eles já estão nessa rotina há muito tempo. Por exemplo, tem uma adolescente que passou por aqui que eu falei “pô, você já vai pra Sé de novo”, eles gostam muito da região da Sé para ficar entre eles lá, para curtir o rolê deles, para usar droga e tal. E ela respondeu “Ah tio, eu vou pra Sé desde os meus 4 anos de idade sabe, então já tô nessa”. É como se essa fosse a dinâmica dela, ela não conhece outra realidade.

As aspas que acompanham a palavra “fixos” são muito significativas já que, ao evadirem, é como se não pertencessem mais ao serviço, já que perderam a vaga. Ou seja, não são de fato fixos, apenas ficam errantes pelos serviços de acolhimento inicial através dinâmica de evasão e rua. Inclusive, no tocante ao PIA (Plano Individual de Atendimento, vide Capítulo 4), que é um direito extremamente importante dos jovens no contexto de acolhimento institucional, este acaba por ser pensado e construído de forma fragmentada, defasada e pouco séria, já que não há uma verdadeira perspectiva a longo prazo, por parte dos serviços, para esses meninos. O PIA dos meninos que evadem, segundo Bruno, é mantido e não pode ser descartado pois pode ser necessário para fins jurídicos na Vara e, caso o menino volte, seu PIA está lá. Mas a questão de maior importância, que é a construção do PIA e sua concretização e desenvolvimento a longo prazo na vida do jovem, são inviabilizados justamente devido a essa ausência de perspectiva frente à permanência do menino no serviço. E, se não há perspectiva, como poderia ser construído para eles um PIA sério e com a qualidade necessária? Vale ressaltar que, como vimos anteriormente, é isso que acontece com a gritante maioria dos jovens de Acolhimento Inicial: eles evadem do serviço; assim, estamos falando da maioria do público com que eles lidam, não de exceções. Segundo Bruno, “não é o propósito deste serviço ter adolescentes fixos, mas é o que a gente acaba fazendo”. Assim, ao passo que constatei que é sabido que eles são fixos no serviço e que a possibilidade de encaminhamento (para um Regular ou família) é basicamente nula e sendo essa a realidade da grande maioria do público do serviço, questionei Bruno sobre qual trabalho é desenvolvido pela equipe na prática (já que o trabalho de encaminhamento, que ele disse que era a função original deles no serviço Inicial, não chega a acontecer); Bruno seguiu

dizendo que o trabalho deles é, sim, de encaminhamento. E que, aos jovens evadirem, o cuidado/projeto desenvolvido até a evasão “zera”, como se nada houvesse sido feito.

Entrevistadora: Pensando que eles viram permanentes do Inicial (sem chances conseguir vaga em um Regular), aí o trabalho do Inicial que em teoria é de encaminhar (família, Regular, República), vira um outro trabalho, né? Já que eles acabam ficando com vocês. Se o trabalho de vocês nesse sentido não é mais de encaminhar, como ele é feito então?

Bruno: O nosso trabalho é encaminhar. O nosso objetivo é encaminhar, não tem jeito. Tem alguns que ficam fixos, entre evasões e voltas... Geralmente quando o adolescente evade a gente meio que zera, o adolescente é acolhido, tem lá os três meses, evadiu, zerou. Então praticamente a gente começa de novo.

Renata (equipe de apoio, UA2), profissional entrevistada da pesquisa de Lemos et al. (2014, pag.599), trouxe algo muito semelhante: “A evasão mexe! Porque eu acho que é um trabalho perdido. Cada vez que eles vão, quando voltam têm que recomeçar tudo de novo”. Essa dinâmica de um “lugar não lugar” acarreta em um cuidado fragmentado, sem um projeto longitudinal que suporia uma estabilidade e permanência. Antes de entrar na questão do tipo de cuidado decorrente dessa ausência de referência estável e de “zerar o adolescente” quando ele evade, a qual irei abordar no próximo subitem, visio mostrar uma outra compreensão sobre evasão que Joroedson apresentou e uma conseqüente outra possibilidade de se lidar com esse fenômeno. Essa compreensão, em primeiro lugar, não internaliza a “culpa” no adolescente.

Como veremos a seguir, Joroedson propõe, desde o primeiro momento, que a evasão não seja entendida como desistência do menino, e sim como um momento em que o jovem, após chegar de um contexto de rua de extrema vulnerabilidade, está tão acostumado com uma instabilidade absoluta e com ausência de referências (de casa, de adultos, de responsáveis) que não apenas segue nessa dinâmica tão naturalizada para ele, como também “testa” o serviço, no sentido de: “será este apenas mais um lugar que irá desistir de mim?”. O menino se sabe estigmatizado, sabe como o serviço o vê, como já discutido anteriormente: impossível, indesejado, insuportável, “caso perdido”. Considerando isso, cabe ao serviço mostrar-se um lugar diferente, um lugar de acolhimento, que não apenas desistirá do menino no primeiro “erro” que ele cometer. A

pesquisa de Lemos et al. (2014) entende que a evasão, por ser uma experiência singular, tem mais de um significado e que, sendo parte do processo de acolhimento, ela não significa uma interrupção do mesmo: portanto, é necessário um entendimento da evasão como parte do processo de acolhimento.

Entrevistadora: Mas eles não evadiam?

Joroedson: Então, se evadissem, a gente deixava a vaga reservada aqui. A gente ia buscar, porque a gente sabia onde eles estavam.

Entrevistadora: Isso de não perder a vaga muda totalmente a dinâmica, né? Isso de ter a vaga reservada e retornar para o mesmo lugar.

Joroedson: Sim. É o olhar do outro. Eu acho que tem um diferencial aí. Por isso eu sempre converso com a Lurdinha disso. Eu sempre falo “Lurdinha, apesar de a gente saber que tem sim algumas questões, a gente acha que adolescente é adolescente”. Não é porque aqui é Inicial que o acolhimento é diferente. É o mesmo. Só que os serviços já estão tão acostumados a só encaminhar que eles não olham pro adolescente... É só: chegou então encaminha, encaminha, encaminha... (...) Outra coisa que eu acho que é importante. Na primeira, segunda e terceira semana eles vão embora, eles evadem. Só que a gente se conheceu. Então, quando ele voltava, ele não é um outro menino. Ele é um menino que já passou aqui, que a gente conhece a história dele e vai discutir as questões com ele. Eles fugiam muitas vezes, duas ou três vezes. Mas na quarta vez era “ah tio, vou ficar por aqui mesmo”. (...) A parte mais difícil com o menino é o começo, porque quando ele já está na casa e já entende nosso funcionamento e nossas regras, é muito mais fácil. Eu sempre coloco que os 15 primeiros dias são os mais difíceis, porque o menino vem pra te testar. Se você aguenta 15 dias, eles entendem que a gente está aqui de verdade.

A fala de Joroedson parece corroborar com as palavras de Lemos et al. (2014):

Além disso, a evasão não significa, necessariamente, abandono ou rompimento com a UA. Geralmente, ela é parte do processo de experimentação de limites e possibilidades dos acolhidos (...) Na realidade, é importante que os cuidadores compreendam que nesse processo de acolhimento nunca se volta à ‘estaca zero’ ou anula-se tudo o que foi desenvolvido com aquele adolescente após uma

evasão. Porém, nessas UAs, quando ela ocorre, ao invés de ser vista como parte inerente ao processo, ainda converte-se em um problema a ser evitado (LEMOS et al., 2014, p.601).

Portanto, considerando o depoimento de Joroedson e Bruno, entendemos que existem os “fixos” do serviço de acolhimento inicial. No entanto, no caso de Bruno, os “fixos” são entre aspas já que, quando evadem, deixam de pertencer ao SAICA em questão e ficam circulando pela rede sem referência. Já no caso do SAICA de Acolhimento Inicial Modelo, eles assumem o menino, compreendem as evasões em um primeiro momento como forma de o menino testar o serviço e que esse momento precisa ser sustentado e “suportado” pela equipe, já que, superado este primeiro momento, o menino fica e se tornar propriamente fixo, sem aspas.

É preciso que os profissionais tenham uma visão mais ampla sobre a evasão e que estejam preparados para avaliar qual é a melhor estratégia de lidar com os adolescentes, respeitando sua subjetividade e história de vida. Para isso, faz-se necessário dar suporte aos profissionais e proporcionar-lhes constante supervisão, a fim de criar um espaço de diálogo entre a equipe, que possibilite a redução da angústia e impotência que sentem (LEMOS et al., 2014, p.599).

Este primeiro momento e esta compreensão diferenciada do fenômeno da evasão, no entanto, são apenas o “primeiro passo”. Quando o menino fica de fato e se torna fixo, o serviço precisa oferecer um acolhimento, uma rotina e um cuidado à longo prazo que façam o jovem querer ficar, como veremos à frente.

7.3.3 Pronto socorro X cuidado a longo prazo

Como visto anteriormente, o fato de o trabalho dos serviços de acolhimento inicial terem sua atuação centrada na lógica do encaminhamento (mesmo que este não chegue a acontecer) inibe outras possibilidades de atuação, já que não há disposição, formação

ou projeto visando um cuidado a longo prazo (projeto este que teria como pressuposto que o jovem não simplesmente evadirá e deixará de pertencer ao serviço ou será compulsoriamente expulso depois de 90 dias).

Na fala de Bruno, algo que apareceu muito foi o serviço ocupando um lugar de Pronto Socorro para o jovem: ou seja, quando o adolescente está em uma situação grave ou insustentável, ele “corre” para os serviços de acolhimento inicial, que acaba sendo o único lugar que o acolhe. Em suas palavras: “Aqui é meio que o pronto-socorro, um PS mesmo. O paciente chega, a gente cuida, faz os encaminhamentos e manda para outro local”. Este cuidado centrado na lógica do “pronto socorro” supõe medidas muito pontuais e de emergência, e não um projeto a longo prazo para esse jovem. Ou seja, o adolescente chega em um estado muito grave, reestrutura-se minimamente e depois evade. Essa reestruturação mínima diz respeito a cuidados básicos: alimentação, banho, lugar para dormir em segurança e um breve afeto daqueles que cuidam dele nesse momento. Silvio (equipe de apoio, UA1), profissional também entrevistado da pesquisa de Lemos et al. (2014, p.600), falou algo semelhante no tocante a essa compreensão de cuidado: “*Eu não posso segurar eles, nem puxar, tem que conversar com eles: “Pô, não vai por aí. Vamo levar doutra forma, lá fora vocês não têm um lanche, não têm um almoço, não têm uma janta, não têm uma cama pra dormir, não têm uma televisão pra assistir”. Uns até aceitam essa minha conversa! Enfim, outros não... Se eu seguro, pra eles eu tô agredindo, tô batendo*”. A fala de Bruno é muito semelhante:

Entrevistadora: Então por um lado tem isso, que a evasão é maior, mas por outro, vocês têm esse lugar esse lugar de acolhimento?

Bruno: Exato. Por isso que existem alguns adolescentes muito vinculados a nós. Por exemplo, eu passei 3 dias fazendo uso de tal substância, voltei muito louco, e os tios me receberam, me acolheram, me deram comida, banho, me levaram no hospital quando eu estava tendo overdose e isso é legal, sabe? (...) São os nossos fixos. É triste, é ruim e é bom dependendo do ponto de vista. É bom porque pelo menos eles têm algum lugar para se vincular. É um perfil super difícil, né. Mas o lado bom é que, aqui, eles têm algum lugar para se vincular. Pra quando o “calo apertou, vou correr para o SAICA Acolhimento Inicial”. (...) Eles não se adaptam a um SAICA Regular, sabe? “Não, não é pra mim, mas tem um SAICA que é mais minha cara. Um serviço que

me acolhe de braços abertos, que me dá comida, cama quente, troca ideia e me abraça quando eu preciso”. Eles se sentem acolhidos.

Assim, cria-se uma certa atmosfera de que “não é bom, mas é o que tem”; Como aparece no próximo trecho de Bruno, esses são adolescentes que lugar nenhum soube acolher e o Acolhimento Inicial foi o que sobrou; o único lugar que, de certa forma, está aberto para esses meninos, o que evidencia a essencialidade deste serviço.

Bruno: O perfil principal do adolescente que a gente acolhe aqui é em situação de rua. São os adolescentes que, por mais que eu odeie o termo, não “deram certo” em lugar nenhum. Não se encaixam em lugar nenhum. Eu fico pensando: o que seria desses meninos se não fosse o serviço de acolhimento inicial? Nós somos o lugar desses meninos. Eles comem bem, dormem bem, têm aqui um vínculo com as pessoas daqui. Esse é o perfil mesmo: aquele tipo de adolescente que acaba não se encaixando, não se enquadrando em nenhum dos outros serviços. Nem no contexto familiar.

Frente a isso, um problema que se coloca é que os meninos chegam no acolhimento inicial, porém não ficam, evadem. A grande questão é: por que? O serviço, conforme constatamos na fala de Bruno, coloca sua função como de encaminhamento, não de trabalho especializado em adolescentes que possibilite que eles que eles fiquem, não evadam. Um trabalho que de fato vise um cuidado à longo prazo, e não apenas um pronto-socorro, supõe que os jovens tenham, em primeiro lugar, o serviço como propriamente uma referência.

Para o adolescente, o abrigo pode ser visto, muitas vezes, como equivalente ao aprisionamento, e a experiência da liberdade nas ruas pode ser mais importante do que uma cama limpa ou um prato quente de comida. Cabe ao cuidador o manejo dessa situação, na qual há objetivos e pontos de vista distintos, além de o tempo dos atores ser diferente. O adolescente é imediatista, e isso esbarra nas propostas de trabalho pensadas a médio e longo prazo. É importante que os profissionais aproveitem o tempo que têm com eles,

focando na qualidade dessa relação, independente de quanto tempo ela durar. No tempo em que o adolescente estiver na UA, deve-se estabelecer um foco personalizado, adequando as ações educativas às peculiaridades da adolescência. Ademais, deve-se incentivar a tomada de responsabilidade e autonomia dele (LEMOS et al., 2014, p.601).

A compreensão de Joroedson quanto ao fenômeno da evasão, como vimos no último subitem, já é um primeiro passo que possibilita que eles fiquem. Além deste primeiro passo: o que era feito no SAICA Acolhimento Inicial Modelo (sobre o qual Joroedson nos conta) que fazia os meninos, a longo prazo, não evadirem e terem o serviço como referência?

7.3.4 Metodologia do SAICA de Acolhimento Inicial Modelo: um cuidado especializado na adolescência

Agora, irei expor o que Joroedson trouxe em sua narrativa como metodologia desenvolvida no SAICA de Acolhimento Inicial Modelo, um serviço que entendeu que sua função principal não era de encaminhamento, e sim de cuidado especializado no cuidado da juventude que está inserida no contexto de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Tudo que foi exposto até então já configura também essa metodologia (por exemplo, a compreensão sobre evasão, sobre o tempo-limite de 90 dias etc). Início com a significativa constatação de Kahn (2010):

É evidente a falta de preparo dos trabalhadores dos abrigos para lidar com a especificidade da adolescência, suportando as reivindicações e oposições características dessa fase, sem interpretá-las como traição afetiva, falta de respeito ou amor! Essa dinâmica tem sido responsável pela fuga de muitos jovens para conseguir realizar seus desejos, forçando a um precoce desabrigamento, repetindo-se assim o ciclo de abandono (KAHN, 2010, p.17).

Um primeiro aspecto que Joroedson coloca como muito importante ao se tratar da adolescência é falar aberta e honestamente sobre as coisas e lidar com as questões da adolescência que surgem (no tocante à violência, às drogas, a sexo etc): nem na lógica do moralismo e exclusão, nem em uma permissividade cega que acarreta em uma “terra de ninguém”. Algo que ele contrapôs constantemente foi a forma comum de funcionamento entre os serviços regulares, com seus limites rígidos e inflexíveis e que chegam à “banir” o adolescente se ele faz algo de “errado” (como vimos em um exemplo acima, chegaram a chamar a polícia quando o jovem voltou para a casa embriagado e agressivo), e os serviços de Acolhimento Inicial, nos quais reina uma absoluta falta de limites e onde os jovens ficam totalmente soltos, sem contornos e sem adultos responsáveis.

Joroedson: Eu diria que os SAICAs em geral, não só o Regular, não estão preparados para lidar com as questões do adolescente. Não se discute sexualidade no serviço de acolhimento, os meninos e meninas não podem ficar perto, a questão do uso de drogas... Minha fala sempre foi essa: é um serviço para o adolescente não ficar. Tem um negócio que o menino ficasse restrito no serviço se ele fumasse maconha. Mas peraí? O serviço é para meninos que estão em situação de rua, de drogadição, encarceramento dos pais... Sabe, tudo isso. Claro que o menino vem com um monte de questões. Vem porque estava cheirando cocaína, por isso que está na rua e fugiu de casa. É por isso. E como que você vai restringir ele por fumar maconha? Aí você faz um serviço pro menino não caber. Então a gente discutia! Não é permitido o uso de droga na casa, mas não é isso que vai te pôr pra fora da casa. A gente vai discutir isso, conversar sobre isso. A gente já pegou menino fumando maconha aqui e falamos pra fazer o seguinte: você vai pegar toda a sua droga e vai jogar na privada e dar a descarga. E tinha que fazer isso. A gente sentava com todos aqui, algo que a gente chama de assembleia. Junta todo mundo e a gente falava: vocês passaram por outros serviços, mas aqui a gente tem um jeito específico de lidar com as questões. A gente vai falar de violência, de namoro, de sexualidade, de homofobia. Tudo que atravessa eles, a gente vai discutir aqui. Porque os homossexuais não cabiam também no serviço. Eles eram postos para fora. E a gente questionava: por que que não cabe? A gente deixou um quarto aqui só para as trans. Aqueles que não cabiam a gente criava um lugar. Tiveram vários meninos que ainda não sabiam se eram ou não eram, qual era o gênero, e eles foram se descobrindo aqui. E estava tudo bem, cada um no seu tempo. E a gente conseguia fazer tudo isso. Porque a gente olhava para o

adolescente como adolescente, como sujeito da sua própria história. Então a gente tem essa visão enquanto SAICA Modelo. A gente sempre ficava com os meninos e eles sempre gostavam daqui.

Como é possível compreender nesse trecho, um caminho possível de lida com as questões da adolescência é um diálogo constante sobre os assuntos que, caracteristicamente, surgem na adolescência, e sempre com a mediação e o olhar de um adulto responsável (equipe do SAICA). Joroedson falou sobre assembleias que eram feitas diariamente, no início do dia. Assim, se algum jovem ultrapassava algum limite estabelecido como regra da casa, ele não era excluído ou punido: o assunto era conversado, debatido, as regras explicadas e re-explicadas. Além disso, havia uma preocupação de uma formação de um coletivo coerente, em que os jovens aprendem também a participar do cuidado e do funcionamento da casa, como se pode ver no próximo trecho.

Joroedson: A gente fazia assembleia todo dia, começava o dia discutindo a rotina do dia. E terminava o dia perguntando o andamento do dia. Roda de conversa, porque os meninos tem que falar também. A ideia era começar o dia com reunião. Parece que não, mas faz uma diferença! Você dá voz pro menino. Dá a voz, mas não dá a casa. O menino grande respeita o menino pequeno. Cada um tem sua individualidade. A gente lidava com os conflitos: exemplo, o banheiro está sujo, aí eles vem falar “foi o fulano que chegou da rua”, o cara chegava da rua meio desorganizado e eu falava “vamos ajudava ele a se organizar! Pô, o cara acabou de chegar da Cracolândia, e aí?”, aí eles falavam “é memo né tio, vamo lá”. Eles são solidários. A gente tem que lidar com isso que eles trazem o tempo todo. Tudo isso fazia com que os meninos gostassem de ficar. (...) A gente vai fazendo trabalho desse jeito. E a partir sempre do sujeito, nunca da equipe. Se a gente percebe que o menino está abusando, a gente sempre discute isso e sempre em grupo. Todo dia, começo do dia tem assembleia, e no fim do dia perguntamos como foi. Na quinta, a gente já discutia o final de semana, até pra eles saberem o que está rolando, porque é ruim chegar no final de semana e não saber o que vai fazer. Tem tal atividade na casa, fulano quer ir visitar a família, vamos ter que organizar a condução, fazer tal e tal coisa. Então a gente deixava o ambiente organizado. E pros caras que ficavam em casa, a gente criava algo pra fazer, pros caras não ficarem aqui sem fazer nada o dia todo. Então a gente transformava o serviço a partir do menino.

Portanto, algo de suma importância vai se desvelando: os limites colocados não eram arbitrários, moralistas ou sem sentido, e sim visavam sempre o cuidado e seu sentido era sempre dialogado com os jovens, não imposto de forma arbitrária e autoritária. Lemos et al. (2014) apontam nesse sentido que:

(...) a maioria dos profissionais entrevistados não percebe que uma rotina repleta de regras para qualquer procedimento não faz sentido aos olhos do adolescente, visto que nas cinco UAs ela é imposta sem um diálogo que o faça compreendê-la, para assim aceitá-la. Como o próprio documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA & CNAS, 2009) afirma, as regras precisam ser construídas em parceria entre profissionais e adolescentes, para que sejam cumpridas dentro de um consenso (LEMOS et al., 2014, p.598).

Por exemplo, um limite/regra extremamente importante apresentado por Joroedson é o fato de os meninos não poderem sair da casa sozinhos, o que não acontece nos outros serviços de Acolhimento Inicial. Nestes, os meninos saem para “rolês” e não voltam, evadem. Eles vão sempre acompanhados de educadores: está aí um exemplo de uma regra com sentido que visa o cuidado, e não que visa a exclusão. No entanto, cabe aqui a ressalva de que este é um assunto polêmico, já que sair acompanhado com um educador, em vários contextos, significa uma estigmatização do jovem e tem sentido de aprisionamento/ privação de liberdade (tratando injustiçadamente esses jovens como “criminosos naturais”). Portanto, é importante que, aqui, sejam consideradas as especificidades do Acolhimento Inicial, onde as saídas comumente são naturalizadas como saídas para uso de substâncias e evasão, e a suposta “liberdade” geralmente significa ausência de cuidado, de limites e continência, como veremos à seguir. Portanto, nesse contexto, o sentido de sair acompanhado não é de cerceamento de liberdade, e sim de uma presença necessária, atenta e cuidadosa.

Joroedson: Tem lugares desses acolhimentos, inclusive que eu soube recentemente, que eles deixam os meninos saírem sozinhos durante o dia e voltam só de noite. Eu penso, “mano, esse moleque vai fazer o que o dia todo na rua sozinho?”. As saídas aqui são com um objetivo. Tem três educadores, um fica na casa e dois saem com os meninos. E o que ficou depois sai. Eles fazem um revezamento pra não ser cansativo pro educador. (...) A nossa questão é eles não saírem sozinhos. Não era proibido sair, mas não saía sozinho. A gente explicava pros meninos porque a gente não deixava sair sozinho. Se eles querem sair, vão sempre acompanhados do educador. E a grande discussão com os meninos é que os outros lugares deixavam e a gente não deixava. É o nosso cuidado. E essa sempre foi nossa grande discussão: eles sempre quiseram que a gente autorizasse eles saírem sozinhos. E eu sempre falava: se vocês querem sair sozinhos, é pra fazer alguma coisa que o educador não pode ver. E a gente não concorda com isso.

Joroedson, em diversos momentos, foi ilustrando o porquê os SAICAs de Acolhimento Inicial são conhecidos como “terra de ninguém” e “depósitos de adolescentes”, onde os jovens ficam largados e por isso evadem tanto e onde não há, como dito acima, regras com sentido visando um efetivo cuidado, e sim uma suposta “liberdade” que acarreta em uma ausência de limites e contornos necessários nessa fase peculiar de desenvolvimento.

Joroedson: Tem algumas coisas que eu sempre achei e acho: os serviços de acolhimento Inicial vão deixando os adolescentes muito soltos, e se você deixa os meninos soltos sem limites, os moleques comandam mesmo. Só que é um comando inseguro. Eu sempre falo que o educador precisa estar presente.

Quanto a este comando inseguro, Joroedson dá o grave exemplo dos “disciplinas” da casa: ou seja, os jovens responsáveis por colocar os outros na linha, o que acontece quando os educadores e técnicos se absterem do papel de adultos que mediariam conflitos e que deveriam se colocar no lugar de autoridade, ao invés de deixar adolescentes exercendo esse papel através da violência.

Joroedson: E a gente ouvia muito que tem em alguns lugares, na maioria, em que os meninos são o “disciplina” do serviço. O “disciplina”, dentro da linguagem do crime, é quem cuida das questões

de desacerto na casa. Um menino brigou com o outro, e quem vai resolver é o disciplina. O menino quebrou uma regra, e quem resolve é o disciplina. Isso tudo é velado. Isso ninguém vai dizer que tem, mas a gente sabe que tem porque os meninos dizem. O educador vai falar que tem um moleque causando lá, fazendo algo de errado, e pergunta se ninguém vai fazer nada. Aí o menino que é o disciplina naquele momento, porque é sempre o mais velho, vai atrás cobrar. Com a autorização de um educador, um menino agride o outro. Por que? Pra ficar tudo em paz. Só que hoje você bate, amanhã você apanha. E nesses lugares os meninos não ficam, eles pensam “os tios deixam os caras baterem na gente”. A gente já ouviu história que o educador finge que não vê as coisas. Ao ponto de saber que os meninos estão transando dentro do serviço lá. Não pode e é regra, e por mais que aconteça, a gente não pode ser conivente. Tem que falar que não pode, que não pode droga nem transar. Aqui a gente pensa: não pode, mas não quer dizer que não vai acontecer, e se acontecer, a gente vai discutir isso e não expulsar. Quando se tem esses meninos, os “disciplinas”, e eles que cuidam do serviço de acolhimento dentro da lei do crime, a gente não pode permitir isso. Você não pode mandar duas mensagens: ou você é do crime também, ou está cuidando deles. Então você não pode ter um “disciplina”, esse lugar é do educador: não de disciplinar, chama educador porque educa. É diferente. Eu nem discuto disciplina, pra mim disciplina é coisa de militar. A gente discute o ambiente, o melhor jeito de se estar na casa: não é o indisciplinado e o disciplinado. Vamos falar de convivência? Pô, seu pai espancava dentro de casa e você vem e é espancado no serviço de acolhimento? Muitas meninas e meninos vem pra cá porque são violentados, abusados dentro da própria casa. Aí eles vem pra um serviço de acolhimento e vai lá e acontece a mesma coisa? Não vou falar que aqui não acontecia, porque acontecia. Só que a gente juntava todo mundo e a gente resolvia, entendeu? Mas a gente nunca deu autoridade para nenhum menino achar que ele que tem que resolver. Tinha situações que os meninos diziam “deixa que nós resolve”, e eu falava “não, quem resolve somos nós”, os educadores, e os técnicos e coordenadores junto, dando todo o apoio.

Joroedson fala também da violência dos jovens para com o serviço como sintomática, indicativa de algo. Assim como a evasão se dá não por “malcriação” e culpa dos meninos (e sim porque o serviço está deixando de fazer algo que deveria estar fazendo), casos em que os meninos têm atitudes de quebrar coisas e se rebelar indicam algo para além de que “esse perfil de jovem é difícil e violento”.

Joroedson: Eu achei que isso fez com que o SAICA Inicial Modelo fosse tendo um olhar diferente pros meninos aqui dentro. Os meninos quando entravam aqui sabiam que aqui era diferente. Aqui não era igual o outro serviço, onde os caras deixam eles ficarem a noite toda sozinhos no quarto, onde não tem educador perto e cada um é por si e precisa sobreviver. Tem muitos meninos que passaram por outros de Acolhimento Inicial e contam que lá era terra de ninguém. Os educadores deixam o pau quebrar. Aí você tem sempre a casa quebrada, destruída. Há uns três anos atrás, juntaram uns meninos e quebraram todos os SAICAs de Acolhimento Inicial, menos o Modelo. Quebrar mesmo, apareceu até na televisão. E só preservaram aqui. Eles destruíram os lugares em que eles eram maltratados. E foi um grupo de meninos específicos. Eles causaram pra ver o que acontecia. Essa é uma história que eu sempre faço questão de contar, pra apontar pras pessoas: “olha pra isso”. Porque se tem uma coisa que a gente sempre discute nessas reuniões de Acolhimento Inicial é que os meninos quebram os abrigos. Mas eu sempre falei: “se eles tão fazendo isso, é porque tem coisa errada”.

Vicentin (2018), em seu livro sobre rebeliões nas antigas FEBEMs, fala o seguinte sobre o ato de se rebelar da juventude que tem seus direitos violados (que, como no exemplo acima, se encontra entre a violência e o protesto):

Sem respostas sociais viáveis para suas inquietudes ou reivindicações, os jovens pobres têm sinalizado uma não-aceitação dos processos de rejeição, estigmas e violência a que estão submetidos, produzindo movimentos de encurtamento da distância entre a formalidade dos direitos de cidadania e a prática desses direitos, encurtamento que desestabiliza muitas vezes a fronteira entre violência e protesto, entre delinqüência e revolta. Assim, a conflitualidade urbana contemporânea, protagonizada fortemente pela juventude, dá sinais de operar em diferentes dimensões: como protesto, como revolta, como estratégia de sobrevivência e como estratégia de subjetivação. Nesse contexto, conflito e criminalidade, violência e protesto compõem, muitas vezes, fronteiras indiscerníveis (VICENTIN, 2018, p.19).

Outra questão que surgiu bastante, também na fala de Bruno, foi a essencialidade de uma perspectiva de redução de danos para com esses jovens. O trecho a seguir contextualiza e conceitua brevemente o que é Redução de Danos (RD):

No Brasil, as primeiras iniciativas de RD datam do final da década de 1980 nas cidades de Santos, Rio de Janeiro e Salvador. Porém, a RD só passou a ser compreendida como uma estratégia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) após o lançamento da Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (PAIUAD) do Ministério da Saúde em 2003. Essa Política preconiza ações preventivas e de redução de danos, bem como o entrelaçamento das iniciativas de RD com os serviços do SUS, principalmente com os serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e nos serviços de atenção básica à saúde, como a Estratégia de Saúde da Família (ESF). Um dos principais pontos dessa prática é partir da singularidade do sujeito e de seus direitos enquanto cidadão. Os programas de RD invocam em seu favor razões éticas e humanitárias, a promoção da saúde e os direitos humanos. A promoção da saúde implica o protagonismo dos atores sociais em sua qualidade de vida e saúde, como um contraponto à medicalização da assistência, visando à autonomia e emancipação. Indivíduos e grupos devem constituir meios para identificar aspirações, necessidades e modificar favoravelmente suas condições de vida, saúde e trabalho. O conceito é fruto da Carta de Ottawa, oriunda da I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em 1986 . Repudia-se, assim, o abandono e a discriminação de pessoas que vivem problemas por fazerem uso de álcool e outras drogas, que passaram ou passam por fracassos quanto à impossibilidade de abstinência imediata, ou que

ainda não se vêem em condições de aderir a um tratamento. Em suma, dá-se maior visibilidade ao usuário como sujeito de direitos, colocando-se em discussão a responsabilidade individual e penal, a liberdade de escolha, o autocuidado, a diversificação das modalidades de atenção (pluralização terapêutica) etc. como elementos fundamentais da conquista de direitos humanos e de cidadania. Busca-se qualificar a interface da saúde com a justiça, esporte, lazer, cultura e trabalho, atuando sobre os fatores que predispõem ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas, e inserindo a dinâmica social de forma ativa tanto no auxílio às pessoas que vivem problemas quanto nas ações preventivas. As práticas de prevenção propostas pela RD abrangem a adoção de medidas prévias ao surgimento e/ou agravamento da situação, visando eliminar ou diminuir a probabilidade de ocorrência de danos individuais e coletivos (GOMES & VECCHIA, 2018, p.2329).

Como já vimos, esses são jovens que em sua maioria tiveram alguma vivência de situação de rua e envolvimento com uso de substâncias psicoativas. Retomando a necessidade de romper com estigmas, lembremos que a questão da curiosidade de se provar alguma droga não é própria desses meninos em situação de vulnerabilidade, e sim da adolescência de forma geral. O que é próprio desses meninos é a forma como o mundo os estigmatiza, criminaliza, culpabiliza e (não) cuida frente a isso, como corroboram Trassi e Malvasi (2010):

Os adolescentes e os jovens aprendem e socializam-se de acordo com os valores, ritos, crenças, costumes, práticas disponíveis em seu cotidiano e no imaginário social acessível. Aprenderam conosco, com os adultos. Às vezes aprendem por meio da nossa indiferença e preconceito. Esse é o caso de uma parcela significativa de adolescentes e jovens pobres de todas as regiões do Brasil. Existem muitos jovens

invisíveis nas grandes cidades brasileiras. Eles sofrem com a imagem deturpada que se faz deles como sendo estranhos. Nas palavras do antropólogo Luiz Eduardo Soares: o estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos. Quem está ali na esquina não é o Pedro, o Roberto ou a Maria, com suas respectivas idades e histórias de vida, seus defeitos e suas qualidades, suas emoções e seus medos, suas ambições e seus desejos. Quem está ali é o “moleque perigoso” ou a “guria perdida”, cujo comportamento passa a ser previsível [...] O preconceito provoca invisibilidade na medida em que projeta na pessoa um estigma que a anula, a esmaga e a substitui por uma imagem caricata (Soares, 2004) (TRASSI & MALVASI, 2010, p.71).

Nas palavras de Joroedson: “pra trabalhar com adolescentes, é essencial trabalhar com redução de danos”. Em outras palavras, uma perspectiva proibicionista, moralista e estigmatizante acaba por não ser efetiva/coerente no trato com a juventude. Joroedson pensa a questão da evasão, tão comum nos serviços de acolhimento inicial e comumente entendida como diretamente relacionada com a fuga para rua para uso de drogas, como relacionada ao fato de que nesses serviços é exigido que não se use droga, mas não se oferece nada no lugar. Segundo Joroedson, os serviços de Acolhimento Inicial deixam os meninos sem atividades o dia inteiro, presos dentro de casa, ociosos. Para um trabalho propriamente de redução de danos e de cuidado para com a adolescência, é necessário oferecer algo para esses jovens: passeios e atividades interessantes, enriquecedoras, divertidas. Deixar os meninos sem isso e, como vimos acima, podendo sair para a rua desacompanhados de um educador, acarreta no gritante problema da altíssima taxa de evasões e do abuso de substâncias psicoativas, o que coloca essa juventude em risco. Pensar em atividades, passeios e investimento nessa juventude parte do pressuposto que esses meninos não são apenas “um perfil difícil”, “casos perdidos”, e sim uma população que tem o direito ao investimento de afeto, tempo e projetos por parte dos adultos.

Joroedson: É exigido que não se use droga, mas não se oferece nada no lugar. Agora se você deixar os moleques soltos, aí não tem jeito. Eu sou de família grande, éramos em oito. Se a gente não tivesse nada pra fazer, a gente estava brigando um com o outro. A gente faz uma analogia com Big Brother: imagina, 20 caras numa casa sem nada pra fazer, não é por acaso que dá tanta treta. Se relacionar não é fácil. Então a gente vinha com essas ideias para poder fazer caber o adolescente. E isso a gente discute com a Lurdinha há muitos anos. A gente tem isso como metodologia e é super importante, os meninos dificilmente evadem. Quando você tem algo a oferecer, os meninos ficam. Agora, não dá pra você deixar 20 meninos ociosos o dia inteiro e educador mexendo no celular. (...) O serviço de acolhimento que deixa os meninos trancados 24h por dia, é pedir pra não dar certo. De manhã, a gente sai com os meninos pra algum lugar, não é pra ficar entocado aqui. Pela tarde também. Tem as questões aqui de organização da casa e quem faz a organização da casa são eles. Uma vez eu falei disso em uma reunião de SAICA Acolhimento Inicial e uma das coordenadoras falou assim: como vocês fazem tudo isso se amanhã eles não vão estar lá? É que a gente parte do pressuposto que eles estarão. (...) Aí você via o discurso nas reuniões com coordenadores e técnicos e eu apontava: menina não podia sentar do lado de menino, não podia fumar cigarro, não podia um monte de coisa, aí eu perguntava, mas o que que pode? Aí gerava um constrangimento. Porque quem aguenta ficar em um lugar assim? Aí se os meninos fogem, não pode voltar. Aí o que pode? Ficar sentado na sala assistindo televisão. 20 adolescentes. Ninguém aguenta! Eu vinha falando isso há muitos anos: muitas vezes o serviço é feito assim pro menino não caber. (...) Você tem que estar disposto a lidar com as questões da adolescência. Se você quiser ter um serviço que não tenha problemas, então você só deixa evadir. Aí cai no discurso de “não dá porque o menino não aderiu”, “ah, ele fugiu”. Eu acho que se o menino está fugindo do lugar, é porque tem alguma coisa errada

Joroedson coloca também a questão de que esses jovens são taxados de “usuários de drogas”, mas a grande maioria não são casos graves de vício e sintomas de abstinência, e sim de meninos ociosos e largados que, sem ter o que fazer, saem pra comprar e fumar maconha. Ao falar sobre isso, Joroedson contou também das várias atividades desenvolvidas diariamente com os meninos, como aparece no trecho a seguir (coloquei X ao invés dos nomes dos locais para não identificar a localização da instituição):

Joroedson: Pouquíssimos eu vi no SAICA Modelo que eram usuários todo dia. Os caras fumam maconha porque não tem o que fazer, então fuma maconha. Aquela ociosidade. Aqui a gente faz

coisas das 7h da manhã até às 22h da noite. Se você deixa os caras sem fazer nada, eles vão usar mesmo. A gente ia pro SESC X, tem o Centro Cultural X. Cada dia da semana tinha alguma coisa. Os caras adoravam fazer escalada no SESC X. Todo dia o educador descia e a gente conseguia uns 20 reais pra comprar um picolé pra cada. Tem um pessoal aqui na ponte da X que faz rapel, a gente levava os meninos lá pra fazer rapel. Adrenalina é bom pro adolescente. Tem um lugar em X que é bom pra fazer trilha, aí tinha um educador malucão aqui que passava o final de semana lá com os moleques. A gente organizava um final de semana, conseguia lá. Você vai criando coisas, é possível. E a um custo de 100 reais, 150 reais. Não é nada absurdo quando você se organiza. A gente não deixava os moleques morgando o dia inteiro sem fazer nada.

Algo de muito interessante que surgiu no discurso de Bruno foi um cuidado especial e oferta de passeios e estratégias para os meninos que não fazem uso de drogas, que são diferentes dos “casos perdidos”, que fazem e evadem constantemente quando saem pro “rolê” (que, como é possível ver no trecho de Bruno abaixo, são a maioria do público do serviço; os “bonzinhos” são a exceção). Meninos que chegam na casa e que não fazem uso de substâncias psicoativas são compreendidos como casos em que os educadores investem mais, para que os outros que já fazem uso e evadem quando saem não os levem para o “mau caminho”. Portanto, coloca-se a seguinte problemática: por que tal cuidado especial não é investido em todos, e não somente nos “intocados”? Os jovens que já carregam consigo o estigma de usuários de drogas/ criminosos não são entendidos como casos em que se vale a pena investir. Como vimos, geralmente não são oferecidos passeios e atividades, e os meninos acabam por ficar ociosos e ir para a rua desacompanhados de educadores. Bruno colocou que, no caso dos meninos “intocados”, educadores oferecem estratégias de passeios, de saídas acompanhados deles e de rotinas com maiores regras, para que eles não “sigam” o caminho dos “casos perdidos”, para os quais vimos que há pouquíssimo ou nenhum investimento nesse sentido. Mais uma profecia auto realizadora que desemboca em um ciclo de ausência de cuidado, como é possível ver no trecho a seguir.

Bruno: Geralmente quando o adolescente é novo e não tem essa dinâmica, a gente faz combinados de ele não sair, ou ter horários para sair. O adolescente novo entende isso. A gente tem medo, porque às vezes o adolescente não faz uso de nada, não fuma nem cigarro, e aí

começa a sair para se enturmar, se incluir nesse grupinho e usa alguma coisa. A gente se preocupa muito, a gente adota algumas estratégias como a que eu falei para você, de combinar horários, sair junto com o educador, dar uma volta na rua, ir no shopping. Essas coisas mais pontuais para não deixar ele muito solto. E eles acabam entendendo. Geralmente quando não é o perfil dos adolescentes, dos que vêm com frequência aqui, com vivência de rua, eles entendem. Aí fica mais difícil da gente perder eles. Não é que a gente impede de se relacionarem, de fazer amizade. O que a gente faz é tentar segurar as saídas. Que é onde foge do nosso controle

Outra questão referente à uma perspectiva de redução de danos é a compra e uso de cigarro. No SAICA de Acolhimento Inicial no qual Bruno trabalhava, há pouco tempo eles iniciaram um exercício muito importante de redução de danos: permitir que os jovens fumem cigarro no serviço.

Bruno: Então, a parte de fumar na casa... A gente pensou muito em uma redução de danos. Eles estão saindo muito nessas saídas, e eles têm feito uso muito uso abusivo e frequente de substâncias como cocaína e lança perfume, que são as mais nocivas para eles. A gente percebeu no dia a dia que toda vez que eles saíam para fumar, mesmo que fosse um cigarro, eles, por já estarem na rua, iam na biqueira comprar um pó. Eles acabavam usando, ficavam na rua, estendiam a noite, ficavam muito mal. Aí a gente pensou: pô, e se a gente montar aqui um espaço para fumar? Aqui a gente não fornece o cigarro, eles dão um jeito. Uns compram, outros pedem aqui na região. A gente iniciou com uma experiência desse espaço para fumar em um final de semana. A gente viu que o número de saídas diminuiu. Tinha uns que não queriam sair porque estavam com preguiça e fumavam no espaço e pronto. A gente viu que diminuiu o número de saídas e conseqüentemente o uso de substâncias diminuiu. Não parou, mas percebemos uma diminuição. Então a gente acabou estipulando alguns horários com eles para fumar nesse espaço acompanhados do orientador. Assim, enquanto eles fumam surgem algumas conversas entre eles que são muito interessantes. Acabam surgindo conversas sobre drogas, sobre a rotina deles, sobre uma situação com a família, enfim, o orientador quis acompanhar isso. Até a gente da equipe técnica vai às vezes para dar uma olhada, para ver quais são os papos. Então isso acabou aproximando o educador de alguns adolescentes. Os educadores acabaram entendendo algumas situações porque aquilo era falado em um momento relaxante deles. Aí a gente disponibiliza em alguns horários, que cada platão estipula. Mais ou menos meia hora depois do almoço, do lanche e da janta. E eles respeitam. Tem um pessoal que montou uma caixinha de areia para jogar bituca

de cigarro. Eles fazem a manutenção dessa caixinha, limpam, eles cuidam bem. (...) Eles solicitaram muito e traziam essa demanda: “por que vocês não deixam a gente fumar?”. Muitas vezes eles saíam para a rua, queriam fumar só um cigarro, e às vezes tomam um enquadro da polícia, que é muito truculenta. Eles sabem que não estão protegidos. Então a gente observou e através dessas demandas que eles nos trouxeram, a gente decidiu começar a fazer isso. Aí a gente começou, e tem trazido um efeito positivo. Eles têm saído menos, o número de roubos e furtos (geralmente celulares) diminuiu. As abordagens policiais diminuíram. Eles têm saído menos para fazer busca de droga.

Segundo Bruno, algo simples como permitir que eles fumem dentro do espaço da casa, já diminuiu consideravelmente o uso de outras substâncias, já que, ao saírem (desacompanhados) para fumar cigarro, acabam fazendo uso de outras substâncias. Além de que, como visto acima, essa medida até mesmo aproximou os educadores dos adolescentes (o que denuncia uma distância naturalizada na rotina, já que denota que eles não têm uma proximidade constante e espontânea). No entanto, Joroedson, além de considerar essencial que os jovens que fumam cigarro possam fumar dentro da casa, também considera que é necessário pensar na questão do dinheiro para comprar o cigarro: como os jovens conseguem esse dinheiro? Segundo ele, pedindo dinheiro na rua, prostituindo-se ou praticando pequenos furtos, o que comumente é motivo de intervenções policiais e privação de liberdade destes jovens. Portanto, Joroedson considera que, para haver propriamente uma ação de redução de danos, é necessário garantir que esses meninos não precisarão estar na rua sozinhos atrás de dinheiro.

Joroedson: A discussão é que quem não fuma, não vai começar a fumar aqui, nem cigarro. Se eles já vem com o vício de fumar cigarro, a gente comprava cigarro pra eles. Mas por que a gente comprava? Se eles não tem dinheiro, como eles vão comprar? Você não abre brecha pros caras roubar na rua ou ficar pedindo. Em outros lugares, não permitem fumar e nem comprava o cigarro pra eles. Eu nem dava dinheiro, eu comprava o cigarro. Agora se o cara não fuma, não é aqui que ele vai começar. Então a gente ia discutindo isso. (...) E muitos lugares onde tem alto índice de evasão, é justamente onde o serviço não está dando conta da demanda dos meninos. Porque o serviço foi feito para o menino não caber. Eles não fazem nada pra redução de danos, vão falar que não tem verba pra isso, que não pode comprar cigarro porque a prefeitura não aceita a nota, se falarem sobre isso lá no Ministério Público e na Vara, eles não concordariam etc. Bom, eu não

falo. Eles não precisam saber de tudo que acontece aqui dentro. Se tem uma briga aqui dentro, eu não vou lá no fórum falar “ai, esses meninos são violentos”. Não, eu vou lidar com a violência deles. (...) Você não podia colocar na nota da prefeitura o cigarro. Porque não se fala em redução de danos, esses caras não enxergam, vão achar que você está incentivando o uso de drogas. Eu acho que o que a gente faz é redução de danos sim. Mas explicar isso na Vara da Infância, na Promotoria, não dá. Com o CREAS eu conseguia conversar e explicar porque a gente achava importante. E eles me faziam essa pergunta: “como você vai justificar a verba?” e eu respondia que isso é contrapartida da instituição, mas eles deixavam claro que na nota a gente não pode pôr, entende?

A perspectiva de redução de danos, portanto, é muito mais complexa e tem impactos muito mais abrangentes do que o uso ou não uso de substâncias psicoativas. Por exemplo, diminui a evasão (já que eles saem menos e quando saem, saem acompanhados), a criminalização e privação de liberdade (já que eles furtam menos e se envolvem menos com o tráfico e ficam menos no rua, onde estão muito mais sujeitos à violência policial) e o desenvolvimento pessoal de forma ampla (já que são oferecidas atividades enriquecedoras e interessantes para os meninos, o que os incentiva a entenderem seus gostos pessoais, o que os interessa ou não, a se relacionarem com as outras pessoas, a dialogarem etc), além de aproximar os educadores dos meninos e deixar a relação entre eles muito mais honesta e próxima. No trecho seguinte, Joroedson demonstra como a perspectiva de redução de danos é utilizada para pensar até mesmo a questão musical dos funks: ao invés de uma lógica de proibição de escuta do gênero musical e de um julgamento preconceituoso, classista e racista (como alguns SAICAs Regulares fazem), eles valorizam o gosto musical dos meninos e a importância e significado disso em suas vidas, e em simultâneo problematizam letras que possam ser sexistas: assim, eles pensam juntos sobre as letras enquanto ouvem as músicas, e pensam em outras possibilidades de frases para criarem juntos no lugar de frases sexistas. Já dizia Djonga e Ramonzin na música *Gueto Feroz* (2020): “É isso, o rap, o funk não é só música/ É manifestação cultural popular/ É a voz dos que precisam ser ouvidos/ E eu vou dizer tudo que tem que ser dito”.

Joroedson: Então, a gente criou uma metodologia dentro do Acolhimento Inicial Modelo. Mas sempre a partir dos meninos, das questões que eles iam trazendo, e a gente ia aprendendo com eles. A gente fez baile funk aqui no serviço. A gente levava eles pra Liga do Funk, que é na Vila Matilde, e eles trabalham a música em si. Tem os proibições, mas nem todo funk é só os pancadões e proibições. Tem vários tipo e nomes. A gente juntava meninos e meninas e pegava uma determinada letra de música e discutia a letra. A gente ia vendo com eles o que era misógino, isso ataca a imagem da mulher, se liga. Aí o moleque falava “é que eu gosto da batida”, aí a gente falava “então tá, mas troca essa palavra por outra, pode ser?”. Mas quando você está no pancadão lá, são outras ideias, porque você está lá no meio do fluxo. Mas aqui não. Aí os moleques começavam a ouvir funk aqui dentro, num determinado horário marcado e de boa, porque a gente tem vizinhos. Aí eles vão ficando. A gente permitia que eles ouvissem músicas que eles gostam. Eu discutia com os educadores que a gente pode oferecer outras músicas também, que às vezes o moleque só não conhece. Então a gente chegou a apresentar pra eles Legião Urbana e outras músicas, e também outros funks. Então a gente não é tão moralista. A gente sabe que estamos lidando com um menino de 15 anos. Todo menino de 15 anos gosta de funk. Mas gosta de outras coisas também. A gente vai discutindo tudo isso e os meninos vão ficando. E se evadem, vão voltando. Porque sabem que a gente tem um jeito de lidar e a gente sempre manteve isso. A maioria das pessoas que passaram por aqui, e olha que não foram poucas, vão sempre ter uma nostalgia, uma saudade. E a gente não tinha rotatividade de funcionários, o que é bem importante. Então eles voltavam pra ver a gente, perguntavam por nós, pelos tios. Porque eles entendiam. A maioria dos nossos funcionários estava aqui há mais de 10 anos. Cria-se aí uma relação. Meninas de 20 e poucos anos voltam e falam “eu dava trabalho, hein, tio?”. Mas é legal isso, a gente tem muita história, tem muita coisa que eles aprenderam aqui e isso é bonito de se ouvir. Então essa é nossa ideia sempre, a gente mantém um vínculo, e o vínculo implica que eles possam sair e possam voltar.

Na metodologia do SAICA de Acolhimento Inicial Modelo, algo que Joroedson trouxe foi o trabalho com a família desses jovens. Nos serviços de Acolhimento Inicial tradicionais, como vimos anteriormente, devido ao fato de a evasão ser compreendida como inevitável e portanto um trabalho que vise algo mais a longo prazo é inviável (além do suposto tempo-limite de 90 dias), o trabalho com as famílias dos meninos não é entendido como um objetivo do serviço. Segundo Bruno, o trabalho do vínculo familiar é função dos SAICAs Regulares e não dos Iniciais, então eles visam um encaminhamento

para um regular, que então trabalhará essa questão. No entanto, como vimos, esses encaminhamentos para SAICAs Regulares quase nunca chegam a acontecer. Portanto, como fica o trabalho familiar, que é entendido como um dos pilares de atuação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes? Como fica o direito à convivência familiar e comunitária, prevista pelo ECA (vide Capítulo 4)?

Bruno: Aí precisamos investigar o que aconteceu, se é possível um retorno familiar, e se não é possível, a gente pode trabalhar um encaminhamento para um SAICA Regular na região da família, para esse SAICA Regular poder trabalhar esses vínculos e fortalecer para um possível retorno familiar. É que é muito difícil trabalhar o fortalecimento daquele vínculo em menos de 3 meses, mas a gente tenta fortalecer ao máximo. Claro que a nossa função principal não é essa. A gente acaba precisando passar essa função para um SAICA Regular, para que ele trabalhe, até porque o adolescente vai ter mais tempo ali. A gente só fica no máximo 3 meses, então não dá para exigir muito, para cobrar muito que esse vínculo seja fortalecido nesse curto período.

Já na perspectiva de Joroedson e considerando todas as especificidades de sua metodologia que eu venho expondo até então, o trabalho familiar não apenas é feito, como é feito de forma singularizada, cuidadosa e compreensiva com a família.

Joroedson: As famílias podiam visitar todos os dias, a gente não tinha um dia para a família. Desde que nos avisasse com antecedência. Porque a maioria das famílias são pessoas trabalhadoras, sem folga. Tem folga no meio da semana, ou à noite. Então tá, sabemos que a mãe do João não consegue vir no horário de visita da casa, se tivesse (mas não tem), das 14h às 17h. A visita é a partir do horário que o familiar pudesse. A gente se organizava para receber a família. A gente sempre preferia que tivesse um técnico junto com essa família e o menino, para entender o que está acontecendo, e ajudar caso não tenha diálogo. A família vem, conversa primeiro com a gente. A gente já conversou com o menino, avisa o menino, e então a gente combina como vão ser essas visitas. Tinha família que vinha de segunda, outras de terça, mas era sempre a partir da família e nunca a partir do nosso horário e das nossas conveniências. Não é a família que precisa se desdobrar para vir aqui, é a gente que precisa ter uma casa que possa acolher qualquer um que possa chegar. E pra gente é fundamental que a família participe. Não quer dizer que o menino vai voltar para casa, mas a família precisa entender isso. É a partir do menino, sempre. O que eles podem fazer e também como a gente pode ajudar essa família. Isso é bem importante.

Outra aspecto que evidencia a metodologia do SAICA Modelo é a postura frente a possíveis delitos cometidos pelos meninos. Joroedson conta que no SAICA Inicial Modelo não havia uma postura de criminalização e expulsão do jovem quando este violava as regras estabelecidas, mas, por outro lado, não havia uma naturalização e impassividade frente ao cometido: o que havia era uma responsabilização do jovem por seus atos. A mesma lógica de responsabilização era presente no cuidado com a casa, conforme também consta no trecho a seguir.

Joroedson: Eu conheço um delegado, e o cara ligava pra gente quando algum o moleque era pego roubando. Eu ia lá e tirava os meninos. Uma vez eu pedi pro delegado ir conversar com os meninos, até pra aproximar a polícia deles de outra forma que não pela brutalidade e pelo encarceramento, mas pra discutir a realidade deles. E depois os meninos tinham que devolver o que eles roubaram. Não era assim fácil. Era pra eles se responsabilizarem. Porque é muito vergonhoso precisar encarar a pessoa de quem você roubou. É reparação. Esse delegado era bem consciente, ele falava “pô, não vou levar esses moleques presos, uns bunda mole desses”. Cinco adolescentes juntos só faz besteira, e faz mesmo. A gente foi criando uma relação com esse delegado e ele vinha e discutia com a gente. E foi diminuindo a quantidade de furtos. E era assim: roubava, precisa reparar. A gente já queimou até dinheiro aqui: eles roubaram e não tinha como devolver. Pra deixar bem claro o que a gente defende aqui. Sempre na ideia de fazer reparação. Sujou a parede? Vai limpar. O que eles sujaram aqui, eles limpam. Eles precisam de responsabilizar.

A mesma lógica aparece também na questão do uso de substâncias na casa: novamente, o jovem que viola alguma regra não é expulso ou rechaçado, e sim responsabilizado.

Joroedson: Minha fala sempre foi essa: é um serviço para o adolescente não ficar. Tem um negócio que o menino ficava restrito no serviço se ele fumasse maconha. Mas peraí? O serviço é para meninos que estão em situação de rua, de drogadição, encarceramento dos pais... Sabe, tudo isso. Claro que o menino vem com um monte de questões. Vem porque estava cheirando cocaína, por isso que está na rua e fugiu de casa. É por isso. E como que você vai restringir ele por fumar maconha? Aí você faz um serviço pro menino não caber. Então a gente discutia! Não é permitido o uso de droga na casa, mas não é isso que vai te pôr pra fora da casa. A gente vai

discutir isso, conversar sobre isso. A gente já pegou menino fumando maconha aqui e falamos pra fazer o seguinte: você vai pegar toda a sua droga e vai jogar na privada e dar a descarga. E tinha que fazer isso. (...) Então, nesse exemplo de pegar fumando maconha na casa, não foi motivo da expulsão. Pelo contrário, a gente foi discutir sobre. Eu sempre discutia isso com eles. O adolescente vai errar, e ele está na idade de errar. Ele vai experimentar droga, vai experimentar álcool e tudo que tiver. Mas a nossa discussão não era moralista. Era sempre no sentido de saber das consequências e responsabilidades. Eu sempre falava bem realista: olha, no tráfico, vocês vão ser sempre os aviõezinhos. Vocês nunca vão ser o cara que está no carro fumando uma maconha, e passa um policial e não está nem aí. A maconha e a droga vão ser sempre criminosas pra vocês, vocês vão estar dentro do crime. Ao passo que a gente sabe que um monte de gente usa, um monte de gente vai para as festinhas, só que é diferente. E os caras começaram a entender o que eu estava falando. E é desse jeito mesmo. Quem vai preso? Quem está preso? E outra, vocês não trabalham, para vocês conseguirem droga, vocês vão fazer o que? Vão sair para o rolê e roubar alguém, roubar um celular. Aí vocês vocês vão presos. A gente sabia que alguns amigos deles já tinham sido presos. Aí a gente falava: você conhece alguém que já foi preso por roubar celular para comprar e usar droga? Todos conheciam. A gente vai discutindo isso. É uma questão política mesmo, que os meninos precisam entender. A gente leva para assistir filmes, a gente discute de vários jeitos. Então não é só o uso da droga, mas o que a droga pode causar na vida desses meninos. As pessoas que você tem na sua família, porque estão presas? Muita mãe e muito pai estão na rua hoje por conta do crack. Mas é uma conversa aberta, honesta.

Um último aspecto importante sobre a metodologia do SAICA Acolhimento Inicial Modelo é referente ao encaminhamento para SAICAs Regulares. Segundo Joroedson, o Acolhimento Inicial não deve se restringir ao tempo-limite de 90 dias e, de forma alguma, deve receber o jovem visando um encaminhamento mais rápido o possível. Porém, após um longo período de permanência (tempo este de acordo com a necessidade do jovem), um encaminhamento com sentido é feito. Um encaminhamento que, segundo ele, não é vazio, e que por não ser vazio, dá certo: tanto o SAICA Regular concorda em receber o menino, quanto o menino concorda em ir e, quando lá, não evade. Algo que já vimos no depoimento de Bruno é que a equipe do Inicial almeja que o encaminhamento para um Regular seja possível e entende o papel de fazer encaminhamento como sua função central. No entanto, os encaminhamentos não chegam a acontecer, tanto porque os regulares não aceitam jovens que venham do acolhimento inicial, quanto pelo fato de que

os meninos evadem muito antes de qualquer encaminhamento ser possível. Assim, como já exposto, a função central não pode ser o encaminhamento: o encaminhamento com sentido é consequência de um cuidado coerente e especializado na adolescência.

Joroedson: Quando conseguia o encaminhamento pro regular, era porque o menino já estava há bastante tempo aqui com a gente, já estava estudando, já estava com as questões de saúde resolvidas, então o menino já estava pronto para ir para um outro serviço ou voltar para casa. Porque toda a questão de violência, todas as questões que o menino traz quando chega, a gente já tinha lidado com elas. Porque aqui a gente tem um jeito de trabalhar que faz com que o menino vá se desenvolvendo. E a gente sempre falava “olha, logo logo você vai para outro serviço”. E a gente ia fazendo isso, de ir preparando ele. Aí depois de 6, 7, 8 meses a gente conseguia fazer um encaminhamento. (...) Só que os serviços já estão tão acostumados a só encaminhar que eles não olham pro adolescente... É só: chegou então encaminha, encaminha, encaminha... (...) O máximo que um menino ficou aqui foi 1 ano e pouco. Mas a maioria fica uns 8 ou 9 meses. Aí normalmente a gente fazia um encaminhamento pra um serviço regular que o menino já tinha ido visitar, já conhecia, aí a gente fazia um encaminhamento. Não um encaminhamento vazio. Não era “chegou aqui e já vai embora”. (...) Eu penso “em 90 dias vou organizar esse menino, e se ele precisar de 6 meses ou 1 ano, não tem problema”.

Joroedson deu um exemplo que evidencia que a preparação não é apenas do menino, mas também do SAICA Regular que irá recebê-lo. No exemplo abaixo, ele foi mantendo contato com o SAICA e demonstrando que o menino não estava evadindo, que ele estava ficando e se desenvolvendo, o que já mudou a forma como o SAICA Regular em questão via o menino.

Joroedson: Se a gente via que o menino ia pra um serviço de acolhimento regular, a gente já começava a ver o que fazia sentido. Por exemplo, o menino é da região norte, e tem uns 7 ou 8 abrigos lá na região, e a gente sabe que ele já tinha passado por algum serviço de lá. Aí a gente vê se quer voltar pra lá. Aí a gente liga pra lá e eles já começam a reclamar do menino, do que lembram dele, mas a gente vai conversando, falando que ele está bem, o que a gente tem trabalhado com ele etc. Então depois de três meses, eu ligava de novo pra lá e o menino ainda estava aqui, não tinha evadido, e isso surpreendia o SAICA Regular e eles topavam fazer o encaminhamento. A gente já mandava relatório. Os relatórios desses meninos é sempre falando

mal. Já a gente pensa que os problemas todo mundo já sabe que eles têm, agora a gente tem que mostrar o que eles têm de bom, de coisas nas quais a gente pode investir. E dava sempre certo.

Bruno, por sua vez, conta que com o adolescente que não evade e que tem como perspectiva ir para um regular, é feito um trabalho especial, em que as saídas são mais controladas e conversas diárias são feitas. Novamente, isso revela a potencialidade do serviço: se é feito com um, por que não com todos? Algo que se coloca novamente é que, na maioria dos SAICAs de Acolhimento Inicial, essas estratégias são utilizadas apenas com os jovens que não são considerados “casos perdidos”.

Bruno: Quando o adolescente está para ir para o regular, combinamos de diminuir as saídas, fazer tais atividades que digam respeito a isso. Vamos preparando individualmente ele. Porque não adianta tentar preparar a casa toda se só um adolescente está para ir para o regular? Pra que mudar a rotina da casa inteira? A gente tem conversas diárias e atividades com esse adolescente focadas em preparar ele para esse encaminhamento.

Algo que vale explicitar novamente é a culpabilização do jovem que evade: é compreendido que, por este evadir, um trabalho de qualidade não é possível e, portanto, um encaminhamento para um regular não é possível. A questão colocada insistentemente por Joroedson surge novamente: e por que esses meninos evadem? Por que eles não ficam no serviço? Será verdadeiramente culpa dos adolescentes?

Bruno: Por não ter evadido e ter ficado dá pra encaminhar pra um Regular. Aí a gente já consegue encaminhar. Porque a gente consegue trabalhar melhor com o adolescente se ele fica na casa. Porque aí conseguimos conversar mais com eles, levar para as consultas, às vezes técnico da Vara quer conversar etc. (...) Assim, não é nem coisa nossa, é muito mais sobre a rede e os encaminhamentos. Se ele evade, fica muito difícil fazer algum tipo de trabalho e desenvolvimprnateolver um PIA.

Tudo que foi até aqui visto desemboca em uma questão extremamente grave e de violação de direitos e desproteção da juventude, proteção esta que deveria ser garantida, segundo o ECA. Toda essa lógica de estigmatização dessa juventude e culpabilização dela por seu próprio fracasso vai criando condições nas quais as profecias auto

realizadoras conceitualizadas acima se dão: os meninos que cresceram sendo excluídos dos serviços, taxados de drogados ou delinquentes, para os quais há um desinvestimento por parte dos serviços que deveriam protegê-los por estes compreendê-los como “casos perdidos” que não se vale a pena cuidar e insistir. Tudo isso leva, de fato, a uma juventude perdida, com possibilidades muito escassas de caminhos mais saudáveis e sem violações de direitos. O exemplo a seguir, dado por Bruno, evidencia isso de forma muito clara:

Bruno: Tem adolescente que já está aqui nessa dinâmica há muito tempo. Por exemplo, está com um mês para completar 18 anos, e já nessa dinâmica de evasão há muito tempo. Aí ele me pergunta “e aí tio, dá para me mandar para uma república jovem?”. República jovem a gente tem 6 meses para poder articular a vaga, não é simples assim, e não aceitariam ele. SAICA Regular não dá para quem está quase completando 18 anos. Então, o que a gente pode fazer? No máximo, o que a gente pode fazer é um encaminhamento para um CTA (Centro Temporário de Acolhimento), que é acolhimento para adultos. E muitos deles não se adaptam ao CTA e voltam para a rua. No CTA, as regras são muito mais rígidas, são só adultos, não tem essa “moleza” do SAICA Acolhimento Inicial. Lá tem hora para acordar, pra dormir. Só marmanjo, caras muito mais velhos que eles. Então eles acabam não se adaptando ao lugar, à rotina. Aí acabam indo para a rua. Foi o que aconteceu, o adolescente completou 18 anos ontem, a gente encaminhou pro CTA porque não tinha o que fazer, a família não é de São Paulo, ele não quer voltar para a família porque está ameaçado. Ele negou a vaga do CTA e acabou indo pra rua. (...) E o tráfico, para eles, é uma porta de entrada para algum meio de vida. É o que acolhe eles, é outro braço acolhedor além da gente. É triste falar, mas é isso, os caras dão em emprego, um local pra dormir, um barraco na favela, e geralmente um ou outro estão ligados ao PCC, então eles dão uma família também. O tráfico oferece algo que é muito tentador. Como forma de ganho de recursos financeiros, para eles continuarem fazendo uso de substâncias, como também um propósito de vida, o tráfico abraça eles.

Através de tudo que foi exposto aqui e de meu esforço de compreensão das narrativas que surgiram, pude compreender que a metodologia desenvolvida no SAICA de Acolhimento Inicial Modelo, generosamente detalhada por Joroedson, tem um impacto de suma importância na realidade e na perspectiva de futuro dos adolescentes nesse contexto de serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. O fato desta Metodologia ser exceção entre os serviços e muitas vezes mal vista (vide subitem

7.3.1.) e o fato de a gritante maioria dos serviços ter uma lida estigmatizante, culpabilizante e excludente para com essa juventude, configuram um fenômeno preocupante e urgente, de violação e desproteção dessa juventude e de não cumprimento pleno do Estatuto da Criança e do Adolescente. A conclusão da pesquisa de Lemos et al. (2014) perfeitamente aqui:

Através do que foi apresentado, pôde-se concluir que os princípios definidos pelo ECA para o funcionamento das unidades de acolhimento não são plenamente cumpridos devido a uma série de questões. Dentre elas, estão os problemas administrativos da rede de Assistência Social, que não respalda de maneira adequada o desenvolvimento do trabalho dos profissionais. Além das dificuldades em lidar com as evasões, diversos outros acontecimentos cotidianos do adolescente não são superados, principalmente porque os cuidadores não estão capacitados para esse tipo de intervenção junto aos adolescentes com os quais trabalham. A falta de capacitação e supervisão dos profissionais afeta o processo de acolhimento e também causa sofrimento psíquico aos cuidadores. Com efeito, por não conseguirem manejar bem algumas situações, ficam frustrados e desmotivados com seu trabalho. Já os adolescentes não criam vínculos com os profissionais, percebendo-os muitas vezes como figuras repressoras, preferindo as ruas, onde acreditam que podem ser livres. Os profissionais precisam ser preparados para perceberem a diferença, na prática cotidiana, entre o reacolhimento e o acolhimento, assimilando uma visão mais clara acerca dos significados da evasão, para acolherem de fato os adolescentes. É preciso que a equipe das unidades de acolhimento desenvolva um trabalho consistente e integrado em torno dos verdadeiros objetivos do acolhimento, sendo amparada por uma rede atuante que lhe dê suporte. Faz-se necessário, também, maior investimento

na realização de projetos, para a capacitação e supervisão dos profissionais. O cuidador precisa ser auxiliado por uma estrutura consistente e que lhe dê autoridade perante o adolescente, senão ele acaba oscilando entre ter uma postura autoritária, permissiva ou negligente, sentindo-se perdido em seu trabalho. O processo de acolhimento institucional torna-se mais atrativo do que as ruas na medida em que os profissionais constroem junto ao adolescente um ambiente continente, onde este se sinta respeitado em sua singularidade, protegido e possa traçar um projeto de vida para além da unidade de acolhimento. É de extrema importância achar um meio termo para que aqueles que trabalham nas unidades de acolhimento se sintam “acolhidos” para poder acolher, de fato, os adolescentes, propiciando qualidade de vida e possibilidades para o futuro (LEMOS, MORAES, ALVES, HALPERN & LEITE, 2014, p.601).

Por fim, trago as palavras de Kahn (2010), que coloca nossa responsabilidade, enquanto acadêmicos e psicólogos, de nos colocarmos ativamente nos contextos de acolhimento institucional: nossa responsabilidade política e ética na produção de conhecimento, na formação de profissionais, dando sustentação para que os projetos de acolhimento à vulnerabilidade cumpram com seus objetivos e facilitem processos de resiliência (KAHN, 2010).

Nesse dilema é que nós, supervisores, psicanalistas institucionais e educadores temos um papel fundamental. Trata-se de conscientizarmos os trabalhadores das instituições a compreenderem a natureza das contradições implícitas no seu trabalho, para terem coragem de suportar a origem da dor do outro. A partir daí, criarem condições para dar suporte à diferença, à individualidade, ao conflito, e tolerar o investimento que a criança [ou jovem] faz constantemente: de afeto, de desafios, de reivindicações, de protesto, de

confiança e desconfiança, condições indispensáveis para que ela possa construir seu projeto pessoal (KAHN, 2010, p.30).

7.4 NÚCLEO 4 - Política macroestrutural e seu impacto direto na cristalização/intensificação de preconceitos e violências para com a juventude

Início este último núcleo com trechos da música Primavera Fascista 2 (2020), do Setor Proibido, sobre o governo federal atual:

Nada do que eu fale traduz o ódio que eu sinto/ Não só de você, mas também de tudo e todos que tu representa/ E todos que votaram em você, ou que não votaram em ninguém/ Tem sangue nas mãos, diz como que tu aguenta?/ De uma burrice que extrapola a inteligência humana/ Tão demoníaco que insulta a vida mais profana/ E os gados que ficam à sombra pra esconder seus próprios males/ Não têm outra palavra além de mau-caráter/ (...) Dois anos depois, olha o resultado/ Governo classista na mão desse bosta/ Esse nepotismo vai ser derrubado/ KKK é seita, rajada é resposta/ Fala de Jesus, mas tá fazendo aposta/ Pra ver quantos corpos a bordo de um camburão lá da favela desce/ O vírus que mata mais é sua ignorância/ Quem apoia um genocida, a história nunca esquece/ Morte de inocente, faixa etária é treze anos/ Não consigo respirar, eles caça a pele escura/ João tá presente, Cauã tá presente/ Maria presente, a morte vem de viatura/ País tropical que não gosta de preto/ Vou cobrar tudo que cês apropriaram/ Plantaram o caos e tão colhendo morte/ Culpa desse verme que vocês votaram/ Consigo ver o que seu olhar revela/ Racista pegando fogo é descanso de tela/ Vou lutar nem que o destino seja uma cela/

Esse discurso nazista não vai me calar (SETOR PROIBIDO, 2020).

Algo que, durante as entrevistas, denominei “assunto-extra”, foi a investigação do impacto que os discursos e medidas do governo Bolsonaro poderiam ter na realidade concreta dos adolescentes que vivem no contexto dos serviços de Acolhimento Inicial. Conhecendo a forma como essa juventude é estigmatizada, excluída e têm seus direitos violados (conforme pudemos ver nos últimos núcleos) e sabendo que são, em sua maioria, meninos pretos e pobres (vide Capítulo 5), supus que um governo explicitamente racista, classista e que abertamente semeia e legitima o ódio ao diferente poderia, de alguma forma, acentuar a violação de direitos que esses meninos já vivenciam desde sempre. Retomo a fala de Bruno e trago mais dados abaixo sobre essa população, colocados por Trassi e Malvasi (2010):

Bruno: A maioria é raça negra. A grande maioria, 90% são negros. A maioria homens; por isso, de 20 vagas, 12 são para o gênero masculino na portaria atual. (...) A maioria são homens, muito difícil a gente preencher as 8 vagas femininas. Então, eu diria que o nosso público é de meninos negros adolescentes.

No Brasil contemporâneo, os jovens são as maiores vítimas de homicídios, expressão extrema e radical de violência. No período de 1979 a 1996, houve aumento significativo desse índice (166%), que superou o crescimento da população em geral (120%) em todas as regiões do Brasil. Em 1996, o Brasil ocupava o 3º lugar quanto ao homicídio de adolescentes, depois da Colômbia e da Venezuela. No Mapa da violência, entre 1996 e 2006, os homicídios na população juvenil entre os 15 e os 24 anos passaram de 13.186 para 17.312, representando aumento de 31,3% em uma década. Esse crescimento foi bem superior ao experimentado pelos homicídios na população total, de 20% nesse período. Um fator diretamente associado ao homicídio é o uso de armas de fogo: em 1998, a arma de fogo foi causa, em nível

nacional, de 66,1% dos homicídios de jovens; em 2000, de 74,2%, sendo que em Recife, nesse ano, 92,2% dos homicídios de jovens foram com armas de fogo. Seguramente sabemos, há bastante tempo, que os jovens são as maiores vítimas de crimes violentos. O Índice de Homicídios de Adolescentes (IHA), divulgado em julho de 2009, aponta para o fato de que metade das mortes de jovens brasileiros entre 12 e 19 anos é causada por homicídio. A mesma pesquisa prognostica que, seguindo os números de 2006, entre o ano citado e 2012, aproximadamente 33 mil adolescentes morrem por homicídio (Unicef, 2009). Outros aspectos dramáticos da violência em que o adolescente e o jovem são vítimas é a tortura nas instituições policiais, no sistema penitenciário e nos cárceres destinados aos adolescentes. É a cooptação e relações de subalternidade forçadas na economia e organização do crime que dominam territórios, estabelece regulações da vida dos cidadãos e definem o presente e futuro dos adolescentes e jovens. (TRASSI & MALVASI, 2010, p.50).

Algo que é gritante no atual governo federal é a não mensura das palavras e o incentivo à violência. Na campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro declarou que “o ECA tem que ser rasgado e jogado na latrina” por ser “um estímulo à vagabundagem e à malandragem infantil” (HORA DO POVO, 2020). Além disso, podemos pensar, por exemplo, no lema “bandido bom é bandido morto”, no rechaço a políticas de redução de danos, no incentivo ao proibicionismo e à guerra às drogas, na exaltação e elogio à violência policial, à tortura e ao uso de armas de fogo, na defesa da diminuição da maioria penal, no desmonte das políticas públicas que garantem acesso à direitos básicos por parte da população empobrecida, nas políticas afirmativas e reparadoras de danos históricos (como as cotas raciais), na desmoralização dos direitos humanos, e por aí vai. E em como tudo isso afeta direta e violentamente o público nos SAICAs de Acolhimento Inicial. Abaixo, coloco alguns exemplos, porém ressalto que eles são

pouquíssimos perto de todas as medidas e discursos de genocídio explícitos difundidos pelo governo Bolsonaro.

“O erro da ditadura foi torturar e não matar” (2008 e 2016): Bolsonaro reiterou seu posicionamento sobre a ditadura no Brasil no programa *Pânico*, da Rádio Jovem Pan, em julho de 2016, repetindo a mesma declaração proferida anos antes, em agosto de 2008, em discussão com manifestantes em frente ao Clube Militar, no Rio de Janeiro. O ato na ocasião protestava contra militares que se opunham a uma revisão da Lei da Anistia, a fim de levar à Justiça oficiais acusados de terem cometido crimes durante a ditadura.

(...) “Ele merecia isso: pau-de-arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também” (1999): Bolsonaro se referia a Chico Lopes, ex-presidente do Banco Central, que na ocasião invocou o direito de ficar calado na chamada CPI dos Bancos no Senado. “Sou favorável, na CPI do caso Chico Lopes, que tivesse pau-de-arara lá”, disse ele em entrevista ao programa *Câmera Aberta*, da Band.

(...) “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá” (2018): Bolsonaro falava em ato de campanha no centro de Rio Branco em setembro. Com o tripé de uma câmera de vídeo, ele simulou segurar um fuzil e disparar tiros. Questionado por jornalistas mais tarde, defendeu ter se tratado de “figura de linguagem, hipérbole”. Ainda assim, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu a ele que esclarecesse a afirmação.

“Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”

(2018): Bolsonaro se referia aos adversários do PT, com quem disputou o segundo turno das eleições. O discurso, em vídeo, foi transmitido em um telão na avenida Paulista, em São Paulo, durante uma manifestação de seus apoiadores uma semana antes da votação de 28 de outubro.

(...)“[O policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado” (2018): Em entrevista ao *Jornal Nacional*, da TV Globo, em agosto, o então candidato reforçou seu entendimento, declarado diversas vezes, de que “violência se combate com mais violência”, justificando que criminoso “não é ser humano normal”. Em declarações anteriores, ele já havia dito que “policial que não mata não é policial” e que a “polícia brasileira tinha que matar é mais”.

(...) “Morreram poucos. A PM tinha que ter matado mil” (1992): Sobre o Massacre do Carandiru, em 2 de outubro de 1992, em que agentes da Polícia Militar mataram 111 detentos durante repressão a uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo. A frase, uma das primeiras declarações públicas polêmicas de Bolsonaro, veio durante seu primeiro mandato como deputado federal pelo Rio de Janeiro, em resposta à comoção da sociedade diante do massacre e aos protestos indignados de organizações como a Anistia Internacional.

(...) “Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem”

(2017): O discurso, gravado em vídeo e publicado no YouTube, foi feito durante um evento na Paraíba em fevereiro de 2017, diante de seus apoiadores.

(...) “O cara vem pedir dinheiro para mim para ajudar os aidéticos. A maioria é por compartilhamento de seringa ou

homossexualismo. Não vou ajudar porra nenhuma! Vou ajudar o garoto que é decente” (2011): A declaração foi feita em entrevista à revista *Playboy*. Questionado pelo repórter se ele acredita que a aids é consequência direta da homossexualidade, ele respondeu: “Em grande parte, sim. As questões de mulheres casadas que contraem o vírus, muitas vezes elas pegam pelo marido, que é bissexual e leva para dentro de casa.”

(...) “Ele devia ir comer um capim ali fora para manter as suas origens” (2008): O então deputado se referia ao índio Jacinaldo Barbosa, que lhe jogou um copo de água durante uma audiência pública na Câmara para discutir a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol. Ao longo da corrida eleitoral, o capitão reformado se mostrou diversas vezes contrário aos direitos indígenas, prometendo acabar com o que chamou de “ativismo ambiental xiita”. “Se eu chegar lá, não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”, disse.

(...) “Fui num quilombola [*sic*] em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais” (2017): A afirmação, em palestra no Clube Hebraica, no Rio, rendeu a ele uma denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República pelo crime de racismo e discriminação. Em setembro deste ano, Bolsonaro acabou sendo absolvido das acusações pelo STF. A maioria dos ministros entendeu que, “por pior que tenham sido”, as declarações se inserem na liberdade de expressão. O capitão defendeu que ser contra as reservas quilombolas não é ser racista.

(...) “Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista” (2011): Em entrevista ao programa *CQC*, da

Band, Bolsonaro afirmou ser contra cotas raciais por entender que o ingresso em universidades e concursos públicos deve ser por mérito. Em julho deste ano, no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, ele reafirmou sua posição, negando que haja uma dívida histórica do Brasil com os afrodescendentes. “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida”, afirmou. “O negro não é melhor do que eu, e nem eu sou melhor do que o negro.”

“Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso” (2018): Dias antes do segundo turno, em entrevista à TV Cidade Verde, do Piauí, Bolsonaro reiterou que a política de cotas no Brasil está “totalmente equivocada” e reforça o preconceito, referindo-se a políticas afirmativas de governos anteriores como “coitadismos”.

(...) “Se eu chegar lá, não vai ter dinheiro para ONG. Esses inúteis vão ter que trabalhar” (2017): A declaração foi outra que gerou polêmica durante sua palestra no Clube Hebraica, no Rio. Antes, em 2015, ele já afirmara que, se um dia fosse eleito presidente, “o pessoal da Anistia Internacional não mais interferiria na vida interna do país”. Em 7 de outubro, em discurso de agradecimento pela votação no primeiro turno, prometeu “botar um ponto final em todos os ativismos no Brasil”.

(...) “Como eu estava solteiro na época, esse dinheiro do auxílio-moradia eu usava para comer gente” (2018): Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* em janeiro, o então candidato respondia a um questionamento sobre o auxílio-moradia que recebia da Câmara, mesmo tendo imóvel próprio em Brasília. “O dinheiro foi gasto em alguma coisa. Ou você quer que eu preste continha: olha, recebi 3 mil,

gastei 2 mil em hotel, vou devolver mil. Tem cabimento isso?”
(CARTA CAPITAL,

Partindo, assim, de dados da nossa atual realidade política brasileira, questionei Joroedson e Bruno se, desde a ascensão do Bolsonaro, eles puderam constatar alguma mudança no trato para com a juventude com a qual trabalham no contexto de SAICA de Acolhimento inicial, além de outros impactos de outras gestões políticas que eles poderiam ter sentido (como no governo de estado e na prefeitura).

Bruno: Eu acho que o governo Bolsonaro está impactando muito mais na atitude da população em relação aos nossos adolescentes do que no corte nos investimentos. Corte está tendo, com certeza. A gente sentiu e tem um impacto bem grande. Mas acho que o principal é que a população está sendo legitimada por um discurso muito agressivo. A população está sendo contaminada e legitimada por um chefe de estado que legitima um discurso de ódio. E isso acaba refletindo nos nossos adolescentes, reflete muito na nossa população. Bastante mesmo. A própria polícia está muito mais truculenta. É muito difícil a relação desses jovens com a polícia. Porque os policiais oprimem muito esses meninos, eles trazem isso pra gente. Muito mesmo. Batem, xingam, ameaçam de morte, fazem uma violência psicológica terrível com eles. É muito difícil o trabalho com a polícia. A polícia acaba reproduzindo muito o discurso. (...) Na prefeitura, o pessoal que trabalhava quando o Haddad era prefeito para a gestão João Dória, mudou muito. Diminuiu muito o investimento. Antigamente era fartura mesmo, hoje a gente precisa enxugar muito. A diferença foi gritante. O governo Bolsonaro, para mim, o impacto maior foi no comportamento da população que foi legitimada por esse discurso de ódio deles. (...) Todo mundo. Às vezes algum familiar nosso. A gente sempre tem familiar bolsominion, não sei você. Ou algum colega. E a gente ouve alguns discursos... Eu sempre falo que eu trabalho com adolescentes com vivência de rua, explico um pouco a dinâmica do meu trabalho para minha família. Aí é aquele discurso: “bandido bom é bandido morto”, “tem que morrer”, “porque que não mata?”. Isso está refletindo de tal forma que eu acredito que os adolescentes que estão acolhidos aqui sofrem muito com isso. Legitima e estimula a violência contra esses meninos. (...) Percebo bastante preconceito aqui no bairro, do pessoal de classe média alta. Alguns até ajudam, tem uma associação de moradores que acaba tendo voluntárias aqui que ajudam bastante. Mas até as voluntárias trazem algum discurso preconceituoso. Meio involuntário, que está no dia a dia delas. Elas trazem alguns discursos que estigmatizam, rotulam os adolescentes, tratam como se fossem doentes. Tudo bem, pelo menos vem ajudar, tem uma intenção boa... Já tem outros moradores que pediram para colocar crachá

nos meninos. Rotular. Mas não é uma prisão, é um serviço de acolhimento, a casa deles. É um pouco difícil. Mas a gente vai tentando se adaptar.

Joroedson falou sobre os impactos da gestão Doria no cotidiano do serviço de acolhimento e sobre como a ideia conservadora de assistencialismo e caridade e não de garantia de direitos é nociva para a população atendida no serviço.

Joroedson: A mudança de gestão atrapalhou bastante: a entrada do Doria, pra essa área nossa, foi muito ruim mesmo. Porque o Doria defende que a área social precisa ser mais voltada pra igreja, uma coisa de caridade. Não uma coisa técnica. Ele tem uma visão muito de caridade. Esse pessoal da direita, bem direita mesmo, eles olham pra área social como “um monte de preguiçoso que não trabalha e vive de recursos do governo” e generaliza tudo. Eu acho que tem muita coisa errada na área, mas o serviço de acolhimento precisa existir, e a fiscalização precisa ser melhor. Tem que olhar para esses meninos de um outro jeito. A gente aqui sempre foi de esquerda, sempre. Na época do Haddad, a gente era muito ligado à esposa dele. Ela veio visitar a gente e gostou dessa ideia. Só que aí, nos outros governos, a gente ficou mal visto. Quando saiu o Haddad da gestão, começou a complicar pra gente.

Sobre os impactos do governo Bolsonaro, Joroedson percebeu algo muito semelhante daquilo dito por Bruno especialmente no tocante à violência policial:

Joroedson: Com o governo Bolsonaro, polícia ficou muito mais violenta com os meninos. Isso a gente vê na rua mesmo, nas abordagens policiais. Minha filha mesmo foi abordada recentemente. Minha filha tem 19 anos e ela é branquíssima, e foi maltratada pelo policial. Mandou ela calar a boca. E ela me falou: “agora eu sei como as pessoas se sentem!”. E eu falei: “imagina se você fosse preta, se estivesse no carro 5 pretos dentro?”. Tem coisas que desrespeita, machuca as pessoas. Os caras começaram a abusar da autoridade, esse que é o ponto. Eu acho que inclusive em todas as pessoas, o desrespeito cresceu muito. Eu acho que teve uma certa autorização, legitimação de algumas coisas. Só ver a pandemia. O cara falando que tudo bem não usar máscara. Acho que as pessoas foram autorizadas a algumas coisas. Mas acho que a pandemia teve tudo a ver com ele, acho que se ele tivesse um outro discurso, as pessoas respeitariam mais e não seria essa tragédia que a gente está vendo. Imagina, o cara é o presidente, você ouve e respeita o que o presidente fala. Acho que ele atrapalhou bastante, e por isso hoje as pessoas não se preocupam tanto. Sabe, 800 pessoas morrendo por dia... Se fosse 100, já era perigoso. Mas

olha isso, a gente normalizou, e não pode ser normal isso. São 4 Boeings caindo por dia. Isso choca, se todo dia caíssem quatros aviões, chocaria muito. Mas a quantidade de pessoas morrendo aqui no Brasil é isso, e a gente achando que é normal. A gente não pode achar que isso é normal. A gente sabe que a economia é importante, mas são vidas. Não dá para encarar o outro assim.

Quanto aos impactos financeiros e sua relação com gestões políticas, Joroedson disse:

Joroedson: O que a gente percebeu é que os convênios não reajustaram e isso atrapalhou bastante pra gente. Todo ano renova o convênio e aumenta a verba. Mas na nossa área diminuiu 30% da verba pra área social. Aí começou a atrasar muito o salário, os repasses pras instituições. Se você for conversar com 5 instituições, 4 vão te dizer que atrasou 2 ou 3 meses a verba. Em três anos, pra gente atrasou no mínimo três meses por ano. E no último ano, 2019, atrasou 6 meses. Porque eles faziam assim, digamos, tem 100 pra pagar 150. Aí a gente pagava 100 e deixava os 50 pro outro mês, e ia virando uma bola de neve. Ficamos todos no mínimo 3 meses sem receber o repasse da prefeitura. E olha que a gente está falando de centenas de ONGs. Isso foi a partir do Doria, tenho certeza. Um mês de atraso em um serviço de acolhimento acumula as dívidas e você não consegue se reaver. A gente tem o salário do educador, e atrasa. Não dá. As dívidas, os juros, só vai aumentando. Fazia uns 10 anos que não tinha isso, mas nos últimos 3 anos, foi muito recorrente. Não sei se outras áreas, mas a área da assistência, a gente sentiu bastante. O pessoal da cultura também. O pessoal da Assistência e da Cultura sentiu bastante, primeiro com o Doria e depois com o Bolsonaro. O repasse atrasando. O repasse acontece sempre até o quinto dia útil. Aí começou a atrasar 2 meses. Tem instituições enormes que podem pagar, mas pequenas iguais a nossa... Que vive de convênio, não dá. Muitas ONGs fecharam por não dar conta, por acumular dívida. Quando a gente ficou três meses, lá em 2018, sem receber, teve até problema de alimentação. Não digo arroz e feijão, mas problema com creme dental, sabonete, coisas básicas. A gente precisou conversar que não ia ter o café da tarde, porque faltava coisa. São 5 refeições: café da manhã, almoço, café da tarde, janta e um chá à noite. A gente precisou cortar uma, e optamos por cortar o da tarde.

Nos núcleos anteriores, vimos que todos os preconceitos raciais e socioeconômicos e estigmas que atravessam a realidade tanto dos SAICAs Regulares quanto dos Iniciais acabam por determinar a qualidade do serviço oferecido, o investimento feito nesses

jovens e, conseqüentemente, o rumo de seus futuros e suas vidas. Como visto no Capítulo 2, pensando em uma perspectiva arendtiana, Camasmie (2007) compreende que a História é o pano de fundo das vidas dos homens, portanto, recontar histórias de vidas só é possível porque estas emergem daquela (o micro do macro): não há como narrar a história de alguém sem que esta seja parte inseparável de uma grande teia de acontecimentos mundanos das quais participa, a história pessoal de cada um constitui e é constituída pela história do mundo, de forma indissociável. Portanto, todos os preconceitos e violências não se localizam em um vácuo a-histórico. E é importante se ressaltar que através da escuta de histórias de pessoas singulares, pode-se ter uma compreensão não apenas da dimensão discursiva pessoal e “individual”: considerando nossa inextricável e fundamentante relação com nosso mundo e sendo nossa condição de existência a pluralidade, quando alguém conta de si, conta também de seu mundo e da dimensão histórica desse mundo. Como vimos anteriormente com Almeida (2019), o racismo vai além do institucional: ele é estrutural. O Brasil, como apresentado nos Capítulos 3 e 5, tem sua história forjada na violação de direitos da população pobre e preta e as sequelas disso permanecem violentamente vivas. Portanto, se na política macroestrutural violências e preconceitos são legitimados e incentivados, isso afeta diretamente às equipes dos serviços e à forma como o serviço é feito. Ou seja, legitima e intensifica os estigmas da população adolescente preta e empobrecida. Os SAICAs não apartados da macropolítica exposta nesse núcleo, da história do Brasil (Capítulo 3) e do racismo estrutural e preconceito de classe (Capítulo 5).

A antropóloga Teresa Caldeira (2000), ao abordar também o paradoxo democracia e violência, dá o nome de democracia disjuntiva às contradições na história recente do Brasil, em que o estado de direito coexiste com a violação dos direitos civis. Os jovens das periferias brasileiras são os que mais sofrem com esse processo de estereotipação como criminosos por sinais diacríticos (cor de pele, estilo de roupa e acessórios, por exemplo), a negação de seus direitos e a naturalização da punição sobre seu corpo (TRASSI & MALVASI, 2010, p.51).

Ao nos depararmos com chefes de Estado que atuam no sentido da manutenção dessas estruturas, ou pior, na intensificação dessas estruturas, vemos a dimensão da urgência do problema. Os discursos e as medidas de políticos como Bolsonaro e Doria afetam diretamente o viver e o morrer da juventude da qual estamos falando. A revolta e dita rebeldia da juventude não são por acaso - algo certamente não vai bem e os adolescentes colocam isso em gritante evidência. Portanto, é urgente que os olhemos e escutemos.

Se observarmos jovens abusando de drogas, desrespeitando o semelhante, violentando instituições criadas (hipoteticamente) para protegê-los e emancipá-los, isso é uma mensagem de que muitas coisas não andam bem na sociedade agredida. É um sintoma de algo grave que ocorre no tecido social e nos indivíduos. Em toda cultura historicamente reproduzida, os jovens refletem tendências e processos sociais. Inclusive quando colocam na berlinda valores dominantes com atos "antissociais", os jovens chamam a atenção para idiosincrasias e incongruências de determinada ordem social. Por isso, quando se anuncia a solução de "problemas sociais" por meio da repressão a jovens perdidos, a sociedade em questão coloca em cena as próprias ambivalências, expondo suas vísceras (TRASSI & MALVASI, 2010, p.61).

8. APONTAMENTOS PARA UMA POSSIBILIDADE DE AÇÃO

*“Sonhei que a favela tava linda
Que todas paredes tinha tinta
Criançada corria no meio da rua
E o céu tava cheio de pipa
Ninguém com a barriga vazia
E as dona Maria sorria
Tinha até barraco com sacada
Virado de frente pra piscina, acredita?
Chuva de carro importado, os menor desfilava
Lá tava tudo na paz, polícia nem passava
Preto, pobre, favelado era respeitado
Não discriminado
Ali ninguém mais via o Sol nascer quadrado
Por isso nós canta
Por isso eu canto
Por isso nós canta
O que resta é sonhar”*
- **MC Marks e DJ Muka (Céu de pipa)**

No capítulo anterior, apresentei um esforço de *compreensão* (conforme entendida por Arendt) das narrativas que se abriram para mim nas entrevistas, generosamente concedidas por Bruno e Joroedson. Agora, pensarei nas possibilidades de *ação*, partindo de meu esforço de compreensão, para intervenção na realidade em questão. Para pensar na noção de *ação* e sua relação inextricável com a compreensão, retomo alguns aspectos do Capítulo 2. A compreensão é o modo de pensamento que tem pressa, urgência de cessar e voltar para atuar na realidade da qual partiu. A compreensão configura o ato contínuo de degelar concepções para dar conta das questões que a vida nos coloca constantemente, uma tentativa de compreender a vida vivida (WALCKOFF, 2016). Compreender é entrar no significado de algo, não conhecê-lo na dicotomia e distanciamento de Sujeito-Objeto; é reconciliar o ser humano com seu mundo, e

possibilitar que o ser humano sofra as dores do seu mundo e atue nesse mundo que é o seu.

O pensar é compreensão quando sua finalidade é o entendimento do sentido de algo ou de uma situação para que possamos lidar com eles. É próximo do pensamento propriamente dito (e que a filosofia realiza), enquanto sua estrutura é reflexiva, mas distingue-se dele à medida que o resultado da compreensão interessa imediatamente a ação, portanto à vida cotidiana e em conjunto. É uma atividade que não é de competência apenas do filósofo, nem só do cientista, mas uma exigência do próprio existir como homens, à medida que incapazes de agir sem compreender (CRITELLI, 2015, p.24)

A compreensão irá se caracterizar por ser uma atividade que, a partir de seus próprios caminhos, abre um leque de novos aspectos que podem ser repensados a partir de novas articulações. Há um estreito vínculo entre o fenômeno da ação e a reflexão enquanto compreensão. Esta acompanha todo o processo de ação, é sua “outra face” (ARENDT, 2001, p.251), permite o retorno ao mundo, traduzindo a desordem e reordenando o mundo de outro modo a partir dos acontecimentos.

A compreensão busca pensar o mundo com vistas a voltar a ele, para poder habitá-lo novamente. Isso porque o convite à compreensão ocorre sempre que o mundo, antes familiar, rompe com a ordem anterior. A preocupação tem aqui o sentido de reconciliação com o mundo (...) Dessa forma, podemos verificar uma estreita relação entre ação e compreensão. O convite à compreensão é feito aos homens de ação em sua lida com o mundo. (...) A abertura de possibilidades dadas pela reflexão é frequente. Portanto, a reflexão cumpre seu papel de abertura, mas esta se

encaminha para a reconciliação com o mundo com vistas a lidar com ele (WALCKOFF, 2016, p.25-6).

Assim, a ação é a produção de um novo começo, criação de novas formas de relação, de estar-junto, de transformação. O espaço da ação é o espaço do político. A ação que possibilita o novo, a criação, a renovação - é a produção criativa do entre, entre outros. E sempre se dando na pluralidade, a ação é sempre política.

Portanto, considerando que baseio meu esforço de pesquisa no modo de pensamento que Arendt denomina compreensão, o qual tem a urgência de voltar para a realidade através de sua outra face, a ação, pude formular, partindo do que se desvelou nas narrativas de Bruno e Joroedson e considerando todas as bibliografias que engrandeceram as narrativas em questão, algumas possibilidades de intervenção na realidade concreta dos SAICAs de Acolhimento Inicial (mas também dos SAICAs de forma geral e em mim própria). Entendo que essa urgência de se voltar ao mundo da vida para tentar transformá-lo de alguma forma introduzindo algo novo é extremamente relevante, já que estamos falando aqui das vidas de jovens que deveriam estar sendo protegidas de maneira intransigente e ser prioridade do Estado e da comunidade, mas não o são. São vidas que acabam por ser desperdiçadas.

Partirei de algumas brechas que encontrei na fala de Bruno, quem, nesta pesquisa, representou o que compreendi como a realidade majoritária dos SAICAs de Acolhimento Inicial (enquanto Joroedson foi a exceção), para fazer algumas propostas objetivas de intervenção. Nessas brechas, pude ver o tamanho da potência que já existe nesses SAICAs, potência esta que pode ser muito aproveitada e que não exigiria mudanças macroestruturais, e sim mudanças simples e possíveis a curto prazo. Pretendo, aqui, expor possibilidades de intervenções alcançáveis e realizáveis. No entanto, tenho clareza que o buraco é muito mais fundo e o problema estrutural: o plenamente correto e ideal seria um maior investimento em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes; salários dignos para a equipe técnica e de educadores; oferta de formação continuada e consistente para esses profissionais sobre as especificidades da adolescência e como lidar com essa adolescência no dia a dia de forma a garantir seu pleno desenvolvimento e direitos, além de supervisões sistemáticas; jornadas de trabalho não abusivas (que, na

prática, ultrapassam 40 horas semanais); liberdade e verba para investir em medidas de redução de danos e várias outras medidas no sentido de grandes mudanças necessárias. Não visio desincentivar a luta pela garantia de tais direitos e condições, nem fechar os olhos para as violências estruturais e para o desmonte das políticas públicas - inclusive, estou também presente nessas lutas. No entanto, há uma urgência: são vidas concretas de adolescentes sendo perdidas, desperdiçadas, violadas. Trago aqui indagações de Kahn (2010): há um culpado por isso? Seria a família perversa? O sistema falido? A selvageria do capitalismo? Essas e outras possíveis explicações vão se construindo e não são nunca a verdade toda, à medida que o próprio jovem não foi escutado nem autorizado a construir por si próprio a sua verdade, a sua história, a sua explicação. E essa história que incomoda a todos nós (KAHN, 2010, p.28-9).

Justamente por isso, proporei uma possibilidade de intervenção em pequena escala, que considero concretamente factível pelas equipes desses SAICAS, as quais já apontam para uma vontade de fazer seu trabalho de outra forma, de forma a não perder esses jovens e efetivamente cuidar deles. Essas equipes sofrem com isso, veem isso na rotina e inclusive adoecem e se desgastam junto a essa realidade. Em pesquisa de Ferreira (2008) sobre um SAICA Regular, a autora realizou um trabalho com a equipe de um Acolhimento Institucional visando levantar, junto a eles, os problemas de seu cotidiano de cuidado às crianças. Os depoimentos evidenciaram o sofrimento, intensidade e por vezes precariedade do trabalho em um SAICA, e a urgência de que esses trabalhadores sejam ouvidos para compreender o cotidiano de seu trabalho e, cada vez mais, proporcionar uma atuação de qualidade e a garantia de direitos prevista no ECA.

Durante os encontros foi possível verificar que o grupo se envolve emocionalmente com os abrigados e não tem suporte para lidar com seus sentimentos. Os resultados são marcas tanto nos trabalhadores quanto nas crianças abrigadas. Eles relatam que se apegam às crianças durante o abrigo e levam um “choque” no momento da saída da instituição. Esse “choque” também é comum nas crianças em função da grande rotatividade dos funcionários. (...)

Percebemos que os temas geradores levantados pelos trabalhadores denunciam as dificuldades encontradas, seus sentimentos pelas crianças e a vontade de aprender para modificar o ambiente de trabalho e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos abrigados, familiares e também a situação social do município no que diz respeito à violência infantil. (PEREIRA, 2008, p.112-3)

Os profissionais sofrem com a precariedade da rotina e carregam em si o desejo de mudança. Justamente nessas brechas e desejos reside a potência de transformação. Faço das palavras de Kahn (2010) as minhas:

Retomando, dessa forma, a minha velha preocupação referente à psicoprofilaxia, ouso dizer que caminhos se esboçam para um tipo de intervenção. Embora esbarre-se o tempo todo nas determinações ideológicas que levam à alienação do ser humano, ao “não tem jeito mesmo”, pode-se encontrar, como pretendo ter mostrado, algumas aberturas para se desmistificar esse estado de coisas. A instituição mesma que, por excelência, reproduz os padrões sociais de controle e alienação, através das pessoas que nela vivem, apresenta contradições que permitem um movimento de mudança. Pode-se partir, para tal, da infelicidade e da insatisfação dessas pessoas, de sua vontade de mudança, muitas vezes, por não aguentarem mais, ou melhor, a partir do pedido de socorro, da vontade do novo (KAHN, 2010, p.125).

Sobre essas brechas e minha proposta de ação: primeiramente, um dado relevante que Bruno trouxe para se começar a pensar alguma transformação foram algumas medidas novas realizadas pelas equipes durante a pandemia do novo Coronavírus (2020).

Bruno: No início da pandemia, nós, das equipes de SAICAs de Acolhimento Inicial, nos reunimos virtualmente, e decidimos em ficar com os adolescentes fixos ali. Fazer com que eles não transitassem entre um SAICA e outro. Ficar com os nossos fixos. Se alguém evadiu daqui, volta para cá e não vai para outro. Para não ter proliferação do vírus.

Com vimos no subitem do último capítulo 7.3.2, “Os “fixos” do serviço e as diferentes formas de se lidar com o fenômeno da evasão”, os adolescentes transitam pela rede desse serviço e pelos vários SAICAs de Acolhimento Inicial, portanto, são fixos dessa rede, mas não têm propriamente uma referência. São “fixos” entre aspas, já que não há verdadeiramente um lugar de pertencimento, uma casa. A pandemia revelou que há, concretamente, a possibilidade de fixar os adolescentes em um serviço específico, já que isso já foi efetivamente feito. Tal medida que foi realizada com propósitos médicos e biológicos de redução de contágio, pode ser estendida para propósitos de garantia de direitos, qualidade de vida, desenvolvimento pessoal e formação de vínculo com esses adolescentes. Esse combinado entre os SAICAs de Acolhimento Inicial seria certamente possível, já que há, entre eles, um contato próximo e diálogo diário, conforme disse Bruno.

Entrevistadora: E a relação com essa rede de SAICAs acolhimento inicial funciona como? Vocês dialogam bastante entre vocês?

Bruno: Bastante, praticamente quase todos os dias. (...) A gente tem contato diário, todos os dias a gente se fala, segunda a sexta. (...) Os porta de entrada a gente já se conhecem, somos parceiros.

Além disso, fixar esses jovens e reservar uma vaga para eles não traria grandes problemas já que, como dito por Bruno, há sempre vagas sobrando e as vagas desse serviço não são concorridas como as do serviço Regular, onde, quando existe vaga, esta logo é preenchida.

Bruno: No SAICA Regular, você evade, passam as 24h e dá como evasão, pode ser que você não volte para esse SAICA e perca sua vaga. As vagas em um SAICA Regular são muito mais concorridas, o SAICA Regular nunca está vazio, geralmente sempre está com as vagas cheias. A gente não, sempre tem vagas.

Como insistentemente defendido no capítulo anterior, a evasão, da forma como é compreendida pelos serviços, acarreta em enormes problemas, já que implica em uma interrupção do cuidado e cessamento da responsabilização do serviço pelo jovem. Fixá-los e garantir que eles tenham uma vaga que de fato é sua já altera a compreensão de evasão como perda de referência, além de abrir a possibilidade de um cuidado com perspectiva à longo prazo (aspecto abordado no subitem 7.3.3 “Pronto socorro X cuidado à longo prazo”). Segundo Lemos et al. (2014), a evasão, por ser uma experiência singular, tem mais de um significado e, sendo parte do processo de acolhimento, ela não significa uma interrupção do mesmo. Essa mesma compreensão apareceu na narrativa de Joroedson, conforme explicitado no capítulo anterior, subitem 7.3.2.

Embora seja frustrante lidar com as constantes mudanças produzidas no processo de acolhimento, tais experiências são geradoras de aprendizagem, transformação e crescimento para todos os envolvidos, sobretudo se forem devidamente elaboradas com um trabalho de capacitação e supervisão, que pode gerar um entendimento da evasão como parte do processo de acolhimento (LEMOS et al., 2014, p.601).

Outra brecha encontrada na narrativa de Bruno, na qual vislumbrei muita potência concreta de transformação, foi referente ao cuidado despendido para os adolescentes considerados “bonzinhos” e/ou com perspectiva de ir para um acolhimento Regular.

Bruno: Geralmente quando o adolescente é novo e não tem essa dinâmica, a gente faz combinados de ele não sair, ou ter horários para sair. (...) A gente se preocupa muito, a gente adota algumas estratégias como a que eu falei para você, de combinar horários, sair junto com o educador, dar uma volta na rua, ir no shopping. Essas coisas mais pontuais para não deixar ele muito solto. Aí fica mais difícil da gente perder eles. (...) Quando o adolescente está para ir para o regular, combinamos de diminuir as saídas, fazer tais atividades que digam respeito a isso. Vamos preparando individualmente ele. Porque não adianta tentar preparar a casa toda se só um adolescente está para ir para o regular. Pra que mudar a rotina da casa inteira?

Ainda que mais trabalhoso e que exija maior investimento de tempo e atenção por parte dos educadores e técnicos, um cuidado mais presente, atento e menos “solto” não só é possível como já é feito pelas equipes, conforme constatado no exemplo acima. Assim, retomo a pergunta de Bruno: para quem mudar a rotina da casa inteira? Porque é possível e porque faz sentido: estar presente, colocar limites e demonstrar um verdadeiro interesse de se estar junto e não simplesmente “largar” o jovem a sua própria sorte pode ser uma postura decisiva no rumo da vida do adolescente em questão. Seja ele “bonzinho” ou um suposto “caso perdido” - retomo aqui a questão das profecias auto realizadoras: o jovem considerado “caso perdido” é cada vez mais tratado por todos como tal, e com cada vez menos apoio, suporte e cuidado, se perde cada vez mais. Por que não tratar todo adolescente como um caso cheio de potência e possibilidades múltiplas? Evoco a lógica do desafio e não a do fracasso, como coloca Trassi (2003). A autora fala sobre medidas socioeducativas, porém tal compreensão ética encaixa-se perfeitamente em uma leitura possível e desejável do adolescente de SAICA de Acolhimento Inicial.

Este trabalho tem, portanto, dupla finalidade: enfatizar a lógica do desafio (a potência, a experiência bem sucedida) em oposição à lógica do fracasso (a impotência, aquilo que não dá certo, “não funciona”), possibilitando a apropriação da experiência. Apropriar-se significa considerar as peculiaridades de cada região da cidade, do Estado, do nosso país; de cada organização, projeto, de cada novo adolescente. Universos que exigem pensar de novo os percursos de trabalho, a partir de convicções firmes (a ética da responsabilidade), de pressupostos e finalidades com os quais nos identificamos e que são bússola para nos conduzir em direção ao futuro – esse desconhecido (TRASSI, 2003, p.9).

Ainda segundo Trassi (2003):

A postura e a perspectiva do olhar do trabalhador para cada adolescente compõem-se pela lógica do desafio: investir no adolescente a partir de quem ele é, como é. Muito do que desejamos para ele como uma vida boa não é um ponto de partida, mas é um objetivo, um ponto de chegada, lá na frente, depois de muito trabalho, com suas dificuldades e potencialidades, que devem ser descobertas por ele mesmo, com a ajuda de um adulto que se disponha a essa tarefa com ele (TRASSI, 2003, p.67).

Além disso, Bruno reconheceu que há um abismo entre o que consta na teoria da portaria e a prática do serviço: ainda o serviço oficialmente chame “acolhimento inicial” e estipule na portaria limite de 90 dias, o que se dá na prática é um público adolescente fixo, em uma dinâmica de evasão, rua e retorno ao acolhimento.

Bruno: São vários históricos, mas essa é a constante: eles não se adaptam a um SAICA Regular. Sabe? “Não, não é pra mim, mas tem um SAICA que é mais minha cara. Um serviço que me acolhe de braços abertos, que me dá comida, cama quente, troca ideia e me abraça quando eu preciso”. Eles se sentem acolhidos. Não é o propósito deste serviço, ter adolescentes fixos, mas é o que a gente acaba fazendo.

Novamente, o ideal seria uma reformulação da portaria, que contemplasse sua verdadeira função, até para possibilitar uma formação aos profissionais e investimentos de verba nesse sentido. Sendo isso pouco provável de se acontecer com rapidez, já que documentos oficiais e burocracias (e preconceitos) levam muito tempo para serem alterados, a equipe pode, por conta própria, assumir e reconhecer que algo central nesse serviço é o cuidado à longo prazo com a adolescência e se fazem necessárias medidas de redução de danos. Portanto, o serviço assumir sua real função prática e enfoque e atuar reconhecidamente nesse sentido seria de enorme importância para um serviço que garanta cuidado e direitos dessa adolescência, já que, como visto no Núcleo 1 “Tempo-limite de 90 dias?”, essa não compreensão e não clareza acarreta em problemas no dia a dia e na proteção dessa juventude.

Trouxe, até aqui, algumas possibilidades que encontrei enquanto brechas potentes na fala de Bruno: fazeres que já são realizados pelas equipes e que, portanto, podem ser expandidos. E penso que tais fazeres, ainda que pareçam simples, pequenos ou óbvios, podem ser revolucionários na vida desses adolescentes.

Para além dos pontos explicitados acima, no subitem do capítulo anterior 7.3.4 “Metodologia do SAICA de Acolhimento Inicial Modelo: um cuidado especializado na adolescência”, explicitarei diversos apontamentos para uma possibilidade de ação, partindo na narrativa de Joroedson, daquilo que compreendi como uma verdadeira Metodologia para equipes de SAICA de Acolhimento Inicial. Lá exemplifiquei as várias formas de manejo, compreensão e lida com adolescência no contexto de acolhimento institucional, partindo da experiência concreta de um coordenador do serviço. Não retomarei tudo aquilo exposto no subitem em questão, porém o compreendo como parte do presente capítulo no tocante à possibilidade de ação. Tomar a adolescência como potência e não delinquência e nos responsabilizarmos por ela e pela concretização prática dessa postura é certamente um dos aspectos centrais da Metodologia do SAICA de Acolhimento Inicial Modelo. Deixo aqui o questionamento: como compreendemos a adolescência? O que temos feito com as adolescências com as quais trabalhamos? Em nossas práticas, apostamos na potência ou contribuímos para a mortificação dessa juventude?

A condição juvenil, na medida em que é formulada como passagem, como relatividade, carrega imensa ambiguidade e passa a estar marcada pela negatividade (Abramo, 1994; Lapassade, 1968, 1973): "o que não é mais criança, mas não chegou a ser adulto", "o que ainda não se é". Não nos perguntamos se esse lugar definido por uma negatividade não é justamente o responsável pela produção das características e as angústias da adolescência, tratadas como de sua natureza. Não é exagerada a observação de Françoise Dolto de que os adolescentes transformaram-se numa "classe social" de tanto serem rejeitados como inaptos para ingressarem na sociedade. Esta suspensão da vida social não seria responsável pela marginalidade adolescente

na medida em que os jovens permanecem alijados dos processos de poder e de criação social? (Abramo, 1994). Tomemos, ao contrário, algumas imagens reiteradas da adolescência: rebeldia, turbulência, luta... mas não para enquadrá-las numa síndrome, numa sintomatologia ou numa espécie de fase, transição necessária ao mundo adulto. Fiquemos justamente com essa característica da mutação, da deriva, da rebelião como aquilo que justamente é a riqueza da adolescência e não sua angústia ou seu desatino (VICENTIN, 2018, p.32).

Por fim, se nenhuma das propostas de ação acima surtirem efeito na realidade concreta, ao menos sei que pretendo levar tudo que estudei e aprendi aqui, desde uma autocrítica profissional a parâmetros éticos e metodológicos para minha carreira profissional futura e, quem sabe, poder assim possibilitar alguma mudança na realidade dessa juventude. Afinal, eu sou, também, uma agente de ação que carrega em si potência de transformação.

Encerro este capítulo com as palavras de Athayde (2005), de seu seminal livro *Cabeça de Porco* (em conjunto com MV Bill e Luiz Eduardo Soares):

Era impossível transformar tudo que vivi e vivemos em algo todos pudessem ver. Mas uma coisa era possível, sim: permitir que o que Brasil descobrisse um outro Brasil, que está pelejando e correndo como um azarão, mas que está no páreo e pode ganhar a corrida. Podíamos permitir que o Brasil soubesse que, por trás de uma arma, tem um coração batendo; que é preciso uma grande intervenção política no país para que não estejamos fadados à escravidão de seres humanos; e que essa intervenção não seja policial, mas em todas as áreas. Não é possível continuar matando esses jovens como se eles fossem os nossos algozes. Não é possível ficar martelando esses jovens e os enjaulando como animais em celas frias. Não é possível a sociedade se

escandalizar com as rebeliões dos menores e não ficarmos escandalizados com o fato de serem zero as chances de suas famílias serem parte de uma sociedade civilizada. Pois, se achamos que o mundo caminha como deveria e que só os outros é que estão errados, então seria melhor abrir a boca, escancará-la e esperar a morte chegar – se é que tenho direito à licença poética (ATHAYDE, SOARES & BILL, 2005, p.31).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUMAS RESPOSTAS E INFINITAS INDAGAÇÕES

***“A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.”
Conceição Evaristo***

Farei, agora, uma breve retomada do percurso percorrido na presente pesquisa. No Capítulo 2, trouxe noções da pensadora Hannah Arendt (além de um pouco de sua biografia e sua potente relação com a Psicologia e com a Fenomenologia) que me serviram de pano de fundo ético, político e teórico para embasar a metodologia de pesquisa (especialmente através das noções de narrativa, pluralidade, natalidade, compreensão e ação para a autora), a qual dividi em dois momentos: o primeiro, dos Capítulos 3 ao 6, consistiram em uma contextualização dos primórdios da história do Acolhimento Institucional no Brasil até a Constituição brasileira de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, e como tudo isso foi e segue sendo atravessado por um racismo de ordem estrutural e por uma profunda desigualdade socioeconômica, o que impacta diretamente o Acolhimento Institucional (SAICA) na atualidade. Além disso, expus o que é, na teoria e nos documentos oficiais, o modelo de SAICA chamado de Acolhimento Inicial (e suas diferenças com o modelo de SAICA Regular), além de minha hipótese que partiu da experiência prática que tive em um SAICA desse modelo, que foi justamente o que me instigou e me levou a investigar essa temática. Minha problemática central a ser investigada era: quais são as especificidades, potências e vulnerabilidades da vivência em um SAICA de Acolhimento Inicial?

Para responder a essa questão, o segundo momento da metodologia (os Capítulos 7 e 8) consistiu em entrevistas com dois profissionais de SAICAs de Acolhimento Inicial para a escuta de suas narrativas, visando a compreensão da realidade deste serviço através da formação de núcleos de sentido que partiram dessas entrevistas e posterior

proposta de ação, ou seja, de intervenção nessa realidade, partindo da compreensão que tive. O primeiro momento da pesquisa (Capítulos 3 ao 6) é indissociável do segundo (Capítulos 7 e 8), já que uma escuta e compreensão rigorosa e coerente das narrativas só foi possível através do estudo e investigação do mundo no qual essas narrativas se localizam.

Os núcleos de sentido formulados no Capítulo 7, que partiram da escuta das narrativas e da leitura atenta das transcrições das entrevistas feitas com Joroedson (coordenador do serviço) e Bruno (psicólogo do serviço), foram os seguintes: 7.1 “Tempo-limite de 90 dias?”; 7.2 “O público/ “perfil” do SAICA Regular X Inicial”; 7.3 “Diferentes formas de trabalho e de compreensão da adolescência entre os serviços de Acolhimento Inicial” (e, dentro deste, os subitens: 7.3.1 “Um E.T. entre os terráqueos”, 7.3.2 “Os “fixos” do serviço e as diferentes formas de se lidar com o fenômeno da evasão”, 7.3.3 “Pronto socorro X cuidado a longo prazo”, 7.3.4 “Metodologia do SAICA de Acolhimento Inicial Modelo: um cuidado especializado na adolescência”) e 7.4 “Política macroestrutural e suas contribuições para a cristalização/intensificação dos preconceitos e violências”. O Capítulo 8 consistiu em uma proposta de ação, de intervenção concreta na realidade em questão, partindo do que foi encontrado nos núcleos de sentido.

Expor aqui o que foi encontrado em cada núcleo e os detalhes da proposta de ação é simplesmente inviável, porém houve um sentido claro e geral que se desvelou: muito mais do que uma análise da dinâmica da rotina da instituição, pude constatar que a adolescência dos SAICAs de Acolhimento Inicial e dos serviços de acolhimento no geral é desprotegida e não tem seus direitos colocados pelo ECA garantidos plenamente na prática. Isso se dá, em boa parte, pelo estigma que carregaram e que as equipes dos SAICAs de forma geral e a sociedade como um todo reproduzem e que desemboca na naturalização de uma ausência de cuidado e proteção. No entanto, através da narrativa de Joroedson, pude conhecer o SAICA de Acolhimento Inicial Modelo, que faz um serviço de qualidade especializado nas especificidades e no cuidado da adolescência, e que questiona e destoa das várias violências às quais esses meninos são submetidos. Através da Metodologia do SAICA de Acolhimento Inicial Modelo, pude expor outras possibilidades de se fazer o trabalho nos serviços de Acolhimento Inicial e nos SAICAs de forma geral

com a adolescência, o que aponta para uma possibilidade de transformação que não é utópica ou abstrata, e sim fazível e concretizável.

Infinitas questões surgiram a mim nessa pesquisa, questões estas totalmente concernentes, complementares e necessárias em relação à temática aqui abordada. Não conseguirei abordar aqui tudo aquilo que desejo. Porém, gostaria de deixar pistas sobre essas questões através de indicações de alguns livros e artigos que foram muito importantes para mim em minha trajetória até agora: por exemplo, a história dos conceitos (não simplesmente dados ou naturais) da juventude e da adolescência - História da Criança no Brasil, de Mary del Priore (1991), História Social da Criança e da Família, de Philippe Ariès (1978) e Violentamente pacíficos: Desconstruindo a associação juventude e violência, de Trassi e Malvasi (2010); a criminalidade e sua relação com a juventude negra e pobre e com a construção social da identidade criminosa de jovens - Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas, de Roberto da Silva (1997), Cabeça de Porco, de MV Bill, Celso Athayde e Luiz Eduardo Soares (2005), Adolescência - violência: desperdícios de vidas, de Maria de Lourdes Trassi Teixeira (2006); a violência policial para com esses jovens - Rota 66, de Caco Barcellos (1992); o tráfico e sua influência na juventude - A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil, de Bruno Paes Manso e Camila Caldeira Nunes Dias (2018); a população carcerária brasileira - Sobrevivendo no inferno, de Racionais MC's (livro de 2018, ainda que álbum seja mais antigo); a influência dos meios de comunicação e do capitalismo e consumismo na juventude - Violentamente pacíficos: Desconstruindo a associação juventude e violência, de Trassi e Malvasi (2010); as medidas socioeducativas e sua relação com os serviços de acolhimento institucional - Disjunções na aplicação da medida de proteção por acolhimento institucional para adolescentes em conflito com a lei: diálogos multidisciplinares, de Christopher Rodrigues Anunciação e Mário Luis Villarruel da Silva (2019); o sofrimento e perspectivas das equipes profissionais que trabalham nesses contextos - FEBEM, família e identidade: o lugar do outro, de Isabel Da Silva Kahn Marin (1999).

Portanto, essa pesquisa ainda há de ser complementada, continuada e aprofundada, e deixo o convite a todos (e a mim mesma): em especial, ressalto a essencialidade de se ouvir os adolescentes que vivem nos SAICAS de Acolhimento Inicial

(que sentem na carne tudo que foi exposto aqui e poderiam oferecer a perspectiva direta sobre sua vivência) e o restante da equipe desse modelo de serviço (afinal, eu entrevistei um psicólogo e um coordenador, e não os educadores e operacionais, por exemplo, que sem dúvida proporcionam uma perspectiva riquíssima e necessária sobre a realidade do serviço).

Para finalizar meu trabalho, decidi compartilhar um caso de meu estágio no CAPS II. Acompanhei Murilo (nome fictício), de 17 anos, um paciente nosso que vivia, entre evasões e permanências, em um SAICA de Acolhimento Inicial. Tinha um histórico de intensa vivência de rua e, quando evadia, fazia uso abusivo de substâncias. Era um menino inteligente, carinhoso, cheio de vida e potência. Um dia ele parou de vir ao CAPS. Liguei para o SAICA e me disseram que ele foi levado para uma Fundação Casa, em privação de liberdade. E eu não me surpreendi, e nem eles pareciam surpresos ou indignados. Pois esse era seu “destino social”, o qual foi sendo traçado por uma absoluta desproteção e violação de direitos. Destino social deste "menino de SAICA de Acolhimento Inicial", previsível ao ponto de nem nos causar estranhamento.

É urgente que não sejamos coniventes com o desperdício de juventudes. Que, ao menos, olhemos sem indiferença, que tentemos pensar em outras possibilidades, outras formas de se fazer as coisas, outras realidades passíveis de serem concretizadas, e que a Psicologia tenha um papel ativo nisso. É urgente que nos indignemos e não naturalizemos o não cumprimento pleno do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim como Kahn (2010), espero que minha pesquisa permita:

(...) resgatar a compreensão de como um corpo que grita pode se desenvolver no sujeito que produz cultura, desde que lhe seja permitida uma pluralidade de experiências, e que sinta ser importante para o mundo, sendo acolhido em sua afirmação subjetiva singular no grupo e na coletividade (KAHN, 2010, p.21).

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Portaria SMADS nº 62. São Paulo, 2018. Disponível em <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-smads-62-de-26-de-dezembro-de-2018>. Acesso em: 4 ago. 2020.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo. RESOLUÇÃO COMAS-SP Nº 1400/2018. São Paulo, 2018. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/comas/res18/1400.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. São Paulo, 2018. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_especial/index.php?p=28980. Acesso em: 4 ago. 2020.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Reordenamento das vagas nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. São Paulo, 2015. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2015_01.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

COMBATE À FOME, Ministério de Desenvolvimento Social e. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, 2009. Disponível em

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

CRIANÇA E ADOLESCENTE, Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da. Sistema de informação sobre a Criança e o Adolescente em abrigos. Disponível em <http://www.neca.org.br/siabrigos/abrigos.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2020.

HISTÓRIA, Instituto Fazendo. Formações de profissionais em serviços de acolhimento. São Paulo, 2015. Disponível em https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5734bc8537013b24913bbb18/1463073930949/Formac%CC%A7a%CC%83o_web.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

PEREIRA, Fernanda. O cotidiano dos trabalhadores de uma casa de passagem. Orientador: Águeda L. P. Wendhausen. 2008. 128 p. Tese (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Vale do Itajaí, [S. l.], 2008. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=144737. Acesso em: 4 ago. 2020.

CARVALHO, Cintia Favero et al . Acolhimento institucional: considerações sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta no cotidiano de trabalho dos educadores sociais. Aletheia, Canoas , n. 47-48, p. 51-63, dez. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942015000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 ago. 2020.

EURICO, Márcia Campo. Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as). Orientador: Maria Lucia SilvaBarroco. 2018. 209 p. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, [S. l.], 2018. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21267>. Acesso em: 4 ago. 2020.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; SERRANO, Solange Aparecida; DE ALMEIDA, Ivy Gonçalves. O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA PERSPECTIVA DA CRIANÇA. [S. l.: s. n.], 2015.

CAMASMIE, Ana Tereza. Narrativa de histórias pessoais: um caminho de compreensão de si mesmo à luz do pensamento de Hannah Arendt. 2007. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, [S. l.], 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/11742>. Acesso em: 4 ago. 2020.

CRITELLI, Dulce. História Pessoal e Sentido da Vida: Historiobiografia. [S. l.: s. n.], 2015.

SOUSA, Joelson Pereira; GANGÁ, Fabíola Porto. A possibilidade do novo: o conceito de natalidade em Hannah Arendt. *Dialektiké*, [S.l.], v. 1, n. 4, p. 5-14, mar. 2018. ISSN 2359-1323. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/dialektike/article/view/5872>>. Acesso em: 04 ago. 2020. doi:<https://doi.org/10.15628/dialektike.2017.5872>.

ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. Tradução Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005

OLIVEIRA, Régia Cristina. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. *Tempo soc.*, São Paulo , v. 17, n. 2, p. 386-392, Nov. 2005 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200018&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Aug. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200018>.

LAFER, Celso. Experiência, ação e narrativa: reflexões sobre um curso de Hannah Arendt. *Estud. av.*, São Paulo , v. 21, n. 60, p. 289-304, Aug. 2007 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200022&lng=en

en&nrm=iso>. access on 04 Aug. 2020.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000200022>.

CARVALHO, P. R. Sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente: a experiência do município de Rio Bonito/RJ no atendimento a vítimas da violência. Rio de Janeiro/RJ: FIOCRUZ, 29 mar. 2012.

CASTANHEIRA, N. M. P. *Estar em Casa no Mundo*. p. 484, 2015.

CHRISPI, L. L. S. *Um Lugar Para Chamar de Meu... O Direito à Convivência Familiar de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional*. São Paulo/SP: PUC-SP, 2012.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Plano Nacional de promoção, proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, 2006. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020

DIGIÁCOMO, M. J. O Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente e o Desafio do Trabalho em “Rede”. p. 9, [s.d.].

FARINELLI, C. C.; PIERINI, A. J. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. p. 24, 2016.

FONSECA, R. L. DA S.; KELLY, R. E. DE O. G. *Acolhimento Institucional: dos caminhos da história ao relato de experiência de atendimento de crianças e adolescentes na construção e perspectiva da autonomia*. 2016.

Igualdade de Direitos. Disponível em: <<http://acolhimentoemrede.org.br/etnico-racial/>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA; ASSOCIAÇÃO DOS PESQUISADORES DE NÚCLEOS DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (BRAZIL) (EDS.). Coleção Abrigos em movimento. 1ª edição ed. [São Paulo, Brazil] : Brasília, DF: Instituto Fazendo História : NECA, Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente ; CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, SDH, Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

JESUS, C. M. DE. Quarto de despejo: diário de uma favelada. [s.l.] Livraria Francisco Alves (Editôra Paulo de Azevedo), 1963.

MARIN, I. DA S. K. Febem, Família e Identidade: o Lugar do Outro. 3ª edição ed. São Paulo: Editora Escuta, 2010.

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf>

OFICINA: "Racismo e suas implicações no acolhimento" — Instituto Fazendo História. Disponível em: <<https://www.fazendohistoria.org.br/blog-geral/2017/11/22/sistematizacao-da-oficina-racismo-e-suas-implicacoes-no-acolhimento>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

OFICINA: "Trabalho em Rede: Pela Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Disponível em: <<https://www.fazendohistoria.org.br/blog-geral/2017/8/2/oficina-trabalho-em-rede-pela-garantia-do-direito-convivencia-familiar-e-comunitaria>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

ORTIZ, E. DO C.; DIMENSTEIN, G. Esmeralda: por que não dancei. [s.l.] Editora SENAC São Paulo, 2000.

PAIVA, I. L. DE; MOREIRA, T. A. S.; LIMA, A. DE M. Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. Revista Direito e Práxis, v. 10, n. 2, p. 1405–1429, jun. 2019.

PROMENINO, FUNDAÇÃO, fundacao, telefônica, telefonica, projetos, social, sociais, causas, voluntariado, voluntario, voluntário, inovação, inovacao, vivo, educação, educacao, tecnologia. Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://fundacaotelefonicavivo.org.br/promenino/trabalho infantil/sistema-de-garantia-dca/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SIMONE GONÇALVES DE ASSIS; LUÍS OTÁVIO PIRES FARIAS. Levantamento Nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.

Sistema de Garantia de Direitos. Centro de Referências em Educação Integral, [s.d.]. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/glossario/sistema-de-garantia-de-direitos/>. Acesso em: 12 nov. 2020

Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Rede Peteca, [s.d.]. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/como-combate-lo/sgdca/>. Acesso em: 12 nov. 2020

ALMEIDA, S. Racismo Estrutural. 1ª edição ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ANUNCIAÇÃO, C. R.; SILVA, M. L. V. DA. Disjunções na aplicação da medida de proteção por acolhimento institucional para adolescentes em conflito com a lei: diálogos multidisciplinares | Revista de Estudos Empíricos em Direito. [s.d.].

ARENDT, H. A promessa política. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2008.

BOCK, A. M. B.; LOURDES, T. M. DE; MALVASI, P. A. Violentamente pacíficos: Desconstruindo a associação juventude e violência. [s.l.] Cortez Editora, 2014.

Bolsonaro volta a jogar ECA “na latrina” e defende trabalho infantil. Hora do Povo, [s.d.]. Disponível em:

<<https://horadopovo.com.br/bolsonaro-volta-a-jogar-eca-na-latrina-e-defende-trabalho-infantil/>>. Acesso em: 12 nov. 2020

BRITTO, V. M. V. DE; LOMONACO, J. F. B. Expectativa do professor: implicações psicológicas e sociais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 3, n. 2, p. 59–79, 1983.

CARTA, I. Bolsonaro em 25 frases polêmicas CartaCapital, 29 out. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>. Acesso em: 12 nov. 2020

CNMP divulga dados sobre acolhimento de crianças e adolescentes - Conselho Nacional do Ministério Público. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias-cddf/3702-cnmp-divulga-dados-sobre-acolhimento-de-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

Confira em detalhes os dados revelados pelo Atlas da Violência 2020. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/seguranca/confira-em-detalhes-os-dados-revelados-pelo-atlas-da-violencia-2020/>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cadastros Infância e Juventude, 2012. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/cnj/cadastro_adocao.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020

CRITELLI, D. História Pessoal e Sentido da Vida: Historiobiografia. [s.l.] EDUC - Editora da PUCSP, 2016.

CRUZ, F. O. Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento. p. 74, [s.d.].

EURICO, M. C. Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as). São Paulo, SP: PUC-SP, 2018.

FRY, K. A. Compreender Hannah Arendt. 1ª edição ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GOMES, T. B.; VECCHIA, M. D. Estratégias de redução de danos no uso prejudicial de álcool e outras drogas: revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 2327–2338, 2018.

GULASSA, M. L. C. R. *Novos Rumos do Acolhimento Institucional*. São Paulo: NECA, [s.d.].

Hannah Arendt. , 27 set. 2020. (Nota técnica).

IBGE. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>>

LAFER, C. Experiência, ação e narrativa: reflexões sobre um curso de Hannah Arendt. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 60, p. 289–304, ago. 2007.

LEMOS, A. G. A. et al. Evasion in the shelter units: discussing their meanings. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 3, p. 594–602, dez. 2014.

LUCAS BARRETO DIAS. Fenomenologia e Política em Hannah Arendt. In: XVIII ENCONTRO ANPOF. UFMG, 25 out. 2018. Disponível em: <<http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/agenda-encontro-2018/item/559-categoriaagenda-2018/19265-fenomenologia-e-politica-em-hannah-arendt>>. Acesso em: 13 nov. 2020

MONTI, G. M. *Compreensão e política em Hannah Arendt*. 2017.

OFICINA: “Racismo e suas implicações no acolhimento”. Disponível em: <<https://www.fazendohistoria.org.br/blog-geral/2017/11/22/sistematizao-da-oficina-racismo-e-suas-implicacoes-no-acolhimento>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

RIBEIRO, D.; NUNES, A. C. *Pequeno manual antirracista*. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

SECRETARIA NACIONAL DA FAMÍLIA. *Abrigos e Unidades de Acolhimento no Brasil*. [s.l.] Censo SUAS, 2016. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/Abrigos eCentrosdeAcolhimentoBrasil2016.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SOARES, L. E.; BILL, M. V.; ATHAYDE, C. Cabeça de porco. [s.l.] Objetiva, 2005.

STACK ALTOIDS. Hannah Arendt “Zur Person” Full Interview (with English subtitles), 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dsolmQfVsO4>>. Acesso em: 12 nov. 2020

TEIXEIRA, M. DE L. T. As histórias de Ana e Ivan: boas experiências em liberdade assistida. [s.l.] Fundação Abrinq, 2003.

VICENTIN, M. C. G. A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei. [s.l.] Editora Hucitec, 2005.

WALCKOFF, S. D. B. As possibilidades do pensamento de Hannah Arendt na prática psicológica. 1ª edição ed. [s.l.] CRV, 2020.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este termo está de acordo com a Resolução nº466, de 12 de dezembro de 2012, e visa preservar os direitos dos participantes e a ética na pesquisa.

Gabriela Garcia Plaza Teixeira, pesquisadora do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FACHS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com orientação do Prof. Dr. Luis Eduardo França Jardim, desenvolve uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso sobre o cotidiano do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) na modalidade específica Acolhimento Inicial (ou Porta de Entrada) através do depoimento de funcionários que trabalhem ou que trabalharam anteriormente em instituições desse modelo. Serão feitas entrevistas individuais semi-dirigidas através de um olhar fundamentado em noções da pensadora Hannah Arendt.

Eu sou convidado(a) a participar desta pesquisa. Meu nome foi selecionado devido a ser/ ter sido funcionário (técnico, educador etc) em alguma instituição do modelo Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) na modalidade específica Acolhimento Inicial (ou Porta de Entrada).

Eu sei que a participação nesta pesquisa é absolutamente voluntária. Eu tenho o direito de retirar meu consentimento a esta pesquisa a qualquer momento.

Se eu concordar em participar da pesquisa, o seguinte ocorrerá:

Em primeiro lugar, a pesquisadora irá me entrevistar a respeito da minha experiência enquanto profissional nesse modelo de instituição. O local da entrevista será de minha livre escolha e não terei nenhum custo adicional por conta da participação nesta pesquisa. Esta entrevista será gravada em áudio para que seja transcrita em seguida pelo pesquisador. A entrevista tem duração total prevista em torno de 1:30 a 2 horas.

Em outro momento, terei acesso à transcrição da entrevista. Poderei escolher livremente o que deve ser mantido ou retirado do conteúdo, bem como poderei acrescentar ou modificar informações anteriormente dadas sobre os eventos rememorados na entrevista. Caso manifeste interesse, receberei uma cópia do áudio e da entrevista transcrita. Posteriormente, a entrevista transcrita será analisada pelo pesquisador e constituirá a principal base fenomenal da pesquisa.

Não há nenhum dano ou efeito prejudicial antecipado em participar da pesquisa. Se alguma questão me causar constrangimento ou desconforto, eu tenho liberdade para me recusar a responder em qualquer momento ou interromper a entrevista. A interrupção da entrevista não causará nenhum prejuízo ao participante.

Meus dados serão guardados e usados unicamente para a pesquisa. A entrevista será sigilosa, numerada e somente acessada por pesquisadores envolvidos na pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso. Caso eu manifeste o desejo de que minha identidade permaneça revelada no depoimento, meu desejo será respeitado e meu nome será mantido. O nome e localidade das instituições serão preservados.

Se eu tiver alguma questão ou comentário sobre a participação nesta pesquisa, eu posso entrar em contato com a pesquisadora Gabriela Garcia Plaza Teixeira, no telefone (11) 99801-3621 ou no e-mail gabiplaza124@gmail.com. Ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP campus Monte Alegre das áreas de Ciências Humanas e Sociais :

A Secretaria do CEP-PUC/SP Monte Alegre está localizada no térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello (Prédio Novo), na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 - Perdizes - São Paulo - SP - CEP: 05015-001. Tel./FAX: (11) 3670-8466 | e-mail: cometica@pucsp.br

Eu conversei com Gabriela Garcia Plaza Teixeira sobre o estudo e foi dada uma via deste consentimento para mim. Eu entendi o que eu li ou o que ouvi e tive minhas perguntas respondidas. A participação neste estudo é voluntária e não remunerada. Eu sou livre para retirar o consentimento a esta pesquisa a qualquer momento.

Autorizo o uso de minha entrevista coletada nas publicações decorrentes desta pesquisa. Caso prefira, poderei solicitar meu anonimato ou outras restrições, conforme escrito na linha abaixo:

São Paulo, ____ / ____ / _____

Assinatura do participante: _____

Nome: _____

Eu, Gabriela Garcia Plaza Teixeira, confirmo que informei e expliquei o conteúdo e forneci uma via ao participante deste documento.

Assinatura da pesquisadora: _____

Gabriela Garcia Plaza Teixeira
Faculdade Ciências Humanas e da Saúde (FACHS)
Curso de Psicologia - PUC-SP

APÊNDICE B

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM BRUNO

- O convite para a entrevista ocorreu através de mensagem no *WhatsApp*.
- Entrevista realizada em 17/09/2020.
- Após o agradecimento pela participação e assinatura do termo de consentimento iniciou-se a entrevista.

- *Sobre o SAICA Acolhimento Inicial, como você descreveria sua proposta e funcionamento? E a equipe e a rotina de trabalho?*

Eu vou falar muito numa visão minha e a visão que temos no geral.

A gente acaba pegando adolescentes de diversos contextos. Pegamos muitos adolescentes de Fundação Casa, em situação de rua, a maioria dos adolescentes que estamos atendendo atualmente é de situação de rua. Adolescentes com conflito familiar... Bom, na maioria das vezes conflito familiar, situação de rua e de Fundação Casa. Acaba vindo tudo junto, por exemplo, o adolescente sai da Fundação Casa, a família não aceita de volta e eles vem pro Acolhimento Inicial. A nossa proposta principal é de ser uma passagem, uma ponte para onde ele vai. Seja um Saica Regular, uma Casa Lar, às vezes um retorno familiar, República Jovem. Nosso principal intuito é que, como a gente sempre brinca com essa expressão: quanto menos o adolescente ficar aqui, melhor pra ele. Quanto antes a gente arrumar algum tipo de encaminhamento para esse adolescente, melhor. A gente sempre pega os adolescentes vindo desses diversos contextos aí, aí a gente faz o encaminhamento... Eu diria que nosso trabalho é muito mais de mastigar, pra encaminhar para os outros serviços já mastigadinho. A gente corre atrás de família: às vezes o adolescente veio de outro estado (por exemplo, um que veio do Espírito Santo), aí corremos atrás de família, de entender o que aconteceu. A gente trabalha nesse sentido: de coletar informações e ver os encaminhamentos que a gente pode dar para esses adolescentes.

Você perguntou da dinâmica, da rotina... Se for pra descrever uma rotina, uma metodologia com começo, meio e fim, cada dia é algo diferente. Eu brinco que nossa rotina é não ter rotina. É um leão por dia. Basicamente, a gente conta com uma equipe muito boa de educadores que a gente tem. Sou suspeito porque gosto muito de todos os educadores. Junto deles, nosso trabalho é ir coletando informações desses adolescentes. Enquanto eles permanecem aqui, o que é muito relativo, porque tem adolescente que fica 1 mês, outro 1 semana, ou dias.

O máximo estipulado na política é que o adolescente fique 90 dias. Mas já aconteceu de adolescente ficar mais de 90 dias aqui: por exemplo, uma adolescente que a gente precisava de um recâmbio para outro estado. Então é muito complexo.

Nossa rotina da equipe técnica é muito mais de coletar as informações. E a equipe de educadores vai preparando o adolescente para uma autonomia, os que já estão para completar 18 anos... Por exemplo, tem algumas atividades que são realizadas semanalmente ou diariamente, que os educadores fazem focados nessa autonomia do adolescente. Não só na autonomia, mas trazendo eles para algumas reflexões, por exemplo, preconceito, machismo, política, drogas. Tentamos puxar algumas atividades ligadas ao cotidiano desses adolescentes e o que eles vão enfrentar ao sair daqui.

- *A equipe técnica e os educadores têm um trabalho bem integrado? Bem próximo?*

Exato. A equipe técnica tem mais essa função de vasculhar as informações. Precisamos responder alguns ofícios. Primeiro, informar a Vara. A primeira coisa que fazemos quando o adolescente chega aqui é informar a Vara da Infância. Isso acontece com todos os SAICAS de Acolhimento Inicial e Regulares também. A gente informa a Vara da Infância responsável pelo adolescente que ele está aqui com a gente e a partir daí vamos trabalhando. E respondendo alguns ofícios, mandando alguns relatório para a Vara.

Eu digo que se a gente não fizer parcerias nesse nosso trabalho, a gente não anda. A gente precisa ter parceria com os técnicos da Vara da Infância, dos serviços de saúde como CAPS e a UBS, o SPVV também. O pessoal da Medida Socioeducativa é super parceiro da gente. Então a gente vai contando com as parcerias do pessoal. Às vezes o pessoal do MSE precisa de alguma informação e a gente passa, então a gente vai se ajudando sempre no que a gente pode.

E os educadores é muito mais de trabalhar algumas atividades com os adolescentes. Atividades muito ligadas aquilo que o adolescente vivencia no dia a dia e o que pode vir a vivenciar.

- *Então a relação da equipe técnica é mais investigativa e os educadores têm essa relação mais próxima com os jovens?*

Sim. A gente da equipe técnica também conversa com os adolescentes. A gente tem esse contato com os jovens, mas muito mais são os educadores que estão na linha de frente ali. A equipe técnica tem a escala de segunda a sexta, sábado e domingo, quem fica 24h lá, são os educadores. Então o contato deles com os adolescentes é muito maior, muito mais profundo, se estende muito mais. Tem adolescentes que têm vínculos muito bons com os educadores. E acaba indo além, quando algum sai, eles voltam aqui para visitar. Então cria um vínculo bem legal. Quem acompanha no dia a dia são os educadores.

- *Vocês têm reunião semanal de equipe?*

Sim, a gente tem a passagem de plantão. Temos duas passagens de plantão por dia. Os educadores trabalham em uma escala 12 por 36, então quando finaliza a escala deles e entra o outro educador, ele passa o plantão e a equipe técnica participa dessa passagem. Até para a gente trazer algumas informações de família, para os educadores estarem por dentro, e os educadores trazerem algo dos adolescentes para a gente. Isso é diário.

Fora isso, temos algumas reuniões de equipe para conversar não só sobre os adolescentes, mas sobre a rotina da casa de forma geral. A gente estabelece uma reunião mensal de equipe, mas diariamente a gente está conversando sobre cada caso dos adolescentes na passagem de plantão.

Na reunião todos participam da reunião mensal, a equipe operacional, da cozinha, técnicos e educadores. Na passagem de plantão, só os técnicos e educadores.

- *E a relação dos adolescentes com os outros profissionais, por exemplo, a operacional, o pessoal da cozinha etc?*

Sim, bastante. A gente fala que a cozinha é o coração da casa. Tem adolescente que evade e quer voltar porque naquele dia é dia que tal tia vai estar na cozinha e ela faz uma feijoada muito gostosa. Então, sabe, existe um vínculo muito grande das funcionárias da cozinha com os adolescentes.

A gente acha engraçado que eles dão alguns feedbacks, alguns retornos, por exemplo: “tia, eu percebi que você não está muito bem porque a sua comida está desse jeito”. Eles trazem isso. E elas perguntam para os adolescentes do que eles gostam e como eles estão.

Com o pessoal operacional, da higiene da casa, também. Eles fazem um acordo: o pessoal da higiene da casa faz a faxina, mas tem combinados. Por exemplo, “não adianta eu vir aqui para limpar e a sua cama estar toda bagunçada”.

Inclusive, por exemplo, se a gente fala que precisa ir no CAPS hoje, eles falam “ah não, só vou se for com a tia do operacional”. Eles têm um vínculo muito legal. Eles são muito apegados. Eles acabam elegendo alguém para ter um vínculo grande.

- *Quanto aos limites e as regras... Você falou um pouco das regras da limpeza, de arrumar a cama. Quais são os limites e as regras que vocês vão colocando para eles, e como isso é conversado? E como eles lidam com isso? Até a questão das saídas também, de evasão etc.*

A gente fala muito de combinados. Quando vamos combinar algo novo ou que precisa melhorar, sempre fazemos roda de conversa. Todos os plantões sentam com todos os adolescentes e fazem combinados, rodas de conversa. Porque assim, por exemplo, a limpeza geral da casa quem faz é a operacional, mas quem faz são os adolescentes. A cama quem arruma são eles, cada um arruma seu guarda roupa. Aí se algo não está legal, sentamos para conversar sobre. Às vezes até eles se cobram sabe. Um arruma o guarda roupa e olha pro do outro e fala “Pô mano, seu guarda roupa tá zoado. A tia vai vir aqui limpar e vai ver sua cueca no chão, seu shorts no chão”. Então eles se cobram. Mas geralmente quando a gente precisa chamar a atenção para algo, ou porque eles esquecem, ou às vezes muda a turma e não sabe como funciona. Então chamamos para rodas de conversa para explicar como é. Assim que o adolescente chega aqui, o educador senta com ele explicando a rotina da casa, como são as coisas, banho, saídas.

Sobre as saídas, todos os SAICAs porta de entrada eles estão com a regra da saída 24h. Não era assim anteriormente. Mas agora todos estão assim. São saídas em que o adolescente pode entrar e sair do SAICA por um período de 24 horas. Por exemplo, se ele sai às 13h e volta às 22h, ele não precisa solicitar vaga através da CAP, o pessoal da regulação de vaga. Ele pode vir direto que a vaga dele está aqui. Ele só é desvinculado do nosso serviço depois de 24 horas. Assim, geralmente, eles respeitam muito: para o educador não ficar abrindo e fechando o portão o tempo todo, eles têm uns horários combinados de abrir o portão e horários combinados de saída. A maioria respeita isso. Tem um ou outro que não gosta, mas no geral eles respeitam.

- *E pensando por exemplo na questão de roupa, de fumar etc? Eu lembrei de uma paciente que passou pelo SAICA Acolhimento Inicial e foi para um SAICA Regular. Ela me contou que era muito pouco acolhida nesse outro SAICA. Que eles são muito mais rígidos e até preconceituosos, em relação a funk, a shorts curtos. Como vocês trabalham isso? Dar abertura e ao mesmo tempo limites?*

É difícil porque quando o adolescente sai daqui e vai para o regular, o regular é muito mais rígido com adolescentes. As saídas são muito mais limitadas. A nossa intenção mesmo é preparar o adolescente para um SAICA Regular, para um retorno familiar, para uma República Jovem, para alcançar alguma autonomia. Com essas saídas 24h a gente tem encontrado dificuldades, porque o adolescente sai a hora que quer e volta a hora que quer. Antes a gente estipulava os horários, agora não temos esses horários. Até porque não dá, só estipulamos horário para eles saírem.

Então, a parte de fumar na casa... A gente pensou muito em uma redução de danos. Eles estão saindo muito nessas saídas 24h, e eles têm feito uso muito mais abusivo e frequente de substâncias como cocaína e lança perfume, que são as mais nocivas para eles. A gente percebeu no dia a dia que toda vez que eles saíam para fumar, mesmo que fosse um cigarro, eles, por já estarem na rua, iam na biqueira comprar um pó. Eles acabavam usando, ficavam na rua, estendiam a noite, ficavam muito mal. Aí a gente pensou: pô, e se a gente montar aqui um espaço para fumar, para eles? Aqui a gente não fornece o cigarro, eles dão um jeito. Uns compram, outros pedem aqui na região. A gente iniciou com uma experiência desse espaço para fumar em um final de semana. A gente viu que o número de saídas diminuiu. Tinha uns que não queriam sair porque estavam com preguiça e fumavam no espaço e pronto. A gente ficou que diminuiu o número e saídas e consequentemente o uso de substâncias diminuiu. Não parou, mas percebemos uma diminuição. Então a gente acabou estipulando alguns horários com eles para fumar nesse espaço acompanhados do orientador. Assim, enquanto eles fumam surgem algumas conversas entre eles que são muito interessantes. Acabam surgindo conversas sobre drogas, sobre a rotina deles, sobre uma situação com a família, enfim, o orientador quis acompanhar isso. Até a gente da equipe técnica vai às vezes para dar uma olhada, para ver quais são os papos. Então isso acabou aproximando o educador de alguns adolescentes. Os educadores acabaram entendendo algumas situações porque aquilo era falado em um momento relaxante deles. Aí a gente em alguns horários, que cada platão estipula. Mais ou menos meia depois do almoço, do lanche e da janta. E eles respeitam. Tem um pessoal que montou uma caixinha de areia para jogar bituca de cigarro. Eles fazem a manutenção dessa caixinha, limpam, eles cuidam bem.

- *Que legal! É algo que parece tão simples, só de poder fumar dentro já muda muita coisa...*

É isso. A gente percebeu a diferença que fez. Pequena, mas o pouco já dá pra ver um efeito bom.

- *A questão da saída 24h que mudou agora, como era antes?*

Antes a gente estipulava um horário para que eles saíssem. Por exemplo, após o almoço abre o portão e a saída vai até às 17h. Aí eles saíam e às 17h tinha tolerância de uns 20 min e quem não voltasse precisava solicitar a vaga através do 156. Isso fazia com que eles voltassem, diminuíssem o uso. E à noite tinha saídas. E precisava voltar no horário combinado. Isso ajudava bastante. Era mais burocrático... Se saísse, precisava fazer ofício de desacolhimento, para fazer o ofício de acolhimento. É mais trabalhoso burocraticamente falando. Mas a gente entende que é muito menos nocivo para o adolescente essa forma de trabalhar.

Essas 24h a gente está vendo aí qual a normativa, o que diz, a gente está para marcar um grupo de trabalho entre os SAICAs acolhimento inicial para poder discutir essas 24h. A gente notou que não fez muito bem para os adolescentes. E para a gente também, porque é muito difícil. Às vezes a gente precisa conversar com o adolescente e ele não está aqui e está na rua. A gente perdeu bastante mas estamos inovando e aprendendo a trabalhar de outra forma.

- O intuito dessas mudanças foi ter menos burocracias?

Não foi a gente que inventou, foi mais imposto. A gente observou que alguns SAICAs já estavam nessa dinâmica. Isso foi muito mais imposto pela CEPAS???, foia CEPAS quem estipulou isso. E os outros SAICAs de Acolhimento Inicial entraram e pensamos em seguir isso até um próximo grupo de trabalho para a gente decidir o que fazer. Acabou sendo imposto.

- *É especificamente em SAICA Acolhimento Inicial?*

Isso. Assim, o SAICA regular tem alguns horários também, depende do SAICA. Mas por exemplo, o adolescente do SAICA regular fugiu, evadiu às 14h da tarde. E mesmo assim ele tem 24h para retornar. Mas é uma dinâmica do Regular que é totalmente diferente. No SAICA Regular, o perfil de adolescente é diferente, não tem esse problema de drogadição igual os adolescentes que a gente trabalha tem. Eles tem mais limites. Como é porta de entrada, é muito difícil a gente estabelecer alguns limites que os SAICAs regulares têm.

- *Depois tem algumas questões que eu fiz para aprofundarmos nas diferenças entre o Regular e o inicial, o que é bem importante para entender o que tem de específico na dinâmica do Inicial. Só para terminar sobre a equipe, você falou de algumas atividades que você e os educadores fazem. Você pode dar alguns exemplos? Lembrei de uma história de que para evitar evasões a noite, vocês começaram a fazer atividades na hora do jantar.*

Isso. Por exemplo, para evitar essas saídas o pessoal acabou fazendo atividade de culinária à noite e a gente percebeu que evitou. São as estratégias que a gente tem. A gente vai muito

conforme o momento. Agora estamos em setembro, então estamos fazendo algumas atividades do setembro amarelo, da prevenção ao suicídio. Então diariamente rola algumas atividades. A gente espalhou alguns cartazes pela sala. Então esse mês a gente está muito focado nisso. Mas vai muito de acordo com a necessidade. Por exemplo, a gente já recebeu algumas adolescentes trans aqui e rola muito preconceito entre eles ali. Então às vezes chega uma adolescente trans e os meninos já vem querendo tirar da casa, querendo agredir. E nem conversou com a adolescente direito. Então a gente observa que naquele momento fazia sentido falar de homofobia e transfobia. Vamos abordar tal assunto porque percebemos que o movimento da casa está para esse lado, então vamos falar sobre isso. Então a gente vai conforme a demanda mesmo. Agora estamos falando sobre setembro amarelo porque é esse o mês e estamos vendo que eles estão aderindo.

- E atividades que trabalhem autonomia.. Que tipo de atividades que os educadores fazem?

Ah, tem várias. Os educadores sentam nos poucos computadores que a gente tem para falar sobre cursos, cursinhos rápidos, eles ajudam na limpeza da casa, atividades de culinária para ensinar eles a fazer um arroz e um feijão. Algumas vezes eles ajudam a fazer o almoço, o lanche da tarde... Claro, acompanhado dos educadores e do pessoal da cozinha.

Tem adolescente que chega e fala que nunca fez um arroz e que queria aprender. Aí vai lá junto e faz. Quem lava a roupa é o pessoal do operacional, mas se o adolescente tem curiosidade e não sabe, ainda mais os que estão para sair e ir para Casa Lar por exemplo, onde o pessoal lava a própria roupa. Aí a gente fala para ir lá com a tia, saber o tanto de amaciante que coloca, aí pega, estende a roupa. Essas atividades do dia a dia mesmo: lavar a roupa, fazer comida, ajudar a passar uma vassoura na casa, um pano. Essas coisas do dia a dia. Alguns adolescentes querem aprender como faz um currículo e a gente senta e faz junto com eles. A gente entra em algumas vagas de jovem aprendiz para ver se eles gostam. A gente acompanha alguns em entrevistas inclusive. Quando são chamados, vamos juntos.

A gente percebe que uma coisa aparentemente simples como uma vaga de jovem aprendiz, muda muita coisa. Sei lá, um arroz... Às vezes você está comendo o arroz que ele fez e ele fica olhando para você, para ver se ele elogia... Bolo, às vezes eles querem fazer o próprio bolo. Aí ele vai, entra na cozinha e ele ajuda a fazer o bolo. São essas as atividades mais focadas na autonomia deles.

Assim, são poucos, de todos que estão aí quase nenhum trabalha. Mas educação financeira, essas coisas, a gente nem está trabalhando ainda. Porque a gente acredita que seja uma coisa mais individual, de cada um, né. Tem que ser algo que faça sentido. Uma aula de educação financeira largada não dá. Precisamos ver o que está fazendo sentido.

- *Sim, até as atividades que você falou, vocês vão fazendo de acordo com o que vai surgindo, por exemplo, homofobia, redução de danos etc.*

Esse projeto de redução de danos estamos montando ainda. Mas a ideia é sentar com eles e conversar um pouco sobre isso.

- *Sobre a equipe, tem muita rotatividade?*

No momento não, não tenho percebido uma rotatividade na equipe. A equipe está bem redonda, bem constante. Pelo menos desde que eu entrei... Às vezes sai um ou outro, mas uma rotatividade de a gente se preocupar e perder a cabeça, isso não. A gente está com a equipe bem alinhada. Tem as saídas normais, mas é bem difícil.

- *Outro tópico que eu planejei é sobre o fluxo do abrigo. Pensando nessa permanência de no máximo noventa dias, como funciona esse trabalho? De reintegração familiar, ir para um SAICA Regular...*

A primeira coisa que fazemos quando o adolescente chega é entender porque ele chegou, entender o que aconteceu. A primeira coisa que a gente faz é conversar com o adolescente. A gente tenta conversar com ele nas primeiras 24h para pegar tudo fresquinho, o que aconteceu, porque está aqui, a gente pergunta da família, se já passou por algum serviço de acolhimento, por onde passou, se faz uso de alguma substância. A gente procura fazer uma entrevista com o adolescente para entender porque ele está ali. Aí depois a gente vai coletando mais informações... Se ele falou de alguma mãe, algum parente, algum familiar, se passou algum número, a gente já entra em contato, entramos em contato com a escola, com serviços de saúde que acompanharam a família em algum momento, com outros serviços de acolhimento que o acompanharam. A gente faz esse trabalho. Aí a gente monta um relatório inicial para encaminhar para o CREAS e para a Vara. De acordo com o que o adolescente vai trazendo, que a gente vai entendendo. É possível retornar para a família? É possível ir para um SAICA Regular? É possível ir para uma Casa Lar? De acordo com o que vai sendo trazido que a gente decide os encaminhamentos. Não só o adolescente, mas a família. Às vezes o adolescente decide que quer voltar para a casa da mãe, aí ligamos para a mãe e a mãe não quer. Como está esse vínculo? Aí precisamos investigar o que aconteceu, se é possível um retorno familiar, e se não é possível, a gente pode trabalhar um encaminhamento para um SAICA Regular na região da família, para esse SAICA Regular poder trabalhar esses vínculos e fortalecer para um possível retorno familiar.

- *Esse trabalho de fortalecer os vínculos... Por vocês terem esse período tão curto de tempo, não é muito o trabalho de vocês?*

A gente tenta. É que é muito difícil trabalhar o fortalecimento daquele vínculo em menos de 3 meses, mas a gente tenta fortalecer ao máximo. Claro que a nossa função principal não é essa. A gente acaba precisando passar essa função para um SAICA regular, para que ele trabalhe, até porque o adolescente vai ter mais tempo ali. A gente só fica no máximo 3 meses, então não dá para exigir muito, para cobrar muito que esse vínculo seja fortalecido nesse curto período. A gente tenta fazer um fortalecimento dentro do prazo que a gente tem. Às vezes não existe essa possibilidade de fortalecimento. Casa Lar a gente encaminha muito quando já está perto de completar 18 anos. Com 16 para 17, quando não existe possibilidade de retorno familiar, quando não tem como ir para SAICA Regular... Casa Lar a gente encaminha muito quando percebe que o adolescente já tem uma autonomia. Não gosto de falar perfil, porque não é algo estático. Mas

quando o adolescente já está demonstrando alguma autonomia, a gente encaminha pra uma Casa Lar, que é diferente de SAICA Regular. Ele já vai lavar a própria roupa, ajuda a fazer a própria comida. Ou República Jovem a mesma coisa. Mas República Jovem e Casa Lar a gente precisa pedir com um bom tempo de antecedência, não é igual SAICA Regular. São poucos serviços e as vagas são muito concorridas, eles passam por uma entrevista, um “processo seletivo”.

- *E como eles chegam? Tem algum pré requisito necessário para ir para algum acolhimento Inicial ou porque tem vaga?*

O pré requisito é ser adolescente dos 13 aos 17 anos. A gente só pega dessas idades. Já aconteceu de virem algumas crianças de 11, aí a gente já precisa correr atrás de um reordenamento urgente. A gente fala com o CREAS e ele manda para SAICA Regular. Não tem pré requisito, tendo vaga a gente aceita. Em situação de rua, enfim, diversos contextos, é só chegar. Geralmente eles solicitam vaga no 156 e a gente aceita.

- *Este trabalho que você estava me contando, quando eles chegam e vocês começam a ir atrás da família, de entender qual a situação, se faz uso etc, é um trabalho que desde o primeiro momento já visa a saída? Já é direcionado para isso?*

Sim. A gente já explica em uma conversa inicial para o adolescente que isso aqui é provisório, é um serviço de acolhimento inicial, você está aqui de passagem, e nossa intenção é encaminhar você para outro lugar. Então a gente já explica. Só tem adolescente que fala que quer ir para um regular, para uma República, para a casa da minha mãe etc. A gente sempre deixa claro ali qual a intenção e a função do nosso serviço.

- *E como você acha que isso impacta a formação de vínculo? Porque já é de cara dito que é transitório. O Regular já tem uma continuidade.*

Ah, tem um impacto bem significativo. A gente meio que deixa claro no início que é transitório, mas não tem jeito, a gente acaba se apegando e eles acabam se apegando a nós também. Mas a gente vai trabalhando isso no dia a dia. A gente sempre deixa muitas portas abertas. Então quando eles saem a gente faz de tudo para manter contato e para visitar a gente. Eles ligam, visitam, a gente liga para saber como eles estão. Mas a gente tenta preparar eles para sair mesmo. Às vezes tem adolescente que é muito institucionalizado, que está em abrigo desde os 2 anos de idade, e não sabe o que é não estar institucionalizado. Então às vezes ele fica aqui, e se apega... É muito difícil, de caso para caso, a gente sempre tenta manter ali ao máximo o contato com ele e nos colocamos disponíveis. Vira e mexe encontramos eles na rua, já que a maioria deles são da região.

- *Já vi por exemplo em pesquisas que muitas vezes a equipe de abrigo tem uma grande resistência, uma postura de ter uma relação mais distanciada, até porque o jovem eventualmente vai sair. Você não sente isso por parte da equipe e nem dos jovens? De fazer um esforço no sentido de não criar vínculo, já que provisório.*

Isso é muito falado na teoria, da boca para fora. A gente fala isso. Mas às vezes, na prática, é muito diferente. A gente se apega. Mas claro, cada um aqui tem sua família, não podemos levar para a casa, mas dentro do possível temos uma grande proximidade. Tem alguns que adicionam no Facebook e mandam mensagens perguntando sobre como está o abrigo. gente conversa. A gente precisa manter o vínculo. Às vezes para a gente pode não parecer muita coisa, mas para eles pode ser muito significativo saber que a tia do abrigo mandou um oi. Eles gostam desse afeto.

- *Nesse trabalho do acolhimento inicial, a despedida é quase um pressuposto na atuação de vocês.*

Exato, a gente encara a despedida como algo bom. A gente fala que a despedida para um SAICA regular, Casa Lar, República, é uma despedida boa, é uma vitória. Porque é isso, quanto mais o adolescente ficar aqui, não é bom para ele. É bom que tudo seja encaminhado rapidamente para que ele vá para outro lugar. Aqui é meio que o pronto-socorro, um PS mesmo. O paciente chega, a gente cuida, faz os encaminhamentos e manda para outro local. Somos uma linha de frente. Estamos na ponta dos outros serviços. Pra gente é uma vitória. O pessoal não fica tão choroso, não é tão difícil, porque justamente a gente encara como algo positivo.

- Faz sentido! Se está tendo uma despedida é porque algo bom aconteceu para eles.

Exato. A despedida que a gente não gosta é quando um deles morre. Como já aconteceu. E é a única. O restante, quando está indo para algum lugar melhor, a gente fica super feliz.

- *Sobre a evasão, que é uma questão muito presente na rotina de vocês, já que eles evadem muito. Eu ia te perguntar como é na rotina isso e porque você acha que essa taxa é mais alta no Inicial do que no regular.*

Essa taxa é muito mais alta no Inicial mesmo. É mais alta porque os adolescentes que vem para o nosso serviço, a maioria deles, tem vivência ou vive em situação de rua. 90% faz uso de algum tipo de substância psicoativa. Então o Acolhimento Inicial tem esse número grande de evasões justamente porque eles saem muito para fazer uso e às vezes, como aqui é um serviço de portas abertas, quando eles evadem eles podem voltar quando quiserem, é só pedir vaga. Então tem essa abertura maior. Em um SAICA Regular não. Lá você evade, passam às 24h e dá como evasão, pode ser que você não volte para esse SAICA e perca sua vaga. As vagas em um SAICA Regular são muito mais concorridas, o SAICA Regular nunca está vazio, geralmente sempre está com as vagas cheias. A gente não, como é muito rotativo, sempre tem vagas. Então o número de evasões é grande. Até pelo perfil de adolescente que a gente recebe. A maioria é de situação de rua e tem esses problemas com uso abusivo de substâncias. Então eles ficam um ou dois dias na rua fazendo uso e voltam depois, em um estado muito crítico, mas voltam. Eu enxergo dessa forma. Acredito que a equipe também.

- *Acho que por um lado tem isso, que a evasão é maior, mas por outro, vocês têm esse lugar esse lugar de acolhimento. Esses jovens que estão em situações de maior vulnerabilidade podem voltar para vocês. No Regular não tem isso.*

Exato, no Regular não tem isso. Por isso que existem alguns adolescentes muito vinculados a nós. Por exemplo, eu passei 3 dias fazendo uso de tal substância, voltei muito louco, e os tios me receberam, me acolheram, me deram comida, banho, me levaram no hospital quando eu estava tendo overdose e que legal, sabe? Tem adolescente que a gente encaminha para SAICA Regular e eles evadem e querem voltar para cá. Acontece muito de eles não se adaptarem. Porque a rotina, a dinâmica em um SAICA Regular é totalmente diferente, os limites maiores, tem muito mais regras. Aqui a gente tem as regras, mas pela dinâmica do serviço a gente não pode impor muita coisa.

- *Por que? Como é essa diferença? Tem limites mais rígidos?*

Sim. Por exemplo, se o adolescente vai para um SAICA e ele fuma, ele não pode mais fumar. Não tem horário de sair para fumar. E lá tem criança, não é só adolescente. SAICA Regular tem bem menos adolescente, a maioria é criança. Então é um ambiente mais calmo, mais tranquilo. Eles são adolescentes, eles estão nessa vivência super acelerada, de adrenalina. Então o ambiente do Regular é bem menos agitado. Eles acabam não se adaptando. Tem alguns que se adaptam, mas a maioria não. E tem as regras, horário de sair, horário de deitar, de levantar, do café. Aqui tem horário de café, almoço e janta, mas horário de levantar é livre, de deitar é mais livre também. Lá eles têm essas regras.

A gente tenta preparar eles para um SAICA Regular e tenta mudar um pouco da rotina, quando vemos que é viável. Mas pela vivência deles é muito difícil a gente colocar os limites que os Regulares colocam. Até porque o Regular tem criança, é outro público.

- *É verdade, a casa de vocês é para adolescentes né.*

É isso, você imagina... São adolescentes, e adolescente é ligado no 220 o tempo todo. Música super alta, às vezes estamos almoçando e a TV tocando um funkão no último volume. E é isso, vamos o que? Gritar com eles e obrigar eles a não ouvirem o funk alto porque estamos almoçando? É a casa deles. A gente pode não gostar, mas é a casa deles, o ambiente deles, eles precisam se sentir em casa.

- *Justamente é esse o lugar de acolhida de vocês, de não colocar barreiras (não pode fumar, ouvir funk, precisa acordar cedo etc) que eles não conseguem sustentar. Vão sendo colocados empecilhos, e não é por acaso que eles evadem.*

Eu queria perguntar justamente sobre os adolescentes que vão se tornando permanentes.

Eu entendi que tem alguns que evadem e sempre voltam e acabam ficando.

Lembro de uma história que se evade antes de 2 meses não pode ir para um regular, que tem um tempo mínimo para ser encaminhado para um regular, ou não?

Assim, não é nem coisa nossa, é muito mais sobre a rede e os encaminhamentos. Se ele evade, fica muito difícil fazer algum tipo de trabalho, desenvolver um PIA, e o juiz acaba entendendo assim: por que eu vou mandar esse adolescente e encaminhar, autorizar, pedir vaga em SAICA Regular, se ele só evade? Se ele tem essa dinâmica de evadir? Então não é nem uma coisa

nossa. É que a gente precisa informar a Vara e a Vara entende “esse menino só evade”, não tem o que fazer. Vou mandar para um Regular para ele evadir de lá também? Então é mais ou menos isso. Não é regra nossa, é algo que é entendido de caso para caso, não uma regra para todos os casos (isso de não poder evadir durante 2 meses).

- *Esse trabalho de preparação que vocês fazem para ir para um Regular, entendo que controlar a evasão é um tipo de trabalho visando o encaminhamento para o Regular, né?*

Exato. Um trabalho de sensibilizar eles. Quando o adolescente está para ir para o regular, combinamos de diminuir as saídas, fazer tais atividades que digam respeito a isso. Vamos preparando individualmente ele. Porque não adianta tentar preparar a casa toda se só um adolescente está para ir para o regular? Pra que mudar a rotina da casa inteira? A gente tem conversas diárias e atividades com esse adolescente focadas em preparar ele para esse encaminhamento.

- *Do que você vê na sua rotina, o que você diria que acontece com a maioria dos que chegam? Evade, vai para a família, vai para Regular?*

A maioria desses adolescentes evade, é isso... Só um ou outro que a gente consegue um encaminhamento. A maioria desses adolescentes que passa pelo nosso serviço já passou por todos os serviços de acolhimento inicial. Eles já são fixos, praticamente. Às vezes eles não querem ir para um SAICA Regular porque a vivência deles é de rua, de situação de rua. Muitos deles ainda tem família, quando o calo aperta vai atrás do familiar. Mas a maioria deles já são conhecidos e passam por todos os serviços de acolhimento inicial. É isso, eles rodam mesmo, eles se conhecem, é meio que um grupinho ali que roda até fazer 18 anos. Ou até voltar para a família. A maioria deles já é conhecida, são os que evadem sempre, os que vão para o SAICA Inicial, quando não vão para uma Fundação Casa né. Como eles vivem muito em situações de rua e para fazer uso eles fazem alguns furtos né, roubam celular, acabam se prostituindo às vezes... A maioria dos adolescentes que passam por aqui são esses. É um ou outro que a gente consegue um encaminhamento. Porque eles já estão nessa rotina há muito tempo. Por exemplo, tem adolescente que passou por aqui que eu falava “pô, você já vai pra Sé de novo”, eles gostam muito da região da Sé para ficar entre eles lá, para curtir o rolê deles, para usar droga e tal. E ela respondeu “Ah tio, eu vou pra Sé desde os meus 4 anos de idade sabe, então já tô nessa. É como se essa fosse a dinâmica dela, ela não conhece outra realidade.

- *E essa é a maioria do público de vocês? Que acabam sendo fixos no serviços de vocês?*

Sim, a maioria. Fixos no serviço de acolhimento inicial. A gente sempre tem alguns parceiros dos outros SAICA de Acolhimento Inicial. O pessoal dos outros de Acolhimento Inicial são bem parceiros nossos. Porque eles já conhecem os adolescentes tanto quanto a gente conhece, porque eles passam por todos os SAICA de Acolhimento Inicial. Eu digo que nós, todos os SAICAs de Acolhimento Inicial somos um só, porque esses jovens são fixos nossos.

- *Que interessante isso, que eles são fixos de vocês. O serviço de vocês é em teoria para ser porta de entrada, mas acaba na prática virando um serviço para um público específico (adolescentes): que são os que não se ajustam e adaptam ao SAICA Regular, e em quase lugar nenhum.*

Exato. São os nossos fixos . É triste, é ruim e é bom dependendo do ponto de vista. É bom porque pelo menos eles têm algum lugar para se vincular. É um perfil super difícil né. A gente muitas vezes sofre preconceito de SAICAs regulares, porque eles não aceitam adolescentes que vem de SAICA Inicial. Porque eles já sabem a dinâmica, que a maioria dos adolescentes que passam por um SAICA de Acolhimento Inicial tem esse perfil: vivência de rua, uso abusivo de substâncias, roubam celular para se sustentar, se prostituem, já tiveram sei lá quantas passagens pela Fundação Casa. Esse é o perfil da maioria deles, então a gente sofre algum preconceito. Mas o lado bom é que, aqui, eles têm algum lugar para se vincular. Pra quando o “calo apertou, vou correr para o SAICA Acolhimento Inicial”.

- *E esse perfil vai se formando também por conta disso que você falou, dessa vivência que eles tem a vida inteira, que não se adequa a um regular, que tem limites mais inflexíveis e não adaptados e planejados pensando nesses jovens.*

É a vivência deles. A falta de adaptação ao Regular, a não aceitação da família, porque o adolescente é mais agitado e a família não aceita e ele não quer ficar em casa. Muitos têm família. São vários históricos, mas essa é a constante: eles não se adaptam a um SAICA Regular. Sabe? “Não, não é pra mim, mas tem um SAICA que é mais minha cara. Um serviço que me acolhe de braços abertos, que me dá comida, cama quente, troca ideia e me abraça quando eu preciso”. Eles se sentem acolhidos. Não é o propósito deste serviço, ter adolescentes fixos, mas é o que a gente acaba fazendo.

- *E a relação com essa rede de SAICAs acolhimento inicial funciona como? Vocês dialogam bastante entre vocês?*

Bastante, praticamente quase todos os dias. A gente sempre liga para falar de um adolescente ou outro. O adolescente que chega e fala que antes estava num Acolhimento Inicial de outra região. Aí fala que tem um vínculo muito bom com determinado tio de lá, aí a gente liga, se fala bastante e vai construindo junto com eles também. Às vezes tem as coisas de um adolscente que estão aqui e um técnico do outro serviço vem buscar. A gente tem contato diário, todos os dias a gente se fala, segunda a sexta.

- *Esse contato você vê que é mais entre SAICAs de Acolhimento Inicial?*

Sim. É mais entre a gente do Inicial. SAICA Regular a gente fala, mas só quando é para conversar sobre algum caso específico, de algum adolescente que passou por lá, mas é bem pontual, não é comum. Já os porta de entrada a gente já se conhece, somos parceiros.

- *Pensando nesses casos que viram permanentes, que já estão no Inicial, que vão fazer 18 (sem chances conseguir vaga em um Regular), aí o trabalho do Inicial que em teoria é de encaminhar (família, Regular, República), vira um outro trabalho, né? Já que ele acaba ficando com vocês Se o trabalho de vocês nesse sentido não é mais de encaminhar, como ele é feito então?*

O nosso trabalho é encaminhar. O nosso objetivo é encaminhar, não tem jeito. Tem alguns que ficam fixos, entre evasões e voltas... Geralmente quando o adolescente evade a gente meio que zera, o adolescente é acolhido, tem lá os três meses, evadiu, zerou. Então praticamente a gente começa de novo. De qualquer forma, o trabalho que tentamos fazer com todos é de conscientização. Conscientizar. O perfil dessa grande maioria é passar por passar por todos os serviços de acolhimento inicial, e vivência de rua e uso de substâncias. Tem adolescente que se vincula aqui e pede pra voltar aqui, como tem adolescente que vem pra cá e pede pra voltar pra algum outro acolhimento inicial no qual está vinculado. Às vezes por esse vínculo que ele tem aqui que facilita o trabalho com o adolescente. A possibilidade de ele ir para um SAICA Regular: é esse nosso objetivo.

- *Conscientização então é nesse sentido, de mostrar outras possibilidades?*

Exato, outras possibilidades, que às vezes eles não enxergam. Tem uma frase de uma música do Criolo: "Sem gps pra vitória, cada um faz seu destino". Então a gente tenta dar um norte. Eles não tem a direção. Eles estão ali né, é o mundo deles. A gente tenta apresentar algumas outras possibilidades de acolhimento, de vida. Sabe, de mostrar o que também pode ter pra eles.

- *O trabalho de vocês parece ser bem intenso, considerando todas as vulnerabilidades com as quais vocês trabalham. Manejar essa questão da evasão, das drogas, até de possivelmente perder alguns deles para as drogas ou tráfico.*

A gente vai trabalhando conforme dá. É isso, a gente vai de acordo com o que aparece. Tem adolescente que já está aqui nessa dinâmica há muito tempo. Por exemplo, com um mês para completar 18 anos, já nessa dinâmica de evasão há muito tempo. Aí ela me perguntar "e aí tio, dá para me mandar para uma república jovem?". República jovem a gente tem 6 meses para poder articular a vaga, não é simples assim. SAICA Regular não dá para quem está quase completando 18 anos. Então, o que a gente pode fazer? No máximo, o que a gente pode fazer é um encaminhamento para um CTA (Centro temporário de acolhimento), que é acolhimento para adultos. E muitos deles não se adaptam ao CTA e voltam para a rua. No CTA, as regras são muito mais rígidas, são só adultos, não tem essa "moleza" do SAICA Acolhimento Inicial. Lá tem hora para acordar, pra dormir. Só marmanjo, caras muito mais velhos que eles. Então eles acabam não se adaptando ao lugar, à rotina. Aí acabam indo para a rua. Foi o que aconteceu, o adolescente completou 18 anos ontem, a gente encaminhou pro CTA porque não tinha o que fazer, a família não é de São Paulo, ele não quer voltar para a família porque está ameaçado. Ele negou a vaga do CTA e acabou indo pra rua.

- *Geralmente é esse o destino dos adolescentes que estão quase completando 18 anos, no acolhimento inicial?*

Geralmente sim. SAICA Regular não é uma opção porque precisa sair assim que fizer 18, República Jovem é uma articulação gigantesca, porque é no mínimo 6 meses pra conseguir uma vaga. Lá, depois dos 18, se mantém. É isso, se não existe possibilidade de retorno familiar, às vezes a gente procura um padrinho ou madrinha. Alguns a gente consegue. Ou às vezes faz 18 e eles mesmos voltam para a família. Se tem 1 mês para completar 18, a gente vai correndo tentar fazer currículo, aí eles podem até conseguir emprego. Mas acontece de mesmo arranjando emprego, não sustenta e depois a gente ouve que parou de frequentar o trabalho e sumiu, ou foi demitido. Porque faltam muito. Muitas recebem até várias chances, porque a gente conversa com os empregadores, mas não conseguem sustentar.

A gente vai procurando o que tem, o que a gente pode fazer. Achou emprego, ótimo, agora vamos procurar um lugar para você alugar para morar. Às até no trabalho, tem alojamento, tem algum lugar onde ele pode dormir enquanto não tiver outro lugar. A gente vai se virando desse jeito.

- *Tem casos em que eles ficam mais de 90 dias sem evadir? Ou é raro?*

É raro. Geralmente eles evadem. É muito difícil. Um caso ou outro, mas a maioria evade. Nunca fica mais de 90 dias 100%.

- *E se fica, já é encaminhado para o Regular? Porque aí é perfil Regular, só por não ter evadido.*

Isso, só por não ter evadido. Aí a gente já consegue encaminhar. Porque a gente consegue trabalhar melhor com o adolescente se ele fica na casa. Porque aí conseguimos conversar mais com eles, levar para as consultas, às vezes técnico da Vara quer conversar etc.

- *Sobre essa rotatividade grande, como você vê que isso afeta a relação entre eles? Pensando que tem tanto a despedida da equipe quanto entre eles, os jovens.*

Eu não vejo que fragiliza o vínculo, a amizade deles. Eles continuam tendo contato fora daqui. Tem muitos deles que namoram, então às vezes o namorado vai para o Regular e a namorada fica aqui, e eles continuam tendo contato. Isso não fragiliza. Até as evasões, porque geralmente eles evadem todos juntos. Eles mesmo se procuram, pedem pra ligar, se tem no Facebook.

- *Até porque tem um público constante do Acolhimento inicial, tem uma rede que já se conhece entre eles.*

Sim, eles já se conhecem e já se falam. Eles são uma família: a família deles são eles mesmos.

- *E como é a rotina? É muita briga?*

Sim, tem bastante briga. Mas é adolescente ali né. Está tudo fervendo na adolescência. Eles sempre tem uma briga ou outra. A gente sempre tenta fazer essas mediações, para evitar os

conflitos. Mas eles chegam às vezes alterados da rua, passaram a noite usando droga, e acabam brigando por bobeira, por um travesseiro, porque um menino deixou a cadeira de um jeito e era para deixar de outro. Os motivos são diversos. Mas briga tem com uma frequência boa. Acho que mais discussão, briga de sair na mão é bem mais difícil porque a equipe entra no meio antes.

- *Em relação às amizades, você disse que eles acabam formando uma família.*

Sim, eles se chamam de irmão. Às vezes a menina é namorada do amigo dele e ela chama ela de cunhada. A gente entende como uma família mesmo. Às vezes tem uns menorzinhos que são mais apegados a umas meninas mais velhas e chamam essas meninas de mãe. Isso é bem comum.

- *E essa amizade e proximidade pode acarretar em problemas? Como você falou, de evadir junto, ir para uma saída e todos irem embora juntos. Penso na própria dinâmica da adolescência, de pertencer ao grupo, e às vezes um pode puxar o outro. Algum que não fizesse uso abusivo de substâncias pode passar a fazer. Como isso é manejado?*

Geralmente quando o adolescente é novo e não tem essa dinâmica, a gente faz combinados de ele não sair, ou ter horários para sair. O adolescente novo entende isso. A gente tem medo, porque às vezes o adolescente não faz uso de nada, não fuma nem cigarro, e aí começa a sair para se enturmar, se incluir nesse grupinho e usa alguma coisa. A gente se preocupa muito, a gente adota algumas estratégias como a que eu falei para você, de combinar horários, sair junto com o educador, dar uma volta na rua, ir no shopping. Essas coisas mais pontuais para não deixar ele muito solto. E eles acabam entendendo. Geralmente quando não é o perfil dos adolescentes dos que vêm com frequência aqui, com vivência de rua, eles entendem. Aí fica mais difícil da gente perder eles. Não é que a gente impede de se relacionarem, de fazer amizade. O que a gente faz é tentar segurar as saídas. Que é onde foge do nosso controle.

- *Pensando no território aí, o lugar que vocês estão é um bairro com casas chiques, de classe média alta. Você percebe algum preconceito na forma como eles tratam os meninos da casa?*

Sim, bastante. Bastante preconceito. Alguns até ajudam, tem uma associação de moradores que acaba tendo voluntárias aqui que ajudam bastante. Mas até as voluntárias trazem algum discurso preconceituoso. Meio involuntário, que está no dia a dia delas. Elas trazem alguns discursos que estigmatizam, rotulam os adolescentes, tratam como se fossem doentes. Tudo bem, pelo menos vem ajudar, tem uma intenção boa... Já tem outros moradores que pediram para colocar crachá nos meninos. Rotular. Mas não é uma prisão, é um serviço de acolhimento, a casa deles. É um pouco difícil. Mas a gente vai tentando se adaptar.

- *O bairro aí tem algum diálogo com vocês então?*

Tem. Através da associação de moradores.

- *E a parceria no território com outros aparelhos, UBS, CAPS, flui bem? Funciona bem?*

Sim, bastante. A gente trabalha com parceria. A gente tem muita parceria com o CAPS e com a UBS. A gente procura estar mais próximo o possível. Serviço de saúde a gente está muito bem coberto, saúde básica e mental.

- Pelo que você fala do trabalho de vocês no Acolhimento Inicial, tem total relação com a rede aí para funcionar. Você pode falar mais sobre isso?

É um trabalho de formiguinha, a gente vai pegando pedacinho por pedacinho, e é um trabalho de articulação de rede. É um trabalho muito de mão dupla. A gente depende do outro para que o nosso trabalho seja eficaz. Então, se estou fazendo um relatório de uma adolescente e preciso de uma informação da escola, preciso ligar para a escola e eu dependo da boa vontade de escola e da pessoa que me atende de me mandar histórico escolar, de falar sobre a frequência da mãe do adolescente nas reuniões. Às vezes tem escola que é muito parceira, mas tem lugar que não. Aí a gente tenta buscar outros meios de conseguir aquela informação. Aí a gente procura conseguir a informação diretamente com a fonte, com o serviço, mas às vezes a gente precisa acionar a Vara da Infância, para falar que a gente não está conseguindo aquela informação, aí o juiz precisa mandar um ofício, meio que obrigando aquela escola a fornecer informação. Meio que dando uma carteirada, em último caso é isso que a gente faz. Acho que fiz isso só uma vez. O restante o pessoal articula bem. Do jeito deles, alguns com mais boa vontade ou com menos, mas eles ajudam.

- Estava pensando no que você falou: que o trabalho de vocês é quase que especificamente de encaminhamento. Você entende que até mais que o Regular, vocês dependem da rede? Sim. O regular depende da rede também. Mas a gente depende muito. A gente começa do zero praticamente com o adolescente. Ele chega ali zerado, sabe, quem é você? De onde você veio? A gente depende mesmo de juntar as peças ali para montar o quebra cabeça.

- Outra questão que separei é referente a detalhes da vivência deles, até para aprofundar na questão do público do SAICA de Acolhimento Inicial. Coloquei alguns pontos que vivenciei em minha própria experiência, para saber com maior aprofundamento e como vocês abordam essas questões. Anotei vários pontos. Podemos ir ponto por ponto. Primeiramente, sobre a questão do uso abusivo de drogas, como é trabalhado isso? E como aparece a questão de redução de danos neste cenários? E até a questão da overdose, do luto etc.

A gente sempre tem um ponto ativador para falar sobre a questão das drogas. Luto a gente trabalha em grupo. O luto não é só dos adolescentes, mas os educadores sofrem muito com essas perdas, assim como a gente da equipe técnica. A gente é meio que uma família, a gente se abraça. A gente procura falar nas reuniões mensais, que servem não só para alinhar algumas coisas, mas também para falar sobre esses lutos, sobre esse sofrimento. A gente é meio que uma família. Todo mundo se abraça, é muito difícil mas a gente consegue lidar.

- E a redução de danos, de onde surgiu essa ideia?

A gente acabou observando entre os adolescentes. Eles solicitaram muito e traziam essa demanda: “por que vocês não deixam a gente fumar?”. Muitas vezes eles saíam para a rua, queriam fumar só um cigarro, e às vezes tomam um enquadro da polícia, que é muito truculenta. Eles sabem que não estão protegidos. Então a gente observou e através dessas demandas que eles nos trouxeram, a gente decidiu começar a fazer isso. Aí a gente começou, e tem trazido um efeito positivo. Eles têm saído menos, o número de roubos e furtos (geralmente celulares) diminuiu. As abordagens policiais diminuíram. Eles têm saído menos para fazer busca de droga.

- O próximo ponto está muito relacionado com isso. Eu ia falar da questão do tráfico, da polícia e dessas violências que esses jovens sofrem. Que querendo ou não, tem tudo a ver com o tráfico de drogas.

Sim, está tudo ligado. É muito difícil a relação desses jovens com a polícia. A polícia é o grande vilão. Porque os policiais oprimem muito esses meninos, eles trazem isso pra gente. Muito mesmo. Batem, xingam, ameaçam de morte, fazem uma violência psicológica terrível com eles. É muito difícil o trabalho com a polícia. E a gente tenta, de uma forma ou de outra, remediar, quando vem algum policial conversar aqui na porta. A gente tenta fazer um meio de campo, apaziguar para diminuir essa opressão, mas é bem difícil.

E o tráfico, para eles, é uma porta de entrada para algum meio de vida. É o que acolhe eles, é outro braço acolhedor além da gente. É triste falar, mas é isso, os caras dão em emprego, um local pra dormir, um barraco na favela, e geralmente um ou outro estão ligados ao PCC, então eles dão uma família também. O tráfico oferece algo que é muito tentador. Como forma de ganho de recursos financeiros, para eles continuarem fazendo uso de substâncias, como também um propósito de vida, o tráfico abraça eles. Eles têm agora pedido na porta de docerias para o pessoal comprar caixinha de bala para eles, para eles venderem no farol durante essas saídas deles. A gente percebeu e parou para observar. A gente percebeu que zerou o número de adolescentes que descem para traficar. Muito pouco mesmo o número de adolescentes que desce para trabalhar para o tráfico, porque agora eles descobriram que se eles forem na porta da doceria, às vezes o dono da doceria dá algo para eles venderem. Então eles estão começando a vender algumas balinhas aqui nos faróis da região para arrecadar dinheiro para eles mesmo. E é o dinheiro deles, é isso. Diminuiu muito a ida, e até quando vem os meninos do tráfico para aliciar eles para descer para traficar, eles estão indo indo menos.

- E eles trazem para vocês essa questão do tráfico, eles são abertos com vocês?

Sim, bastante. Eles falam bem abertamente como é, os dias e noites em que traficam, são bem honestos sobre isso com a gente

- E o manejo de vocês é o que você já falou? Ir mostrando outras possibilidades, outros caminhos?

Sim, outros caminhos. Sabe, matricular na escola para concorrer a uma vaga de jovem aprendiz, que é um negócio legal pra caramba pra você aprender e fazer curso. A gente tenta trabalhar, né. A venda de balinha no farol é o menor dos males, é uma forma de redução de danos também. Claro, é trabalho infantil, mas eles não estão traficando, pelo menos. O risco é menor.

- E da Fundação Casa e medidas socioeducativas, vem muitos?

Bastante. Geralmente sai da Fundação já com medida socioeducativa. São bastante. Geralmente a maioria deles já passou pela Fundação, é um número bem grande.

- Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre a maioridade, sobre o manejo de vocês para quando eles estão se aproximando dos 18?

Quando eles estão se aproximando dos 18, o que mais aumenta neles é a angústia. A gente percebe que o uso aumenta, eles passam a usar mais droga, eles entram mais em crise, dão mais trabalho, ficam mais agitados. Eles têm umas crises existenciais nesses momentos. “Pô, tô fazendo 18, o que vai ser de mim?”. Para mim mesmo, quando fiz 18, foi um choque. Então imagina para eles, que é muito mais difícil, mas não para onde ir, não têm mais o ECA para garantir os direitos deles. O consumo aumenta, eles ficam mais agitados, entram em crise real.

- Em relação à sexualidade e a dinâmica da casa, quais são as regras? Eles podem se relacionar na casa?

Assim, eles se relacionam, namoram entre si, não tem problema. Mas tem o dormitório feminino e o masculino, e eles não podem entrar no quarto um do outro. Dentro da casa, tem limites também. Eles acabam sentando juntos para ver TV, encosta a cabeça no ombro do outro, não tem problema. mas existem limites até porque são adolescentes e pode virar bagunça. Eles namoram. As educadoras têm um trabalho de educação sexual também, eles pegam camisinha, levam na UBS para ver ginecologista, se precisa de injeção, anticoncepcional. Tem todo esse trabalho de prevenção, por mais que não possa ter nenhum tipo de relação dentro do serviço, a gente sabe que eles saem para outros lugares para ter relação sexual. De alguma forma eles vão ter. Nosso trabalho então é de educação sexual e prevenção, de mostrar que tem camisinha aqui, que tem o perigo de transmitir alguma doença. Quando a gente percebe que tem um menino que já ficou com várias meninas ou uma menina que ficou com vários meninos, a gente desce até o DST para coletar alguns exames para ver se tem algum tipo de doença sexualmente transmissível. A gente toma esses cuidados.

- Em relação à escola, por ser Acolhimento Inicial, eles podem ser matriculados em escolas do território?

Sim, devem ser. A gente matricula porque por mais que seja só 3 meses, são 3 meses que eles vão perder de estudo. Então a gente entra em contato com a escola que ele estava matriculado anteriormente, e encaminha ele para escolas mais próximas daqui. A maioria aqui está

matriculado. As primeiras coisas que a gente vê é saúde e escola. Se a saúde estiver ok dá para estudar, então já mandamos para a escola

- Sobre o trabalho de reintegração familiar, você disse que vocês conseguem fortalecer um pouco os vínculos, mas que não é o objetivo central do Acolhimento Inicial. Mas é um trabalho que acontece? Considerando até mesmo que, como você disse, alguns se tornam fixos.

Sim, esse trabalho acontece bastante. Geralmente não com os que já são fixos. Mas algum que vem da Fundação Casa, os que estão nos primeiros acolhimentos ainda... Os que chegam novos aqui, rola bastante retorno familiar, articulação com a família, a família participa bastante.

- Um último aspecto que eu pensei é mais específico sobre as diferenças entre o SAICA Regular e o Inicial, que você chegou a falar bastante sobre aqui. Como você, objetivamente, definiria o perfil dos jovens que estão aí com vocês, de forma majoritária?

Acho que é um apanhado de tudo o que eu fui falando. O perfil principal do adolescente que a gente acolhe aqui é em situação de rua. São os adolescentes que, por mais que eu odeie o termo, não “deram certo” em lugar nenhum. Não se encaixam em lugar nenhum. Eu fico pensando: o que seria desses meninos se não fosse o serviço de acolhimento inicial? Nós somos o lugar desses meninos. Eles comem bem, dormem bem, têm aqui um vínculo com as pessoas daqui. Esse é o perfil mesmo: aquele tipo de adolescente que acaba não se encaixando, não se enquadrando em nenhum dos outros serviços. Nem no contexto familiar, muitas vezes. Não estou falando que é perfil fixo, imutável desses jovens: isso pode ser trabalhado e é essa nossa função. Trabalhar para que ele vá para outro lugar.

Já o SAICA Regular o perfil é de maioria de crianças, mais tranquilo. É um histórico de vida muito parecido com dos nossos adolescentes, de várias violações de direitos. As crianças que estão no SAICA Regular têm um contexto muito parecido. Os adolescentes que são os nossos fixos já foram crianças de SAICAs regulares. Eles não estão nessa dinâmica há 1 ou 2 anos. Tem adolescente que está institucionalizado desde os 2 anos de idade.

- *Você conseguiria me dizer a maioria do gênero e raça do público?*

A maioria é raça negra. A grande maioria, 90% são negros. A maioria homens; por isso, de 20 vagas, 12 são para o gênero masculino na portaria atual. O convênio vai renovar e provavelmente vão ser menos vagas. Vão ser 10 masculinas e 5 femininas. Mas por enquanto está nesse modelo, neste formato. A maioria são homens, muito difícil a gente preencher as 8 vagas femininas. Então, meninos negros adolescentes.

Transgênero é muito pequeno o número que a gente recebe. Um ou outro. Ao mesmo tempo que eles sofrem aquele preconceito, eles também têm os preconceitos deles. É muito difícil a gente trabalhar. É um trabalho constante.

- *Eu fiz um tópico de assuntos extra. Como a pandemia afetou a rotina de vocês?*

Mudou bastante. A gente não está podendo fazer visita familiar, receber familiar aqui. A gente está trabalhando de uma forma muito remota. Estamos reaprendendo a trabalhar. Não mudou com os adolescentes. Desde o início da pandemia, a gente vem fazendo um trabalho muito incisivo sobre o coronavírus. Máscara e álcool em gel a gente fornece, e eles tentam se proteger de alguma forma. Da forma como eles conseguem. Porque eles vivem na rua. A gente, os trabalhadores, precisa se preservar também. A gente conversa muito com eles para que eles se cuidem, porque a gente tem medo de levar alguma coisa para dentro de casa. Na medida do possível, a gente conseguiu trabalhar bem isso.

- *Mudou algo em relação à rotatividade? Dos próprios funcionários afastados e evasão dos adolescentes?*

À princípio sim, no começo da pandemia os adolescentes estavam saindo bem menos. Até porque nós das equipes de SAICAs de Acolhimento Inicial nos reunimos virtualmente, e decidimos em ficar com os adolescentes fixos ali. Fazer com que eles não transitassem entre um SAICA e outro. Ficar com os nossos fixos. Se alguém evadiu daqui, volta para cá e não vai para outro. Para não ter proliferação do vírus.

A gente não teve nenhum caso confirmado de adolescente com covid. A gente teve suspeito, que a gente isolou. Teve um quarto que a gente fez isolamento e deu tudo certo. Duas funcionárias pegaram, foram para casa e ficaram afastadas. E o restante ficou bem. O pessoal da UBS fez teste na gente. Então foi tudo certo.

- *O outro ponto extra é pensando no cenário político. O primeiro é pensando no tetos de gastos de 2016, do congelamento dos investimentos. Você sentiu alguma diferença? Pensando no governo Bolsonaro também. Tudo isso imagino que deva impactar na prática de vocês.*

Falo isso com toda a força do meu ódio, mas é muito verdade. Eu acho que o governo Bolsonaro está impactando muito mais na atitude da população em relação aos nossos adolescentes do que no corte. Corte está tendo, com certeza. A gente sentiu e tem um impacto bem grande. Mas acho que o principal é que a população está se sendo legitimada por um discurso muito agressivo. A população está sendo contaminada e legitimada por um chefe de estado que legitima um discurso de ódio. E isso acaba refletindo nos nossos adolescentes, reflete muito na nossa população. Bastante mesmo. A própria polícia está muito mais truculenta. Acaba reproduzindo muito o discurso. Na prefeitura, o pessoal que trabalhava quando o Haddad era prefeito para a gestão João Dória, mudou muito. Diminuiu muito o investimento. Antigamente era fatura mesmo, hoje a gente precisa enxugar muito. A diferença foi gritante.

O governo Bolsonaro, para mim, o impacto maior foi no comportamento da população que foi legitimada por esse discurso de ódio dele.

- *Você diz tanto do pessoal do bairro quanto da polícia na forma como tratam os adolescentes?*

Sim, todo mundo. Às vezes algum familiar nosso. A gente sempre tem familiar bolsominion, não sei você. Ou algum colega. E a gente ouve alguns discursos... Eu sempre falo que eu trabalho com adolescentes com vivência de rua, explico um pouco a dinâmica do meu trabalho para minha família. Aí é aquele discurso: “bandido bom é bandido morto”, “tem que morrer”, “porque que não mata?”. Isso está refletindo de tal forma que eu acredito que os adolescentes que estão acolhidos aqui sofrem muito com isso.

- *Eu pensei nisso. Que a população de SAICA no geral já é uma população vulnerável. Ainda mais a população especificamente do SAICA Acolhimento Inicial, pensando em tudo que você me contou. É um estigma muito grande que eles carregam, então imagino que o Bolsonaro falando tudo que ele fala deve piorar tudo.*

Sim, legítima e estimula a violência contra esses meninos. É isso.

APÊNDICE C

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM JOROEDSON

- O convite para a entrevista ocorreu através de mensagem no *WhatsApp*.
- Entrevista realizada em 01/10/2020.
- Após o agradecimento pela participação e assinatura do termo de consentimento iniciou-se a entrevista.

A ideia nossa é fazer com que o menino ficasse na casa. Então a gente não trabalhava muito com a ideia de 90 dias. A gente trabalhava com a ideia de fazer um bom acolhimento, uma boa escuta, pra fazer o menino querer ficar. Aí o menino vai ficando.

Se ele chegasse muito no final do ano, você não tem como colocar na escola. A não ser que ele já viesse matriculado, que aí você consegue buscar a transferência. Mas dificilmente acontecia dessa forma.

Como a gente estava em uma ideia de SAICA Regular sempre, então a gente não tinha um trato diferente nesse sentido. A diferença era no encaminhamento. Geralmente quem encaminha nesse serviço Inicial é a CPAS. São eles que fazem o encaminhamento, eles que têm as vagas do Inicial. São 6 serviços de acolhimento inicial em São Paulo. Aí essas vagas são todas da CPAS. A partir da CPAS que encaminham pra gente. Todo dia a gente precisa fazer relatório, uma planilha de quantas vagas a gente tem (começa o dia com quantas vagas e termina o dia com quantas vagas). Teve um período que a gente ficou um tempão com 1 ou 2 vagas no máximo porque nossa ideia era que o menino ficasse.

- Mesmo com as burocracias vocês conseguiam que os meninos ficassem mais de 3 meses?

Sim, mas isso era malandragem nossa. Porque é o seguinte: quem tem que conseguir vaga no serviço regular para esse menino não somos nós, do serviço. É o CREAS, essa é a função do CREAS. A CEPAS consegue a vaga no serviço inicial, que é o nosso. O menino entrou aqui, aí não é mais pela CEPAS, é com o CREAS esse reordenamento: o menino ir pra sua região, pra SAICA Regular ou voltar para a família.

A gente já logo via que não tinha como voltar para casa, por questões várias. Então a ideia é que o menino ficasse aqui conosco. Então, o que a gente fazia: o CREAS não vai conseguir vaga no Regular, então a gente vai garantir que o menino fique aqui com a gente. Vou dar um exemplo: um menino que ficou conosco durante 1 ano e pouco, hipoteticamente chamado Carlos. Mas e aí, o que vai fazer com ele? Ele já tinha 16 anos, e a gente sabia que eles não iam conseguir vaga pra um menino de 16 anos, que veio da Bahia e com poucas relações aqui em São Paulo. A gente já sabe que não vão conseguir vaga, por experiência a gente já sabe. Então ele vai ficar com a gente. E tem vários Carlos com a gente.

- Mas isso de que não vai conseguir vaga é por que?

Porque é muito difícil você conseguir vaga para adolescente de 16 anos em um SAICA regular de qualquer região. Porque tem um preconceito de que o menino do SAICA Inicial (ou antigo CRECA) é um menino que veio da Fundação Casa, é um menino complicado etc. Isso é um preconceito dos educadores inclusive. Porque normalmente esses educadores de SAICA Regular acham que eles têm que atender só criança, porque tem o “perfil” pro Regular. E os adolescentes não conseguem vaga. Enfim.

E a gente sempre teve muita experiência com adolescente. Porque o nosso projeto sempre foi voltado para o adolescente, para autonomia dele. Então a gente percebia que não ia conseguir vaga, que o CREAS não ia conseguir esses encaminhamentos. Quando conseguia, era porque o menino já estava há bastante tempo aqui com a gente, já estava estudando, já estava com as questões de saúde resolvidas, então o menino já estava pronto para ir para um outro serviço ou voltar para casa. Porque toda a questão de violência, todas as questões que o menino traz quando chega, a gente já tinha lidado com elas. Porque aqui a gente tem um jeito de trabalhar que faz com que o menino vá se desenvolvendo. E a gente sempre falava “olha, logo logo você vai para outro

serviço”. E a gente ia fazendo isso, de ir preparando ele. Aí depois de 6, 7, 8 meses a gente conseguia fazer um encaminhamento.

- Mas geralmente era exceção os casos que dava para encaminhar?

Então, no nosso caso não. A gente discutia muito isso nas reuniões dos SAICAs de Acolhimento Inicial. A gente conseguia ficar com os meninos. Eu fiz até um levantamento com a equipe técnica: normalmente a gente atendia 20 e desses 20, 17 ficavam e três circulavam. Isso era bem interessante. Tinha essa circulação de 2 ou 3 (5 no máximo) e o restante era o que a gente fazia esses acompanhamentos.

- Mas eles não evadiam?

Então, se evadissem, a gente deixava a vaga reservada aqui. A gente ia buscar, porque a gente sabia onde eles estavam.

- Isso de não perder a vaga muda totalmente a dinâmica, né? Isso de ter a vaga reservada e retornar para o mesmo lugar.

Sim. É o olhar do outro. Eu acho que tem um diferencial aí. Por isso eu sempre converso com a Lurdinha disso. Eu sempre falo “Lurdinha, apesar de a gente saber que tem sim algumas questões, a gente acha que adolescente é adolescente”. Não é porque aqui é Inicial que o acolhimento é diferente. É o mesmo. Só que os serviços já estão tão acostumados a só encaminhar que eles não olham pro adolescente... É só: chegou então encaminha, encaminha, encaminha...

- Quando comecei a falar da questão do Acolhimento Inicial, que é um “perfil” específico, tem isso de o SAICA Regular ter um preconceito com esses meninos, aí esses meninos começam a “sobrar” para o Acolhimento Inicial porque é um lugar que acolhe eles.

Eu entendo quando você fala preconceito, mas eu diria que os SAICAs em geral, não só o Regular, não estão preparados para lidar com as questões do adolescente. Não se discute sexualidade no serviço de acolhimento, os meninos e meninas não podem ficar perto, a questão do uso de drogas... Minha fala sempre foi essa: é um serviço para o adolescente não ficar. Tem um negócio que o menino ficasse restrito no serviço se ele fumasse maconha. Mas perai? O serviço é para meninos que estão em situação de rua, de drogadição, encarceramento dos pais... Sabe, tudo isso. Claro que o menino vem com um monte de questões. Vem porque estava cheirando cocaína, por isso que está na rua e fugiu de casa. É por isso. E como que você vai restringir ele por fumar maconha? Aí você faz um serviço pro menino não caber. Então a gente discutia! Não é permitido o uso de droga na casa, mas não é isso que vai te pôr pra fora da casa. A gente vai discutir isso, conversar sobre isso. A gente já pegou menino fumando maconha aqui e falamos pra fazer o seguinte: você vai pegar toda a sua droga e vai jogar na privada e dar a descarga. E tinha que fazer isso. A gente sentava com todos aqui, algo que a gente chama de assembleia. Junta todo mundo e a gente falava: vocês passaram por outros serviços, mas aqui a

gente tem um jeito específico de lidar com as questões. A gente vai falar de violência, de namoro, de sexualidade, de homofobia. Tudo que atravessa eles, a gente vai discutir aqui. Porque os homossexuais não cabiam também no serviço. Eles eram postos para fora. E a gente questionava: por que que não cabe? A gente deixou um quarto aqui só para os trans. Aqueles que não cabiam a gente criava um lugar. Tiveram vários meninos que ainda não sabiam se eram ou não eram, qual era o gênero, e eles foram se descobrindo aqui. E estava tudo bem, cada um no seu tempo.

E a gente conseguia fazer tudo isso. Porque a gente olhava para o adolescente como adolescente, como sujeito da sua própria história. Então a gente tem essa visão enquanto Modelo. A gente sempre ficava com os meninos e eles sempre gostavam daqui.

- Então, nesse exemplo de pegar fumando maconha na casa, não foi motivo da expulsão?

Pelo contrário, a gente foi discutir sobre. Eu sempre discutia isso com eles. O adolescente vai errar, e ele está na idade de errar. Ele vai experimentar droga, vai experimentar álcool e tudo que tiver. Mas a nossa discussão não era moralista. Era sempre no sentido de saber das consequências e responsabilidades. Eu sempre falava bem realista: olha, no tráfico, vocês vão ser sempre os aviõezinhos. Vocês nunca vão ser o cara que está no carro fumando uma maconha, e passa um policial e não está nem aí. A maconha e a droga vão ser sempre criminosas pra vocês, vocês vão estar dentro do crime. Ao passo que a gente sabe que um monte de gente usa, um monte de gente vai para as festinhas, só que é diferente. E os caras começaram a entender o que eu estava falando. E é desse jeito mesmo. Quem vai preso? Quem está preso? E outra, vocês não trabalham, para vocês conseguirem droga, vocês vão fazer o que? Vão sair para o rolê e roubar alguém, roubar um celular. Aí vocês vocês vão presos. A gente sabia que alguns amigos deles já tinham sido presos. Aí a gente falava: você conhece alguém que já foi preso por roubar celular para comprar e usar droga? Todos conheciam. A gente vai discutindo isso. É uma questão política mesmo, que os meninos precisam entender. A gente leva para assistir filmes, a gente discute de vários jeitos. Então não é só o uso da droga, mas o que a droga pode causar na vida desses meninos. As pessoas que você tem na sua família, porque estão presas? Muita mãe e muito pai estão na rua hoje por conta do crack. Mas é uma conversa aberta.

Outra coisa que eu acho que é importante. Na primeira, segunda e terceira semana eles vão embora, eles evadem. Só que a gente se conheceu. Então, quando ele voltava, ele não é um outro menino. Ele é um menino que já passou aqui, que a gente conhece a história dele e vai discutir as questões com ele. Eles fugiam muitas vezes, duas ou três vezes. Mas na quarta vez era “ah tio, vou ficar por aqui mesmo”.

- Vocês insistiam, né? Não era “evadiu? se vira, arranja a vaga que tiver!”.

A gente já teve que lidar com situações de meninos que brigaram em outros SAICAs e vieram resolver as situações aqui. E a gente sentava pra conversar. E acabava que era besteira, coisa de moleque.

Então, a gente criou uma metodologia dentro do Acolhimento Inicial. Mas sempre a partir dos meninos, das questões que eles iam trazendo, e a gente ia aprendendo com eles. A gente fez baile funk aqui no serviço. A gente levava eles pra Liga do Funk, que é na Vila Matilde, e eles trabalham a música em si. Tem os proibições, mas nem todo funk é só os pancadões e proibições. Tem vários tipo e nomes. A gente juntava meninos e meninas e pegava uma determinada letra de música e discutia a letra. A gente ia vendo com eles o que era misógino, isso ataca a imagem da mulher, e se liga, você tem irmã e mãe. Aí o moleque falava “é que eu gosto da batida”, aí a gente falava “então tá, mas troca essa palavra por outra, pode ser? Aqui tem que ser assim”. Mas quando você está no pancadão lá, são outras ideias, porque você está lá no meio do fluxo. Mas aqui não. Aí os moleques começavam a ouvir funk aqui dentro, num determinado horário marcado e de boa, porque a gente tem vizinhos.

Aí eles vão ficando. A gente permitia que eles ouvissem músicas que eles gostam. Eu discutia com os educadores que a gente pode oferecer outras músicas também, que às vezes o moleque só não conhece. Então a gente chegou a apresentar pra eles Legião Urbana e outras músicas, e também gosta do funk. Então a gente não é tão moralista. A gente sabe que estamos lidando com um menino de 15 anos. Todo menino de 15 anos gosta de funk. Mas gosta de outras coisas também. A gente vai discutindo tudo isso e os meninos vão ficando. E vão voltando. Porque sabem que a gente tem um jeito de lidar e a gente sempre manteve isso. O Modelo, hoje, a maioria das pessoas que passaram por aqui, e olha que não foram poucas, vão sempre ter uma nostalgia, uma saudade.

E a gente não tinha rotatividade de funcionários, o que é bem importante. Então eles voltavam pra ver a gente, perguntavam por nós, pelos tios. Porque eles entendiam. A maioria dos nossos funcionários estava aqui há mais de 10 anos. Cria-se aí uma relação. Meninas de 20 e poucos anos voltam e falam “eu dava trabalho, em, tio?” (dá risada). Mas é legal isso, a gente tem muita história, tem muita coisa que eles aprenderam aqui e isso é bonito de se ouvir. Então essa é nossa ideia sempre, a gente mantém um vínculo, e o vínculo implica que eles possam sair e possam voltar.

E outra, o serviço de acolhimento que deixa os meninos trancados 24h por dia, é pedir pra não dar certo. De manhã, a gente sai com os meninos pra algum lugar, não é pra ficar entocado aqui. Pela tarde também. Tem as questões aqui de organização da casa e quem faz a organização da casa são eles. Uma vez eu falei disso em uma reunião de SAICA Acolhimento Inicial e uma das coordenadoras falou assim: como vocês fazem tudo isso se amanhã eles não vão estar lá? É que a gente parte do pressuposto que eles estarão.

- Você vai me contando que vocês têm uma metodologia muito própria de vocês e há um contraste muito grande. Você pode falar mais disso? Sobre como vocês eram vistos pelos outros SAICAs Acolhimento Inicial e os Regulares, e sobre as diferenças metodológicas?

Eu sempre acho o seguinte: é o jeito que você olha para o serviço e o que você espera do menino. A gente não acha que o menino é uma coisa para chegar e sair, e se ele está saindo, é porque tem

alguma coisa errada com a gente. Muitas vezes os meninos saem porque não foram bem acolhidos no serviço.

E a gente ouvia muito que tem em alguns lugares, na maioria, em que os meninos são o “disciplina” do serviço. O “disciplina”, dentro da linguagem do crime, é quem cuida das questões de desacerto na casa. Um menino brigou com o outro, e quem vai resolver é o disciplina. O menino quebrou uma regra, e quem resolve é o disciplina. Isso tudo é velado. Isso ninguém vai dizer que tem, mas a gente sabe que tem porque os meninos dizem. O educador vai falar que tem um moleque causando lá, fazendo algo de errado, e pergunta se ninguém vai fazer nada. Aí o menino que é o disciplina naquele momento, porque é sempre o mais velho, vai atrás cobrar. Com a autorização de um educador, um menino agride o outro. Por que? Pra ficar tudo em paz. Só que hoje você bate, amanhã você apanha. E nesses lugares os meninos não ficam, eles pensam “os tios deixam os caras baterem na gente”. A gente já ouviu história que o educador finge que não vê as coisas. Ao ponto de saber que os meninos estão transando dentro do serviço lá. Não pode e é regra, e por mais que aconteça, a gente não pode ser conivente. Tem que falar que não pode, que não pode droga nem transar. Aqui a gente pensa: não pode, mas não quer dizer que não vai acontecer, e se acontecer, a gente vai discutir isso e não expulsar.

Quando se tem esses meninos, os “disciplinas”, e eles que cuidam do serviço de acolhimento dentro da lei do crime, a gente não pode permitir isso. Você não pode mandar duas mensagens: ou você é do crime também, ou está cuidando deles. Então você não pode ter um “disciplina”, esse lugar é do educador: não disciplinar, educador porque educa. É diferente. Eu nem discuto disciplina, pra mim disciplina é coisa de militar. A gente discute o ambiente, o melhor jeito de se estar na casa: não é o indisciplinado e o disciplinado. Vamos falar de convivência? Pô, seu pai espancava dentro de casa e você vem e é espancado no serviço de acolhimento? Muitas meninas e meninos vem pra cá porque são violentados, abusados dentro da própria casa. Aí eles vem pra um serviço de acolhimento e vai lá e acontece a mesma coisa? Não vou falar que aqui não acontecia, porque acontecia. Só que a gente juntava todo mundo e a gente resolvia, entendeu? Mas a gente nunca deu autoridade para nenhum menino achar que ele que tem que resolver. Tinha situações que os meninos diziam “deixa que nois resolve”, e eu falava “não, quem resolve somos nós”, os educadores e os técnicos e coordenadores dando todo o apoio. A gente ouve muito que os técnicos são muito isolados dos educadores nesses serviços. Tanto que essa sala aqui é no meio da casa, que é estratégica. Em outros lugares os técnicos ficam distantes. A ideia é que a gente não fique dentro da sala, e sim que a gente circule e apoie o educador. E isso é um diferencial. Eu, que coordenava aqui, subia no quarto e ia acordar os meninos, o educador podia continuar o que estava fazendo, não precisava vir resolver isso. Estamos todos lá como educadores, mas temos papéis diferentes. Eu tenho um papel aqui dentro que eu preciso exercer, mas somos educadores, isso não pode estar excluído. A gente sempre tinha supervisão e reunião de equipe toda semana, para discutir o andamento da casa. Eu sempre acho que é um diferencial estar junto da equipe, porque aí sim você discute os meninos, aí você olha para o menino. A gente fazia assembleia todo dia, começava o dia discutindo a rotina do dia. E terminava o dia perguntando o andamento do dia. Roda de conversa, porque os meninos tem que falar também. A ideia era começar o dia com reunião. Parece que não, mas faz uma diferença! Você dá voz pro menino. Dá a voz, mas não dá a casa. O menino grande respeita o menino pequeno. Cada um tem

sua individualidade. A gente lidava com os conflitos: exemplo, o banheiro está sujo, aí eles vem falar “foi o fulano que chegou da rua”, o cara chegava da rua meio desorganizado e eu falava “vamos ajudava ele a se organizar! Pô, o cara acabou de chegar da Cracolândia, e aí?”, aí eles falavam “é memo né tio, vamo lá”. Eles são solidários. A gente tem que lidar com isso que eles trazem o tempo todo. Tudo isso fazia com que os meninos gostassem de ficar.

A gente ia discutir isso em reunião com os outros Acolhimento Inicial, e só falavam “isso não dá certo”. A gente cuidava de criança também, nos últimos dois anos que a gente começou a atender somente adolescente. Mas não mudou muito: esse lado aqui era adolescente e o outro lado era criança, até 12 anos. Eu até acho que moleque de 10 anos é mais difícil que de 15.

Tem algumas coisas que eu sempre achei e acho: os serviços de acolhimento Inicial vão deixando os adolescentes muito soltos, e se você deixa os meninos soltos sem limites, os moleques comandam mesmo. Só que é um comando inseguro. Eu sempre falo que o educador precisa estar presente.

- Parece que sempre tem esses dois extremos: ou é terra de ninguém e lei do mais forte ou é rígido ao ponto de eles não caberem.
- Sim, senão fica a equipe técnica e os educadores totalmente apartados.

Sim, na Vara da Infância sempre tem encontros de educadores, encontros de técnicos. Normalmente são para técnicos, mas eu mando os educadores. Pô, quem é linha de frente são os caras, os educadores. Dependendo do tema, a gente vê quem queria, não era uma imposição. Aí tinha palestras que eram só os educadores que iam. Para discutir sexualidade no serviço, não é o técnico, é o educador que está com os moleques o dia inteiro. O educador precisa saber também o que está sendo discutido. Por exemplo, não adianta olhar só pra transa em si, precisa olhar quem estava ali naquele momento, se o menino já foi abusado, qual que é a história? A gente sempre discute isso, sobre transar dentro do serviço de acolhimento. Tem muitos meninos que foram abusados, e eles reproduzem depois. Então quando vê o menino com histórico, falamos pro educador ficar atento, não pra falar ou fazer nada, mas só ficar atento. Porque o menino pode reproduzir. E precisamos buscar conhecimento pra lidar com essas questões. Então eu sempre achei que isso é importante. Ter um educador com esse know-how. Pra saber lidar da melhor forma possível com as situações. Vão ter situações diversas, mas se você tiver um pouco de experiência pra poder discutir isso, e se o menino depois vier contar essa história pra você, é fundamental saber acolher.

Eu achei que isso fez com que o Modelo fosse tendo um olhar diferente pros meninos aqui dentro. Os meninos quando entravam aqui sabiam que aqui era diferente. Aqui não era igual o outro serviço, onde os caras deixam eles ficarem a noite toda sozinhos no quarto, onde não tem educador perto e cada um é por si e precisa sobreviver. Tem muitos meninos que passaram por outros de Acolhimento Inicial e contam que lá era terra de ninguém. Os educadores deixam o pau quebrar. Aí você tem sempre a casa quebrada, destruída. Há uns três anos atrás, juntaram uns

meninos e quebraram todos os SAICAs de Acolhimento Inicial, menos o Modelo. Quebrar mesmo, apareceu até na televisão. E só preservaram aqui.

Eles destruíram os lugares em que eles eram maltratados. E foi um grupo de meninos específicos. Eles causaram pra ver o que acontecia. Essa é uma história que eu sempre faço questão de contar, pra apontar pras pessoas: “olha pra isso”. Porque se tem uma coisa que a gente sempre discute nessas reuniões de Acolhimento Inicial é que os meninos quebram os abrigos. Mas eu sempre falei: “se eles tão fazendo isso, é porque tem coisa errada”. Aí você via o discurso nas reuniões com coordenadores e técnicos e eu apontava: menina não podia sentar do lado de menino, não podia fumar cigarro, não podia um monte de coisa, aí eu perguntava, mas o que que pode? Aí gerava um constrangimento. Porque quem aguenta ficar em um lugar assim? Aí se os meninos fogem, não pode voltar. Aí o que pode? Ficar sentado na sala assistindo televisão. 20 adolescentes. Ninguém aguenta! Eu vinha falando isso há muitos anos: muitas vezes o serviço é feito assim pro menino não caber.

Nada contra religião, longe disso, mas você não pode impor sua religião para um adolescente. E hoje tem muitos serviços evangélicos, serviços católicos, espíritas. Tudo bem que tenha, mas eu não posso colocar minha religião pro menino que mora aqui, eu preciso respeitar. Somos um Estado laico, não? Tem serviço que tem que rezar! Aqui a gente deixava tudo sempre livre, se você quiser, é particular seu, mas você pode ir no templo que você queira, na igreja, na macumba, onde você quiser. Aqui dentro a gente precisa respeitar. Tinha meninos religiosos bem fervorosos, e eu achava tudo bem, mas deixando claro que tem outras religiões e que precisa respeitar. Tem a umbanda: “ah, isso é do demônio”, aí o problema está em você. Eu costumava falar com os educadores nas reuniões, “e se eu for gay, e aí?”, eu não posso trabalhar aqui? Eu tenho minha vida particular. Mas eu aqui dentro, não é minha moral que eu tenho que trazer. Aqui eu sou o coordenador e tenho minha função. Você é o educador e tem sua função. O que você faz do portão pra fora, quero nem saber, não faz sentido eu saber. Mas eu tenho que saber que você cumpre seu horário e suas responsabilidades, e vai fazer não o que você acha, mas o que a gente combina, o que a metodologia do serviço estabelece. E se errar, pode errar, acontece, mas vamos conversar isso pra que não aconteça de novo. Aí quando errar de novo, vai ser outro erro. Se você não está concordando com a metodologia, a gente pode discutir ela, e a gente pode até melhorar ela, porque essa é a ideia! Se a gente chegar a conclusão que a gente não está ajudando o menino, a gente precisa discutir isso.

Normalmente os moleques preferem ficar aqui. As famílias podiam visitar todos os dias, a gente não tinha um dia para a família. Desde que nos avisasse com antecedência. Porque a maioria das famílias são pessoas trabalhadoras, sem folga. Tem folga no meio da semana, ou à noite. Então tá, sabemos que a mãe do João não consegue vir no horário de visita da casa, se tivesse (mas não tem), das 14h às 17h. A visita é a partir do horário que o familiar pudesse. A gente se organizava para receber a família. A gente sempre preferia que tivesse um técnico junto com essa família e o menino, para entender o que está acontecendo, e ajudar caso não tenha diálogo. A família vem, conversa primeiro com a gente. A gente já conversou com o menino, avisa o menino, e então a gente combina como vão ser essas visitas. Tinha família que vinha de segunda, outras de terça, mas era sempre a partir da família e nunca a partir do nosso horário e das nossas

conveniências. Não é a família que precisa se desdobrar para vir aqui, é a gente que precisa ter uma casa que possa acolher qualquer um que possa chegar. E pra gente é fundamental que a família participe. Não quer dizer que o menino vai voltar para casa, mas a família precisa entender isso. É a partir do menino, sempre. O que eles podem fazer e também como a gente pode ajudar essa família. Isso é bem importante.

A gente vai fazendo trabalho desse jeito. E a partir sempre do sujeito, nunca da equipe. Se a gente percebe que o menino está abusando, a gente sempre discute isso e sempre em grupo. Todo dia, começo do dia tem assembleia, e no fim do dia perguntamos como foi. Na quinta, a gente já discutia o final de semana, até pra eles saberem o que está rolando, porque é ruim chegar no final de semana e não saber o que vai fazer. Tem tal atividade na casa, fulano quer ir visitar a família, vamos ter que organizar a condução, fazer tal e tal coisa. Então a gente deixava o ambiente organizado. E pros caras que ficavam em casa, a gente criava algo pra fazer, pros caras não ficarem aqui sem fazer nada o dia todo. Então a gente transformava o serviço a partir do menino.

Às vezes os meninos ficavam 4 ou 5 meses. Mudava sempre. A cada dois ou três meses, entrava dez novos, mais ou menos. E a gente sempre volta a discutir as mesmas coisas. Porque é mais rotativo do que um regular. O máximo que um menino ficou aqui foi 1 ano e pouco. Mas a maioria fica uns 8 ou 9 meses.

- Mas aí ia pra onde?

Normalmente a gente fazia um encaminhamento pra um serviço regular que o menino já tinha ido visitar, já conhecia, aí a gente fazia um encaminhamento. Não um encaminhamento vazio. Não era “chegou aqui e já vai embora”.

- Não era determinado pelos três meses, né?

Não, a gente nunca lidou com essa coisa dos 90 dias. Ele é um limitador pra prefeitura, pro CREAS, que contam esse tempo pra conseguir uma vaga, mas pra nós não. A gente é muito tranquilo. A gente ia tocando a casa a partir do menino. A cada 15 dias eu ia no CREAS pra contar como estava cada situação, a gente sempre discutia os casos no CREAS. E a nossa supervisora do CREAS era muito bacana, ela entendia esse nosso jeito de lidar e ela tava junto.

- Faz toda a diferença, né?

Então, é porque a gente conseguia ter esse diálogo. Tem muita gente de outros serviços que só fala que o CREAS está nem aí. Mas a questão é que você precisa apresentar um projeto. Eu não gostava de levar problemas pro CREAS, eu levava soluções: aconteceu isso, mas a gente fez isso; tem essa situação aqui com tal menino, mas a gente está pensando nisso e aquilo. E até mesmo na Vara da Infância. Eu ia e já levava o que a gente estava pensando. No relatório a gente já ia falando o que achamos que era importante pro menino e porque, aí facilitava. Então nossa relação com a Vara era super tranquila. A gente levava os encaminhamentos, o que a gente estava pensando pra cada menino, pra família. A gente levava o que a gente ia fazer pra apresentar, a gente levava a proposta. Se eles discordarem, aí a gente abre a discussão. Mas normalmente

dava certo. A gente já levava os casos prontos a partir do que a gente pensava, porque a gente que tem contato com o menino e com a família. O fórum vê o menino a cada 4, 6 meses. A gente não deixa muito o pessoal invadir nossos espaços. Invadir no sentir de mandar. Só manda quando você não tem uma proposta pra apresentar, e a gente sempre teve. Eu acho que esse foi sempre nosso diferencial aqui.

- Então, geralmente os encaminhamentos eram bem embasados e acabavam dando certo. E eles iam pros regulares e conseguiam se adaptar?

Sim, conseguiam. E podiam visitar a gente, sempre que quisessem. A gente deixa a porta sempre aberta.

- Vocês conseguiam ser um espaço pra sustentar todas essas questões da adolescência e ir preparando pra uma estabilidade.

Se a gente via que o menino ia pra um serviço de acolhimento regular, a gente já começava a ver o que fazia sentido. Por exemplo, o menino é da região norte, e tem uns 7 ou 8 abrigos lá na região, e a gente sabe que ele já tinha passado por algum serviço de lá. Aí a gente vê se quer voltar pra lá. Aí a gente liga pra lá e eles já começam a reclamar do menino, do que lembram dele, mas a gente vai conversando, falando que ele está bem, o que a gente tem trabalhado com ele etc. Então depois de três meses, eu ligava de novo pra lá e o menino ainda estava aqui, não tinha evadido, e isso surpreendia o SAICA Regular e eles topavam fazer o encaminhamento. A gente já mandava relatório. Os relatórios desses meninos é sempre falando mal. Já a gente pensa que os problemas todo mundo já sabe que eles têm, agora a gente tem que mostrar o que eles têm de bom, de coisas nas quais a gente pode investir. E dava sempre certo. Mas você tem que estar disposto a lidar com as questões da adolescência. Se você quiser ter um serviço que não tenha problemas, então você só deixa evadir.

Aí cai no discurso de “não dá porque o menino não aderiu”, “ah, ele fugiu”. Eu acho que se o menino está fugindo do lugar, é porque tem alguma coisa errada com o lugar.

- Imagina, o adolescente usuário obviamente vai ter uma recaída. O problema é ter uma recaída e perder a casa dele.

É isso que a gente tem que olhar. Pouquíssimos eu vi no Modelo que eram usuários todo dia. Os caras fumam maconha porque não tem o que fazer, então fuma maconha. Aquela ociosidade. Aqui a gente faz coisas das 7h da manhã até às 22h da noite. Se você deixa os caras sem fazer nada, eles vão usar mesmo.

No Centro tem de tudo de cultura. A gente ia pro SESC, tem o Centro Cultura. Cada dia da semana tinha alguma coisa. A gente está no meio de um lugar onde é vasto as coisas pra moleque fazer. Os caras adoravam fazer escalada no SESC. Todo dia o educador descia e a gente conseguia uns 20 reais pra comprar um picolé pra cada. Tem um pessoal aqui na ponte da x que faz rapel, a gente levava os meninos lá pra fazer rapel. Adrenalina é bom pro adolescente. Tem um lugar em que é bom pra fazer trilha, aí tinha um educador malucão aqui que passava o final de

semana lá com os moleques. A gente organizava um final de semana, conseguia lá. Você vai criando coisas, é possível. E a um custo de 100 reais, 150 reais. Não é nada absurdo quando você se organiza. A gente não deixava os moleques morgando o dia inteiro sem fazer nada.

- Esse é um ponto importante. É exigido que não se use droga, mas não se oferece nada no lugar.

Agora se você deixar os moleques soltos, aí não tem jeito. Eu sou de família grande, éramos em oito. Se a gente não tivesse nada pra fazer, a gente estava brigando um com o outro. A gente faz uma analogia com Big Brother: imagina, 20 caras numa casa sem nada pra fazer, não é por acaso que dá tanta treta. Se relacionar não é fácil. Então a gente vinha com essas ideias para poder fazer caber o adolescente. E isso a gente discute com a Lurdinha há muitos anos. Modelo e Casa das expedições têm isso como metodologia e é super importante, os meninos dificilmente evadem. Quando você tem algo a oferecer, os meninos ficam. Agora, não dá pra você deixar 20 meninos ociosos o dia inteiro e educador mexendo no celular.

- Pelo que eu estou entendendo, isso é muito particular de vocês, vocês foram desenvolvendo, né? Não veio das Orientações Técnicas.

Então, bastante coisa que tem hoje nas Orientações Técnicas tem a ver com o que a gente discute. As orientações técnicas são de mais de 10 anos atrás, mais ou menos, e a gente já faz isso há 25 anos. Muita coisa que a gente discute hoje, que eu estou te falando, está nas orientações técnicas porque se basearam nas coisas que a gente discute. Assembleias, reuniões com equipe, supervisão, tem muita coisa lá que tem a ver muito com a metodologia do Modelo, Casa das Expedições e Santa Fé, um outro serviço que a gente trabalhou. A gente aprendeu lá na Santa Fé essa metodologia e achou importante e vem aplicando ela há 20 e tantos anos.

Então, quando as pessoas começam a falar que nos serviços de acolhimento inicial a maioria dos meninos evade, eu digo que não. Nos que eu trabalhei, que foi a Casa das Expedições, Modelo e Santa Fé não acontecia. Mas quando acontecia, a gente ia atrás.

- Como vocês faziam quando os meninos evadiam?

-

- É bem louco isso. Eu ouvia que no Regular eles não ficam, mas não o que o Inicial pode fazer pra eles ficarem.

Eu posso falar assim: um dia nosso acontece um monte de atividade junto com os meninos. E tem lugares desses acolhimentos, inclusive que eu soube recentemente, que eles deixam os meninos saírem sozinhos durante o dia e voltam só de noite. Eu penso, “mano, esse moleque vai fazer o que o dia todo na rua sozinho?”. As saídas aqui são com um objetivo. Tem três educadores, um fica na casa e dois saem com os meninos. E o que ficou depois sai. Eles fazem um revezamento

pra não ser cansativo pro educador. Porque às vezes tem educador de 50 e tantos anos que já não tem tanta força física.

A gente tem uma quadra aqui do lado. Então, se não tem nada pra fazer, vamos na quadra jogar bola. Ou na pracinha ficar sentado olhando os carros passar.

A nossa questão é eles não saírem sozinhos. Não era proibido sair, mas não saía sozinho. A gente explicava pros meninos porque a gente não deixava sair sozinho. Se eles querem sair, vão sempre acompanhados do educador. E a grande discussão com os meninos é que os outros lugares deixavam e a gente não deixava. É o nosso cuidado. E outra: nosso quintal é a praça da x. Pro menino sair daqui e ser aliciado é rapidinho, e a gente sabia, os moleques conhecem todo o circuito. E essa sempre foi nossa grande discussão: eles sempre quiseram que a gente autorizasse eles saírem sozinhos. E eu sempre falava: se vocês querem sair sozinhos, é pra fazer alguma coisa que o educador não pode ver. E a gente não concorda com isso.

Sabe, “bora pra onde? Pro SESC?”, e no SESC, o educador não vai ficar em cima deles. A pior coisa é ser babá de adolescente.

- Pelo que eu estou entendendo, não acontecia muito do adolescente do adolescente insistir que queria ir sozinho e fugir.

Difícilmente. Isso só acontecia quando os caras queriam fumar maconha. A gente já via que tinha um grupinho que era muito usuário. E a gente ia percebendo também quem está com quem. Esses caras que evadiam e fugiam pra fazer uso ou pra vender droga...

- E como vocês lidavam?

A gente super respeitava. Mas a gente deixava claro que a gente não permite, a gente não concorda e a gente não vai conseguir cuidar de você se você ficar no crime. Eu sempre falava “olha, se você quiser ir pro crime beleza, mas você não pode arrastar ninguém”. Mas era uma coisa muito humana de se discutir. E eles entendiam, que os meninos eram firmeza e os educadores também.

Aqui na rua, tem três pontos que vende droga. E os caras super respeitam a gente. A gente já conversou com eles. Uma vez um menino roubou aqui embaixo, e a gente foi falar com elas que a gente não concorda também. Aí falamos com o menino “você roubou na quebrada, os caras vão te cobrar, é melhor você ir embora pra se proteger”. Os caras falam que não pode e pedem pra gente avisar os meninos. Quer fazer besteira, vai fazer longe daqui. Eles sabiam que a gente conhecia e conversava com os caras e os meninos respeitavam isso, “ó, o tio conhece os caras”. Você precisa saber onde você está e se apresentar para todo mundo. Deixar claro que não concordamos, e que o moleque precisa saber o que ele quer, decidir se quer estar no crime ou estar aqui com a gente. Se outros lugares permitem que eles façam essas coisas, aqui a gente não permite. A gente vai cuidar de quem quer uma vida diferente, a gente sabe que é difícil, mas se você quiser sair dessa, esse lugar é pra você.

- E vocês conseguiam tirar os meninos bem envolvidos com o tráfico e droga e levar pra vocês?

Sim, vários! Mas quando eu falo droga, eu nunca estou falando de maconha. Porque eu acho que que é diferente, pros meninos é diferente. A discussão é que quem não fuma, não vai começar a fumar aqui, nem cigarro. Se eles já vem com o vício de fumar cigarro, a gente comprava cigarro pra eles. Mas por que a gente comprava? Se eles não tem dinheiro, como eles vão comprar? Você não abre brecha pros caras roubar na rua ou ficar pedindo. Em outros lugares, não permitem fumar e nem comprava o cigarro pra eles. Eu nem dava dinheiro, eu comprava o cigarro. Agora se o cara não fuma, não é aqui que ele vai começar. Então a gente ia discutindo isso.

- Essa verba para passeios e para cigarro, isso vinha de vocês?

Sim, vinha da gente, você não podia colocar na nota da prefeitura o cigarro. Porque não se fala em redução de danos, esses caras não enxergam, vão achar que você está incentivando o uso de drogas. Eu acho que o que a gente faz é redução de danos sim. Mas explicar isso na Vara da Infância, na Promotoria, não dá. Com o CREAS eu conseguia conversar e explicar porque a gente achava importante. E eles me faziam essa pergunta: “como você vai justificar a verba?” e eu respondia que isso é contrapartida da instituição, mas eles deixavam claro que na nota a gente não pode pôr, entende?

Chegou um momento que eu parei de abrir a boca nas reuniões dos serviços de acolhimento inicial, porque eu era o ET do rolê.

- Como eram essas reuniões?

O pessoal só vinha reclamando dos meninos, e a gente não. Aí eu abria a boca e já viravam o olho. u fiquei mal visto, porque dificilmente eu ia reclamar nos lugares, porque a ideia é achar alternativas. Sabe, ficar lá em duas horas de reunião reclamando dos meninos? “Ah, porque os meninos aprontaram... Ah, porque os meninos quebraram sei lá o que... Os meninos ficam fumando droga... Os meninos não respeitam educador... “. Aí eu falava que eu achava que tinha outros jeitos de fazer. Os serviços continuam iguais, não mudaram, e a gente optou por parar porque ficamos 6 meses sem receber verba da prefeitura. O nosso convênio venceu. Tem um documento CNT, que é certidão de negativas de débito, que pra você renovar um contrato no convênio você precisa ter essa certidão atualizada certinho. E a gente sempre teve problema com isso. A gente demorou dois meses pra conseguir a CNT, mas nesses dois meses a gente já tinha renovado o convênio, mas por questão das mudanças de portarias (eram 20 meninos e baixou pra 15), você precisa ir de novo nessa audiência pública, mas quando teve de novo a gente já estava sem a CNT, e demora, é um documento burocrático que demora 2 ou 3 meses. E a prefeitura não deixou a gente renovar o convênio porque a gente não tinha CNT. Ficamos 6 meses sem verba. A gente já estava no quarto mês, indo pro quinto mês em receber, e dívidas acumulando, então a gente chegou a conclusão que não dava mais. A gente viu que ia demorar mais um mês ainda e os educadores já começaram a faltar, eles não estavam recebendo. E teve um dia que não tinha

nenhum educador aqui, ninguém à noite, aí eu saí de casa e vim trabalhar à noite. Trabalhei três dias seguidos aqui sozinho com os meninos e com os educadores que moram aqui perto. Aí decidimos entregar, não estava dando. A gente discutiu lá na instituição que a gente só ia acumular mais dívida, aí achamos melhor entregar o serviço e esperar melhorar a situação financeira da instituição. A gente pensou em esperar um pouco e depois voltar. A mudança de gestão atrapalhou bastante: a entrada do Doria, pra essa área nossa, foi muito ruim mesmo. Porque o Doria defende que a área social precisa ser mais voltada pra igreja, uma coisa de caridade. Não uma coisa técnica. Ele tem uma visão muito de caridade. Esse pessoal da direita, bem direita mesmo, eles olham pra área social como “um monte de preguiçoso que não trabalha e vive de recursos do governo” e generaliza tudo. Eu acho que tem muita coisa errada na área, mas o serviço de acolhimento precisa existir, e a fiscalização precisa ser melhor. Tem que olhar para esses meninos de um outro jeito. A gente aqui sempre foi de esquerda, sempre. Na época do Haddad, a gente era muito ligado à esposa dele. Ela veio visitar a gente e gostou dessa ideia. Só que aí, nos outros governos, a gente ficou mal visto. Quando saiu o Haddad da gestão, começou a complicar pra gente. A gente destoa muito do que é o serviço de acolhimento hoje. Se você for nos outros 5 serviços de acolhimento inicial, eles vão falar outras coisas pra você, tenho certeza absoluta. Eles vão reclamar, falar que os meninos são o problema, que é um depósito de adolescente, que eles não tem jeito porque usam droga e vivem evadindo, que os funcionários são sabem mais o que fazer, que eles tentam trabalhar e não conseguem porque os meninos ficam tentando invadir a sala. É isso: que os meninos usam droga, não respeitam e quebram o serviço, que eles quebram o “patrimônio público”. É isso que eles vão dizer. Aí se você perguntar: mas e o que vocês fazem? O que vocês oferecem pra esses 20 meninos dentro de uma casa? Eles até vão fazer alguns discursos, mas é muito artificial, e os meninos sacam isso, sacam que os caras não querem eles. E muitos lugares onde tem alto índice de evasão, é justamente onde o serviço não está dando conta da demanda dos meninos. Porque o serviço foi feito para o menino não caber. Eles não fazem nada pra redução de danos, vão falar que não tem verba pra isso, que não pode comprar cigarro porque a prefeitura não aceita a nota, se falarem sobre isso lá no Ministério Público e na Vara, eles não concordariam etc. Bom, eu não falo. Eles não precisam saber de tudo que acontece aqui dentro. Se tem uma briga aqui dentro, eu não vou lá no fórum falar “ai, esses meninos são violentos”. Não, eu vou lidar com a violência deles.

A gente precisa lidar. A violência está ficando hoje insuportável porque todo mundo só vai deixando acontecer, não lida com as coisas. E as coisas vão se agravando. Hoje o racismo e a homofobia e outras violências estão crescendo, porque ninguém quer falar sobre nada, estão nem aí, só querem buscar o dinheiro para ir no shopping comprar roupa.

- Com o governo Bolsonaro, você sentiu alguma diferença no cotidiano do serviço?

A polícia ficou muito mais violenta. Isso a gente vê na rua mesmo, nas abordagens policiais. Minha filha mesmo foi abordada recentemente. Minha filha tem 19 anos e ela é branquíssima, e foi maltratada pelo policial. Mandou ela calar a boca. E ela me falou: “agora eu sei como as pessoas se sentem!”. E eu falei: “imagina se você fosse preta, se estivesse no carro 5 pretos dentro?”.

Tem coisas que desrespeita, machuca as pessoas. Os caras começaram a abusar da autoridade, esse que é o ponto. Eu acho que inclusive todas as pessoas, o desrespeito cresceu muito. Eu acho que teve uma certa autorização, legitimação de algumas coisas.

Só ver a pandemia. O cara falando que tudo bem não usar máscara. Acho que foram autorizadas algumas coisas. Mas acho que a pandemia teve tudo a ver com ele, acho que se ele tivesse um outro discurso, as pessoas respeitariam mais e não seria essa tragédia que a gente está vendo. Imagina, o cara é o presidente, você ouve e respeita o que o presidente fala. Acho que ele atrapalhou bastante, e por isso hoje as pessoas não se preocupam tanto. Sabe, 800 pessoas morrendo por dia... Se fosse 100, já era perigoso. Mas olha isso, a gente normalizou, e não pode ser normal isso. São 4 Boeings caindo por dia. Isso choca, se todo dia caíssem quatros aviões, chocaria muito. Mas a quantidade de pessoas morrendo aqui no Brasil é isso, e a gente achando que é normal. A gente não pode achar que isso é normal. A gente sabe que a economia é importante, mas são vidas. Não dá para encarar o outro assim. Eu continuo não saindo de casa e venho só para o trabalho.

- Aqui no abrigo mudou alguma coisa?

A gente faz o seguinte: quem tem que trabalhar, vai trabalhar. Foram 2 meses de isolamento total. Quando começou a flexibilizar, e os patrões começaram a chamar pro trabalho, a gente comprou álcool em gel e sempre tivemos muita máscara. A gente conversava que quem estava na rua precisava se proteger, porque a gente tem família. A gente discute isso aqui com eles e os caras aqui eram tudo usuário, a gente sabe que pra eles não é fácil ficar tanto tempo aqui dentro. Mas a gente vai conversando, das mesma forma que era quando aqui era Acolhimento Inicial. Precisa colocar limites, é muito importante.

- Pensei sobre a questão dos 90 dias. Então pra vocês isso não era um tempo-limite?

Não. Eu sempre acho que você precisa olhar da seguinte forma: 90 dias é pro CREAS conseguir vaga pra esse menino. Não quer dizer que o menino não pode ficar mais de 90 dias no serviço. Isso já muda tudo. E se não conseguir vaga, continua no serviço. Tudo depende da leitura que você faz: muita gente pensa “que droga, vou precisar aguentar esse menino 90 dias”. Eu penso “em 90 dias vou organizar esse menino, e se ele precisar de 6 meses ou 1 ano, não tem problema”. A parte mais difícil com o menino é o começo, porque quando ele já está na casa e já entende nosso funcionamento e nossas regras, é muito mais fácil. Eu sempre coloco que os 15 primeiros dias são os mais difíceis, porque o menino vem pra te testar. Se você aguenta 15 dias, eles entendem que a gente está aqui de verdade. Os 90 dias é pra conseguir uma vaga ou fazer encaminhamento pra família. Se não deu certo, ele não precisa sair. Ele vai ter que sair quando completar a maioridade, isso sim. Mesmo assim, o CREAS pode autorizar se a gente ver que tem uma vaga em uma República Jovem que talvez o menino consiga, aí ele consegue ficar mais. Mas você precisa ter um embasamento pra discutir isso. Porque pela lei até 6 meses depois dos 18 anos pode ficar, mas você precisa ter um embasamento junto ao fórum, a Vara da Infância, o CREAS. Então não é que o menino sai aos 18. Tem muito a ver com o que o abrigo quer. Se o

abrigo quer se livrar do menino o mais rápido possível, ele não vai nem esperar ele fazer 18 anos. Então é assim que funciona, os 90 dias é pra dar um encaminhamento, mas não é o limite.

- O que eu soube é que esses 90 dias já criam uma atmosfera de que “aqui não importa, pois é muito rápido”, então não faz um trabalho consistente porque vai ficar pouco tempo. E a grande maioria não chegava nem perto de ficar os 90 dias.

Exato, ficam 1 semana ou 2, ou nem isso. Mas sabe quem ficava mais aqui 1 ou 2 dias no máximo? Quem vinha direto da Fundação Casa. E eu super respeitava isso, porque pô, o cara estava há 6 meses na Fundação, e vai ficar aqui no abrigo sendo que ele tem família? Sendo que ele tem amigos? Eles falando que não iam ficar, e eu abria o portão pra eles. Mas eu falava pra ele ir lá, e se quisesse voltar era pra ligar. Eles me falavam “tio, eu respeito o senhor” e eu falava “tira essa mão de trás das costas e não precisa me chamar de senhor”. Eu falava que se ele quisesse voltar depois de ver a família, podia e depois eu podia renegociar o retorno dele com a Fundação, mas que ele precisava cumprir a LA. Mas eu super respeitava. Sabe, você ficou encarcerado meses em um lugar lotado de pessoas... É complicado. E eu deixava avisado pros educadores: ó, vai chegar dois meninos da Fundação, e se eles quiserem sair, tranquilo, senta com eles e conversa. E deixa eles saírem, abre o portão pra eles, não deixa eles pularem o portão e depois eu me resolvo com o CREAS.

- Sim, isso de pular muro é muito uma lógica de prisão, de cadeia em que você precisa fugir.

Sim. E a Fundação manda principalmente pra esses serviços de Inicial, a gente já precisa até deixar vaga reservada. Porque eles ganham liberdade, mas aí a família não conseguiu ir, ou era do interior, aí você precisa deixar algumas vagas pra eles. São prioritárias.

- E se eles não ficam aqui, isso dá problema pra eles?

Não. Eles precisam cumprir a medida e precisam se apresentar em algum lugar. Cada região sempre tem um MSE. A gente abria exceção pra eles, pra que ele pudessem voltar e cumprir a medida. E eu sempre falo pra eles levarem a sério a medida, lembrar que tem que se apresentar em tal dia, pra não perder porque senão vai atrapalhar muito a vida. Normalmente eles vão pra Fundação por furto de celular. É impressionante como a maioria dos meninos estão na Fundação por furto de celular. E pra ostentar no baile funk, pra comprar whiskey e tirar foto, comprar aquelas correntes e tirar foto. Essa é a ostentação da molecada hoje em dia. Não trabalham e precisam de dinheiro, então pegam o celular de alguém. Eu sempre discuto isso em alguns lugares, como no Fórum, eu falo “olha, a quantidade de pessoas na Fundação Casa por conta de furto de celular é impressionante”. É que é sempre difícil falar disso... Claro, é a lei, mas às vezes o moleque nunca nem passou por isso, foi naquela coisa da balada com os amigos e quer ser admirado. As músicas falam disso, qualquer baile de periferia os caras fazem os vídeos com carrões, com mulheres lindas na piscina. E os moleques veem e querem ser isso. Mas como vou ser isso? Aí os caras vão roubar, entrar pro tráfico. Filhos de funcionários que trabalhavam aqui já foram presos. A realidade está muito próxima dos educadores com os meninos. Não é tão simples. O Lula falou isso uma

vez, e repercutiu de maneira muito ruim. Ele disse “pô, a pessoa vai presa por ter roubado um celular”, aí já diziam “olha, o Lula concorda com que roubem celular”.

Mas claro que eu entendo do que ele está falando. A gente que está aqui do lado de cá, com esses adolescentes, a gente entende. Mas é isso, tem tanta história de que roubou pra comprar comida pra família. Mas isso tem que ser discutido.

E essa privação de liberdade é pra população preta, pobre. Há uns 20 anos atrás eu fui em uma discussão sobre as penitenciárias no Brasil. Cara, tinha um número absurdo: 80%, quase 90% das pessoas presas foi por pequenos delitos, coisas simples. Eles pintam na mídia que são estupradores, assassinos, claro que tem esses, mas é a minoria. Quando estavam discutindo a redução da maioria penal, aí mostravam sempre o Champinha, os estupradores, os crimes hediondos, que são a minoria da minoria. Mas é o que mostra na mídia. E mostrando assim, parece que são todos os adolescentes. Mas não é, não pequenas besteiras que eles cometem. Roubo de chocolate, de sorvete, que aí o segurança pega e leva pra Fundação. Eu conheço um delegado da época em que eu era do serviço regular, que eu era educador, o cara ligava pra gente: o moleque foi pego roubando danoninho. Eu ia lá e tirava os meninos. Uma vez eu pedi pro delegado ir conversar com os meninos, até pra aproximar a polícia deles de outra forma que não pela brutalidade e pelo encarceramento, mas pra discutir a realidade deles.

E depois os meninos tinham que devolver o que eles roubaram. Não era assim fácil. Pra eles se responsabilizarem. Porque é muito vergonhoso precisar encarar a pessoa de quem você roubou. É reparação. Esse delegado era bem consciente, ele falava “pô, não vou levar esses moleques presos, uns bunda mole desses”. Cinco adolescentes juntos só faz besteira, e faz mesmo. A gente foi criando uma relação com esse delegado e ele vinha e discutia com a gente. E foi diminuindo a quantidade de furtos. E era assim: roubava, precisa reparar. A gente já queimou até dinheiro aqui: eles roubaram e não tinha como devolver. Pra deixar bem claro o que a gente defende aqui. Sempre na ideia de fazer reparação. Sujou a parede? Vai limpar. O que eles sujaram aqui, eles limpam. Eles precisam de responsabilizar: sujou, limpa.

- É isso, são sempre os extremos: ou você é conivente e nem olha, ou você encarcera. Entre esses dois pólos tem um trabalho possível.

Então, eu gosto das medidas socioeducativas, eu acho que talvez tenham pessoas não tão capacitadas para fazer com que os meninos de fato entendam. Tem essa questão da conscientização. A gente já teve uns meninos aqui que precisavam ir cumprir os horários, e eles não queriam ir, a gente insistia na importância. Eles tinham que cumprir medida e era necessário. Mas agora as pessoas querendo diminuir a maioria penal pra 16 anos, sabe... Não dá. Eu acho que o Estatuto é super novo ainda, só 30 anos dentro de um código penal muito antigo, e as pessoas ainda não entendem, as pessoas acham que é passar mão na cabeça. Eu conheço pessoas que já ficaram presas muitos anos por terem roubado quando jovens e veem que foi uma besteira. Sabe, bobagem, fumava maconha, precisou roubar pro rolê, e hoje não rouba mais e entende a bobagem que foi.

- Outra coisa que eu lembrei agora. Com o congelamento dos investimentos em 2016, vocês sentiram alguma mudança?

O que a gente percebeu é que os convênios não reajustaram e isso atrapalhou bastante pra gente. Todo ano renova o convênio e aumenta a verba. Mas na nossa área diminuiu 30% da verba pra área social. Aí começou a atrasar muito o salário, os repasses pras instituições. Se você for conversar com 5 instituições, 4 vão te dizer que atrasou 2 ou 3 meses a verba. Em três anos, pra gente atrasou no mínimo três meses por ano. E no último ano, 2019, atrasou 6 meses. Porque eles faziam assim, digamos, tem 100 pra pagar 150. Aí a gente pagava 100 e deixava os 50 pro outro mês, e ia virando uma bola de neve. Ficamos todos no mínimo 3 meses sem receber o repasse da prefeitura. E olha que a gente está falando de centenas de ONGs. Isso foi a partir do Doria, tenho certeza.

Um mês de atraso em um serviço de acolhimento acumula as dívidas e você não consegue se reaver. A gente tem o salário do educador, e atrasa. Não dá. As dívidas, os juros, só vai aumentando. Fazia uns 10 anos que não tinha isso, mas nos últimos 3 anos, foi muito recorrente. Não sei se outras áreas, mas a área da assistência, a gente sentiu bastante. O pessoal da cultura também. O pessoal da Assistência e da Cultura sentiu bastante, primeiro com o Doria e depois com o Bolsonaro. O repasse atrasando. O repasse acontece sempre até o quinto dia útil. Aí começou a atrasar 2 meses. Tem instituições enormes que podem pagar, mas pequenas iguais a nossa... Que vive de convênio, não dá. Muitas ONGs fecharam por não dar conta, pot acumular dívida. Quando a gente ficou três meses, lá em 2018, sem receber, teve até problema de alimentação. Não digo arroz e feijão, mas problema com creme dental, sabonete, coisas básicas. A gente precisou conversar que não ia ter o café da tarde, porque faltava coisa. São 5 refeições: café da manhã, almoço, café da tarde, janta e um chá à noite. A gente precisou cortar uma, e optamos por cortar o da tarde. Aí quando a gente começa a perceber que está tenso demais, a gente vai atrás de doação e precisa correr atrás.

- A questão da escola, eles ficam matriculados aqui?

Então, todo começo de ano a gente matricula todos que estão. Até abril conseguimos, depois não, porque não recupera a nota. As escolas daqui a gente tem uma boa relação. Inclusive, se der algum problema com eles, a gente pode pra ligar pra gente que a gente vai lá resolver. Ou então, se vinha um menino que já tinha estudado no começo do ano, a gente dava um jeito de conseguir. Teve um menino que a gente conseguiu colocar pra assistir aula, só como ouvinte. Isso por conta da parceria nas escolas, que era bem importante pra gente.

- Vocês tem uma parceria muito boa com o território, né? Até a Vara, vocês conseguem desenvolver uma parceria legal.

Isso é estratégia para sobreviver. As pessoas tem que saber quem somos, então a gente tem que se apresentar. Não dá pra ficar alheio, isolado. Você tem que participar, ser ativo, estar no meio da comunidade e a comunidade tem que saber quem são esses meninos, as situações deles, que não é pra ter medo deles. A gente importante participar com a comunidade, faz toda diferença.

- Parceria com a saúde, como é?

É ótima. O CAPS é o CAPS da x. Era legal. No máximo em 15 dias, a gente já conseguia encaminhar os meninos. No máximo, até em 2 ou 3 dias. A gente tinha 4 técnicos, 2 psicólogos e 2

assistentes sociais. Então a gente dividia. Cada um cuidava de uma parte: escola era com um, saúde com outro. Então, chegou menino, cada um trabalhava na sua área. Nas nossas reuniões semanais, a gente prestava essas contas: como estava em tal lugar e o que precisava fazer.

- No roteiro, eu estava focando muito mais nas diferenças do regular e do Inicial. Foi o que eu trouxe num primeiro momento, desse preconceito dos regulares. Mas você trazendo a questão dos Iniciais mesmo e a questão de como essa rede não é preparada pra lidar com adolescentes.

E eu diria que os mesmos dilemas que o Inicial tem, o regular também tem. Em relação à adolescente. É impressionante como, assim que completou 13 ou 14 anos no Regular, os meninos fogem e não voltam mais. Eu sempre falo: não é coincidência. Eles cuidam de crianças. É um serviço especializado em criança. Aí os adolescentes começam a criar questões de adolescente e aí não cabe no serviço.

Foi uma coisa que aconteceu em 2018: aconteceu algo que eu não chamaria de coincidência, eu chamaria de fenômeno. Os meninos de 14 anos começaram a evadir dos serviços regulares e vieram para o Modelo. Tem uns 8 regulares aqui da região, mais a gente de inicial. Só de um específico, vieram 6 meninas. Elas falavam que os tios de lá reclamavam das roupas delas, reclamavam porque elas queriam sair com os meninos... Eles começavam a não lidar com as questões e iam expulsando os adolescentes. Eles não usam a palavra “expulsar”, eles falam “ah, o menino não aderiu”. Não é o menino que precisa aderir, é o serviço que precisa deixar o menino caber. No fórum, os adolescentes falam sempre muito bem a gente e muito mal dos regulares. O pessoal do fórum perguntava o que a gente fazia lá que os adolescentes adoravam, e a gente respondia “a gente só cuida deles, ué”. Teve uma menina aqui que foi contando pra gente das questões que os caras não ligam. Sabe, é até antiquado você achar que meninos de 15 anos não vão se relacionar. Vão, porque faz parte. E não é motivo pra você excluir, pelo contrário, você precisa incluir e você precisa falar disso. Você pode falar de preservativo, de anticoncepcional, de gravidez na adolescência, você tem um campo aberto a se discutir. Mas sem preconceito. Só que não falam, preferem que eles vão pra rua, onde eles estarão sujeitos a qualquer coisa.

- Se o SAICA Regular é pra ser uma referência de casa, mesmo que transitória, é muito difícil isso de evadir, perdeu a vaga e acabou.

Sim, é impressionante. O menino mora 6 anos num lugar e fica fora uma semana e perde a vaga. Quer dizer, como podem fazer isso com os meninos? Aí vão falar que a culpa é do menino, que ele foi mau educado. Que “não aderiu”.

- É muito interessante isso, de que o serviço não é preparado pra lidar com as questões da adolescência.

Sim, o serviço não é preparado. Você percebe, os caras não estão olhando pro adolescente. O adolescente não está cabendo no serviço, mas o serviço não é feito pro adolescente caber. É feito pra excluir. Eu ouço muitas histórias, participo de muita discussão, vou pra muita reunião: eu fico ouvindo as críticas à adolescência, e penso “os caras não têm noção”.

Vou dar um exemplo. Eu dou supervisão pra outros SAICAs com uma colega: teve uma história de um menino de 18 anos. O menino que eles desenharam pra gente era um menino super interessante, na nossa concepção, mas pra eles o menino não estava servindo pro serviço. Tinha acabado de completar 18 anos e fugiu. Esse menino tinha sido acolhido aos seis anos de idade. Eles conheciam a trajetória do menino. Aí a gente foi mostrando pra eles “olha a história desse menino”, tinha mãe e pai, teve tal situação e foi morar com a avó, avó não deu conta, e depois foi pro serviço de acolhimento. Aí nisso foi de um serviço de acolhimento pra outro e pra outro. Aí foi indo de lugar pra lugar, e eles contavam que o menino era muito bonzinho na casa, mas acabava que quando ele saía ele fazia coisas, fumava maconha, cheirava cocaína e roubava, mas na casa era sempre tranquilo. Até um dia que chegou alcoolizado e explodiu na casa, foi agressivo e grosseiro com os educadores. Aí eles chamaram a polícia. Polícia foi e deu uns tapas no menino. Hoje o menino tá num morro aí morando num barraco do tráfico. A partir do que eles contaram, a gente foi falando: olha esse menino, sempre foi tirado dos lugares, sempre teve que se virar sozinho. E os lugares sempre iam tirando ele. Como um menino desses vai criar vínculo? Vai se relacionar? E ele sempre era o bonzinho, aí na primeira vez que ele é mais agressivo, vocês chamam a polícia. Aí a polícia vai e bate nele, com a conivência de vocês. Como o menino vai confiar? O menino se livrou de vocês, que bom pra ele. Mas se vocês fizessem diferente, poderia ser uma história totalmente diferente. Aí a gente foi mostrando outras opções, outros caminhos. Aí no final eles entenderam que dava pra continuar trabalhando com o menino.

Sabe, ninguém olha pra o que o menino tem de interessante, só pra o que não cabe. Pô, são 12 anos morando no serviço, as pessoas decidindo sua vida, e um dia que você tenta se impor, chamam da polícia? A polícia te dá uns tapas, e os educadores veem e não falam nada? Foram 4 horas de discussão sobre esse caso e eles vão atrás dele. Ouve o menino: ele quer mesmo sair do abrigo? Quem é uma figura de referência positiva pra ele? Quais são as oportunidades e possibilidades pra esse menino?

Fiquei pensando em quantos desses meninos a gente já recebeu aqui. Quantos a gente já cuidou. E quantos eles devem receber também. E a gente pensou: meu, se esse é o pior e ele é assim, normal... A gente cuida de uns meninos mais difíceis e a gente consegue ir lidando, porque a gente discute as questões. Só que tamponavam tudo, eles não discutiam nada.

A gente sempre discute que se o menino é muito quietinho dentro de casa, tem alguma errada. Eles está aprontando na rua. É bom que ele estoure aqui, porque a gente lida com as questões, a gente acolhe. Aqui a gente falava sempre isso: não existe adolescente bonzinho, se ele está muito quietinho tem algo acontecendo. Então vamos cutucar, pra ele contar quem é ele de verdade.

Sempre deu certo. Assim vai construindo a relação. Você precisa olhar pro adolescente, senão esse menino vai ser encarcerado daqui uns 2 anos, vai ser institucionalizado de novo, e não é essa ideia. E os serviços de acolhimento acabam contribuindo muito pra isso. Que o menino vai criar situações, vai. Mas o que você vai fazer com isso é que faz a diferença. Eu acho que é isso que a gente tem que olhar.

Melhor eu ir, que tem um menino gritando lá no portão.

Parecer TCC

Título:Adolescência e seu não Lugar nos SAICAS:

Compreensão das narrativas de profissionais de serviços de Acolhimento Inicial (ou Porta de Entrada) através de uma perspectiva arendtiana

Aluna : Gabriela Garcia Plaza Teixeira

Orientador : Prof.Dr. Luís Eduardo França Jardim

Parecerista : Isabel da Silva Kahn Marin

Nota : 10 (dez) com louvor !!!

É com profunda emoção que escrevo esse parecer. Raramente temos a oportunidade de testemunhar um TCC com a consistência, maturidade intelectual, rigor ético e originalidade como esse . A questão desenvolvida nesse trabalho me é muito cara, e objeto de pesquisa e intervenção nesses últimos 40 anos.Com muito orgulho, me sinto passando o bastão para Gabriela. O percurso que ela percorreu na elaboração dessa pesquisa , é fiel à tradição arendtiana , metodologia que a norteou, mantendo viva a interlocução com os diferentes autores que se debruçaram sobre as questões que a pesquisadora se deparava ,ao buscar compreender as especificidades, vulnerabilidades,

crises e potencialidades da experiência em instituições de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes . (SAICA) Sua narrativa é absolutamente consoante à proposta de Arendt, e Benjamin. Natalidade, pluralidade, compreensão e convocação à ação são as marcas desse trabalho. E dessa forma chega à importante constatação, do não lugar do adolescente, sintoma do mal estar de nossa sociedade caracterizada por profundas desigualdades ,pelo racismo estrutural, apontando ao mesmo tempo , o quanto os jovens insistem em reivindicar o lugar que lhes foi prometido, em seus comportamentos, em sua evasões, denunciando os espaços onde” não cabem “. As narrativas aqui desenvolvidas testemunham vivamente os desafios colocados para os SAICAS “iniciais “, em buscar garantir que os direitos fundamentais das crianças e nesse caso dos adolescentes sejam resgatados.

A estrutura formal do trabalho obedece os parâmetros acadêmicos rigorosamente ,sem que o texto perca originalidade e fluidez . Merece destaque a amplitude e profundidade com a qual a Gabriela pesquisou os autores e os materiais produzidos sobre o complexo tema ao qual se propôs trabalhar ,a atualidade da bibliografia consultada ,articulando esses aportes de forma muito apropriada para compreender o problema que se propôs a discutir.

A organização dos capítulos permitiu a apresentação de forma clara e aprofundada do processo de pesquisa , e embora o conteúdo fosse muito extenso, dada a complexidade de questões que surgiam e a disponibilidade de Gabriela em discuti-los todos , a escrita não perdeu sua consistência. Tomo as próprias palavras de Gabriela, que generosamente retomou o processo percorrido ,na p205, para destacar a extensão de seu trabalho, que não perdeu o foco , em nenhum momento.

“No Capítulo 2, trouxe noções da pensadora Hannah Arendt (além de um pouco de sua biografia e sua potente relação com a Psicologia e com a Fenomenologia) que me serviram de pano de fundo ético, político e teórico para embasar a metodologia de pesquisa (especialmente através das noções de narrativa, pluralidade, natalidade, compreensão e ação para a autora), a qual dividi em dois momentos: o primeiro, dos Capítulos 3 ao 6, consistiram em uma contextualização dos primórdios da história do Acolhimento Institucional no Brasil até a Constituição brasileira de 1988 e a criação do

Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, e como tudo isso foi e segue sendo atravessado por um racismo de ordem estrutural e por uma profunda desigualdade socioeconômica, o que impacta diretamente o Acolhimento Institucional (SAICA) na atualidade. Além disso, expus o que é, na teoria e nos documentos oficiais, o modelo de SAICA chamado de Acolhimento Inicial (e suas diferenças com o modelo de SAICA Regular), além de minha hipótese que partiu da experiência prática que tive em um SAICA desse modelo, que foi justamente o que me instigou e me levou a investigar essa temática. Minha problemática central a ser investigada era: quais são as especificidades, potências e vulnerabilidades da vivência em um SAICA de Acolhimento Inicial?

Para responder a essa questão, o segundo momento da metodologia (os Capítulos 7 e 8) consistiu em entrevistas com dois profissionais de SAICAs de Acolhimento Inicial para a escuta de suas narrativas, visando a compreensão da realidade deste serviço através da formação de núcleos de sentido que partiram dessas entrevistas e posterior proposta de ação, ou seja, de intervenção nessa realidade, partindo da compreensão que tive. O primeiro momento da pesquisa (Capítulos 3 ao 6) é indissociável do segundo (Capítulos 7 e 8), já que uma escuta e compreensão rigorosa e coerente das narrativas só foi possível através do estudo e investigação do mundo no qual essas narrativas se localizam.

Os núcleos de sentido formulados no Capítulo 7, que partiram da escuta das narrativas e da leitura atenta das transcrições das entrevistas feitas com Joroedson (coordenador do serviço) e Bruno (psicólogo do serviço), foram os seguintes: 7.1 “Tempo-limite de 90 dias?”; 7.2 “O público/ “perfil” do SAICA Regular X Inicial”; 7.3 “Diferentes formas de trabalho e de compreensão da adolescência entre os serviços de Acolhimento Inicial” (e, dentro deste, os subitens: 7.3.1 “Um E.T. entre os terráqueos”, 7.3.2 “Os “fixos” do serviço e as diferentes formas de se lidar com o fenômeno da evasão”, 7.3.3 “Pronto socorro X cuidado a longo prazo”, 7.3.4 “Metodologia do SAICA de Acolhimento Inicial Modelo: um cuidado especializado na adolescência”) e 7.4 “Política macroestrutural e suas contribuições para a cristalização/intensificação dos preconceitos e violências”. O Capítulo 8 consistiu em uma proposta de ação, de intervenção concreta na realidade em questão, partindo do que foi encontrado nos núcleos de sentido.

Expor aqui o que foi encontrado em cada núcleo e os detalhes da proposta de ação

é simplesmente inviável, porém houve um sentido claro e geral que se desvelou: muito mais do que uma análise da dinâmica da rotina da instituição, pude constatar que a adolescência dos SAICAs de Acolhimento Inicial e dos serviços de acolhimento no geral é desprotegida e não tem seus direitos colocados pelo ECA garantidos plenamente na prática. Isso se dá, em boa parte, pelo estigma que carregaram e que as equipes dos SAICAs de forma geral e a sociedade como um todo reproduzem e que desemboca na naturalização de uma ausência de cuidado e proteção “

Eu não faria melhor essa retomada, para compartilhar nesse parecer, a extensão e importância do trabalho desenvolvido que o situa no campo da produção científica ,de forma destacada. Supera as expectativas de um trabalho de graduação,e poderia perfeitamente ser uma dissertação de mestrado ou mesmo doutorado. Merece publicação , e sugiro vivamente que Gabriela organize e publique artigos a partir desse TCC. Identifico pelo menos 3 eixos , que por si só já poderiam ter sido um TCC:

- A sistematização e discussão sobre Hannah Arendt e a provocação de Gabriela para o curso de Psicologia, ressaltando sua importância para formação do psicólogo.
- A contextualização dos SAICAS como parte do SGDCA,articulada a retomada histórica do Acolhimento Institucional no Brasil e seus atravessamentos com o racismo de ordem estrutural.
- O lugar do adolescente nos SAICAS- na sociedade.

Enfim só me resta parabenizar Gabriela e seu orientador pelo trabalho de fôlego aqui apresentado , que se soma à tradição da melhor produção acadêmica , destacando inclusive seu comprometimento ético com as questões urgentes de nossa sociedade, às quais um psicólogo não pode deixar de se ocupar

De novo as palavras de Gabriela, como testemunho desse engajamento :”*Por fim, se nenhuma das propostas de ação acima surtirem efeito na realidade concreta, ao menos sei que pretendo levar tudo que estudei e aprendi aqui, desde uma autocrítica profissional a parâmetros éticos e metodológicos para minha carreira profissional futura e, quem sabe, poder assim possibilitar alguma mudança na realidade dessa juventude. Afinal, eu sou,*

também, uma agente de ação que carrega em si potência de transformação”.

Agradeço o honroso convite para ser parecerista de trabalho tão significativo . Foi um enorme prazer compartilhar tua narrativa Gabi !

Abraços e boa sorte !

Bel Kahn